

**Redes de Emigração Ultramarina entre 1560 e 1651.
O caso de Vila do Conde**

Diogo Andrade Cardoso

**Dissertação de Mestrado em História com especialização em História
Moderna e dos Descobrimentos**

Diogo Andrade Cardoso, **Redes
de Emigração Ultramarina entre
1560 e 1651. O caso de Vila do Conde**

Maio, 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em História com especialização em História
Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica do
Professor Doutor Pedro Cardim

À minha família

Aos meus amigos

AGRADECIMENTOS

O meu trabalho sobre emigração para os territórios ultramarinos nos primórdios da expansão portuguesa e ao longo da época moderna começou ainda durante a licenciatura. Ao longo destes anos, contei com a preciosa ajuda de professores e investigadores que me foram dando indicações bibliográficas e contribuindo para que o meu olhar sobre este assunto se tornasse mais abrangente, abrindo perspectivas que me foram essenciais na elaboração desta dissertação. A todos eles devo o meu agradecimento.

À Professora Amélia Polónia, que viu este projeto nascer, reconheço a proficuidade de todos os comentários que fez ao meu trabalho ao longo do último ano da licenciatura e muito para além dele, sempre pronta a partilhar o seu conhecimento tanto sobre as gentes de Vila do Conde como sobre as redes informais. As suas indicações foram preciosas.

Ao meu orientador científico, o Professor Pedro Cardim, devo agradecer pelo interesse que revelou pelo meu trabalho ao longo dos últimos dois anos. Em primeiro lugar, pela orientação que me deu por inúmeros campos historiográficos, beneficiando, em muito, este trabalho dos seus conhecimentos na área da História Política e Institucional dos territórios hispânicos e da bibliografia que me recomendou no campo das migrações e da História Social. Estou-lhe também grato pelo acompanhamento que fez à escrita da dissertação, as suas inúmeras leituras e sucessivos conselhos que enriqueceram este trabalho.

Contei ainda com os comentários e as indicações bibliográficas, para partes concretas desta dissertação, do Javier Álvarez Santos, dos Professores Jorge Pedreira e Diogo Ramada Curto e da Professora Mafalda Soares da Cunha. Ao Miguel Lourenço, do CHAM, estou grato pela disponibilidade em me ceder bibliografia que foi essencial a esta dissertação. Devo ainda os meus agradecimentos à Dra. Cristina Giesteira, do Cedopormar, por ter sempre agilizado a minha pesquisa documental e ao Dr. Alberto Oliveira que comigo partilhou o seu enorme conhecimento dos registos paroquiais de Vila do Conde.

Redes de Emigração Ultramarina entre 1560 e 1651. O Caso de Vila do Conde

Diogo Andrade Cardoso

RESUMO

A expansão portuguesa para fora da Europa, ocorrida nos séculos XV, XVI e XVII, conduziu milhares de habitantes do reino para os arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América, inclusivamente para os territórios tutelados pela Coroa de Castela como as Canárias e as Índias de Castela.

Tendo em conta este cenário, a presente dissertação trata a emigração para os territórios ultramarinos no período compreendido entre 1560 e 1651. Recorrendo à documentação notarial e paroquial de Vila do Conde, procuramos conhecer aqueles que partiam, traçando-lhes o perfil etário, socioprofissional e familiar e apurar quais as razões que os conduziam à emigração através do estudo das conjunturas locais e globais, de índole política, social, económica e religiosa, que influenciaram a escolha do destino de fixação, tal como a altura de partida. Como resultados desta investigação veremos que as oportunidades económicas dos diferentes territórios em torno do globo representavam um fator importante na atração dos emigrantes. Serão ainda discutidos alguns conceitos como o de redes informais, formadas por estes emigrantes e o de diáspora que, cremos, não se enquadra na realidade aqui abordada.

PALAVRAS-CHAVE: Fluxos de emigração, Perfis de emigração, Vila do Conde, Territórios ultramarinos, Séculos XVI e XVII

ABSTRACT

The Portuguese overseas expansion, occurred in the 15th, 16th and 17th centuries, drove thousands of the kingdom inhabitants to the Atlantic archipelagos, Africa, Asia and America, including to the territories under the control of the Castile Crown such as the Canary Islands and Castile Indies.

Taking into account this context, the present dissertation addresses the emigration to the overseas territories occurred between 1560 and 1651. Resorting to Vila do Conde's parish and notary records, we looked to know those who left, drawing their age, socioprofessional and family profiles and find out which reasons led them to the overseas through the study of local and global conjunctures, of political, social, economic and religious nature that influenced their choice of the final destination, as the period to leave the kingdom. As results of this investigation we shall see that economic opportunities from the different territories played a major role attracting emigrants. It will also be discussed concepts like informal networks, created by these emigrants, and diaspora which, we believe, doesn't fit the studied reality.

KEYWORDS: Emigration flows, Emigration profiles, Vila do Conde, Overseas territories, Sixteenth and seventeenth centuries

ÍNDICE

Parte I: A emigração na época Moderna	1
1) A Europa em expansão	1
2) Portugal, o Entre-Douro-e-Minho e Vila do Conde.....	25
3) Emigração portuguesa nos séculos XVI e XVII – a problemática	28
4) Metodologia	37
4.1) Registos paroquiais	39
4.2) Registos notariais	41
Parte II: A emigração ultramarina na documentação de Vila do Conde	43
1) Espaço de emigração	46
1.1) Destinos de emigração	47
1.2) Fluxos de emigração	57
2) Os emigrantes	70
2.1) Estados civis	71
2.2) Idades.	80
2.3) Tempos de estadia.....	85
2.4) Naturalidades e moradas.....	89
2.5) Estatutos e profissões.....	94
2.6) Localização das famílias.....	113
Conclusão	119
Fontes	123
Bibliografia	124
Lista de Gráficos	153
Lista de Quadros	155
Anexos	156

LISTA DE ABREVIATURAS

ADP – Arquivo Distrital do Porto

Cedopormar – Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas

PARTE I: A EMIGRAÇÃO NA ÉPOCA MODERNA

1) A Europa em expansão

Datam do século X as primeiras expedições europeias para fora do continente, se não contabilizarmos os territórios africanos e asiáticos que haviam ficado sob domínio romano séculos antes, refletindo, portanto, uma prévia mobilidade das populações europeias. Por intermédio dos vikings, o Atlântico Norte foi alvo de explorações e inclusivamente a Terra Nova e o Lavadador atingidos nos finais do século X¹. Mas, sobretudo por razões climatéricas às quais se juntaram a oposição dos povos ameríndios e a resistência aos conhecimentos dos Inuit que permitiriam uma melhor adaptação², nos séculos posteriores estes contactos foram quebrados e a sua memória relativamente esquecida, pelo que daí não resultaram consequências para o mundo europeu, que não as conquistas feitas na própria Europa pelos normandos, mais concretamente na Inglaterra, na península italiana e na Sicília, de onde foram afastados os muçulmanos³. Era o cristianismo que se expandia.

Este fenómeno foi bem visível com a organização das Cruzadas. Pregada pela primeira vez, em 1095, por Urbano II no Concílio de Clermont⁴, a expedição a Jerusalém e a outros territórios sob domínio muçulmano no Próximo Oriente, ou Mediterrâneo Oriental, animariam, uma vez mais, o crescimento da Cristandade para fora do continente europeu por alguns séculos. Porém, este era um espaço que fazia parte da conceção que os europeus tinham do mundo. Do seu ponto de vista, esta era a Reconquista de um espaço que estivera já sob o signo de Cristo no período romano.

Importa aqui, mais do que avaliar as causas que conduziram a todo este processo e do que daí resultou, compreender que o crescimento da Europa que se registou no século XV e seguintes não foi um acontecimento isolado no que toca à deslocação em massa de europeus para outros pontos do globo⁵. Inerente a estes fenómenos esteve

¹ MAURO, Frédéric – *A Expansão Europeia*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. ISBN 972-33-0925-4. P. 37; ELTIS, David – Introduction: Migration and Agency in Global History in ELTIS, David (ed.) – *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*. Stanford: Stanford University Press, 2002. ISBN 0-8047-4454-8. Pp. 1-31 (1); KUPPERMAN, Karen Ordahl – *The Atlantic in World History*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012. ISBN 978-0-19-533809-6. Pp. 5-6.

² BENJAMIN, Thomas – *The Atlantic World: Europeans, Africans, Indians and Their Shared History, 1400-1900*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. ISBN 978-0-521-85099-5. P. 55.

³ MAURO, Frédéric – *A Expansão Europeia*... p. 38.

⁴ MAURO, Frédéric – *A Expansão Europeia*... p. 38.

⁵ MILLER, Joseph C. – Historical Dynamics of Change in MILLER, Joseph C. (ed.) – *The Princeton Companion to Atlantic History*. Princeton: Princeton University Press, 2015. ISBN 978-0-691-14853-3. Pp. 3-12 (4); ELTIS, David – Free and Coerced Migrations from the Old World to the New in ELTIS,

sempre a disponibilidade de parte da população em sair do espaço que habita e movimentar-se para um outro, por um período maior ou menor de tempo e com ou sem o intento de se fixar num novo espaço. A diferença entre as movimentações humanas mais ou menos comuns desde há milénios, não exclusivamente europeias como prova, *inter alia*, a conquista muçulmana de Península Ibérica no século VIII, e a emigração, em especial aquela que partiu da Europa para os restantes territórios desde o final da época Medieval, aquela que este estudo foca, expressou-se pelo contacto constante permitido pela comunicação escrita e, mais importante, pela chegada de novos contingentes que alimentassem estas migrações⁶, como foi o caso das partidas desde a Europa que, ainda que com variações de fluxos e destinos, nunca mais pararam desde então.

Este processo leva-nos, desta feita, à busca de uma disponibilidade de recursos humanos que teve que existir para que tanto as Cruzadas como a expansão normanda possam ter acontecido. E, de facto, tanto a expansão normanda como as movimentações em direção à Terra Santa beneficiaram de um crescimento populacional na Europa que Braudel estima ter ocorrido entre 1100 e 1350⁷, registando-se uma quebra ao longo do século XIV que no século seguinte seria ultrapassada⁸. Porém, o crescimento da população não foi o único fator a contribuir para esta expansão europeia que distinguiu os povos da Europa dos restantes e, mesmo dentro desta, com as suas especificidades. Assim afiança Joseph Miller dizendo que o pioneirismo dos povos peninsulares se deveu à falta de ocupação nos assuntos europeus e no processo de libertação da Terra Santa, o que realçou um interesse no oceano⁹.

A separação em relação aos restantes povos do globo dever-se-ia, segundo o mesmo autor, à falta de interesse por eles revelada em relação à navegação em águas abertas, preferindo utilizar recursos fluviais ou então deslocando-se somente às zonas costeiras em busca de bivalves e crustáceos, como acontecia com os povos da África e da América¹⁰. Estes eram povos auto-sustentáveis e organizavam-se em comunidades pequenas, o que demovia a necessidade de procura e obtenção de novos espaços ao

David (ed.) – *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*. Stanford: Stanford University Press, 2002. ISBN 0-8047-4454-8. Pp. 34-74 (34).

⁶ ELTIS, David – Introduction: Migration and Agency... pp. 1-31 (2).

⁷ BRAUDEL, Fernand – *Civilização material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*. Lisboa: Teorema, 1992. ISBN 972-695-178-X. Vol. I: As Estruturas do Quotidiano. P. 17.

⁸ BENJAMIN, Thomas – *The Atlantic World*... p. 38.

⁹ MILLER, Joseph C. – Historical Dynamics... pp. 3-12 (4).

¹⁰ MILLER, Joseph C. – Historical Dynamics... pp. 3-12 (4-5).

mesmo tempo que impossibilitava a existência das grandes infraestruturas coercivas, apesar das concentrações de poder temporárias, fulcrais a um processo expansionista de larga escala¹¹. Já no continente euroasiático, a tradição era de uma expansão a cavalo que havia deslocado massas populacionais das estepes asiáticas para a Europa, forçada a fechar-se em estruturas defensivas¹². Os comerciantes, como aconteceu em Itália, encontravam as suas oportunidades comerciais no Mediterrâneo, voltando-se a Europa “with its back to the water”¹³, leia-se o Atlântico.

Avançada a primeira metade de Quatrocentos, os portugueses tocavam já terras ao longo da costa atlântica de África que nunca antes tinham estado incluídas no sistema mediterrânico, abrindo novas áreas de comércio à Europa que não mais se perderiam, como o caso do Golfo da Guiné. No final do século, a América, por intermédio castelhano e português, e a Ásia, pela abertura da rota do Cabo, podiam ser diretamente acedidos pelos europeus, o que resultou numa movimentação massiva de gente de origem europeia em direção aos restantes continentes nos séculos seguintes, uma das principais características do novo tipo de emigração¹⁴. É esta deslocação humana, nomeadamente aquela ocorrida nos séculos XVI e XVII, quando a população europeia voltava a crescer¹⁵, que este capítulo vai abordar. Distinguímos, assim, o estabelecimento ibérico nos outros continentes no decurso de um longo período de tempo que aqui vamos estudar de um outro tipo de movimentação, o incursionismo, fenómeno que poderá ter estado na origem da expansão, caracterizado por “an increasingly generalized practice of mobilizing and undertaking expeditions of reconnaissance, trade, and warfare” com vista aos retornos, de várias naturezas, que este processo trazia¹⁶. Ainda assim, não descartamos esta tese recente, uma vez que o que apartava o processo de fixação, a que chamamos de emigração, do incursionismo nem sempre eram as motivações, o acesso aos “commons” tidos como os recursos naturais que podiam ser alvo de um usufruto coletivo desde que determinadas as

¹¹ MILLER, Joseph C. – Historical Dynamics... pp. 3-12 (5; 8).

¹² MILLER, Joseph C. – Historical Dynamics... pp. 3-12 (6).

¹³ “com as suas costas para a água”. MILLER, Joseph C. – Historical Dynamics... pp. 3-12 (6); KUPPERMAN, Karen Ordahl – *The Atlantic in World History*... p. 3.

¹⁴ ELTIS, David – Introduction: Migration and Agency... pp. 1-31 (4).

¹⁵ BRAUDEL, Fernand – *Civilização material*... I, p. 17.

¹⁶ “uma prática de mobilização e um empreendimento em expedições de reconhecimento, trocas e guerras cada vez mais generalizada”. ROCHA, Gabriel de Avilez – *Empire from the Commons: Making Colonial Archipelagos in the Early Iberian Atlantic*. Nova Iorque: New York University, 2016. Tese de Doutoramento. P. 150.

condicionantes¹⁷. De facto, esta mobilidade inerente à espécie humana como forma de aceder a novos recursos afigura-se-nos como uma hipótese convincente. No entanto, o deslocamento de carácter duradouro a que assistimos nos séculos XVI e XVII vai já para além desta atração pelos “commons”, ainda que a ideia da riqueza local destes recursos ecológicos exerça um papel fulcral na atração de indivíduos e nos conflitos que surgem quer com os locais quer entre os colonos¹⁸. Ela integra, como veremos, conjunturas económicas mais complexas que suscitam uma fixação para aproveitar oportunidades profissionais que vão para além das “transoceanic ventures with objectives of pillage and trade”¹⁹.

Este novo tipo de deslocamento de base marítima²⁰ inaugurado pelas viagens portuguesas pressupunha já um tipo de fixação diferente. Os europeus que agora partiam em direção aos novos espaços tinham como função povoá-los. As Coroas procuravam garantir a manutenção do controlo dos territórios (e, na linha do que já dissemos, dos seus “commons”) que iam integrando a conceção europeia do mundo e, assim, favoreciam a instalação de homens e mulheres nos pontos estratégicos à expansão quer tivessem sido conquistados²¹, mantendo-se agora sob a soberania dos reinos europeus, ou, nos primeiros séculos de expansão, ibéricos, quer estivessem sob suserania, quer a presença europeia somente existisse através de fortalezas e feitorias. O papel do emigrante ganhava agora um outro contorno, apesar de sempre apoiado, tal como antes acontecera, pela bandeira do Cristianismo, pois “To all the peoples bordering the Atlantic in 1500, religion mattered” e estava embutida em todas as realizações do quotidiano²².

Para este último caso, em que a presença portuguesa se baseava na instalação de pequenos entrepostos ao longo da costa, tanto de cariz militar e económico, como aconteceu sobretudo na África e na Ásia, alguns autores consideram excessivo falar em emigração, tendo em conta que o estabelecimento de europeus era, pelo menos

¹⁷ ROCHA, Gabriel de Avilez – *Empire from the Commons*... p. 3.

¹⁸ ROCHA, Gabriel de Avilez – *Empire from the Commons*... pp. 8-10; 161-162.

¹⁹ “investidas transoceânicas com objetivos de pilhagens e trocas”. ROCHA, Gabriel de Avilez – *Empire from the Commons*... pp. 20-21.

²⁰ ELTIS, David – *Free and Coerced Migrations*... pp. 34-74 (34).

²¹ CROGUENNEC, Soizic – O tempo das mestiçagens: circulações, contactos, trocas e hibridizações das sociedades in HANOTIN, Guillaume (dir.) – *A Península Ibérica e o Mundo dos anos 1470 aos anos 1640*. Lisboa: Texto & Grafia, 2015. ISBN 978-989-8811-05-9. Pp. 141-168 (149).

²² “Para todos os povos das margens do Atlântico em 1500 a religião era importante”. PESTANA, Carla Gardina – *Protestant Empire: Religion and the Making of the British Atlantic World*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2009. ISBN 978-0-8122-4150-1. Pp. 15-16.

intencionalmente, provisório, esperando os indivíduos regressar à Europa passados alguns anos²³. Como este estudo comprovará, e como os próprios autores admitiram, à época, apesar da intenção de regressar, a maioria morria nos territórios para onde partia²⁴, o que nos faz considerar estes deslocamentos como integrantes de um fenómeno demográfico de emigração. A este argumento, acrescentamos um outro que se sobrepõe. Este fenómeno não está condicionado a um período cronológico mínimo. A ele podemos associar qualquer tipo de deslocamento para fora das fronteiras ou mesmo dentro destas desde que se trate de um espaço não contíguo, por um período de tempo mais ou menos longo, e que esta travessia implique uma fixação num outro espaço e a integração socio-económica do indivíduo através de uma atividade profissional. Assim, tendo em conta que as sociedades que se vão formar com o contributo destes indivíduos estão ainda em construção e que os territórios focados estão, à época, sob disputa das potências europeias, esta emigração pode ser considerada também de povoamento ou mesmo colonização. Um outro fator totalmente novo neste tipo de emigração inaugurado no século XV é o contacto perseverante com o local de partida, transportando-se não só as pessoas, com tudo o que com elas levam, incluindo conceções mentais, mas a própria estrutura onde estavam inseridos, tendo os dois universos de viver em conluio ou, pelo menos, numa constante ligação, formando uma comunidade hemisférica como lhe chama David Eltis²⁵, independentemente das forças atuantes tenderem mais para os interesses de uns do que de outros.

A par de uma colonização formal, controlada pela Coroa ou outras instituições como as ordens religiosas e as Misericórdias, e que criava redes institucionais, através dos seus agentes, que coordenavam as facetas administrativa, financeira, militar e religiosa da expansão²⁶, assistia-se a um povoamento dos vários espaços que ocorria de forma espontânea ou, mesmo sendo formal, criava redes informais que derivavam das múltiplas tarefas a que estes indivíduos se dedicavam²⁷. Os europeus reconheceram nas ilhas atlânticas e nos continentes africano, asiático e americano, uma fonte de oportunidades, nos quais se incluem grandes depósitos de “commons”, que, desde

²³ BOOGAART, E. van den; EMMER, Peter C. – Colonialism and migration: an overview in EMMER, Peter C. (ed.) – *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986. ISBN 978-94-010-8436-9. Pp. 3-15 (3).

²⁴ BOOGAART, E. van den; EMMER, Peter C. – Colonialism and migration... pp. 3-15 (3).

²⁵ ELTIS, David – Free and Coerced Migrations... pp. 34-74 (34).

²⁶ POLÓNIA, Amélia – Global Interactions: Representations of the East and the Far East in Portugal in the Sixteenth Century in MUKHERJEE, Rila (ed.) – *Networks in the First Global Age 1400-1800*. Delhi: Primus Books, 2011. Pp. 263-301 (270).

²⁷ POLÓNIA, Amélia – Global Interactions... pp. 263-301 (271; 282-284).

bastante cedo, os atraíram para esses locais. Aí comerciavam as mercadorias a que agora podiam aceder diretamente como o açúcar, as especiarias, os metais preciosos e os escravos, e criavam verdadeiros povoamentos que, tal como no reino, exigiam a estruturação de uma sociedade capaz de acompanhar, profissionalmente, as necessidades que surgiam. Nasciam, assim, de forma espontânea e informal, redes de emigração que ligavam quem partia a quem ficava. Não tinham uma função específica nem estavam organizadas, o que implicava uma ausência de reconhecimento por parte dos poderes europeus²⁸. Eram antes fluídas e todos aqueles que as integravam, qualquer pessoa que mantivesse o contacto com os portugueses (e não só) fora da Europa, delas retirava o benefício que lhe era conveniente como, por exemplo, a escolha de um espaço de emigração no qual poderia ter facilidades de integração quer pela sua profissão quer por terem alguém que o acolha ou a quem possam pedir para fazer regressar ao reino os bens do marido defunto²⁹.

Os espaços em torno do globo aproximavam-se, desta forma, pelo contacto constante mantido por quem partia através de correspondência ou do contacto oral, quer por um regresso ao reino, quer pelos intermediários que constantemente cruzavam os oceanos, enquanto exerciam a sua atividade profissional como homens do mar ou comerciantes³⁰, oceanos estes que se tornavam verdadeiros meios de conexão³¹. Existia, portanto, uma relação entre os vários pontos do globo que garantia o contínuo envio de novos contingentes chamando para o pé de si aqueles que conheciam no reino ou

²⁸ POLÓNIA, Amélia – *Global Interactions...* pp. 263-301 (265).

²⁹ Rosalind J. Beiler relata este mesmo processo de aproveitamento das redes estabelecidas para escolher um local de fixação que permita uma integração facilitada: “Individuals within the religious networks pursued the benefits of colonial enterprises for their own interests while continuing to use the information channels that dissenters had established”. “Os indivíduos dentro das redes religiosas procuravam os benefícios das empresas coloniais para o seu próprio interesse enquanto continuavam a usar os canais de informação que os dissidentes tinham estabelecido”. BEILER, Rosalind J. – *Dissenting Religious Communication Networks and European Migration, 1660-1710 in* BAILYN, Bernard (ed.); DENAULT, Patricia L. (ed.) – *Soundings in Atlantic History: Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2009. ISBN 978-0-674-03276-7. Pp. 210-236 (235). O mesmo aconteceu com os emigrantes na América holandesa, que tinham pleno conhecimento do que lá se podia plantar e de como podiam aproveitar os seus conhecimentos para se integrar no mercado que os acolheria. Cf. JACOBS, Jaap – *New Netherland: A Dutch Colony in Seventeenth-Century America*. Leiden/Boston: Brill, 2005. ISBN 90-04-12906-5. Pp. 48-49.

³⁰ POLÓNIA, Amélia – *Global Interactions...* pp. 263-301 (271-272).

³¹ SESHAN, Radhika – *Intersections: Peoples, ports and trade in seventeenth-century Surat and Madras. The International Journal of Maritime History*. [Em linha]. [s.l.]: International Maritime Economic History Association. Vol. 29, nº 1 (2017). Pp. 111-122 (120). [Consult. em 11 fevereiro 2017]. Disponível em: <http://journals.sagepub.com>. ISSN 20527756; POLÓNIA, Amélia – *Jumping Frontiers, Crossing Barriers. Transfers Between Oceans: A Case Study of the Portuguese Overseas Expansion, 1400-1800 in* MUKHERJEE, Rila (ed.) – *Oceans Connect: reflections on water worlds across time and space*. Deli: Primus Books, 2012. ISBN 978-93-80607-40-5. Pp. 111-132 (111).

revelando as possibilidades económicas dos espaços onde se fixavam, o que, inevitavelmente, atrairia quem procurava uma vida melhor. É neste sentido que olharemos para os emigrantes europeus neste estudo: como indivíduos que, buscando a sua oportunidade de vingar, ou apenas de melhorar o seu estilo de vida³², se deslocavam em busca de um melhor negócio ou escapavam às condições a que estavam sujeitos tanto no reino de origem como nos vários espaços por onde podiam passar antes de se instalar definitivamente, levantando as questões com as quais os historiadores se têm deparado, tais como: será que toda a emigração é forçada? Todos aqueles que se deslocaram devem ser olhados da mesma forma pelo investigador?

De facto, o problema levanta-se se tomarmos em consideração muitas das causas que conduziam os indivíduos à emigração, podendo esta surgir como única alternativa³³, mas ainda assim fruto de uma escolha, ou ser feita sob obrigação de outrem por força de um contrato de trabalho, chegando mesmo a ocorrer em regime de servidão³⁴, trabalhando durante alguns anos para pagar a sua viagem, como aconteceu com cerca de metade dos europeus que partiram para a América³⁵, o que levou alguns autores a estudar os dois tipos de emigração lado a lado³⁶. O entendimento geral relativamente ao nível de liberdade na emigração pós-Colombo é o seguinte:

Free migration predominated for the first century and again after 1830. For two centuries in between – from say 1630 to 1830 – coerced migration [including slavery] and migration undertaken under a labor debt to others were by far the most dominant regimes under which population movements occurred³⁷.

³² ELLIOTT, John H. – *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America 1492-1830*. [s.l.]: Yale University Press, 2006. ISBN 0-300-11431-1. P. 37.

³³ ELTIS, David – Introduction: Migration and Agency... pp. 1-31 (5-6); PENN, Nigel – The Voyage Out: Peter Kolb and VOC Voyages to the Cape in CHRISTOPHER, Emma (ed.); PYBUS, Cassandra (ed.); REDIKER, Marcus (ed.) – *Manny Middle Passages: Forced Migration and the Making of the Modern World*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 2007. ISBN 978-0-520-25207-3. Pp. 72-91 (73); KUPPERMAN, Karen Ordahl – *The Atlantic in World History*... p. 44.

³⁴ ELTIS, David – Free and Coerced Migrations... pp. 34-74 (34-36); BOOGAART, E. van den; EMMER, Peter C. – Colonialism and migration... pp. 3-15 (3); WARD, Kerry – *Networks of Empire: Forced Migration in the Dutch East India Company*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. ISBN 978-0-521-88586-7. Pp. 18-19.

³⁵ ABRAMITZKY, Ran; BRAGGION, Fabio – Migration and Human Capital: Self-Selection of Indentured Servants to the Americas. *The Journal of Economic History*. [Em linha]. [s.l.]: Cambridge University Press. Vol. 66, nº 4 (2006). Pp. 882-905 (882-883; 887). [Consult. em 14 fevereiro 2017]. Disponível em: <http://jstor.org>. ISSN 1471-6372.

³⁶ Ver, por exemplo, ELTIS, David – Free and Coerced Migrations... pp. 34-74 ou WALSH, Lorena S. – The Differential Cultural Impact of Free and Coerced Migration to Colonial America in ELTIS, David (ed.) – *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*. Stanford: Stanford University Press, 2002. ISBN 0-8047-4454-8. Pp. 117-151.

³⁷ “As migrações livres predominaram no primeiro século e outra vez depois de 1830. Por dois séculos entre – digamos 1630 e 1830 – a migração sob coação e a migração sob dívida de trabalho para com outros foram de longe os regimes dominantes no qual decorreram os movimentos populacionais”. ELTIS, David – Free and Coerced Migrations... pp. 34-74 (36).

Contudo, nesta dissertação, muito por força da documentação compulsada, toda a emigração abordada é tida como livre, distinta daquela que deslocou mão-de-obra escravizada, adquirida em África, forçada a embarcar e vendida do outro lado do oceano, sem qualquer escolha dos indivíduos relativamente à sua partida ou das partidas coagidas por outrém com autoridade sobre o emigrante.

O tema das redes informais, relativamente novo na historiografia³⁸, é o resultado da complexificação do estudo das relações entre centros e periferias imperiais ao longo de um período de tempo e também do maior enfoque nas vidas daqueles que formavam as redes³⁹, e que recentemente tem vindo a ser estudado como parte integrante de um projeto com o nome DynCoopNet, acrónimo de Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Commercial Networks in the First Global Age⁴⁰. Este projeto tem lançado interpretações multidisciplinares bem como metodologias de análise destas redes, as quais procuraremos utilizar ao longo deste trabalho, aproveitando o contributo de vários autores que ao tópico se têm dedicado. Vale, por isso, a pena explorar os contributos que têm sido dados sobre esta temática, bem como sobre o mundo atlântico, alvo de inúmeros estudos nas últimas décadas, de forma a podermos ter um melhor aproveitamento na nossa própria análise das redes de emigração sob enfoque.

Tal como explanamos, estas redes informais, constituídas por anónimos que partiam por iniciativa própria ou eram forçados a tal, formavam, pelas diversas funções dos que as integravam, um elo de ligação entre os interesses locais e os daqueles por quem falavam e permitiam a constituição de laços duradouros. Estes eram possíveis dadas as características auto-sustentáveis, porque baseadas na cooperação⁴¹ sob variadas

³⁸ Para a história deste tema cf. ANTUNES, Cátia – A história da análise de redes e a análise de redes em história. *História. Revista da FLUP*. [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. IV série, vol. 2 (2012). Pp. 11-22 (11). [Consult. em 14 janeiro 2017]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt>.

³⁹ WARD, Kerry – *Networks of Empire...* pp. 9-10.

⁴⁰ Sobre o assunto, entre outros estudos, ver OWENS, J. B. – Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Commercial Networks in the First Global Age (DynCoopNet): What's in a name? in CRESPO SOLANA, Ana (org.); ALONSO GARCÍA, David (org.) – *Self-organizing Networks and GIS Tools Cases of Use for the Study of Trading Cooperation (1400-1800)*. *Journal of Knowledge Management, Economics and Information Technology*. [Em linha]. [s.l.]: Scientific Papers. N° especial (2012). Pp. 25-52. [Consult. em 23 janeiro 2017]. Disponível em: <http://www.scientificpapers.org>. ISSN 2285-4096.

⁴¹ POLÓNIA, Amélia – Interactions Between the Local and the Global: Brokers and go-betweens within the Portuguese State of India (1500-1700). *Asian Review of World Histories*. [Em linha]. [s.l.]: The Asian Association of World Historians. Vol. 5: n° 1 (2017). Pp. 113-139 (116). [Consult. em 14 janeiro 2017]. Disponível em: <http://www.thearwh.org>; POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio – Articulações Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico (séculos XVI-XVIII) in ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de (org.), [et. al.] – *Políticas e Estratégias Administrativas no Mundo Atlântico*.

formas⁴², das redes informais que provinham da existência de uma auto-iniciativa dos seus contactos no reino⁴³ ou mesmo fora dele que, atraídos pelo conhecimento de alguém em determinado espaço e integrado em determinadas redes e repelidos pelas mais diversas situações políticas, económicas ou religiosas vividas no reino, naturalmente se integravam nelas, usando os privilégios permitidos pelas suas profissões, como navegar entre o reino e os territórios ultramarinos, transportando consigo informação, bens e dívidas⁴⁴. O sucesso destas redes dependia da velocidade com que os que as integravam se conseguiam movimentar e da distância que podiam cobrir⁴⁵.

O seu elemento básico era o indivíduo, entendido como um agente entre muitos. Este agente estabelecia contacto com uma série de outros agentes através de um processo de interação⁴⁶, baseado, por exemplo, ainda que não de forma exclusiva ou determinante, na sua profissão/atividade profissional, nos laços familiares, nas relações de amizade⁴⁷ (as *F-connections* do inglês de *firm*, *family* e *friends*)⁴⁸ e nas ligações inerentes à partilha de uma língua ou religião⁴⁹. Estes, por sua vez, interagiam com outros agentes, num sistema baseado na confiança mútua que Francesca Trivellato afirma ter sido possível através da troca de cartas entre agentes que, encurtando as

[Em linha]. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2012. Pp. 19-48 (22-23). [Consult. em 22 janeiro 2017]. Disponível em: <https://www.academia.edu>.

⁴² POLÓNIA, Amélia; CAPELÃO, Rosa – Connecting worlds. Women as intermediaries in the Portuguese Overseas Empire. *The State of India, 1500-1600*. Pp. 1-31 (2-3). (Não publicado).

⁴³ POLÓNIA, Amélia – Indivíduos e Redes Auto-Organizadas na Construção do Império Ultramarino Português in GARRIDO, Álvaro (org.); COSTA, Leonor Freire (org.); DUARTE, Luís Miguel (org.) – *Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães: Economia, Instituições e Império*. Coimbra, Edições Almedina, 2012. ISBN 978-972-40-4803-1. Pp. 349-371 (355).

⁴⁴ POLÓNIA, Amélia – Indivíduos e Redes Auto-Organizadas... pp. 349-371 (367).

⁴⁵ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – From Agents to Consulado: Commercial Networks in Colonial Mexico, 1520-1590 and Beyond. *Anuario de Estudios Americanos*. [Em linha]. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla. Vol. 57, nº 1 (2000). Pp. 41-68 (48). [Consult. em 22 dezembro 2016]. Disponível em: <http://estudiosamericanos.revistas.csic.es>.

⁴⁶ HANCOCK, David – The Emergence of an Atlantic Network Economy in the Seventeenth Centuries: The Case of Madeira in CURTO, Diogo Ramada (ed.); MOLHO, Anthony (ed.) – *Commercial Networks in the Early Modern World*. [Em linha]. San Domenico: European University Institute, 2002. Pp. 18-58 (22). [Consult. em 24 janeiro 2017]. Disponível em: <http://cadmus.eui.eu>.

⁴⁷ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – Interdependence and the Collective... pp. 90-120 (99); WETHERELL, Charles – Historical Social Networks Analysis. *International Review of Social History*. [Em linha]. Nº 43 (1998). Suplemento. Pp. 125-144 (127). [s.l.]: [s.d.]. [Consult. em 22 janeiro 2016]. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core>. ISSN 1469-512X.

⁴⁸ SILVA, Filipa Ribeiro da – Trans-Imperial and Cross-Cultural Networks for the Slave Trade, 1580s-1800s in ANTUNES, Cátia (ed.); POLÓNIA, Amélia (ed.) – *Beyond Empires: Global, Self-Organizing, Cross-Imperial Networks, 1500-1800*. Leiden/Boston: Brill, 2016. ISBN 978-90-04-30414-7. Pp. 41-68 (43).

⁴⁹ PEARSON, Michael – *The Indian Ocean*... pp. 165-167.

enormes distâncias que os separavam, criavam uma rede recíproca de obrigações⁵⁰. Cada um contribuía com os seus interesses e determinadas qualificações, constituindo um sistema. As ligações entre os diversos agentes tornam os interesses de uns em interesses de outros, porque a capacidade de dar resposta a determinado interesse poderá estar apenas disponível a alguns agentes. Este processo repetido reciprocamente ganhará uma nova escala, cada vez mais abrangente, intrincando as interações e criando o que David Hancock chamou, para a área da História, de sistemas complexos⁵¹. Foi precisamente nestas redes que os portugueses tiveram que se intrometer na Ásia, onde o comércio era pré-existente e dominado pelos muçulmanos. Quando chegaram ao Oriente, os portugueses assumiram a função de reorientar o comércio existente, procurando deter o seu monopólio e trazê-lo para a Europa⁵². O que podemos observar é o alargamento de uma rede que, por incluir novos agentes, irá ganhar características diferentes, alargando o seu espectro de ação ou, pelo menos, alterando as relações pré-existentes de forma a adaptar-se a uma nova realidade.

As redes informais, constituídas por agentes livres, separadas daquelas estritamente formais, acabavam por afetá-las, até porque os agentes individuais tinham uma maior capacidade de tomar decisões *in loco*⁵³, contrabalançando o universo altamente descentralizado em que atuavam através das suas ações inseridas em redes de comunicação intercontinentais⁵⁴. Eram, depois, as redes de informação que, através da cooperação entre agentes⁵⁵, disseminavam o conhecimento das ações tomadas num determinado local levando os agentes que faziam parte dessa rede a adotar uma estratégia semelhante, adaptando-a à sua própria realidade. Como exemplo temos o caso, estudado por Hancock, do vinho da Madeira na época Moderna, ajustado ao

⁵⁰ TRIVELLATO, Francesca – Discourse and practice of trust in business correspondence during the early modern period. [Em linha]. Pp. 1-23 (15; 19). [Consult. em 31 janeiro 2017]. Disponível em: <http://economics.yale.edu>.

⁵¹ HANCOCK, David – The Emergence of an Atlantic... pp. 18-58 (22).

⁵² PEARSON, Michael – *The Indian Ocean*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2003. ISBN 0-415-21489-0. P. 129.

⁵³ HANCOCK, David J. – The Triumphs of Mercury: Connection and Control in the Emerging Atlantic Economy in BAILYN, Bernard (ed.); DENAULT, Patricia L. (ed.) – *Soundings in Atlantic History: Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2009. ISBN 978-0-674-03276-7. Pp. 112-140 (116).

⁵⁴ HANCOCK, David J. – The Triumphs of Mercury... pp. 112-140 (118); HANCOCK, David – The Emergence of an Atlantic... pp. 18-58 (23).

⁵⁵ POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio – Commercial flows and transference patterns between Iberian empires (16th-17th centuries) in CRESPO SOLANA, Ana (org.); ALONSO GARCÍA, David (org.) – *Self-organizing Networks and GIS Tools Cases of Use for the Study of Trading Cooperation (1400-1800)*. *Journal of Knowledge Management, Economics and Information Technology*. [Em linha]. [s.l.]: Scientific Papers. Nº especial (2012). Pp. 111-144 (112). [Consult. em 23 janeiro 2017]. Disponível em: <http://www.scientificpapers.org>. ISSN 2285-4096.

consumidor como resultado de um diálogo constante entre produtores, distribuidores e consumidores disseminados pelo mundo britânico⁵⁶, tornando, portanto, as redes flexíveis por um recurso constante à criatividade e inovação⁵⁷, o que implica uma interdependência entre agentes⁵⁸, ou seja, uma cooperação, que conduz à auto-organização destas redes informais⁵⁹.

As sobreposições das redes formais e informais aconteciam tanto agindo de acordo com os interesses formais cooperando com eles⁶⁰, quer apropriando-se do papel monopolista da Coroa, sendo por esta subcontratados ou constituindo um grupo de pressão a um nível diferente da Coroa, ou ainda através de uma atividade direta contra a Coroa ou as instituições administrativas que regulavam os seus agentes⁶¹. Neste último caso, para frustração da Coroa, que gostaria de obter benefícios de todo o processo⁶², as redes agiam fora do seu domínio, indo inclusive mais além do que a própria Coroa na dinâmica de expansão⁶³, procurando esta “incentivar o seu comprometimento através da concessão de privilégios, que aumentavam à medida que os seus contributos eram mais necessários”⁶⁴, como aconteceu com as negociações diplomáticas com o império chinês pela posse de Macau⁶⁵, pequena aldeia piscatória que se tornou no principal ponto de contacto entre os portugueses, os chineses e todo o Extremo Oriente através de um contacto prolongado não oficial que transformou o território numa república mercantil⁶⁶. Quando agiam contra os monopólios formais, os agentes podiam recorrer à ilegalidade, o caso mais comum, comerciando sem o aval institucional, desafiá-los,

⁵⁶ HANCOCK, David – The Emergence of an Atlantic... pp. 18-58 (28).

⁵⁷ POLÓNIA, Amélia; OWENS, J. B. – Cooperation-Based Self-Organizing Networks in Portuguese Overseas Expansion in the First Global Age, 1400-1800. [Em linha]. Pp. 1-16 (2). [Consult. em 23 janeiro 2017]. Disponível em: <http://www.dyncoopnet-pt.org>; POLÓNIA, Amélia – Jumping Frontiers, Crossing Barriers... pp. 111-132 (127); POLÓNIA, Amélia – Self-organised Networks in the First Global Age: The Jesuits in Japan. *The bulletin of the Institute for World Affairs and Cultures*. [Em linha]. Kyoto: Kyoto Sangyo University. Nº 28 (2013). Pp. 133-158 (135). [Consult. em 28 dezembro 2016]. Disponível em: <https://sigarra.up.pt>. ISSN 0388-5410.

⁵⁸ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – Interdependence and the Collective Pursuit of Profits: Portuguese Commercial Networks in the Early Modern Atlantic in CURTO, Diogo Ramada (ed.); MOLHO, Anthony (ed.) – *Commercial Networks in the Early Modern World*. [Em linha]. San Domenico: European University Institute, 2002. Pp. 90-120 (94-95; 100-102). [Consult. em 24 janeiro 2017]. Disponível em: <http://cadmus.eui.eu>.

⁵⁹ HANCOCK, David J. – The Triumphs of Mercury... pp. 112-140 (120-121).

⁶⁰ POLÓNIA, Amélia – Self-organised Networks... pp. 133-158 (135).

⁶¹ POLÓNIA, Amélia – Indivíduos e Redes Auto-Organizadas... pp. 349-371 (356-357; 361-362); POLÓNIA, Amélia – Interactions Between... pp. 113-139 (115).

⁶² POLÓNIA, Amélia – Interactions Between... pp. 113-139 (114-115).

⁶³ POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio – Articulações Portugal/Brasil... pp. 19-48 (20).

⁶⁴ POLÓNIA, Amélia – Indivíduos e Redes Auto-Organizadas... pp. 349-371 (354).

⁶⁵ POLÓNIA, Amélia – Global Interactions... pp. 263-301 (273).

⁶⁶ POLÓNIA, Amélia – Interactions Between... pp. 113-139 (115); POLÓNIA, Amélia – Self-organised Networks... pp. 133-158 (145).

recorrendo a alianças com concorrentes à Coroa, ou usar a justiça, processando os detentores dos monopólios⁶⁷.

Studnicki-Gizbert apelidou de nação o sistema que incluía todos os portugueses disseminados pelo globo, atuando como agentes comerciais, garantindo trocas de informação e adaptações que permitissem que a rede se mantivesse coordenada e com uma estrutura resiliente⁶⁸. Apesar de sublinhar que esta estava em contacto constante com territórios sob alçada de outros povos, como a nação portuguesa e as Índias de Castela, fazendo circular produtos fora dos trâmites legais, assumiu estas trocas como intra-nação, envolvendo portugueses, ou uma maioria portuguesa, dos dois lados da fronteira⁶⁹, ou então como um cruzamento de redes diferentes, cada uma equivalente a uma nação, quando se comerciava com determinado território cujo mercado era dominado por uma nação⁷⁰. Mais recentemente, com o progresso do estudo de uma perspetiva atlântica⁷¹, ou mesmo do progresso da investigação das redes informais, tem-se considerado o carácter internacional destas redes, ou seja, o não estabelecimento de fronteiras onde estas existem politicamente, o conluio de agentes de várias nacionalidades numa mesma rede⁷², e o carácter inter-confessional⁷³, formando-se um império informal que Cátia Antunes classificou como “borderless, self-organized, often cross-cultural, multi-ethnic, pluri-national and stateless world that can only be characterized as truly global in nature”⁷⁴, diferente das redes formais que, por estarem sujeitas aos poderes centrais, criam rivalidades em vez de cooperação⁷⁵. Estas

⁶⁷ ANTUNES, Cátia – Free Agents and Formal Institutions in the Portuguese Empire: Towards a Framework of Analyses. *Portuguese Studies*. [Em linha]. [s.l.]: Modern Humanities Research Association. Vol. 28, nº 2 (2012). Pp. 173-185 (181-183). [Consult. em 24 fevereiro 2016]. Disponível em: <http://www.jstor.org>. ISSN 02675315.

⁶⁸ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – Interdependence and the Collective... pp. 90-120 (92); STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the Crises of the Spanish Empire, 1492-1640*. Oxford: Oxford University Press, 2007. ISBN 978-0-19-517569-1. P. 4.

⁶⁹ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – Interdependence and the Collective... pp. 90-120 (93).

⁷⁰ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – Interdependence and the Collective... pp. 90-120 (97).

⁷¹ KUPPERMAN, Karen Ordahl – *The Atlantic in World History*... pp. 1-2.

⁷² HANCOCK, David – The Emergence of an Atlantic... pp. 18-58 (24-25); TRIVELLATO, Francesca – Jews of Leghorn, Italians of Lisbon, and Hindus of Goa: Merchant Networks and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period in CURTO, Diogo Ramada (ed.); MOLHO, Anthony (ed.) – *Commercial Networks in the Early Modern World*. [Em linha]. San Domenico: European University Institute, 2002. Pp. 59-89. [Consult. em 24 janeiro 2017]. Disponível em: <http://cadmus.eui.eu>.

⁷³ POLÓNIA, Amélia – Interactions Between... pp. 113-139 (116-117); POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio – Articulações Portugal/Brasil... pp. 19-48 (21-22; 42).

⁷⁴ “um mundo sem fronteiras, auto-organizado, as mais das vezes inter-cultural, multi-étnico, plurinacional e apátrida que só pode ser caracterizado como verdadeiramente global na sua natureza”. ANTUNES, Cátia – Free Agents and Formal Institutions... pp. 173-185 (181).

⁷⁵ POLÓNIA, Amélia – Self-organised Networks... pp. 133-158 (134).

características garantiam um alargamento da rede, o que poderia significar a existência de alternativas capazes que dominassem o modelo e consequentemente um maior sucesso para a sua manutenção e até prosperidade⁷⁶. Significa isto que estes conjuntos de redes “não existem como pré-definição, mas são definidos, e redefinidos, pelas articulações entre indivíduos”⁷⁷. Para estas articulações contribuíam ainda aqueles que não só ultrapassavam as fronteiras no mundo dos negócios, mas que verdadeiramente se aculturavam⁷⁸, integrando as redes locais por um processo de fixação e integração, podendo depois criar facilidades, dado o seu prévio conhecimento linguístico e comercial, aos portugueses ou outros europeus.

Uma vez que o caso português será o foco deste trabalho⁷⁹, o que aqui faremos será um sucinto levantamento das contribuições dos vários povos europeus que intervieram em grande escala na expansão europeia, em suma, um apanhado do papel da emigração para os territórios ultramarinos por entre os vários povos europeus, sem o qual, a compreensão da emigração portuguesa neste mesmo período, não poderá ser tão rigorosa. De seguida, poderemos analisar o panorama português, uma vez que esta tarefa nos vai ajudar a compreender as conjunturas económicas dos vários locais para onde os portugueses emigravam e, assim, as razões das escolhas dos seus destinos.

Apesar de Portugal, ao longo do século XV, ter enviado contingentes humanos para as ilhas da Madeira, dos Açores e para África, tanto para as praças no norte deste continente com um objetivo plenamente militar, como para as fortalezas e feitorias criadas ao longo da costa atlântica, os números daqueles que saíam não atingiram valores tão elevados como ocorreria nos séculos seguintes. Marrocos contaria, na segunda metade de Quatrocentos, com 20 000 a 25 000 portugueses⁸⁰, a restante costa africana não teria mais de 1000⁸¹ e os arquipélagos dos Açores e da Madeira agrupariam

⁷⁶ HANCOCK, David J. – *The Triumphs of Mercury...* pp. 112-140 (117).

⁷⁷ POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio – *Articulações Portugal/Brasil...* pp. 19-48 (24).

⁷⁸ PEARSON, Michael – *The Indian Ocean...* p. 154.

⁷⁹ Os números da dispersão de portugueses pelo pelos territórios portugueses em torno do globo podem ser observados no Quadro 1 em Anexo.

⁸⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo – O Reino Quinhentista in RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal*. 7ª edição. Lisboa: A Espera dos Livros, 2012. ISBN 978-989-626-366-9. Pp. 227-249 (245); GODINHO, Vitorino Magalhães – L'Émigration Portugaise (XVe-XXe siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Editora Sá da Costa. Nº1 (1978). P. 5-32 (12-13).

⁸¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Um Mundo em Movimento. Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel, 1998. ISBN 972-29-0425-6. P. 96.

cerca de 5000⁸², aos quais se juntariam mais 2000 no conjunto das ilhas de Cabo Verde e São Tomé⁸³, estas alvo de uma colonização mais lenta que, portanto, teve que recorrer à emigração forçada⁸⁴. Os territórios portugueses em redor do globo não deveriam exceder os 30 000 a 40 000 habitantes de origem portuguesa⁸⁵. Porém, descontados os retornos e os nascimentos fora do reino, a população ativa portuguesa fora da Europa não ultrapassava os 15 000 indivíduos⁸⁶, o que reflete uma escassa disponibilidade de povoamento por parte do reino. A estes devemos ainda acrescentar aqueles que partiram para territórios dependentes de outras coroas, como para as Índias de Castela, cujo número de habitantes lusos se tem vindo a revelar difícil de apurar quer porque a destriça entre aqueles que habitam estes espaços ou lá se encontram em negócios não é fácil de fazer na documentação, quer porque a presença portuguesa nestes territórios era maioritariamente ilegal, não existindo qualquer tipo de contabilidade abrangente. Ainda assim, por volta de 1642 existiriam 500 portugueses em Lima e Callao, o seu porto, e cerca de 1600 famílias de origem portuguesa em toda a Nova Espanha⁸⁷.

Com as Américas castelhanas, o processo, apesar de mais tardio, não teria um arranque tão lento e, a nível quantitativo, assim tão limitado. Logo na sua segunda viagem à América, Cristóvão Colombo levou consigo 1500 homens⁸⁸ e, no século seguinte, a emigração em direção às Índias de Castela atingiria, no mínimo, uma média de saídas de mais de 2500 pessoas por ano⁸⁹, considerando outros autores um valor na

⁸² GODINHO, Vitorino Magalhães – L'Émigration Portugaise... pp. 5-32 (12-13); RODRIGUES, Teresa Ferreira – As Estruturas Populacionais in MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*. [Lisboa]: Editorial Estampa, 1993. ISBN 972-33-1084-8. Vol. 3: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Pp. 179-217 (213).

⁸³ RODRIGUES, Teresa Ferreira – As Estruturas Populacionais... III, pp. 179-217 (213).

⁸⁴ SOUSA, José António Conceição de – “Gente” na Expansão Portuguesa: Gestão de Recursos Humanos nos Séculos XV e XVI. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010. Dissertação de Mestrado. P. 15; TEIXEIRA, André – Povoamento: um processo que se prolonga no tempo in SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005. ISBN 972-33-2193-9. Vol. III, tomo II: A Colonização Atlântica. Pp. 14-28. *Ibidem*.

⁸⁵ RODRIGUES, Teresa Ferreira – As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII in RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.) – *História da População Portuguesa*. Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, 2008. ISBN 978-972-36-1005-5. Pp. 159-246 (167).

⁸⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Um Mundo em Movimento...* p. 95.

⁸⁷ SERRANO MANGAS, Fernando – *Encrucijada Portuguesa: Esplendor y quiebra de la unión ibérica en las Indias de Castilla (1600-1668)*. Badajoz: Excelentísima Diputación Provincial de Badajoz, 1994. ISBN 84-7796-869-1. Pp. 19-20.

⁸⁸ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás – The First Transatlantic Transfer: Spanish Migration to the New World, 1493-1810 in CANNY, Nicholas (ed.) – *Europeans on the Move: Studies on European Migration, 1500-1800*. Oxford: Clarendon Press, 1994. Pp. 26-36 (26).

⁸⁹ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás – The First Transatlantic Transfer... pp. 26-36 (27).

ordem dos 200 000 ou 240 000 entre 1493 e 1600⁹⁰, cifra semelhante àquela atingida por Portugal no seu segundo século de expansão fora da península para um espaço geograficamente muito mais vasto⁹¹. O período da União Dinástica foi de aumento da emigração dos dois lados da fronteira, com os contingentes de cada reino a atingir valores de saída na ordem dos 5000 indivíduos por ano⁹². Mais de um terço do número espanhol foi dispensado pela Andaluzia⁹³, o território escolhido pela Coroa, pela sua posição geográfica a sul, mas também com costa atlântica, para acolher o monopólio comercial com as Índias de Castela⁹⁴. Dentro deste espaço destacava-se Sevilha, uma zona densamente povoada e uma das cidades portuárias mais ricas da península e com redes comerciais estabelecidas⁹⁵, o que garantia às populações deste território uma maior facilidade de embarque numa altura em que os latifúndios senhoriais se expandiam conduzindo os pequenos agricultores à miséria e desencadeando uma emigração em cadeia no século seguinte⁹⁶, apesar de no final do século XVII a contribuição basca se tornar mais proeminente⁹⁷. Alguns autores, como é o caso de David Eltis, são bem mais conservadores nas suas leituras quantitativas, colocando os valores para a emigração portuguesa e castelhana bem abaixo dos 200 000 antes do século XVIII, tendo Portugal enviado apenas um contingente de 58 000 homens e mulheres até 1580, e 110 000 durante a União Dinástica, valores inferiores aos castelhanos de 139 000 no primeiro intervalo de tempo, e 188 000 no segundo⁹⁸. Ainda

⁹⁰ BATH, B. H. Slicher van – The absence of white contract labour in Spanish America during the colonial period in EMMER, Peter C. (ed.) – *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986. ISBN 978-94-010-8436-9. Pp. 19-31 (25).

⁹¹ GODINHO, Vitorino Magalhães – L'Émigration Portugaise... pp. 5-32 (9).

⁹² GODINHO, Vitorino Magalhães – L'Émigration Portugaise... pp. 5-32 (9); MACÍAS HERNÁNDEZ, Antonio M. – La emigración española a America (1500-1914) in EIRAS ROEL, Antonio (coord.) – *Emigración Española y Portuguesa a America (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica. Alicante, abril de 1990. Volumen I)*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991. Pp. 33-60 (35).

⁹³ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás – The First Transatlantic Transfer... pp. 26-36 (28); SIXIREI PAREDES, Carlos – Andalucía y Galicia. Dos modelos de emigración regional a América in *Encuentro de Latinoamericanistas Españoles: Viejas y nuevas alianzas entre América Latina y España*. [Em linha]. [s.l.]: CEEIB, 2006. [Consult. em 14 janeiro 2017]. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr>. Pp. 184-194 (185); ELLIOTT, John H. – *Empires of the Atlantic World*... p. 51.

⁹⁴ REY CASTELAO, Ofelia – Los gallegos y América en tiempos de Carlos V in EIRAS ROEL, Antonio (coord.) – *El Reino de Galicia en la Época del Emperador Carlos V*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2000. ISBN 978-844-5329-26-9. Pp. 301-325 (301-302).

⁹⁵ O'FLANAGAN, Patrick – *Port Cities of Atlantic Iberia, c. 1500-1900*. Aldershot: Ashgate, 2008. ISBN 978-0-7546-6109-2. P. 43.

⁹⁶ SIXIREI PAREDES, Carlos – Andalucía y Galicia... pp. 184-194 (185-186).

⁹⁷ BATH, B. H. Slicher van – The absence of white... pp. 19-31 (27).

⁹⁸ ELTIS, David – Free and Coerced Migrations... pp. 34-74 (62). Este estudo contém um levantamento do número de europeus, das várias nações, que partiram para as Américas.

assim, até 1640, são os povos peninsulares aqueles que dominam no período inicial de colonização.

Relativamente aos números da emigração castelhana em comparação com os portugueses, duas particularidades há a ter em conta. Em primeiro lugar, a distribuição da população ibérica. Se Portugal contaria com uma população de menos de 1 400 000 pessoas nos anos 20 e 30 do século XVI, no final da União Dinástica este valor ainda não sofrera grandes modificações⁹⁹, ao passo que o reino vizinho contava com uma população de quase oito milhões¹⁰⁰, significando este número uma maior disponibilidade demográfica para a colonização dos territórios ultramarinos. A este aspeto juntava-se a dispersão de territórios a ser povoados por Portugal, que forçava uma presença disseminada e estratégica nos vários espaços do globo, com exceção do Brasil a partir da segunda metade do século XVI. No caso castelhano, a unidade territorial ultramarina, quase totalmente remetida ao território americano, permitia uma estratégia que John Elliott classificaria de romana, “primero tenían que conquistar, después colonizar y por último organizar, gobernar y explotar sus conquistas”¹⁰¹, resultando num povoamento efetivo do território e na criação, ao ano de 1580, de cerca de 230 núcleos urbanos, muitas vezes através do aproveitamento das cidades indígenas existentes como Tenochtitlán¹⁰², quando a América portuguesa tinha apenas 18 no final do século XVI¹⁰³. No início da União Dinástica as Índias de Castela contavam com cerca de 150 000 castelhanos¹⁰⁴ e, no final do século XVI, com 200 000 a 250 000, com uma média de 2000 a 2500 travessias por ano¹⁰⁵. Assim, apesar de Portugal ter começado a sua expansão primeiro, o rácio de emigrantes enviados pelos dois reinos ibéricos para os espaços ultramarinos até ao ano de 1580 era de 60-40 para Castela¹⁰⁶.

Ao longo do século XVI, os portugueses, tal como os castelhanos, vão ser alvo da concorrência dos franceses, holandeses e ingleses. Logo desde a primeira década do

⁹⁹ RODRIGUES, Teresa Ferreira – As vicissitudes do povoamento... pp. 159-246 (176).

¹⁰⁰ ELLIOTT, John H. – *España y su Imperio en los siglos XVI y XVII*. P. 4. [Em linha]. [Consult. em 16 de outubro de 2016]. Disponível em: <http://www.ignacioldarnaude.com>.

¹⁰¹ “primeiro tinham que conquistar, depois colonizar e por fim organizar, governar e explorar as suas conquistas”. ELLIOTT, John H. – *España y su Imperio*... p. 3.

¹⁰² ELLIOTT, John H. – *Empires of the Atlantic World*... pp. 38-39.

¹⁰³ PUNTONI, Pedro – “Como coração no meio do corpo” in SOUZA, Laura de Mello e (org.); FURTADO, Junia Ferreira (org.); BICALHO, Maria Fernanda (org.) – *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009. Pp. 371-387 (382).

¹⁰⁴ ELLIOTT, John H. – *Empires of the Atlantic World*... p. 41.

¹⁰⁵ ELLIOTT, John H. – *Empires of the Atlantic World*... p. 52.

¹⁰⁶ PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier – Maritime powers, colonial powers: the role of migration (c. 1492-1792) in KLOOSTER, Wim (ed.) – *Migration, Trade and Slavery in an Expanding World. Essays in Honor of Pieter Emmer*. Leiden/Boston: Brill, 2009. ISBN 978-90-04-17620-1. Pp. 45-71 (48).

século XVI, os franceses, já habituados desde a época medieval a incursões fora do seu território como o foi a conquista de Inglaterra em 1066, a presença nas Cruzadas desde finais do século XI e o estabelecimento de uma dinastia francesa em Chipre até 1372¹⁰⁷, fizeram notar a sua presença na costa brasileira, mas nunca conseguiram desenvolver entrepostos comerciais como os portugueses, dedicando-se também ao corso como forma de enfraquecer a posição ibérica e preferindo colonizar espaços que, apesar de serem, por concessão papal, da esfera de influência ibérica, não estavam ainda povoados, tal como a América do Norte¹⁰⁸. A presença francesa no *mare nostrum* português manifestava-se, assim, de duas formas: criação de alianças com algumas formações políticas ameríndias da costa brasileira para poder aportar e embarcar pau-brasil que seria transportado para a Europa e posterior aproveitamento das alianças estabelecidas localmente para levar avante o projeto da França Antártica, com a conquista da baía de Guanabara nos anos de 1550¹⁰⁹; intensa atividade de corso que tinha como alvo as embarcações portuguesas que se dirigiam ao reino¹¹⁰, particularmente as que regressavam do Golfo da Guiné, o que levou a uma quebra dos resgates de ouro¹¹¹ e à perda de mercadorias no valor de cerca de um milhão de cruzados¹¹². Mais do que a um parasitismo dos restantes povos europeus face aos pioneiros ibéricos, o que se assistia era à afirmação da vontade que estes tinham de, tal como os ibéricos, frequentar os mares e a terra a que estes os conduziam, e daí colher benefícios. A sua presença, já que não era bem-vinda, passava pela imposição, o que resultava numa concorrência feroz representada pelo corso¹¹³.

Com uma população que seria quase 15 vezes maior do que a portuguesa no século XVI¹¹⁴, a França, o maior e mais populoso país europeu da época¹¹⁵, tal como as

¹⁰⁷ ALDRICH, Robert – *Greater France: A History of French Overseas Expansion*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1996. ISBN 978-0-312-16000-5. P. 10.

¹⁰⁸ HART, Jonathan – *Comparing Empires. European Colonialism from Portuguese Expansion to the Spanish-American War*. 1ª edição. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2003. ISBN 978-1-349-52664-2. P. 45.

¹⁰⁹ MAGALHÃES, Joaquim Romero – O Reconhecimento do Brasil in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1600-4. Vol. I: A Formação do Império (1415-1570). Pp. 192-222 (210-211);

¹¹⁰ FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Redondo: Patrimonia, 1995. Pp. 253-254.

¹¹¹ PEREIRA, João Cordeiro – *Resgate do Ouro na Costa da Mina nos reinados de D. João III e D. Sebastião*. STVDIA. Lisboa. Nº 50 (1991). Pp. 5-48 (16-17).

¹¹² Cit. em ROCHA, Gabriel de Avilez – *Empire from the Commons...* p. 128.

¹¹³ ROCHA, Gabriel de Avilez – *Empire from the Commons...* p. 95.

¹¹⁴ RODRIGUES, Teresa Ferreira – As vicissitudes do povoamento... pp. 159-246 (160), BENJAMIN, Thomas – *The Atlantic World...* p. 47; SERRÃO, José Vicente – População e rede urbana nos séculos

outras potências europeias, sairia prejudicada das negociações entre os reinos ibéricos para a distribuição dos territórios ultramarinos¹¹⁶ e ver-se-ia numa posição preterida que não lhe permitia uma colonização efetiva pujante em terra firme neste período¹¹⁷, como é visto pelo massacre de huguenotes causado pelos espanhóis na Flórida na década de 1560¹¹⁸. Este reino contava sobretudo com uma presença em Santo Domingo e na Nova França (Canadá), fundada com a criação do Quebec em 1608, à qual se juntaram Trois Rivières e Montreal¹¹⁹, ainda que com uma quantidade de colonos bastante reduzida em meados deste século, não mais de 300, em comparação com os comerciantes de peles,¹²⁰ além de Martinique, Guadalupe, Santa Lucia e Tobago (em mãos castelhanas)¹²¹. Neste mesmo período procurava ainda fixar-se na zona de influência portuguesa da América, uma vez mais, procurando os espaços que os portugueses não tinham ainda povoado no norte do território, na zona de Paraíba e Maranhão¹²². Foi neste território que, em 1612, os franceses fundaram a cidade de S. Luís. Porém os portugueses encetariam novamente a defesa do espaço que, pelo Tratado de Tordesilhas, lhes pertencia, e, em 1615, afastaram os franceses da região conquistando a cidade e acabando com o projeto da França Equinocial¹²³. Como resultado da defesa das inúmeras investidas francesas à América por parte dos reinos ibéricos, os números de emigrantes franceses neste continente, 7000 em 1642 e 16 000 em 1655¹²⁴, metade nas ilhas do Caribe¹²⁵, onde a economia açucareira impulsionava um crescimento populacional tanto oriundo da

XVI-XVIII in OLIVEIRA, César (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1996. ISBN 972-42-1300-5. Pp. 63-77 (64).

¹¹⁵ O'FLANAGAN, Patrick – *Port Cities of Atlantic...* p. 26.

¹¹⁶ BENJAMIN, Thomas – *The Atlantic World...* p. 214.

¹¹⁷ DAVIES, K. G. – *The North Atlantic World in the Seventeenth Century*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1974. ISBN 0-8166-0713-3. Pp. 9-10.

¹¹⁸ HART, Jonathan – *Comparing Empires...* p. 92; DAVIES, K. G. – *The North Atlantic World...* pp. 6-7.

¹¹⁹ DAVIES, K. G. – *The North Atlantic World...* p. 41.

¹²⁰ ALDRICH, Robert – *Greater France...* p. 11.

¹²¹ PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier – Maritime powers, colonial powers... pp. 45-71 (66); MAURO, Frédéric – French indentured servants for America, 1500-1800 in EMMER, Peter C. (ed.) – *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986. ISBN 978-94-010-8436-9. Pp. 83-104 (83).

¹²² GODINHO, Vitorino Magalhães – *L'Émigration Portugaise...* pp. 5-32 (9).

¹²³ MAGALHÃES, Joaquim Romero – A Construção do Espaço Brasileiro in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1734-5. Vol. II: Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Pp. 28-64 (44-45).

¹²⁴ MAGALHÃES, Joaquim Romero – A Construção do Espaço Brasileiro... pp. 28-64 (46).

¹²⁵ PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier – Maritime powers, colonial powers... pp. 45-71 (62-63).

¹²⁶ ALDRICH, Robert – *Greater France...* p. 13.

Europa como de África (em 1687, Santo Domingo contava com 77 000 habitantes)¹²⁶, não impressionam, principalmente tendo em conta a disponibilidade demográfica do reino, mas este acentuado crescimento num período de 13 anos, em boa parte causado pela promoção da Nova França a Província Real com incentivo à agricultura e aproveitamento florestal por parte da Coroa¹²⁷, anunciava já o início da torrente de emigração de franceses em direção à América ocorrida a partir de 1640 e que se estenderia até 1700, quando o número de emigrantes rondaria os 45 000¹²⁸. O século XVIII seria marcado por um progressivo abandono formal da França dos seus territórios na América, como por exemplo da Acádia (Nova Escócia) em 1713, que, pelo Tratado de Utreque, passou para mãos inglesas¹²⁹. Em África e no Índico, a presença francesa em termos numéricos revelar-se-ia tímida durante os séculos XVI e XVII, apesar do seu estabelecimento na Índia na década de 1670 em Pondichéry e Chandernagor¹³⁰, arrancando somente nos anos de Setecentos com o estabelecimento de colonos em postos comerciais africanos e em ilhas desertas do Índico¹³¹.

Por seu turno, com uma população idêntica, em número, à portuguesa, no século XVI, com cerca de 1,2 milhões de almas em 1550 e mais 700 000 em 1650¹³², a disputa holandesa dos territórios em torno do globo onde os povos ibéricos se haviam fixado integrou um movimento que começou por ser bem mais localizado. A forte concorrência encetada pelos neerlandeses começou por ser uma forma de combate contra a Coroa castelhana, uma luta pela emancipação que se tornou numa guerra à escala global para enfraquecer a posição castelhana¹³³ e que, com a União Dinástica, afetou também as posições portuguesas na África, Ásia e América, numa tentativa de conquistar para si parte do sucesso que os ibéricos usufruíam nesses espaços¹³⁴. Os

¹²⁶ DESSENS, Nathalie – *From Saint-Domingue to New Orleans: Migration and Influences*. Gainesville/etc.: University Press of Florida, 2007. ISBN 978-0-8130-3567-3. Pp. 6-8.

¹²⁷ ALDRICH, Robert – *Greater France...* p. 12.

¹²⁸ ENGERMAN, Stanley – War, Colonization, and Migration over Five Centuries in KLOOSTER, Wim (ed.) – *Migration, Trade and Slavery in an Expanding World. Essays in Honor of Pieter Emmer*. Leiden/Boston: Brill, 2009. ISBN 978-90-04-17620-1. Pp. 9-43 (34).

¹²⁹ ALDRICH, Robert – *Greater France...* p. 12.

¹³⁰ ALDRICH, Robert – *Greater France...* p. 17.

¹³¹ ALDRICH, Robert – *Greater France...* p. 15-17.

¹³² MCEVEDY, Colin; JONES, Richard – *Atlas of World Population History*. [s.l.]: Penguin Books, 1978. P. 62.

¹³³ MURTEIRA, André Alexandre Martins – *A Carreira da Índia e o Corso Neerlandês 1595-1625*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2006. Dissertação de Mestrado. P. 40. [Consult. em 2 de janeiro de 2017]. Disponível em: <http://www.cham.fcsh.unl.pt>.

¹³⁴ EMMER, Peter C. – The First Global War: The Dutch versus Iberia in Asia, Africa and the New World, 1590-1609. *e-journal of Portuguese History*. [Em linha]. [s.l.]: [s.n.]. Vol. 1, nº 1 (2003). Pp. 1-14 (1; 3). [Consult. em 10 de outubro de 2016]. Disponível em: <https://www.brown.edu>; SMITH, Edmond –

sucessivos embargos ao acesso de navios holandeses aos portos ibéricos ordenados por Filipe II e a crescente procura por produtos orientais a que os portugueses não conseguiam responder conduziu os holandeses diretamente às fontes de produção das mercadorias asiáticas a um ritmo impressionante de 13 embarcações por ano entre 1597 e 1602¹³⁵. Como disse Kenneth Gordon Davies relativamente à estratégia de fixação neerlandesa, “The Dutch planted, not colonies, but factories”¹³⁶. Com a criação, neste ano de 1602, da VOC, os holandeses que, como Peter Emmer clarifica, usufruíram de uma falta de concorrência poderosa europeia¹³⁷, disputariam com os povos hispânicos o acesso aos territórios asiáticos e encetariam um processo de pirataria às embarcações portuguesas e espanholas¹³⁸, causando prejuízo aos seus inimigos enquanto garantiam um retorno de cerca de 6% ao ano aos seus investidores¹³⁹. Através do seu entreposto de Batávia, os neerlandeses foram capazes de reduzir drasticamente a presença portuguesa nos mares asiáticos, tomando para si as redes estabelecidas pelos ibéricos e conduzindo-os para fora do espaço asiático, como ocorreu em 1641 com a expulsão dos portugueses de Malaca¹⁴⁰.

Na África, os holandeses traficaram na costa ocidental, adquirindo principalmente ouro até 1621, passando depois desta época a comerciar também escravos¹⁴¹. Todavia, “There is no doubt that Brazil offered the best commercial opportunities to the Dutch outside Europe”¹⁴², a partir do momento em que lá se estabeleceram nos anos 20 do século XVII. Aqui, pelo acolhimento proporcionado por uma maior tolerância religiosa¹⁴³, os holandeses beneficiaram da presença de judeus

The Economic World of the Early Dutch and English Atlantic in COFFMAN, D’Maris (ed.); LEONARD, Adrien (ed.); O’REILLY, William (ed.) – *The Atlantic World*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2015. ISBN 978-0-415-46704-9. Pp. 531-545 (531).

¹³⁵ EMMER, Peter C. – The First Global War... pp. 1-14 (6).

¹³⁶ “os neerlandeses plantavam, não colónias, mas fábricas”. DAVIES, K. G. – *The North Atlantic World*... p. 44.

¹³⁷ EMMER, Peter C. – The Dutch Atlantic, 1600-1800: Expansion Without Empire. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*. [Em linha]. Pp. 31-48 (43). Colónia/Weimar/Viena: Böhlau Verlag. N° 38 (2001). [Consult. em 22 dezembro 2016]. Disponível em: <https://www.degruyter.com>. ISSN 1438-4752.

¹³⁸ Como clarifica André Murteira, ainda mais prejudicial do que esta pirataria exercida no início do século XVII contra a já insuficiente frota portuguesa, estava o grande número de embarcações portuguesas que, ao longo do percurso da rota do Cabo, pelas mais variadas razões, desde avarias a naufrágios, impedia os portugueses de concorrer com os holandeses no Oriente. Cf. MURTEIRA, André Alexandre Martins – *A Carreira da Índia*... pp. 40-87.

¹³⁹ EMMER, Peter C. – The First Global War... pp. 1-14 (7).

¹⁴⁰ O’FLANAGAN, Patrick – *Port Cities of Atlantic*... p. 27.

¹⁴¹ EMMER, Peter C. – The First Global War... pp. 1-14 (7).

¹⁴² “Não há dúvida que o Brasil ofereceu as melhores oportunidades comerciais aos holandeses fora da Europa”. EMMER, Peter C. – The First Global War... pp. 1-14 (8).

¹⁴³ ISRAEL, Jonathan I. – *Conflicts of Empires. Spain, the Low Countries and the Struggle for World Supremacy 1585-1713*. Londres/Rio Grande: The Hambledon Press, 1997. ISBN 1-85285-161-9. P. 156.

especializados no comércio do açúcar. Todavia, rapidamente compreenderiam que só era possível suportar a produção de açúcar na América com o contributo da mão-de-obra escrava, o que os levou à conquista de posições portuguesas na margem oriental do Atlântico, como São Tomé e Luanda, para onde, apesar das perdas destas praças nos anos de 1640, se deslocaram 17 000 homens entre 1624 e 1673 ao serviço da WIC¹⁴⁴. Aquando da aclamação de D. João IV, em 1640, Portugal deparava-se com uma hegemonia holandesa: no Brasil a WIC dominava

o litoral do Nordeste entre o Ceará e o rio São Francisco. Na costa ocidental da África, havia conquistado o castelo da Mina, graças a uma força naval despachada do Recife. No Oriente, a Companhia das Índias Orientais (V.O.C.) havia-se assenhoreado das ilhas Molucas e de metade do litoral do Ceilão¹⁴⁵.

Foi sob o desígnio das companhias comerciais que a maioria dos holandeses se deslocou para fora da Europa, porém, os Países Baixos, tal como a França, viram-se forçados a combater uma presença ibérica pré-existente associada a um controlo marítimo que não implicava necessariamente o estabelecimento de grandes povoamentos, pelo que o número de indivíduos presentes no mundo Atlântico nos anos de 1640 pouco ultrapassaria os 5000, com 4000 no Brasil e 1170 na Costa do Ouro, São Tomé e Angola¹⁴⁶, além de cerca de 600 na zona do Hudson e Delaware, que ainda não ultrapassaria os 3500 em 1655¹⁴⁷. Até 1700 somente emigrariam para a América portuguesa mais 13 000¹⁴⁸. No total, as possessões neerlandesas no Brasil e na América do Norte não contaram com mais de 15 000 europeus ao mesmo tempo, e só cerca de 10 000 holandeses¹⁴⁹. A verdadeira aposta holandesa, em termos de emigração, revelar-se-iam a Ásia e a Costa Oriental Africana onde o esforço para aceder às mercadorias e apartar do comércio as potências já estabelecidas da Espanha e Portugal, às quais se viria a juntar a Inglaterra, conduziu, até 1800, ao serviço da VOC, 475 000 pessoas para esses espaços¹⁵⁰, com cerca de 40 000 em atividade ao mesmo tempo no seu auge¹⁵¹.

¹⁴⁴ SILVA, Filipa Ribeiro da – *Dutch and Portuguese in Western Africa. Empires, Merchants and the Atlantic System, 1580-1674*. Leiden/Boston: Brill, 2011. ISBN 978-90-04-20151-4. P. 104.

¹⁴⁵ MELLO, Evaldo Cabral de – *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*. Lisboa: CNCDP, 2001. P. 29.

¹⁴⁶ SILVA, Filipa Ribeiro da – *Dutch and Portuguese...* p. 107.

¹⁴⁷ BOOGAART, E. van den – The servant migration to New Netherland, 1624-1664 in EMMER, Peter C. (ed.) – *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986. ISBN 978-94-010-8436-9. Pp. 55-81 (57; 77).

¹⁴⁸ ENGERMAN, Stanley – War, Colonization, and Migration... pp. 9-43 (34).

¹⁴⁹ EMMER, Peter C. – The Dutch Atlantic... pp. 31-48 (35).

¹⁵⁰ LUCASSEN, Jan – The Netherlands, the Dutch, and Long-Distance Migration in the Late Sixteenth to Early Nineteenth Centuries in CANNY, Nicholas(ed.) – *Europeans on the Move: Studies on European Migration, 1500-1800*. Oxford: Clarendon Press, 1994. Pp. 153-191 (181).

¹⁵¹ EMMER, Peter C. – The Dutch Atlantic... pp. 31-48 (32).

Outros autores vão mais longe e consideram mesmo que estes números são bastante mais elevados, registando-se, entre 1602 e 1795, a partida de 995 000 indivíduos, dos quais apenas regressaram à Europa 379 000¹⁵².

Por último, olhemos para o caso inglês que, tal como todas as outras potências europeias que deram início à sua expansão no século XVI, teve que lutar contra a pré-estabelecida presença ibérica, aprendendo, portanto, com a sua experiência e usando como modelo os exemplos hispânicos¹⁵³. Na segunda metade do século XVII, a Inglaterra “had transformed itself from a kingdom on the European margins to one well positioned to take advantage of new opportunities all around the world”, afastando mesmo a Espanha de alguns territórios na América¹⁵⁴, onde em 1634 já tinha 12 colónias¹⁵⁵. Depois da época das explorações, os ingleses, nas décadas de 1620 e 1630, aliaram-se aos holandeses para expulsar os espanhóis do Caribe e aí estabelecer colónias, como Barbados ou as ilhas Leewards de St. Kitts, Nevis, Antigua e Montserrat¹⁵⁶, processo que já haviam inaugurado no século anterior com o estabelecimento, por exemplo, de Roanoke na costa norte atlântica, na década de 80, para aí ter uma base de pirataria contra as embarcações castelhanas¹⁵⁷ ou na Baía de Chesapeake, cujo povoamento começou, com inúmeros percalços, em 1607¹⁵⁸, e para onde, em 1700, já tinham ido cerca de 116 000 emigrantes¹⁵⁹. Por volta de 1660, descontando os retornos e as mortes, a Nova Inglaterra contava com 25 000 a 30 000 habitantes e cerca de 92 000 em 1700. Nas colónias do sul, Virgínia e Maryland, contabilizavam 36 000 a 38 000 habitantes em 1660 e 104 000 em 1700, agora já contando com a Carolina do Norte e do Sul, e as colónias de Nova Iorque, Nova Jérсия e Pennsylvania tinham, em finais do século XVII, uma população de 53 000 indivíduos, 10% constituída por africanos¹⁶⁰. Já na Ásia, as disputas com os holandeses eram mais

¹⁵² BOOGAART, E. van den; EMMER, Peter C. – Colonialism and migration... pp. 3-15 (3).

¹⁵³ ELLIOTT, John H. – *España, Europa y el Mundo de Ultramar (1500-1800)*. [s.l.]: Santillana, 2010. ISBN 978-84-306-0780-8. Pp. 68-69.

¹⁵⁴ “tinha-se transformado de um reino nas margens da Europa num reino bem posicionado tomar partido das novas oportunidades em torno do globo”. GAMES, Alison – Anglo-Dutch Connections and Overseas Enterprises. A Global Perspective on Lion Gardiner’s World. *Early American Studies*. [s.l.]: Penn Press. Vol. 9, nº 2 (2011). Pp. 435-461 (437).

¹⁵⁵ DAVIES, K. G. – *The North Atlantic World*... p. 40.

¹⁵⁶ DAVIES, K. G. – *The North Atlantic World*... p. 39.

¹⁵⁷ GAMES, Alison – Anglo-Dutch Connections... pp. 435-461 (438).

¹⁵⁸ DAVIES, K. G. – *The North Atlantic World*... pp. 37-38.

¹⁵⁹ CANNY, Nicholas – English Migration into and across the Atlantic during the Seventeenth and Eighteenth Centuries in CANNY, Nicholas(ed.) – *Europeans on the Move: Studies on European Migration, 1500-1800*. Oxford: Clarendon Press, 1994. Pp. 39-75 (54).

¹⁶⁰ DAVIES, K. G. – *The North Atlantic World*... p. 63.

correntes, acabando mesmo por ser afastados das ilhas das especiarias, focando-se, então, na Índia, cuja companhia monopolista de comércio havia sido fundada em 1600¹⁶¹.

Apesar de a expansão inglesa fora da Europa ter começado tarde relativamente aos reinos ibéricos, em termos numéricos, os contingentes ingleses de emigrantes impressionam. Com uma base populacional a rondar os 6,25 milhões em 1600 e os 7,5 milhões em 1650¹⁶², ou seja, menos de metade da população francesa, a Inglaterra, ainda assim com uma enorme disponibilidade de recursos humanos dada a pobreza resultante do crescimento populacional acelerado e a falta de oportunidades profissionais¹⁶³, fez um esforço enorme para povoar a América. Neste esforço podemos incluir a produção de literatura promocional para atrair colonos para espaços cujas riquezas naturais por si só não bastavam¹⁶⁴. Como reflexo dos grandes quantitativos de emigração, 1,2 milhões entre 1540 e 1740, a maioria para a Irlanda¹⁶⁵, observou-se um abrandamento do crescimento populacional, ainda que não a um nível que pudesse prejudicar o crescimento natural exceto nas décadas de 1660 e 1720¹⁶⁶. O enorme contingente de indivíduos que partiu em direção à América pode, em parte, justificar o seu sucesso na colonização do território para onde se dirigiram cerca de 248 000 emigrantes entre 1640 e 1700¹⁶⁷, uma média de mais de 4000 indivíduos/ano, o dobro dos que partiram entre 1580 e 1680, quando a emigração inglesa já ultrapassava a portuguesa em 16 milhares, valor bastante menor do que a diferença de quase 200 000 homens que separava as emigrações em direção às Américas de Portugal e Inglaterra entre 1640 e 1700, ou mesmo de 90 000 em relação à Espanha¹⁶⁸. Esta grande capacidade de povoamento da América inglesa, ainda que não só por ingleses, pode ser vista no caso das ilhas Leewards, tidas como um dos piores espaços para se viver no

¹⁶¹ GAMES, Alison – *Anglo-Dutch Connections...* pp. 435-461 (444).

¹⁶² RODRIGUES, Teresa Ferreira – *As vicissitudes do povoamento...* pp. 159-246 (167); SERRÃO, José Vicente – *População e rede urbana...* pp. 63-77 (64).

¹⁶³ JORDAN, Don; WALSH, Michael – *White Cargo: The Forgotten History of Britain's White Slaves in America*. 1ª edição. Nova Iorque: New York University Press, 2007. ISBN 978-0-8147-4296-9. Pp. 21-22; 90.

¹⁶⁴ ELLIOTT, John H. – *Empires of the Atlantic World...* pp. 53-54.

¹⁶⁵ ELTIS, David – *Introduction: Migration and Agency...* pp. 1-31 (24).

¹⁶⁶ GEMERY, Henry A. – *Markets for migrants...* pp. 33-54 (43-44).

¹⁶⁷ PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier – *Maritime powers, colonial powers...* pp. 45-71 (62-63).

¹⁶⁸ ENGERMAN, Stanley – *War, Colonization, and Migration...* pp. 9-43 (34); Para outros números relativamente à emigração das ilhas britânicas em direção à América confrontar também GEMERY, Henry A. – *Markets for migrants: English indentured servitude and emigration in the seventeenth and eighteenth centuries* in EMMER, Peter C. (ed.) – *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986. ISBN 978-94-010-8436-9. Pp. 33-54 (35-40); ELTIS, David – *Free and Coerced Migrations...* pp. 34-74 (62).

mundo inglês, pelo seu clima, pelas catástrofes naturais a que estavam sujeitas, pela topografia das ilhas, pelas ameaças de rebeliões escravas e da guerra com os franceses e pela disseminação de doenças que aí ocorria¹⁶⁹, contavam, no entanto, com uma população europeia, em 1678, de 10 510 indivíduos aos quais se somavam 8449 negros¹⁷⁰, numa área que não ultrapassaria as 260 milhas quadradas, ou seja, cerca de 673 km², boa parte dos quais, nas ilhas de Montserrat, Nevis e St. Kitts, montanhosos¹⁷¹. O pico desta emigração em direção à América antes do século XVIII, que teve como principal destino as Caraíbas¹⁷², terá ocorrido na década de 1650, quando se registaram 52 000 cruzamentos do Atlântico desde a Inglaterra¹⁷³. Como consequência deste grande número de saídas, além do já mencionado abrandamento do crescimento populacional, foi possível observar um aumento dos salários, produto de uma menor procura, tanto na agricultura como nas manufaturas¹⁷⁴. Com estas atividades a perder postos de trabalho, seguir-se-ia uma crise agrícola e económica que escalaria para o plano político¹⁷⁵.

Este fenómeno pode ser explicado pela grande mobilidade existente nas ilhas britânicas, pois no mesmo período em que Chesapeake acolheu 116 000 ingleses, a Irlanda acolheu 180 000¹⁷⁶, juntamente com uma ligação forte com as atividades de transporte marítimo e um mercado de trabalho apoiado em contratos¹⁷⁷. Ainda assim, foi a presença inglesa fora da Europa, como veremos, aquela que menos interferiu nas conjunturas de emigração portuguesa ao longo dos séculos XVI e XVII, uma vez que a emigração inglesa na América se deu em territórios distantes das possessões portuguesas e, nos continentes africano e asiático, a sua presença mais pujante ocorreu num período em que Portugal já via a sua incidência nesses territórios drasticamente reduzida.

Como vimos, a emigração para os territórios ultramarinos, quando encetada pelas autoridades, ou seja, na sua vertente formal, respeitava uma estratégia de colonização específica de acordo com os interesses metropolitanos em combater outras

¹⁶⁹ ZACEK, Natalie A. – *Settler Society in the English Leeward Islands, 1670-1776*. 1ª edição. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010. ISBN 978-0-521-19044-2. Pp. 16-48.

¹⁷⁰ ZACEK, Natalie A. – *Settler Society in the English...* p. 48.

¹⁷¹ ZACEK, Natalie A. – *Settler Society in the English...* p. 16-19.

¹⁷² GEMERY, Henry A. – Markets for migrants... pp. 33-54 (40).

¹⁷³ GEMERY, Henry A. – Markets for migrants... pp. 33-54 (39).

¹⁷⁴ GEMERY, Henry A. – Markets for migrants... pp. 33-54 (44-45).

¹⁷⁵ GEMERY, Henry A. – Markets for migrants... pp. 33-54 (45).

¹⁷⁶ PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier – Maritime powers, colonial powers... pp. 45-71 (68).

¹⁷⁷ GEMERY, Henry A. – Markets for migrants... pp. 33-54 (46).

potências europeias ou adquirir acesso a determinados produtos, mas ao mesmo tempo, sendo praticada como resultado de uma vontade espontânea levava milhares a deslocar-se em busca de uma oportunidade que não tinham na Europa, formando verdadeiras redes entre ambos os lados do oceano que coordenavam o movimento emigratório de acordo com as possibilidades de cada território e as conjunturas que eles atravessavam. Vistos os exemplos europeus que melhor representaram a capacidade de estabelecimento e povoamento em torno do globo, avançaremos para a análise de Portugal como provisor de recursos humanos na sua dimensão informal, procurando os indivíduos as oportunidades que cada espaço lhes podia oferecer.

2) Portugal, o Entre-Douro-e-Minho e Vila do Conde

Segundo o numeramento de 1527-1532, Portugal contava, nessa altura, com cerca de 282 708 fogos, o correspondente a uma população certamente superior a 1 100 000 habitantes e que não ultrapassava as 1 377 000 almas¹⁷⁸, preferindo alguns autores fixar o valor em 1 215 644 habitantes¹⁷⁹, repartidos de forma desigual pelo reino que, em média, contava com uma densidade populacional de 13 a 15 hab./km²¹⁸⁰.

Este valor, próximo daquele registado para as Ilhas Britânicas, que mesmo assim superavam o reino peninsular, revela uma escassez populacional quando comparado com a Holanda ou a França, cuja densidade populacional média rondava os 27 a 31,6 hab./km², sensivelmente o dobro de Portugal¹⁸¹. Significa isto que se, por um lado, a disponibilidade demográfica pode ter sido um fator a contribuir para o domínio holandês do comércio asiático ao longo do século XVII, garantindo às várias companhias comerciais uma base de recrutamento maior¹⁸², que crescia ainda mais com o enorme contingente de homens de língua alemã contratados pela VOC¹⁸³, por outro, o caso francês, também densamente povoado, e com um nível de emigração bastante pequeno, ou das Ilhas Britânicas, com uma densidade populacional idêntica à portuguesa mas uma emigração muito mais acentuada a partir do século XVI, mostram

¹⁷⁸ RODRIGUES, Teresa Ferreira – As vicissitudes do povoamento... pp. 159-246 (167).

¹⁷⁹ COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch – *História Económica de Portugal 1143-2010*. 1ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011. ISBN 978-989-626-346-1. P. 80.

¹⁸⁰ RODRIGUES, Teresa Ferreira – As Estruturas Populacionais... III, pp. 179-217 (183); SERRÃO, José Vicente – População e rede urbana... pp. 63-77 (64).

¹⁸¹ COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch – *História Económica*... p. 76.

¹⁸² Sobre este tema ver SILVA, Filipa Ribeiro da – *Dutch and Portuguese*... pp. 97-118 e SILVA, Filipa Ribeiro da – Dutch Labor Migration to West Africa (c. 1590-1674) in KLOOSTER, Wim (ed.) – *Migration, Trade and Slavery in an Expanding World. Essays in Honor of Pieter Emmer*. Leiden/Boston: Brill, 2009. ISBN 978-90-04-17620-1. Pp. 73-97.

¹⁸³ PENN, Nigel – The Voyage Out... pp. 72-91 (72-73); JACOBS, Jaap – *New Netherland: A Dutch Colony*... p. 54; EMMER, Peter C. – The Dutch Atlantic... pp. 31-48 (32; 47).

que mais importante do que os números era a tenacidade das redes que se formavam, capazes de defender os seus interesses e, muitas vezes, indiferentes a bandeiras, o que lhes poderia garantir um domínio comercial de determinado produto numa região onde não eram bem-vindos pelas autoridades, como foi, veremos, o caso do tráfico de escravos portugueses nas Índias de Castela.

Entre os espaços que, no reino português, agrupavam uma maior população por km² encontramos o Entre-Douro-e-Minho (236 569 habitantes e 32,62 hab./km²), a Beira (291 093 habitantes e 19,03 hab./km²) e a Estremadura (281 715 habitantes e 14,14 hab./km²)¹⁸⁴, que incluía Lisboa e o seu termo que, à época, contaria com 85 170 habitantes¹⁸⁵. A estes seguiam-se Trás-os-Montes (153 205 habitantes e 13,33 hab./km²), o reino do Algarve (42 647 habitantes e 8,55 hab./km²) e o Entre-Tejo-e-Guadiana (210 416 habitantes e 6,94 hab./km²)¹⁸⁶.

A população portuguesa continuaria a crescer até 1620, porém, depois de registar um crescimento de 0,8% ao ano até 1580¹⁸⁷, este moderar-se-ia no restante intervalo cronológico, altura em que o reino atravessa várias crises epidémicas, sobretudo nas décadas de 1581 a 1590 e de 1591 a 1600¹⁸⁸, ao ponto de, em 1620, e mesmo nas vésperas da rutura dinástica, a população portuguesa estar, quantitativamente, ao mesmo nível do numeramento de 1527-1532¹⁸⁹. Só em finais do século XVII Portugal iria atingir os 2 000 000 de habitantes¹⁹⁰. O panorama português não era, portanto, de elevado crescimento populacional no período cronológico focado por esta dissertação, 1560 a 1651, apesar de no século XVI ter sido o mais elevado da

¹⁸⁴ COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch – *História Económica...* p. 80.

¹⁸⁵ HESPANHA, António Manuel – *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político, Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. ISBN 972-40-0782-0. P. 73; DIAS, João José Alves – *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996. ISBN 972-31-0710-4. P. 35.

¹⁸⁶ COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch – *História Económica...* p. 80; Para outra leitura confrontar GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Editora Arcádia, 1971. P. 16.

¹⁸⁷ SERRÃO, José Vicente – *População e rede urbana...* pp. 63-77 (65).

¹⁸⁸ RODRIGUES, Teresa Ferreira – *As vicissitudes do povoamento...* pp. 159-246 (241).

¹⁸⁹ RODRIGUES, Teresa Ferreira – *As vicissitudes do povoamento...* pp. 159-246 (175-176). Vitorino Magalhães Godinho, pelo contrário, aponta um crescimento da população, passando esta de uma densidade média de 15,7 na década de 30 do século XVI para 22 hab./km² em 1640. Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Estrutura da Antiga...* p. 16; José Vicente Serrão, por outro lado, apresenta-nos um ligeiro decréscimo populacional entre 1620 e 1640 de 487 mil fogos para 477 000. Cf. SERRÃO, José Vicente – *População e rede urbana...* pp. 63-77 (64).

¹⁹⁰ RODRIGUES, Teresa Ferreira – *As vicissitudes do povoamento...* pp. 159-246 (175-176).

Europa¹⁹¹, o que indica que a massa populacional de que o reino dispunha limitava o número de portugueses que poderia povoar os territórios ultramarinos, ainda que este não fosse, como vimos, um fator decisivo.

Mas olhemos para o caso do Entre-Douro-e-Minho, província a que pertencia Vila do Conde e que é geralmente aceite como aquela que, em Portugal, mais gente enviou para fora da Europa durante a expansão e subsequente presença portuguesa extrapeninsular¹⁹². Com 7252 km² de superfície, o equivalente a 8,12% do total de Portugal continental, esta província reunia 236 569 pessoas em 1527, tendo em conta um número de habitantes por fogo de 4,3, o que corresponderia a 19,5% da população total do reino¹⁹³. Em 1700, a população que se concentrava neste mesmo espaço era já de 564 087 habitantes, numa percentagem de 23,4% do total¹⁹⁴ (mais de 25% se contabilizarmos 2 milhões de habitantes). A densidade populacional passara assim de 32,6 hab./km² para 77,8, em ambos os casos representativa de valores bastante elevados tendo em conta a referida média de 13 a 15 hab./km² no reino e de 22,4 em 1700, se considerarmos uma população de 2 milhões de indivíduos. Esta província do noroeste português concentrava, desta feita, quase um quinto da população do reino em 1527-1532 e em redor de um quarto em 1700, reunindo as condições demográficas, às quais se juntariam outros fatores adiante expostos, para ser a que mais poderia contribuir para a emigração portuguesa.

Entre os portos de Entre-Douro-e-Minho, aqueles que com mais habitantes contavam eram o Porto, que teria uma população a rondar os 12 000 habitantes em 1527-1532¹⁹⁵, Viana com 8416 e Vila do Conde com 3680¹⁹⁶, o que reflete a vitalidade da vila à época, particularmente tendo em conta a sua densidade populacional de 532,4 hab./km² quando o seu núcleo urbano não ultrapassava os 0,5 km² numa freguesia com 6,8 km², a de S. João Batista,¹⁹⁷ à qual se juntava a de Santa Maria da Touguinha que

¹⁹¹ SERRÃO, José Vicente – População e rede urbana... pp. 63-77 (64-65).

¹⁹² RODRIGUES, Teresa Ferreira – As Estruturas Populacionais... III, pp. 179-217 (190); COSME, João – A Emigração para o Brasil através das Habilitações do Santo Ofício (1640-1706) in VENTURA, Maria da Graça – *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. ISBN 972-8288-63-8. Pp. 195-216 (197-200).

¹⁹³ COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch – *História Económica...* p. 80; SERRÃO, José Vicente – População e rede urbana... pp. 63-77 (67-68).

¹⁹⁴ RODRIGUES, Teresa Ferreira – As vicissitudes do povoamento... pp. 159-246 (177-178).

¹⁹⁵ Valor obtido a partir do número de fogos, multiplicado por 4, número de hab./fogo que a autora utiliza. Cf. POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina numa Perspectiva Local: O Porto de Vila do Conde no século XVI*. Lisboa: INCM, 2007. ISBN 978-972-27-1145-6. Vol. I, p. 213.

¹⁹⁶ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, p. 209.

¹⁹⁷ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, p. 216.

perfazia os 8,5 km² do concelho¹⁹⁸. Mesmo se, dentro do Entre-Douro-e-Minho, contabilizarmos todas as localidades, Vila do Conde surge em quarto lugar, ultrapassada somente por Guimarães, que contava com 6463 habitantes e à frente de Braga¹⁹⁹.

Quadro 1. Evolução da população de Vila do Conde

Ano	Número de habitantes	Taxa de crescimento anual (%)
1513	2600	-
1527	3620	2
1528	3800	5
1540	4400	1
1549	5200	2
1552	4800	-3
1602	6000	0
c. 1640	2964	-2
1643	2628	-4

Fonte: POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, p. 212.

Já no século XVII, tal como vimos uma época de crescimento ou estagnação populacional do reino, a vila regista uma quebra demográfica que não impedirá, repararemos adiante, o aumento dos contingentes emigratórios, ainda que aqueles aqui analisados não se foquem exclusivamente em elementos da vila. A cidade do Porto contaria ao longo de todo o século de Seiscentos com cerca de 20 000 habitantes²⁰⁰ e mesmo Viana atingiria os 10 000 em 1640²⁰¹, o que implicou uma diminuição do peso demográfico de Vila do Conde junto dos outros portos do Entre-Douro-e-Minho. Se em 1527-1535 o peso demográfico da vila era de 1,5% dentro da província, em 1640 era já de 0,5%, ainda que para esta data tenhamos de atender à população da comarca em 1700, a única para a qual temos informações.

3) Emigração portuguesa nos séculos XVI e XVII – a problemática

As migrações humanas ocorrem em todos os continentes e todos os países se confrontam com este tipo de questões, quer sejam tradicionalmente países de emigração ou imigração. A leitura dos imigrantes como uma ameaça ou como alguém que é bem-

¹⁹⁸ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, p. 73.

¹⁹⁹ DIAS, João José Alves Dias – *A População in SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – Nova História de Portugal*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1998. Vol. V: Do Renascimento à Crise Dinástica. Pp. 11-52 (18).

²⁰⁰ BARROS, Amândio Jorge Morais – *Porto. A construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*. Lisboa: Academia de Marinha, 2016. ISBN 978-972-781-120-5. P.35.

²⁰¹ Valor obtido a partir do número de fogos, multiplicado por 4, número de hab./fogo que a autora utiliza. Cf. POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, p. 213.

vindo sempre se colocou²⁰², como veremos, confrontando-se, por exemplo, os portugueses com este dilema nas Índias de Castela, onde a sua presença era oficialmente combatida, sendo eles ilegais mesmo durante a União Dinástica, mas ao mesmo tempo defendidos pelos locais que sentiam o contributo que estes prestavam à economia como fundamental para a sua própria sobrevivência.

Atualmente vivemos num contexto em que as migrações são cada vez mais debatidas na sociedade, principalmente quando atingem contingentes expressivos em termos numéricos (existiam 191 milhões de migrantes em 2005)²⁰³ ou carregam consigo uma significativa diferença cultural e até racial. Podemos considerar, simplificando muito, duas posições nas quais a sociedade, e os Estados, se colocam relativamente a estes movimentos demográficos, uma de encorajamento e outra de obstaculização²⁰⁴. Por um lado, podem ser vistas como uma forma de conduzir ao progresso das comunidades que acolhem os indivíduos que, por falta de oportunidades, decidem partir dos seus países, integrando-se num mercado de trabalho num nível altamente especializado²⁰⁵, trazendo novos conhecimentos e novos olhares, tornando-se elementos úteis e contributivos para os respetivos sistemas fiscais. Por outro lado, existe uma visão que toma as migrações, tanto uma ameaça cultural²⁰⁶, como concorrência desleal por os forasteiros aproveitarem oportunidades que podiam ser tomadas por quem já era cidadão de um determinado país, responsabilizando-os por prejudicarem os que têm mais legitimidade para exigir do Estado apoios, das mais variadas naturezas, por lá terem nascido e desde sempre terem contribuído com o pagamento de impostos para a

²⁰² LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo; MANNING, Patrick – Migration History: Multidisciplinary Approaches in LUCASSEN, Jan (ed.); LUCASSEN, Leo (ed.); MANNING, Patrick (ed.) – *Migration History in World History: Multidisciplinary Approaches*. Leiden/Boston: Brill, 2010. ISBN 978-90-04-18031-4. Pp. 3-35 (4-5).

²⁰³ NAERSSSEN, Ton van; SPAAN, Ernst; ZOOMERS, Annelies – Globalization, Migration and Development in NAERSSSEN, Ton van (ed.); SPAAN, Ernst (ed.); ZOOMERS, Annelies (ed.) – *Global Migration and Development*. 1ª edição. Nova Iorque: Routledge, 2008. ISBN 978-0-415-96247-6. Pp. 1-18 (1).

²⁰⁴ HAMPSHIRE, James – Becoming Citizens: Naturalization in the Liberal State in CALDER, Gideon (ed.); COLE, Phillip (ed.); SEGLOW, Jonathan (ed.) – *Citizenship Acquisition and National Belonging: Migration, Membership and the Liberal Democratic State*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010. ISBN 978-1-349-30106-5. Pp. 74-90 (74).

²⁰⁵ HERCOG, Metka; WIESBROCK, Anja – Highly skilled migration to the European Union and the United States in BESHAROV, Douglas J. (ed.); LOPEZ, Mark H. (ed.) – *Adjusting to a World in Motion: Trends in Global Migration and Migration Policy*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016. ISBN 978-0-19-021139-4. Pp. 232-263.

²⁰⁶ RIVERA-PAGÁN, Luis N. – Xenophilia or Xenophobia: Toward a Theology of Migration in PADILLA, Elaine (ed.); PHAN, Peter C. (ed.) – *Contemporary Issues of Migration and Theology*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013. ISBN 978-1-349-44130-3. Pp. 31-51.

construção de um Estado social que entendem estar a ser usurpado por quem não tem direito a dele colher benefícios²⁰⁷.

O que pretendemos com este trabalho é lançar um olhar de base científica e de profundidade histórica para este processo, utilizando para tal um caso concreto do passado, circunscrevendo-nos plenamente na tese de Jan e Leo Lucassen e Patrick Manning que afirma que “the basis of contemporary optimism or pessimism regarding migration movements and settlement processes has been built on a weak understanding of the past, and thereby of the nature of these phenomena”²⁰⁸, pois “It is very likely that modern humans have always been a migratory species as far as geography and ecology permits”²⁰⁹. Atentaremos, então, nos motivos que conduziram à partida dos homens e mulheres de Portugal para fora da Europa, assumindo que se estas movimentações existiam era porque havia espaço, nos respetivos mercados de trabalho, para estes se integrarem, contribuindo para tal, como fator determinante, a sua especialização profissional. Significa isto que não nos ficaremos pelas motivações endógenas de emigração, reconhecendo-as como únicas motivadoras do fenómeno da emigração, tal como considerara Leslie Page Moch há duas décadas e meia “large-scale changes in landholding patterns, employment demands, demographic patterns, and the location of capital (...) these structural variables are the scaffolding of migration patterns”²¹⁰. Procuraremos antes, neste estudo, integrar também as causas da atração dos emigrantes, o que forçará um estudo das conjunturas dos espaços de emigração, pois “the history of any region within this world economy during this period cannot be understood without

²⁰⁷ OCHEL, Wolfgang – The EU Directive on Free Movement: A challenge for the European welfare state? in BLACK, Richard (ed.) [et al.] – *A Continent Moving West? EU Enlargement and Labour Migration from Central and Eastern Europe*. Amsterdão: Amsterdam University Press, 2010. ISBN 978-90-8964-156-4. Pp. 313-331 (329-330).

²⁰⁸ “a base do otimismo ou pessimismo contemporâneo em relação aos movimentos de migração e processos de povoamento tem sido construída num fraco entendimento do passado, e por causa disso da natureza destes fenómenos”. LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo; MANNING, Patrick – *Migration History... pp. 3-35 (5)*.

²⁰⁹ “É muito provável que os humanos modernos tenham sido sempre uma espécie migratória no que diz respeito ao que da geografia e ecologia podemos depreender”. KNIJFF, Peter de – Population Genetics and the Migration of Modern Humans (Homo Sapiens) in LUCASSEN, Jan (ed.); LUCASSEN, Leo (ed.); MANNING, Patrick (ed.) – *Migration History in World History: Multidisciplinary Approaches*. Leiden/Boston: Brill, 2010. ISBN 978-90-04-18031-4. Pp. 39-57 (39); FISHER, Michael H. – *Migration: A World History*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2014. ISBN 978-0-19-976433-4. P. xiii.

²¹⁰ “as mudanças de grande escala nos padrões de propriedade de senhorios, na procura de emprego, nos padrões demográficos e na localização do capital (...) estas variáveis estruturais são a base dos padrões de migração”. MOCH, Leslie Page – *Moving Europeans: Migration in Western Europe since 1650*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 1992. ISBN 0-253-33859-X. P. 7; 13.

examining how that specific region was connected to other locations and to the system as a whole”²¹¹.

Ainda antes de avançarmos para o estudo da emigração portuguesa e, mais concretamente, para aquelas movimentações com que se deparou Vila do Conde, apresentando os problemas aqui em análise, interessa-nos debater um outro conceito que tem sido largamente utilizado pela historiografia no que se refere às movimentações demográficas crescentes ocorridas no período em foco neste trabalho: a diáspora. Através desta discussão e em confronto com os resultados obtidos através da documentação, teceremos algumas considerações relativamente à pertinência do uso deste conceito como forma de classificar a disseminação da presença portuguesa pelo globo no período da primeira globalização.

A existência ou não de uma diáspora dependerá, naturalmente, do que entendemos por este conceito, pelo que vale a pena clarificar os contornos com que ele nos servirá como instrumento de trabalho. Para Malyn Newitt diáspora, no caso da expansão portuguesa, não é mais do que um sinónimo para exploração e povoamento dos territórios ultramarinos, bastando o aumento dos contingentes de saída para classificar o fenómeno como diáspora²¹². Studnicki-Gizbert explora um pouco mais o termo considerando não só a crescente saída de portugueses do reino em direção aos territórios ultramarinos, como uma união existente entre estes elementos, dispersos pelos vários continentes, mas conectados pelo comércio marítimo, agindo num domínio para além da Coroa, sendo identificados como nação²¹³. Diáspora serve, para este autor, como uma forma de classificar o sucesso comercial português, elevando este termo a presença portuguesa a um estado superior ao de uma nação comerciante que partilha um território de origem, como os florentinos²¹⁴. E, de facto, a ligação entre os indivíduos parece ser consensual na classificação de uma diáspora, concebendo-se como fator

²¹¹ “a história de qualquer região dentro desta economia global durante este período não pode ser compreendida sem se examinar como é que essa região específica estava conectada com outros locais e com o sistema como um todo”. ANTUNES, Cátia; POLÓNIA, Amélia – Introduction in ANTUNES, Cátia (ed.); POLÓNIA, Amélia (ed.) – *Beyond Empires: Global, Self-Organizing, Cross-Imperial Networks, 1500-1800*. Leiden/Boston: Brill, 2016. ISBN 978-90-04-30414-7. Pp. 1-11 (4).

²¹² NEWITT, Malyn – *A History of Portuguese Overseas Expansion, 1400-1668*. Nova Iorque: Taylor and Francis Group, 2005. ISBN 0-203-32404-8. Pp. 84; 92-127; 158; 170.

²¹³ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* pp. 4-5; 10.

²¹⁴ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* pp. 10; 42.

essencial que, além da partilha de um espaço de origem, mais do que uma língua em comum, deve existir uma ligação, uma sensação de integração a uma comunidade²¹⁵.

Parece, portanto, existir algum consenso, revelando-se fulcrais em primeiro lugar a presença num espaço que não o território de origem e, num segundo momento, uma ligação entre os indivíduos, mesmo que ocupando espaços diferentes. Robin Cohen, por seu turno, vai mais longe e identifica oito critérios que permitem reconhecer uma diáspora, ainda que nem todos necessitem de ser observáveis: dispersão, as mais das vezes forçada, de uma região original; em alternativa, ou de forma adicional, uma saída em busca de oportunidades económicas e profissionais; memória coletiva da terra original; procura da manutenção e da prosperidade do espaço de saída; desenvolvimento de uma relação com o reino de origem e intenção de regresso; forte sentido étnico, baseado na diferença em relação ao espaço de acolhimento; um relacionamento turbulento com a população local; empatia com todos os que partilham o grupo étnico, mesmo que se encontrem noutros territórios; uma vida criativa diferente da local²¹⁶. Este conceito inclui então o sentido mais estrito de diáspora, como “the forced displacement of an ethnic group outside its original area”²¹⁷, mas vai além dele, procurando integrar as consequências desta saída como fator determinante da classificação deste fenómeno.

Expostos, em traços sucintos, os elementos que definem uma diáspora de acordo com alguns autores, incluindo aqueles que associam o fenómeno à expansão portuguesa, resta lançarmos a nossa própria interpretação, aproveitando estes contributos, de forma a que a partir dos resultados obtidos ao longo da dissertação se possam tecer algumas conclusões relativamente à existência ou não de uma diáspora na expansão portuguesa e, mais concretamente, na rede de emigração da qual a Vila do Conde quinhentista e seiscentista fazia parte. Tal como Cohen reconheceu, assim como Studnicki-Gizbert, concordamos que o conceito de diáspora explora a saída de uma população de um determinado espaço em direção a outro ou outros e integra, também, a ligação existente entre os que saíram, mesmo quando o destino de fixação não foi partilhado. Assim

²¹⁵ MORIER-GENOUD, Eric; CAHEN, Michel - Introduction: Portugal, Empire, and Migrations – Was There Ever an Autonomous Social Imperial Space? in MORIER-GENOUD, Eric (ed.); CAHEN, Michel (ed.) – *Imperial Migrations: Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*. 1ª edição. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013. ISBN 978-1-349-34604-2. Pp. 1-28 (9-10).

²¹⁶ COHEN, Robin – *Global Diasporas: An introduction*. 2ª edição. Nova Iorque: Routledge, 2008. ISBN 0-415-43551-X. P. 17.

²¹⁷ “o deslocamento forçado de um grupo étnico para fora do seu território original”. NAERSSSEN, Ton van; SPAAN, Ernst; ZOOMERS, Annelies – *Globalization...* pp. 1-18 (3).

sendo, cremos que o reconhecimento, por parte dos emigrantes, de pertença a uma comunidade, sentimento possibilitado pelas redes de contacto mantidas entre si é essencial, pois não existiria diáspora se aqueles que partem rapidamente se integrassem nos espaços de chegada e não se reconhecessem como elementos ligados a outros nas mesmas circunstâncias em territórios diferentes do de origem. Por outras palavras, “diasporas need historicity to exist”²¹⁸, o que nos levará a indagar, ao longo da dissertação, por estas comunidades, procurando-se determinar se o que existiam eram contactos entre os indivíduos ou uma real sensação de integração de uma nação, como lhe chama Studnicki-Gizbert. O outro elemento essencial é a motivação da partida destes homens e mulheres. Cohen considera que esta partida pode ser forçada ou, em alternativa, simplesmente motivada pela procura de oportunidades económico-profissionais, o que nos conduz a uma busca pelos contextos. Não será este “mundo em movimento” resultado de um mundo em crescendo? O maior número de oportunidades criado pelos novos mercados africanos, asiáticos e americanos funcionou como um fator atrativo para aqueles que partiram, não tendo que existir mais do que os tradicionais fatores estruturais ou conjunturais para repelir os indivíduos que partiam, não existindo, portanto, um evento (p. e. um conflito) provocador da dispersão. Apesar de Cohen considerar esta possibilidade, cremos que este fator não pode ser levado em conta na definição de uma diáspora, refletindo até uma certa contradição, pois, no caso de uma saída forçada os deslocamentos demográficos podem ser determinados cronologicamente, tendo incidência no período imediatamente a seguir ao acontecimento, enquanto que a emigração fruto da adaptação económica, política, cultural, religiosa ou qualquer outra, mesmo que em grande escala, pode prolongar-se no tempo, alimentando as comunidades que se formam inicialmente nos locais de acolhimento ou criando outras, ao passo que nas comunidades que surgem depois de uma fuga de populações, a sua existência poderá estar dependente de um isolamento e até hostilidade local que, como veremos, a expansão portuguesa na sua globalidade não assistiu, faltando assim a este critério definido por Cohen.

Quando se olha para a História de Portugal, particularmente para a época moderna, não há como contornar aquilo a que vulgarmente se chama de

²¹⁸ “as diásporas precisam de história para existir”. MORIER-GENOUD, Eric; CAHEN, Michel - Introduction: Portugal, Empire... pp. 1-28 (10).

Descobrimientos, conceito “essentially one-sided, but nevertheless embedded in our minds”²¹⁹, pois a expansão portuguesa em direção ao além-mar não pode ser vista como se na história do país não tivesse tido quaisquer consequências, já que, uma e outra, fazem parte da mesma história, apenas se passam em espaços geográficos diferentes, mas constantemente ligados uns aos outros ou não fosse este “um mundo em movimento”²²⁰ onde a realidade do reino condiciona a expansão portuguesa e a presença portuguesa nos vários continentes influencia o que em Portugal continental se passa²²¹.

Compreender o que ligava Portugal aos territórios ultramarinos e vice-versa é fulcral para aumentar o nosso conhecimento da História do país e do mundo. E qual a base de todas as conexões entre o reino e o império, que Russell-Wood classifica como “um desafio para os agentes metropolitanos de governo e para a coroa”²²², se não a capacidade humana? Capacidade de se expandir, de gerir os vários territórios, de fazer com que o comércio funcione e de transmitir a cultura que carrega em si. Para que tudo isto fosse possível “mais de um milhão de indivíduos participou activamente neste processo”²²³, ou seja, quase a totalidade da população, que andava entre o milhão e cem mil e o milhão e quatrocentos mil habitantes, o que torna claro que o processo de expansão portuguesa fora da Europa esteve sempre dependente dos contingentes de que o reino dispunha para, primeiro, povoar e, depois, garantir a manutenção dos territórios ultramarinos sob controlo português²²⁴, quer pela mão da Coroa, quer de privados: “Migrations link all parts of the world”²²⁵, pois, como avança Rila Mukherjee, as relações entre os lugares são fruto das relações que as pessoas constroem em cada um desses lugares²²⁶, relações essas, sobretudo na sua dimensão profissional/económica, que abordaremos nesta dissertação.

²¹⁹ Essencialmente partidário, mas ainda assim cravado na nossa mentalidade”. BOUCHON, Genevieve; LOMBARD, Denys – *The Indian Ocean in the Fifteenth Century* in GUPTA, Ashin Das (ed.); PEARSON, Michael – *India and the Indian Ocean 1500-1800*. Calcutá: Oxford University Press, 1987. Pp. 46-70 (46).

²²⁰ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Um Mundo em Movimento...*

²²¹ POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio – Commercial flows... pp. 111-144 (112).

²²² RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Um Mundo em Movimento...* p. 11.

²²³ COSTA, João Paulo Oliveira e – O Deslumbramento Manuelino (1495-1521) in COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.) – *História da Expansão e do Império Português*. 1ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014. ISBN 978-989-626-627-1. Pp. 105-128 (124).

²²⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Um Mundo em Movimento...* p. 93; BOXER, Charles R. – *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2011. ISBN 978-972-44-1602-1. Pp. 66-67.

²²⁵ “As migrações ligam todas as partes do mundo”. LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo; MANNING, Patrick – *Migration History...* pp. 3-35 (15).

²²⁶ MUKHERJEE, Rila – Competing Spatial Networks: Kasimbazar and Chandernagore in Overland and Indian Ocean Worlds in PEARSON, Michael (ed.) – *Trade, Circulation, and Flow in the Indian Ocean World*. 1ª edição. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2015. ISBN 978-1-349-57934-1. Pp. 129-151 (129).

Vitorino Magalhães Godinho afirma que o número de pessoas que sai de Portugal no século XVI é de 3500 por ano, nunca menos de 2000 ou mais de 5000²²⁷. O mesmo autor estabelece que o número de habitantes portugueses fora do reino é de 100 a 150 mil na segunda metade do século XVI²²⁸, bastante mais do que na primeira metade quando são registados apenas 40 000²²⁹. São números destes que levaram Studnicki-Gizbert a classificar os portugueses dos séculos XVI e XVII como um povo particularmente desterritorializado, presente na maioria dos portos e cidades comerciais em redor do globo²³⁰.

Torna-se, assim, importante perceber como funcionou a dinâmica populacional entre Portugal e os seus territórios ultramarinos neste período, até porque os que lhe foram contemporâneos apontam como consequência da expansão ultramarina o despovoamento do reino²³¹, hipótese que a historiografia tem vindo a descartar²³².

Há, portanto, mais de uma centena de milhar de pessoas que deixaram Portugal e partiram em direção aos territórios extraeuropeus, formando estes, na sua maioria, uma massa anónima que se dispersou pelos arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América, sobre a qual muito pouco se conhece. A este número devemos descontar ainda o daqueles que regressaram ao reino, pois só entre 1497 e 1590 partiram na Carreira da Índia 171 000 pessoas, a maioria portuguesas, sendo que 17 000 morreram na viagem de ida e 11 000, dos 105 000 que embarcaram, na de regresso²³³. A proveniência desta gente é ainda muito nebulosa, pois o que se sabe pode ser resumido pela frase “A maioria dos nacionais procede do Norte do Reino, sobretudo de Entre Douro e Minho”²³⁴. Daí que a temática da emigração portuguesa dos séculos XVI e XVII, com tanto ainda em aberto, seja alvo deste contributo.

Ao estudar-se os emigrantes de Quinhentos e Seiscentos, os dados que encontramos não satisfazem uma pesquisa que pretenda ir ao fundo do problema levantado, ou seja, conhecer os emigrantes. As informações passíveis de reunir e, mesmo assim bastante escassas, permitem apenas fazer alguns levantamentos das

²²⁷ GODINHO, Vitorino Magalhães – *L'Émigration Portugaise...* p. 5-32 (8).

²²⁸ GODINHO, Vitorino Magalhães – *L'Émigration Portugaise...* pp. 5-32 (14).

²²⁹ RODRIGUES, Teresa Ferreira – *As Estruturas Populacionais...* III, pp. 179-217 (191).

²³⁰ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *Interdependence and the Collective...* pp. 90-120 (91); STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* p. 5.

²³¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O Reino Quinhentista...* p. 245.

²³² RODRIGUES, Teresa Ferreira – *As Estruturas Populacionais...* III, pp. 179-217 (191).

²³³ PEARSON, Michael – *The Indian Ocean...* p. 138.

²³⁴ RODRIGUES, Teresa Ferreira – *As Estruturas Populacionais...* III, pp. 179-217 (190).

populações dos vários locais espalhados pelo mundo onde se encontram portugueses (cf. Quadro 1 em Anexo), mas os dados a que se chega são muitas vezes meramente indicativos e não propriamente esclarecedores, já que provêm de relatos que não podem ser considerados fiáveis, como é o caso dos números de habitantes dos Açores lançados por Gaspar Frutuoso e aproveitados pela historiografia²³⁵, ou não provêm de dados empíricos concretos²³⁶, como são aqueles divulgados por Vitorino Magalhães Godinho²³⁷.

Além da falta de dados para se achar a proveniência das populações que partiram de Portugal nos primeiros séculos da época Moderna, não se tem revelado fácil perceber quem eram as pessoas que iam, pois a falta de dados que tem limitado a investigação sobre os que saíram do reino também não facilita o delineamento de um quadro que classifique aqueles que partiram, que lhes trace o perfil, tentando responder às perguntas: Quem eram estes homens e mulheres? Quando partiram? Para onde partiram? Quais os seus estados civis? Que idades tinham? De onde eram? Qual a sua condição profissional? Partiam com família já formada?

É precisamente neste espaço deixado em branco que se enquadra a presente dissertação. Optando por um ponto de vista que parte do reino, cujo cerne é a documentação de Vila do Conde, o que pretendemos é compreender os fenómenos que conduziram milhares de homens e, em menor número, também mulheres, aos arquipélagos atlânticos, à África, à Ásia e à América. Distingue-se, assim, este estudo, daquele percurso que tem vindo a ser seguido por investigadores espanhóis ou americanos que olham para a presença portuguesa disseminada pelo mundo, contribuindo para um maior conhecimento dos portugueses fora do reino, mas, sobretudo, nos territórios que não eram por si administrados, mormente nas Índias de Castela e nas Canárias, ficando por averiguar aqueles espaços que a autoridade da Coroa portuguesa, direta ou indiretamente, atingiu. Em suma, procuraremos escrutinar as motivações tanto para partir do reino como para se fixar em determinado território e analisaremos os fatores que permitiam aos emigrantes enquadrar-se nas sociedades em formação, como, por exemplo, a sua profissão, sem nos esquecermos de olhar para os

²³⁵ SANTOS, J. Marinho dos – Ponta Delgada - Nascimento e Primeira Infância de Uma Cidade. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Editora Sá da Costa. Nº1 (1978). P. 33-53 (53);

²³⁶ Este problema da origem dos números apurados para o caso português, proveniente de uma consulta massiva dos dados fornecidos por Vitorino Magalhães Godinho, já mereceu o reconhecimento de outros autores. Cf. ELTIS, David – Free and Coerced Migrations... pp. 34-74 (64).

²³⁷ GODINHO, Vitorino Magalhães – L'Émigration Portugaise... pp. 5-32 (13-14).

períodos de estadia dos emigrantes, numa tentativa de avaliação do sucesso do deslocamento para cada um dos espaços onde nos deparamos com portugueses.

4) Metodologia

Num trabalho com o título *Redes de Emigração Ultramarina entre 1560 e 1651. O caso de Vila do Conde*, que tem como objetivo traçar o perfil dos emigrantes encontrados na documentação de Vila do Conde nos espaços ultramarinos na segunda metade do século XVI e primeira do XVII, as fontes passíveis de ser consultadas não abundam. Por isso mesmo, antes de partirmos para análise da informação retirada das fontes é importante ficar claro aquilo que dela se pretende e porque foi selecionado determinado tipo de documentos em detrimento de outros. Para isso é essencial compreender cada uma das tipologias selecionadas: os registos paroquiais e notariais. Há que saber a que se deve a sua existência, quem as produziu e quais as intenções por detrás da sua produção. Sem delimitarmos as características das fontes, a sua utilização poderia cair num uso bastante limitado, algo que se pretende evitar, especialmente quando este tipo de fontes nos força a procurar, não raras vezes, por referências indiretas àquilo que nos interessa, pois procuramos redes informais em documentação produzida num âmbito institucional. De notar ainda que a vila funciona como um ponto de uma rede mais vasta que a integra, “the local connects with the global”²³⁸, um ponto de interceção dos oceanos, das pessoas que os cruzam e dos que permanecem em terra²³⁹, não como a base de lançamento dos emigrantes que estudamos. Quer isto dizer que não é necessariamente só a partir deste espaço que os homens e mulheres se projetavam para os arquipélagos atlânticos, e para os restantes continentes. Ao usar a documentação desta vila, o que pretendemos é desenvolver o conceito de *foreland*, definido por Michael Pearson como “the area of the overseas world with wich the port is linked through shipping, trade and passenger traffic”²⁴⁰, associando-o diretamente ao *hinterland* e ao *umland* da vila, os espaços no reino, principalmente aqueles em redor da vila²⁴¹.

Antes de avançarmos para a crítica de fontes, convém fazer a distinção entre as duas tipologias nas quais recolhemos a informação, de forma a apurarmos o que podemos esperar retirar de cada uma delas relativamente a referências sobre territórios

²³⁸ “o local conecta-se com o global”. POLÓNIA, Amélia – *Global Interactions...* pp. 263-301 (264).

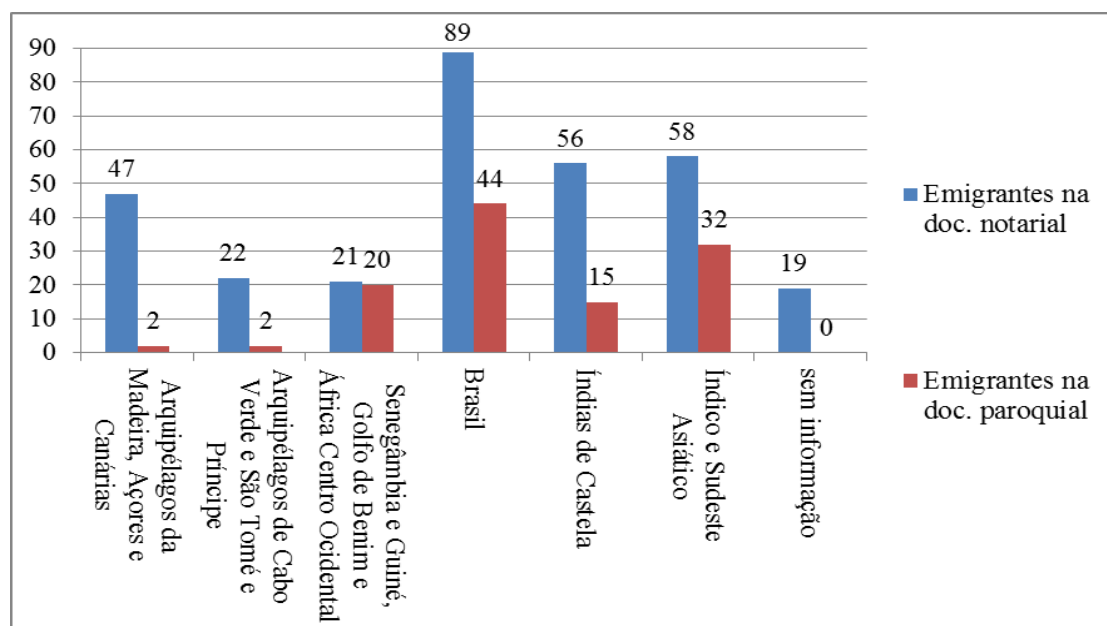
²³⁹ SESHAN, Radhika – *Intersections: Peoples, ports...* pp. 111-122 (115)

²⁴⁰ “a área do mundo ultramarino com a qual o porto está ligado através de embarcações, trocas e tráfico de passageiros”. PEARSON, Michael – *The Indian Ocean...* p. 31.

²⁴¹ PEARSON, Michael – *The Indian Ocean...* p. 31.

ultramarinos. Para isto, é fulcral levantar os dados que conseguimos obter em cada uma delas.

Gráfico 1. Número de referências a destinos de emigrantes na documentação notarial e paroquial



Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Como podemos ver pelo gráfico anterior, a documentação notarial é aquela que nos revela mais informações relativamente ao paradeiro dos emigrantes, ainda que com pequena diferença para o caso da Costa Atlântica de África, até porque convém àqueles que se dirigem ao notário especificar, sempre que sabem ou julguem saber, já que as suas informações podem não corresponder sempre à realidade, o local de fixação do elemento ausente, uma vez que estão, as mais das vezes, a requerer deles algum favor. Significa isto que o que se procurará fazer nesta investigação, relativamente à análise de redes, será focá-las de um ponto de vista egocêntrico, buscando, como disse Wetherell, “the ties that single individual possess and use”²⁴², ao invés de se estudar toda a rede, explorando a sua estrutura e todos os laços que se formam entre agentes, passando então a *alter* redes²⁴³.

Já o pároco, mesmo quando procura ser minucioso nos assentamentos que faz, nem sempre tem conhecimento do local onde se estabeleceram os emigrantes, pelo que não o pode apontar. Ainda assim, ambos os registos se complementam, quer por ambos

²⁴² “os laços que os indivíduos singulares possuíam e usavam”. WETHERELL, Charles – *Historical Social Networks...* pp. 125-144 (128; 130-132).

²⁴³ WETHERELL, Charles – *Historical Social Networks...* pp. 125-144 (127); ANTUNES, Cátia – *A história da análise de redes...* pp. 11-22 (14).

nos fornecerem indicações da localização dos emigrantes, permitindo identificar um maior número destes, quer por, em alguns casos, possibilitarem o cruzamento de dados e, assim, a confirmação da localização dos indivíduos.

4.1) Registos paroquiais

Dentro deste tipo de documentação eclesiástica e serial, ou seja, produzida pela Igreja no cumprimento das suas funções administrativas, regularmente e com um propósito definido, encontramos três categorias que interessam particularmente a este trabalho: os registos de batismo, de casamento e de óbito. Os dois primeiros tornaram-se obrigatórios desde o Concílio de Trento, em 1563, e o registo de óbitos, tal como o de confissões, comunhões e crismas, foi acrescentado mais tarde, no início do século XVII, através de Constituições Diocesanas²⁴⁴. De uma maneira geral, esta documentação começa a ser produzida sistematicamente desde o segundo quartel do século XVI, como ocorre no caso de Vila do Conde, para onde temos registos de batismo disponibilizados pelo Cedopormar, o Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas a que recorremos, onde as fontes se encontram já sumariadas e indexadas, de 1535 a 1902, registos de casamento iniciados em 1536 e que se estendem até 1902 e registos de óbito a começar em 1595 indo também até 1902.

Os registos paroquiais de Vila do Conde não foram, porém, produzidos com a frequência que conviria ao nosso estudo, ou, caso o tenham sido, não chegaram até nós, uma vez que há interrupções na produção destes documentos, pois desde que começaram a ser produzidos até 1640, 11,2% dos meses não têm registos de batismos (1557 a 1559 e 1600), 55,5% não têm de casamentos (1582 a 1613, com raras exceções entre 1582 e 1590) e 15,8% não têm registos de óbitos (registando-se quebras ao longo de alguns anos como 1613, mas nunca ausência de anos completos), além daqueles anos em que, devido a pestes ou por razões desconhecidas, existe um sub-registo²⁴⁵.

Uma fonte de âmbito religioso como é esta, produzida pelo pároco e guardada nas paróquias até à República, exclui aqueles que não se enquadram na definição de comunidade católica da época, pois todos aqueles que não eram batizados eram deixados de fora destes registos e o mesmo acontecia com aqueles que estavam em

²⁴⁴ OSSWALD, Helena – *Nascer, Viver e Morrer no Porto de Seiscentos*. Porto: Universidade do Porto, 2008. Tese de Doutoramento. P. 13.

²⁴⁵ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, pp. 218-221.

constante movimentação²⁴⁶, apontando-se assim outra limitação a esta documentação, à qual se junta a “qualidade dos registos, caracterizados por lacunas e formas de sub-registo explicáveis pelo desaparecimento de livros, mas também pela falta de disciplina e o desleixo dos párocos, ou mesmo pela forma de encarar a mortalidade infantil e juvenil”²⁴⁷.

A intenção da Igreja ao fazer estes assentamentos era a de identificar a religiosidade dos crentes, isto é, seguir os seus passos ao longo da vida de forma a garantir que os sacramentos eram administrados conforme a ordem imposta pela Santa Sé. Este controlo é notório, pois é sabido que o Concílio que tornou estes assentamentos obrigatórios foi o que debateu e rebateu o protestantismo.

O registo de batismo contém normalmente o nome do batizado, dos seus padrinhos e dos seus pais, podendo, no entanto, as situações ser bastante diferenciadas. Como fica muito bem resumido pela expressão “Sem baptismo não se é considerado filho de Deus”, a prática deste sacramento é bastante mais usual do que todos os outros, principalmente levando em consideração o elevado número de mortes de crianças, que apressavam esta oficialização da relação entre o indivíduo e a Igreja²⁴⁸. No entanto, “O sub-registo, ou a total ausência de registo de baptismos efectuados em situações de emergência e protagonizados geralmente pela parteira, substituta privilegiada do pároco nessas circunstâncias”²⁴⁹, pode não tornar este facto numa vantagem.

O texto que o pároco elabora para assentar os casamentos é mais complexo e, portanto, contém mais informação, pois lá devem “constar dados de identificação pessoal, que abrangem os dados de filiação, de estado civil, de naturalidade e residência dos noivos e a identificação simples das testemunhas. E, nos casos de dispensas, as razões das mesmas, entre elas, a indicação de parentesco”²⁵⁰.

Destes dois tipos de registo podemos retirar os nomes dos emigrantes, identificar o seu estado civil, a sua profissão, por vezes mencionada, a localidade de residência e os seus familiares. Através deles é ainda possível identificar o local para onde os indivíduos emigraram quando alguma das partes que deveria estar presente no

²⁴⁶ OSSWALD, Helena – *Nascer, Viver e Morrer...* p. 14.

²⁴⁷ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, p. 218.

²⁴⁸ OSSWALD, Helena – *Nascer, Viver e Morrer...* pp. 16-17.

²⁴⁹ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, p. 218.

²⁵⁰ OSSWALD, Helena – *Nascer, Viver e Morrer...* p. 18.

sacramento apenas o faz por procuração, algo que o pároco regista, incluindo, por vezes, o paradeiro do ausente.

Os registos de óbito são também importantes para este trabalho, uma vez que o pároco, quando é informado da morte de um dos seus fiéis, mesmo com um atraso de vários anos, tem a preocupação de a anotar juntamente com o local da morte, quando toma conhecimento dele, e os familiares que ele conhece, o que mais uma vez se revela útil para quem procura determinar o local de emigração dos portugueses quinhentistas e suas relações familiares. No entanto, este registo tem algumas características que tornam a sua fiabilidade questionável. A notícia da morte é transmitida por via oral e sazonalmente: apenas quando chegam a Vila do Conde os seus portadores que, as mais das vezes, são já os últimos de uma longa série de pessoas incluídas na cadeia de transmissão da notícia²⁵¹.

Outro problema para fixar o paradeiro dos homens e mulheres mortos nos territórios ultramarinos é a designação que se dá a esse espaço, pois ela não é uniforme: “Nuns casos, explicitando-o claramente, desce-se ao pormenor da ilha ou cidade, noutros utiliza-se um termo o mais abrangente possível”²⁵², criando desigualdades de informação. Por fim, devemos dizer que o intuito dos agentes da comunidade de pertença dos que morreram em transmitir a notícia do óbito ao pároco era não só religioso, de salvação da alma com a encomenda de missas, mas também legal, uma vez que o certificado era importante para a realização de segundos casamentos e para receber heranças²⁵³, o que podia originar falsas notícias ou intencionalmente deturpadas, por exemplo nas datas da morte.

4.2) Registos notariais

Os notários ou os tabeliães, como começaram por ser chamados, têm e tiveram como função comprovar legalmente a autenticidade dos atos privados, quer isto dizer, tornar legais os compromissos entre os indivíduos. Como tal, estes documentos jurídicos têm inúmeras tipologias, já que os compromissos que os sujeitos legalizam podem ser dos mais variados, desde simples procurações para que alguém possa

²⁵¹ OSSWALD, Helena; POLÓNIA, Amélia – No Reverso do Tratado de Tordesilhas: Portugueses nas Índias de Castela durante o período de união dinástica. *Vértice*. [s.l.]: [s.n.]. II série. Nº 63. (1994). P. 45-54 (47).

²⁵² OSSWALD, Helena; POLÓNIA, Amélia – No Reverso do... pp. 45-54 (47).

²⁵³ OSSWALD, Helena; POLÓNIA, Amélia – No Reverso do... pp. 45-54 (47).

substituir outrem numa determinada ocasião até vendas, trespasses, fianças, obrigações, dotes de casamento, quitações, fretamentos e muitas outras realidades.

Uma vez que o notário, um oficial examinado por representantes da Coroa²⁵⁴, confere legalidade a um ato entre outorgantes privados, a documentação por si produzida representa uma vantagem para o investigador: o facto de o notário procurar obter informações de forma a cumprir os requisitos legais necessários para que os atos privados possam ser autenticados. Estas informações recolhidas pelo detentor deste ofício serão a base da análise desta fonte, pois aqui encontram-se os nomes dos outorgantes e, por vezes, o local onde residem ou de onde são naturais e a sua profissão, além de algumas relações de parentesco, permitindo um mais eficaz cruzamento com os registos paroquiais. Porém, e por outro lado, temos a dupla desvantagem de o acesso a estes atos de fé pública estar confinado a quem pode pagar a taxa imposta legalmente, o que significa um acesso vedado à maioria pobre que prefere o contrato oral²⁵⁵, privilegiando a confiança e a reputação individual do agente a quem confiam a informação²⁵⁶, e de os intervenientes terem de fazer com que as mais diversas situações encaixem na lei, o que pode implicar o uso de uma linguagem jurídica redutora ou uma manipulação da realidade²⁵⁷. Pode ainda dar-se o caso de o notário, como único elemento conhecedor da lei e capaz de ler e escrever, deturpar aquilo que os clientes lhe comunicam²⁵⁸, pois, em qualquer circunstância, “Go-betweens may exploit their positions for their own benefit”²⁵⁹. A utilização deste tipo de registo tem ainda a desvantagem de confrontar o investigador com lacunas cronológicas que a utilização das fontes paroquiais só poderá em parte colmatar, uma vez que nem estas estão imunes a este problema.

Em termos do balizamento cronológico da documentação compulsada, os registos notariais de Vila do Conde disponibilizados pelo já mencionado centro de documentação, foram produzidos entre 1560 e 1651, as datas limite dos documentos de

²⁵⁴ OSSWALD, Helena – *Nascer, Viver e Morrer...* p. 18.

²⁵⁵ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, p. 27.

²⁵⁶ POLÓNIA, Amélia – *Global Interactions...* pp. 263-301 (272); STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *Interdependence and the Collective...* pp. 90-120 (94; 102-103).

²⁵⁷ OSSWALD, Helena – *Nascer, Viver e Morrer...* p. 76.

²⁵⁸ OSSWALD, Helena – *Nascer, Viver e Morrer...* p. 78.

²⁵⁹ “Os intermediários podem explorar as suas posições em seu próprio benefício”. METCALF, Alida C. – *Go-betweens and the Colonization of Brazil, 1500-1600*. 1ª edição. Austin: University of Texas Press, 2005. ISBN 0-292-71276-6. P. 3

que podemos dispor e que, por corresponderem à documentação da qual retiramos mais informação, são também os limites cronológicos desta dissertação.

PARTE II: A EMIGRAÇÃO ULTRAMARINA NA DOCUMENTAÇÃO DE VILA DO CONDE

A 20 de abril de 1561 casou-se, em Vila do Conde, António Francisco do Porto, natural da cidade que lhe dá o apelido, com Maria Folgueira²⁶⁰. Cerca de 10 anos depois já António era residente na Baía de Todos os Santos, no Brasil, o que causava dificuldades económicas à sua esposa que ficara na vila sem poder sustentar-se. Assim, em 1575, Maria pede ao marido que venda quaisquer bens de forma a garantir a sua sobrevivência²⁶¹. Cinco anos mais tarde, era outra habitante da vila, Branca da Paz, que se via com a responsabilidade de se sustentar a si e à sua filha menor, o que a leva a pedir, numa procuração, a António Francisco, que cobrasse a Domingos Luís, morador em Alfama, tudo o que ficara de seu marido Manuel Luís, piloto falecido em Lisboa a servir numa embarcação da qual Domingos era mestre²⁶². No ano de 1592, era Maria Folgueira quem estava na mesma situação. Com a morte do marido, encarrega o seu filho Marcos, mercador de profissão, de receber os bens deixados por António Francisco²⁶³, assunto que não estava resolvido em 1596, quando Maria volta a fazer ao filho um pedido semelhante, desta vez aceitando até que os bens sejam enviados para o reino caso não se consiga vendê-los no outro lado do Atlântico²⁶⁴.

Existe, nestes exemplos, uma série de fatores que interessa a este estudo levantar de um modo mais abrangente do que o que tem sido feito, de forma a compreender melhor uma problemática que tem permanecido, não raras vezes, esquecida. A emigração, particularmente nos séculos XVI e XVII, aqueles a que esta dissertação tenta dar um rosto, não se limita ao deslocamento de populações de um determinado local para outro como se de um fenómeno abstrato se tratasse. Como David Hancock esclareceu, é necessário ir além da análise somente teórica e perceber as especificidades: “the specific physical and mental situations that specific individuals

²⁶⁰ ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Baptismos. E/27/10/6-25.4, 3º macete, fl. 67v.

²⁶¹ ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 12º Ofício*. I/36/4-2.1007, lv. 7, fl. 95v-97v.

²⁶² ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 12º Ofício*. I/36/4-3.1009, lv. 9, fl. 230-230v.

²⁶³ ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 12º Ofício*. I/36/4-1.1003, lv. 18, fl. 11v-14.

²⁶⁴ ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 12º Ofício*. I/36/4-5.1019, lv. 19, fl. 134-138v.

found themselves in, and their specific responses”²⁶⁵. Estes movimentos implicavam pessoas que saíam de um determinado espaço, onde tinham uma vida, muitas vezes uma família e uma profissão, para se deslocarem para um outro onde imaginavam ser possível criar uma nova vida, através de um processo de adaptação que não tinha necessariamente de implicar uma total quebra de relacionamento com o espaço de onde partiam, até porque a afetividade com as pessoas deixadas para trás, familiares e amigos, não só não desaparecia como ganhava contornos utilitários supracontinentais que criavam redes de contacto entre indivíduos em redor de todo o mundo, numa espécie de “hemispheric “community””²⁶⁶, como é visível pelos casos expostos. Por vezes, entre o local de partida e o de chegada, outros espaços eram visitados e tornavam-se, por períodos de tempo maiores ou menores, as residências dos homens e mulheres que saíam das suas terras. Foi precisamente esta realidade que apurou Daviken Studnicki-Gizbert na análise que fez ao levantamento dos estrangeiros, elaborado por oficiais espanhóis, presentes em Cartagena das Índias em 1630, onde os portugueses chegavam depois de inúmeras paragens por “Seville, Lisbon, Brazil, the mid-Atlantic islands, the African coast, and various Caribbean ports, and probably a combination of these places”²⁶⁷. Porém, nem mesmo Cartagena era sempre um destino final, muitas das vezes era mais uma das paragens, aquela que representava o ponto de chegada às Índias de Castela²⁶⁸.

O oceano Atlântico tornara-se, desde a viagem de Colombo, o centro do mundo europeu, tomando o lugar do Mediterrâneo. A perceção deste facto levou David Armitage a afirmar que o Atlântico foi uma invenção europeia “not because Europeans were its only denizens, but because Europeans were the first to connect its four sides

²⁶⁵ “a especificidade das situações físicas e mentais em que indivíduos específicos se encontravam, e as suas respostas específicas”. HANCOCK, David – *The Emergence of an Atlantic...* pp. 18-58 (22).

²⁶⁶ BAILYN, Bernard – *Atlantic History Concept and Contours*. [Em linha]. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2005. ISBN 0-674-01688-2. P. 59. [Consult. em 10 de outubro de 2016] Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br>.

²⁶⁷ “Sevilha, Lisboa, Brasil, as ilhas atlânticas, a costa Africana e vários portos caribenhos, e provavelmente uma combinação destes espaços”. STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* p. 47.

²⁶⁸ VILA VILAR, Enriqueta – *Extranjeros en Cartagena (1593-1630)*. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*. [Em linha]. Colónia/Weimar/Viena: Böhlau Verlag. Nº 16 (1979). Pp. 147-184 (157). [Consult. em 10 de outubro de 2016]. Disponível em: <http://digital.csic.es>. ISSN 1438-4752.; SCHORSCH, Jonathan – *Swimming the Christian Atlantic*. Leiden/Boston: Brill, 2009. ISBN 978-90-04-17040-7. P. 121.

into a single entity, both as a system and as the representation of a discrete natural feature”²⁶⁹.

Pretende este trabalho, então, olhar para os emigrantes como elementos de uma vasta rede de pessoas que, em constante contacto entre si, ligavam mundos diferentes e garantiam que a sua História fosse uma história fluída, tão fluída que o historiador luta para a conseguir enquadrar num texto estanque. Senão vejamos.

Natural do Porto, não sabemos com que idade, António Francisco estava a casar-se em Vila do Conde em 1561, para no início da década seguinte já estar, sem a família, no Brasil. Desta ausência resulta a precariedade económica da esposa e muito provavelmente do filho, mas, da sua presença no Brasil, resulta também o alargamento geográfico da rede de contactos daqueles que, no reino, o conheciam, como se vê pelo pedido que lhe faz Branca da Paz. O mesmo tipo de conhecimentos teria, certamente, Manuel Luís, outro homem que, pela profissão que exercia, circulava fora da vila.

Por este curto exemplo vemos já que a escolha da documentação de Vila do Conde representa a seleção de uma vila com uma grande proximidade ao mar “whose roots were deeply connected with maritime experiences and maritime financial resources, which proves the determinism of its overseas prominence in the development of this community”²⁷⁰, fazendo circular pessoas e, assim, fazendo-se integrar numa vasta rede, que tencionamos explorar, que não se limita somente ao envio de contingentes humanos, juntando-se a este processo o regular contacto com outros espaços dentro e fora do reino. Esta é a vantagem principal da documentação reinol: sem excluir do panorama os territórios ultramarinos, temos uma visão privilegiada de como as gentes que ficavam viam a vida de quem partia e modelavam a sua em torno dessa realidade. No entanto, esta documentação permite-nos ir ainda mais longe. Com o seu auxílio podemos enrobustecer estes casos isolados, pois, ao perfilarmos os emigrantes registados nestes documentos, trazemos a força dos números para a investigação, aproximando-nos da realidade que pretendemos retratar e analisar, contribuindo, desta forma, para o acumular do conhecimento histórico.

²⁶⁹ “não porque os europeus foram os únicos a ocupá-lo, mas porque os europeus foram os primeiros a ligar os seus quatro lados numa única identidade tanto como um sistema como uma representação da sua essência natural discreta”. ARMITAGE, David – *Three Concepts of Atlantic History in* ARMITAGE, David (ed.); BRADDICK, Michael J. (ed.) – *The British Atlantic World 1500 1800*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2002. Pp. 11-35 (12).

²⁷⁰ “cujas raízes estavam profundamente relacionadas com as experiências marítimas e os recursos financeiros marítimos, o que prova o determinismo da sua proeminência além-mar no desenvolvimento desta comunidade”. POLÓNIA, Amélia – *Global Interactions...* pp. 263-301 (293).

Devemos, para o fazer, procurar saber quais eram os destinos preferenciais dos emigrantes fora da Europa, o foco deste trabalho, e quando se deslocavam para esses territórios, com o intuito de compreender as conjunturas políticas, económicas, religiosas, entre outras, que os conduziam a determinado espaço em determinada altura. É precisamente este o objetivo do primeiro capítulo desta parte da dissertação. Posteriormente, as fontes serão alvo de uma pesquisa que permita tecer considerações relativamente à predominância de determinado género e estado civil, aos estatutos socioprofissionais dos emigrantes (sendo o objetivo compreender se houve incidência de determinadas profissões em territórios concretos), à presença ou ausência de familiares nos espaços de emigração, à naturalidade dos emigrantes e sua morada no reino, testando a tese da conterraneidade que afirma que os indivíduos se estabelecem de acordo com o local de onde provêm²⁷¹, às idades dos emigrantes e ao seu tempo de estadia num dado destino. Neste segundo capítulo, mais concretamente quando nos debruçarmos sobre as profissões e os estatutos socioprofissionais dos emigrantes, examinaremos a influência das conjunturas locais, regionais e globais abordadas no estudo dos fluxos de emigração, na fixação das várias tipologias profissionais em cada um dos territórios ultramarinos, porquanto é nossa tese que este é um fator determinante na escolha de um destino de fixação, já que a comunidade de cada espaço, dependendo das suas características económicas, tem necessidades profissionais particulares que lhe interessa suprir.

1) Espaço de emigração

A emigração, fenómeno demográfico que envolve o deslocamento de populações, requer, para aqueles que se deslocam, um ponto de partida e um ponto de chegada, ou seja, é um processo que integra dois ou mais espaços geográficos, dependendo do número de paragens entre o local de onde se sai e aquele onde se estabelece definitivamente ou, pelo menos, com intenção de ficar. Resultam daqui duas consequências para os indivíduos deslocados no que às relações humanas diz respeito: aqueles que ficam tornam-se, eventualmente, mais pequenos na vida daqueles que se deslocam, pelo menos do ponto de vista físico, tendo em conta a redução do contacto entre uns e outros que passa a ser feito por correspondência ou por via oral através de intermediários quando não há uma constante travessia do oceano; no espaço que acolhe os emigrantes nascem novos relacionamentos ou intensificam-se os que já existiam,

²⁷¹ VENTURA, Maria da Graça – *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: Mobilidade, Cumplicidades e Vivências*. Lisboa: INCM, 2005. ISBN 972-27-1387-6. Vol. I, tomo I, pp. 205-206.

uma vez mais, pelo menos no plano físico, até porque as oportunidades de contacto passam a ser maiores. Desta feita, e sem querer negligenciar os laços afetivos que ligavam cada um dos indivíduos às gentes dos dois lados do oceano, até porque estes têm uma forte influência nas ações de cada um deles²⁷², interessa-nos aqui olhar para a demonstração prática dos interesses destes indivíduos uns pelos outros, procurando entender, através de documentação do reino que, portanto, manifesta os interesses de quem fica, qual a relação dos emigrantes com o espaço para onde estes se dirigem, o que poderá ajudar a compreender a razão que os conduz a determinado local, sobretudo se cruzarmos os períodos de permanência em determinados territórios com as conjunturas que, nesses intervalos de tempo, atravessavam a vila, o reino e os locais de fixação.

1.1) Destinos de emigração

Porém, antes de se analisar os fluxos de emigração é necessário saber para onde os emigrantes se dirigiam no leque de espaços extraeuropeus à sua disposição, aqueles aqui em foco, mediante maiores ou menores limitações, como a necessidade de absorver determinados grupos profissionais, a distância que separa certos destinos do reino, dificultando a viagem, e a condição jurídica dos emigrantes, aspetos que serão visitados ao longo deste estudo. Importa, portanto, num primeiro momento, olhar para os destinos de fixação dos indivíduos que deixaram o reino. Para o fazer foi elaborado o Quadro 2 que agrupa os 413 emigrantes detetados na documentação de acordo com os espaços geográficos onde estes se fixaram, permitindo uma leitura alargada das zonas de estabelecimento e uma compreensão da importância de cada região do globo na absorção, logo atração, de emigrantes.

²⁷² ALTMAN, Ida – *Transatlantic Ties in the Spanish Empire: Brihuega, Spain, & Puebla, Mexico, 1560-1620*. Stanford: Stanford University Press, 2000. ISBN 0-8047-3663-4. P. 21.

Quadro 2. Espaços de fixação de emigrantes (1560-1651)

Regiões	Nº de emigrantes	%
Arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias	48	11,6
Arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	23	5,6
Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Ocidental	41	9,9
Brasil	126	30,5
Índias de Castela	68	16,5
Índico e Sudeste Asiático	88	21,3
sem informação	19	4,6
Total	413	100,0

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

O Quadro 2 torna notória a preferência dos emigrantes pelo Brasil no período entre 1560 e 1651, agrupando este destino 30,5% dos emigrantes encontrados, isto sem contar com aqueles para os quais não foi possível identificar um espaço de emigração. A América portuguesa destaca-se, assim, largamente, dos restantes destinos, pois aquele que se lhe segue, o Índico e Sudeste Asiático ou, em termos administrativos, o Estado da Índia, não ultrapassa os 21,3% com 88 emigrantes, mais 20 do que as Índias de Castela. Apesar destes índices de atratividade, os espaços já explorados pelos portugueses no século XV continuaram a deter a sua influência neste período concentrando 27,1% dos emigrantes, ainda que o maior destaque vá para os arquipélagos da Madeira, dos Açores e das Canárias, e para a Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Ocidental, com mais de 40 emigrantes. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, os dois territórios insulares ao largo da costa africana, com um total de 23 emigrantes, são o destino menos procurado.

Esta leitura geral, alheia a intervalos cronológicos mecânicos ou conjunturais, é importante para, sem ideias preconcebidas, se olhar para a distribuição dos emigrantes. Sabendo que os indivíduos permanecem num determinado espaço por vários anos, não raras vezes sem que este intervalo de tempo possa ser apurado, uma aproximação de longo prazo permite-nos compreender como cada um destes espaços contribuiu para o acolhimento dos portugueses disseminados pelo mundo, uma vez que a maioria das tentativas de numeramento da presença portuguesa em cada destino se apoia em suposições vagas, sem documentação coeva que as comprove, e relativas a uma data e

lugar concretos²⁷³. Não obstante, é também dever desta dissertação procurar saber quais os destinos preferidos dos emigrantes em intervalos de tempo mais curtos, para daí se determinar as atenuantes que conduzem estes homens e mulheres aos múltiplos territórios.

Passemos, então, à análise dos locais concretos de fixação dos emigrantes, tentando determinar onde se concentrava a presença portuguesa em cada um dos continentes. Com este objetivo foi elaborado o Quadro 3.

Quadro 3. Localização dos emigrantes (1560-1651)

Regiões	Local	Local específico	Nº de Emigrantes	% local específico	% local
Arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias	Açores	-		0	3,9
		Ilha do Faial	3	0,7	
		Ilha de São Miguel	2	0,5	
		Ponta Delgada (São Miguel)	3	0,7	
		Ribeira Grande (São Miguel)	2	0,5	
		Ilha Terceira	4	1,0	
		Angra do Heroísmo (Terceira)	2	0,5	
	Madeira	-		0,0	3,9
		Ilha da Madeira	4	1,0	
		Funchal (Madeira)	8	1,9	
		Santa Cruz (Madeira)	3	0,7	
		Ribeira Brava (Madeira)	1	0,2	
	Canárias	-		0,0	3,9
		Ilha de Tenerife	3	0,7	
		Garachico (Tenerife)	2	0,5	
		Ilha Grã-Canária	4	1,0	
		Ilha de Palma	5	1,2	
		Santa Cruz (Palma)	2	0,5	
Arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	Cabo Verde	-	2	0,5	1,0
		Ilha de Santiago	2	0,5	
	São Tomé e Príncipe	-		0,0	4,6
		Ilha de São Tomé	17	4,1	
		Ilha de Príncipe	2	0,5	
Senegâmbia e Guiné,	Angola	-	37	9,0	9,2
		São Paulo de Luanda	1	0,2	

²⁷³ GODINHO, Vitorino Magalhães – *L'Émigration Portugaise...* pp. 5-32; GODINHO, Vitorino Magalhães – *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar séculos XIII-XVIII*. Lisboa: DIFEL, 1990. ISBN 972-29-0043-9. Cf. Quadro 1 do Anexo.

Golfo de Benim e África Centro-Occidental	Congo	-	1	0,2	0,2
	Guiné	-	2	0,5	0,5
Brasil	Brasil	-	47	11,4	30,5
	Baía		11	2,7	
	Salvador (Baía)		4	1,0	
	Pernambuco		32	7,7	
	Olinda (Pernambuco)		23	5,6	
	Póinqua (Pernambuco)		1	0,2	
	Porto Calvo (Pernambuco)		1	0,2	
	Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco)		1	0,2	
	Recife (Pernambuco)		1	0,2	
	Rio de Janeiro		4	1,0	
	São Vicente		1	0,2	
Índias de Castela	Índias de Castela	-	28	6,8	16,5
	Nova Espanha		3	0,7	
	Honduras (Nova Espanha)		3	0,7	
	Guatemala (Honduras - Nova Espanha)		3	0,7	
	Antilhas (Nova Espanha)		1	0,2	
	São João de Olva (Nova Espanha)		1	0,2	
	Porto Rico (Nova Espanha)		1	0,2	
	Campeche (México - Nova Espanha)		2	0,5	
	Cidade do México (México - Nova Espanha)		5	1,2	
	Vera Cruz (México - Nova Espanha)		2	0,5	
	Acapulco (México - Nova Espanha)		1	0,2	
	Calles (México - Nova Espanha)		1	0,2	
	Puebla de Los Angeles (México - Nova Espanha)		2	0,5	
	Perú		1	0,2	
	Truvillo (Perú)		2	0,5	
	Cartagena das Índias (Perú)		5	1,2	
	Assunção (Perú)		1	0,2	
	São Francisco de Quito (Perú)		3	0,7	
	São João da Luna (Perú)		1	0,2	
	Nobre Espanha		1	0,2	

		Los Angeles (Nobre Espanha)	1	0,2	
Índico e Sudeste Asiático	China	-	1	0,2	0,7
	Macau		2	0,5	
	Índia	-	54	13,1	19,6
	Bengala		1	0,2	
	Cochim		11	2,7	
	Goa		14	3,4	
	Chául		1	0,2	
	Japão	-	1	0,2	0,2
	Malaca	-	2	0,5	0,5
	Moçambique	-	1	0,2	0,2
sem informação	-	-	19	4,6	4,6
Total	-	-	413	100	100

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

Como podemos observar pelos dois quadros acima, a presença portuguesa nos arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América, encontrada na documentação de Vila do Conde, está bastante dispersa, existido sobretudo três áreas que esta parece não ter atingido: o Próximo e Médio Oriente, o interior de África e a América do Norte. Assim, os territórios com que as gentes da vila estavam em contacto abarcavam uma parte bastante alargada do globo, ampliando a rede humana em que Vila do Conde se insere e, em consequência, a necessidade de gerir interesses, o que conduz mais gente ao notário, melhorando este acervo documental relativamente às questões que nos interessam, neste estudo, abordar.

Atentemos agora no Quadro 3. Dele podemos tecer já algumas considerações sobre a preferência dos emigrantes na escolha de um destino para se fixarem dentro das vastas regiões geográficas apuradas numa primeira fase. Nos arquipélagos mais próximos do reino, Madeira, Açores e Canárias, aqueles que formaram o triângulo Atlântico no século XV e início do XVI²⁷⁴, sabemos que a dispersão deste segmento da população é semelhante, tendo todos eles 16 emigrantes, inclusivamente as ilhas castelhanas, algo sintomático da importância que este arquipélago tinha para os portugueses, fruto, provavelmente, da sua importância económica²⁷⁵, assunto que será

²⁷⁴ ROCHA, Gabriel de Avilez – *Empire from the Commons...* p. 49.

²⁷⁵ ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis – *Los Portugueses en Tenerife en Tiempos de la Unión Ibérica*. Tenerife: Universidad de La Laguna, 2015. Tese de Doutoramento. Pp. 321 e seguintes; O'FLANAGAN, Patrick – *Port Cities of Atlantic...* p. 118-121; MORENO FLORIDO, María Berenice – *Marineros*

melhor desenvolvido quando nos focarmos nos fluxos de emigração. Nestes destinos, à exceção da ilha da Madeira que concentra todos os indivíduos achados nesse arquipélago na sua zona sul e sudeste, numa altura em que o povoamento se fazia sobretudo na linha de costa tendo em conta as características orográficas e hidrográficas da ilha²⁷⁶, Açores e Canárias registam uma presença mais dispersa pelas várias ilhas, no primeiro caso ficando somente de fora o grupo ocidental, o mais distante portanto, já que no Faial se contam 3 emigrantes, na Terceira 6 e, em São Miguel, 6. Nas Canárias estes ocupam três ilhas: Palma com 7 homens, Tenerife com 5 e a Grã-Canária com 4.

Os arquipélagos mais a sul, por seu lado, manifestam uma maior diferença na atratividade dos homens e mulheres do universo social estudado, uma vez que São Tomé e Príncipe concentra um maior número de emigrantes do que qualquer outro grupo de ilhas, ainda que com 17 em São Tomé e 2 em Príncipe, e Cabo Verde conta apenas com 4 indivíduos, dos quais sabemos estarem 2 na ilha de Santiago. Esta diferença observada segue na linha do que foi a história do povoamento inicial destas ilhas, com Cabo Verde a constituir uma primeira colonização tropical com grandes dificuldades em atrair população do reino e a adaptar-se ao sistema de sesmarias que dera pujança à economia das ilhas da Madeira e dos Açores²⁷⁷, além de contar com a concorrência da Madeira como base de apoio à viagem que ligava o reino à Índia²⁷⁸ e da forte pressão da pirataria que força o tráfico negreiro a deslocar-se para sul²⁷⁹, e São Tomé a assumir um papel importante como local de armazenamento de escravos a ser enviados para as Américas²⁸⁰ numa cronologia em que o abastecimento de escravos era

Extranjeros en los Protocolos Notariales de Gran Canaria (1590-1599). *Vegueta*. [Em linha]. Las Palmas: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. Nº 7 (2003). Pp. 65-87 (69-75). [Consult. em 12 de maio de 2017]. Disponível em: <http://revistavegueta.ulpgc.es>. ISSN 1133-598X.

²⁷⁶ SILVA, José Manuel Azevedo – *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993. Tese de Doutoramento. Vol. I, p. 84; PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, Teresa Ferreira – O povoamento das ilhas da Madeira e Porto Santo nos séculos XV e XVI in SANTOS, Carlota (coord.); MATOS, Paulo Teodoro de (oord.) – *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*. Braga: CITCEM, 2013. ISBN 978-989-8612-06-9. Pp. 15-53 (19-20).

²⁷⁷ CABRAL, Iva – *A Primeira Elite Colonial Atlântica – Dos «homens honrados brancos» de Santiago à «nobreza da terra»*. 1ª edição. [s.l.]: Pedro Cardoso Livraria, 2015. ISBN 978-989-99340-2-3. P. 26.

²⁷⁸ RIBEIRO, Orlando – *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962. P. 99.

²⁷⁹ PÉREZ GARCÍA, Rafael M.; FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F. – Sevilla y la Trata Negrera Atlántica: envíos de esclavos desde Cabo Verde a la América Española, 1569-1579 in ÁLVAREZ SANTALÓ, León Carlos (coord.) – *Estudios de Historia Moderna en Homenaje al Profesor Antonio García-Baquero*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2009. Pp. 597-622 (607).

²⁸⁰ RILEY, Carlos – Ilhas Atlânticas e Costa Africana in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1600-4. Vol. I: A Formação do Império (1415-1570). Pp. 137-162 (160); VIEIRA,

feito na “África Centro-Occidental”²⁸¹, onde os preços eram mais baixos²⁸², transformando-se num espaço subsidiário das economias do Brasil e Índias de Castela no Novo Mundo e da Costa Atlântica de África, pela sua posição geográfica no Golfo da Guiné.

Na Costa Atlântica de África, o que observamos é um predomínio de Angola, em termos absolutos, em relação aos outros territórios, pois, com 38 emigrantes, e, tanto quanto nos é permitido saber, pelo menos um deles em Luanda, é neste espaço que 9,2% do número total de indivíduos habita, bastante mais do que os dois que se encontram na Guiné ou o único emigrante no Congo, o que não surpreende se considerarmos que nunca deverão ter estado mais de 200 portugueses na zona da Mina e 100 na região da Guiné no século XVI²⁸³. Este cenário é também sintomático da fuga do comércio português na costa atlântica africana para sul²⁸⁴ depois de, no segundo quartel do século XVI, as depredações francesas terem ameaçado o comércio português na zona da Mina, o que, juntamente com os ingleses e os holandeses que se lhes viriam a juntar ao longo do século, tiraria o monopólio do tráfico de africanos da mão dos portugueses²⁸⁵.

Para o caso do Brasil, principal ponto de chegada da emigração do noroeste do reino²⁸⁶, incluindo de Vila do Conde²⁸⁷, ainda que com uma larga percentagem de indivíduos para os quais desconhecemos o local específico onde se fixaram (mais de um terço), podemos aferir a importância que assumiu o nordeste, que se destaca dos números encontrados para qualquer outra parte do globo ao acolher 74 emigrantes, somados os que se encontravam na Baía com os de Pernambuco. Os dados são bastante claros e confirmam a bibliografia que tem vindo a assumir o nordeste brasileiro como a

Alberto – *As Ilhas, as Rotas Oceânicas, os Descobrimentos e o Brasil*. P. 3. [Em linha]. [Consult. em 4 de setembro de 2016]. Disponível em: <http://www.madeira-edu.pt>.

²⁸¹ CALDEIRA, Arlindo Manuel – *Escravos e Traficantes no Império Português*. 1ª edição. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013. ISBN 978-989-626-478-9. Pp. 34-35.

²⁸² NEWSON, Linda A.; MINCHIN, Susie – *From Capture to Sale: The Portuguese Slave Trade to Spanish South America in the Early Seventeenth Century*. Leiden/Boston: Brill, 2007. ISBN 978-90-04-15679-1. P. 71.

²⁸³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Um Mundo em Movimento...* p. 96.

²⁸⁴ PÉREZ GARCÍA, Rafael M.; FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F. – *Sevilla y la Trata...* Pp. 597-622 (607).

²⁸⁵ PEREIRA, João Cordeiro – *Resgate do Ouro...* Pp. 5-48 (12 e seguintes); FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Problemas marítimos...* Pp. 250-254.

²⁸⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Ritmos e Destinos de Emigração in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1734-5. Vol. II: Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Pp. 114-125 (118).

²⁸⁷ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* p. 48.

zona que maior número de portugueses recebia²⁸⁸, particularmente Pernambuco, que acolhe 59 emigrantes, dos quais 23 estão em Olinda, que confirma, com este exemplo da documentação de Vila do Conde, o seu estatuto de principal destino da emigração que irradia do reino português para a América²⁸⁹. Além dos 32 indivíduos que sabemos apenas estarem em Pernambuco, encontramos neste território mais 4 emigrantes, todos em locais diferentes: no outeiro de Poínqua, em Porto Calvo, no Cabo de Santo Agostinho e no Recife. Ainda no nordeste da América portuguesa temos mais 15 emigrantes na Baía, 4 deles certamente em Salvador, desconhecendo-se o paradeiro dos outros 11, ainda que o uso, à época, do termo Baía para denominar São Salvador da Baía, nos faça crer que pelo menos parte destes indivíduos se encontrassem, de facto, neste destino. Restam, fora daquela região, 5 emigrantes, 4 deles no Rio de Janeiro e outro em São Vicente, todos a sul, portanto. De notar que, à época, a não discriminação de uma localidade podia não só refletir o desconhecimento em relação ao destino concreto do emigrante, como podia indicar um local específico que, por ser de conhecimento generalizado, não necessitava de ser particularizado. No caso do Brasil, uma menção generalizada às “partes do Brasil” pode estar associada à Baía, local onde se encontrava a capital do território e que pode incrementar ainda mais os números de emigrantes na região do Nordeste.

Quanto às Índias de Castela, a presença portuguesa detetada na documentação em estudo revela-se dispersa, num resultado similar ao obtido por Daviken Studnicki-Gizbert²⁹⁰, Gleydi Sullón Barreto²⁹¹ ou Amélia Polónia e Amândio Barros²⁹². Uma vez mais, o destino concreto de parte dos emigrantes não foi possível de identificar (41,2% do total de emigrantes nas Índias), mas ainda assim é possível apurar uma preferência pela Nova Espanha que soma 13 emigrantes no México, mais um do que a zona do Caribe. Aqui, o predomínio de referências é, sem dúvida, da Cidade do México, que

²⁸⁸ QUIRINO, Tarcizio do Rêgo – *Os Habitantes do Brasil no fim do Século XVI*. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1966. *Passim*; ROWLAND, Robert – Emigración, estructura y región en Portugal (siglos XVI-XIX) in EIRAS ROEL, Antonio (coord.) – *Emigración Española y Portuguesa a América (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica. Alicante, abril de 1990. Volumen I)*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991. Pp. 137-146 (139-140).

²⁸⁹ MAGALHÃES, Joaquim Romero – A Construção do Espaço... pp. 28-64 (51).

²⁹⁰ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* p. 26.

²⁹¹ SULLÓN BARRETO, Gleydi – Portugueses en el Perú virreinal (1570-1680): Una aproximación al estado de la cuestión. *Mercurio Peruano*. [Em linha]. Piura: Universidad de Piura. Nº 523 (2010). Pp. 116-129 (116). [Consult. em 12 fevereiro 2017]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es>. ISSN 0254-8135.

²⁹² POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio – Commercial flows... pp. 111-144 (141).

apenas pode ser comparada, dentro das índias castelhanas, a Cartagena no norte do vice-reino do Perú, cidade para a qual afluíram de facto muitos portugueses entre 1590 e 1639, por ser, juntamente com Vera Cruz, o único porto por onde os escravos transportados sob o regime de *asientos*²⁹³ podia entrar²⁹⁴, colocando-a no topo das suas escolhas²⁹⁵. Temos, assim, na Nova Espanha, uma presença bastante dispersa, como foi dito, onde para 3 emigrantes não nos foi possível identificar o espaço que os acolhe, número igual ao dos portugueses encontrados no que chamaríamos hoje de Honduras e também do Guatemala. Seguem-se, com 2 emigrantes cada, os povoamentos de Campeche, Vera Cruz e Puebla de los Angeles, da qual, talvez faça parte o emigrante encontrado em Los Angeles, na Nobre Espanha, território que não conseguimos identificar. Com um emigrante temos as Antilhas, São João de Olva, Porto Rico, Acapulco e Calles. Mais concentrada geograficamente, mas também menor, é a emigração para o vice-reino do Perú onde, fora de Cartagena, temos 3 emigrantes em Quito, 2 em Trujillo e um tanto em Assunção como em São João da Luna, detendo este vice-reino 3,2% do número total de emigrantes, quase metade dos 6,1% do vice-reino de Nova Espanha. É ainda de notar uma tão grande participação portuguesa encontrada neste destino tendo em consideração que “los portugueses fueron extranjeros en todos los territorios de la Monarquía Hispánica, incluyendo los ultramarinos que habían quedado incorporados a Castilla”²⁹⁶, ainda que existissem formas de se tornarem legais (mais paliativas do que profiláticas)²⁹⁷. Esta presença torna-se mais surpreendente quando sabemos que aqueles que se dirigiam para as Índias castelhanas eram maioritariamente do sul de Portugal, mais concretamente do Algarve²⁹⁸, “la región ibérica y europea no castellana de mayor protagonismo en el sistema de comunicación y

²⁹³ Referimo-nos aqui aos *asientos* de escravos criados pela Coroa Castelhana em 1594 para substituir o regime de licenças que se criara em 1518. Estes eram contratos que a Coroa fazia com particulares, os *asientistas*, que, em troca de um determinado valor estabelecido em leilão, lhes garantia o monopólio do abastecimento das Índias de Castela em mão-de-obra escrava, por um prazo e preço máximo definidos. O *asientista* podia depois vender licenças a comerciantes que desejassem importar escravos ou fazê-lo ele próprio. Cf. VILA VILAR, Enriqueta – *Hispano-America y el Comercio de Esclavos. Los Asientos Portugueses*. Sevilha: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1977. *Passim*.

²⁹⁴ VILA VILAR, Enriqueta – *Hispano-America y el...* p. 49; 57; VILA VILAR, Enriqueta – *Extranjeros en Cartagena...* pp. 147-184 (150-153).

²⁹⁵ VENTURA, Maria da Graça – *Portugueses no Peru...* I, t. I, pp. 109-111.

²⁹⁶ “os portugueses foram estrangeiros em todos os territórios da Monarquia Hispânica, incluindo os ultramarinos que tinham ficado anexados a Castela”. SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros. Portugueses en la Lima virreinal, 1570-1680*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2014. Tese de Doutoramento. P. 38.

²⁹⁷ Era o caso das cartas de naturalização, das licenças e da composição. Cf. SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros...* pp. 51-60; SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Portugueses en el Perú...* pp. 116-129 (118); VILA VILAR, Enriqueta – *Extranjeros en Cartagena...* pp. 147-184 (147-149).

²⁹⁸ SERRANO MANGAS, Fernando – *Encrucijada Portuguesa...* p. 37.

comercio que unió a la corona de Castilla com sus Indias”²⁹⁹, do Alentejo e de Lisboa³⁰⁰, revelando a relação que se estabelecia entre os portugueses fora da Europa, capaz de dilatar as redes humanas ao ponto de ligarem, fora da península, portugueses de diferentes localidades.

Deixando de fora destes cálculos os 19 indivíduos para os quais não conseguimos apurar um destino de emigração, resta-nos o Estado da Índia ou o que definimos, em termos geográficos, como o Índico e Sudeste Asiático. Aqui, o predomínio de referências documentais é da Índia que acolhe 19,6% dos emigrantes, o equivalente a 81 em números absolutos, o que coloca este território em segundo lugar nas preferências dos emigrantes. Se para 54 indivíduos o espaço concreto de residência não pôde ser apurado, ou seja, 66,7% daqueles que se deslocaram para a Índia, o número daqueles que pôde, juntamente com o que da bibliografia podemos aferir, permite tirar algumas ilações quanto à presença portuguesa neste subcontinente. Goa ao receber 14 emigrantes (17,3% dos que estão na Índia) confirma-se como centro do Estado da Índia à época, ou, nas palavras de Timothy Coates “o centro económico, cultural, religioso e administrativo do Estado da Índia”³⁰¹, para onde, em 1530, se haviam mudado a Casa da Matrícula e a Casa dos Contos, instituições administrativas centrais do vice-reino³⁰², mas não muito distante dela está Cochim com 11 indivíduos (13,6%), um indicador da importância da Costa do Malabar, por esta altura, no atração dos portugueses³⁰³. Ainda na costa ocidental, temos uma referência a Chaul, o que indica o predomínio atrativo dos territórios indianos a oeste do Cabo Comorim, pois para lá deste somente encontramos um emigrante em Bengala, no nordeste indiano. A restante presença portuguesa na zona do Índico e Pacífico está bem mais disseminada, mas também conta com um número significativamente menor de indivíduos, 7, o que

²⁹⁹ “a região ibérica e europeia não castelhana de maior protagonismo no sistema de comunicação e comércio que uniu a Coroa de Castela às suas Índias”. RODRÍGUEZ LORENZO, Sergio M. – El Algarve y la carrera de Indias: marginalidade provechosa de un enclave geoestratégico en el corazón del comercio con las Indias de Castilla (siglos XVI-XVII). *Revista de Historia Naval*. [Em linha]. [s.l.]: [s.n.]. Ano 17, nº 66 (1999). ISSN 0212-467X. Pp. 23-38 (24). [Consult. em 16 de outubro de 2016]. Disponível em: <https://www.academia.edu>.

³⁰⁰ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* p. 48.

³⁰¹ COATES, Timothy J. – *Degradados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1755*. 1ª edição. Lisboa: CNCDP, 1998. ISBN 972-8325-57-6. P. 128.

³⁰² SANTOS, Catarina Madeira – Entre Velha Goa e Pangim: a capital do Estado da Índia e as reformulações da política ultramarina. *Revista Militar*. [Em linha]. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. Série Separatas 243 (2001). Pp. 3-39 (4). [Consult. em 16 de outubro de 2016]. Disponível em: <https://www.academia.edu>. ISSN 0870-6735.

³⁰³ ARASARATNAM, S. – India and the Indian Ocean in the Seventeenth Century in GUPTA, Ashin Das (ed.); PEARSON, Michael – *India and the Indian Ocean 1500-1800*. Calcutá: Oxford University Press, 1987. Pp. 94-130 (102).

representa 1,7% dos emigrantes identificados no total e 8% daqueles que integram esta categoria geográfica: na China encontramos 3, 2 em Macau e um outro sem referência concreta a um espaço, em Malaca apuramos 2 presenças e uma tanto no Japão como em Moçambique.

1.2) Fluxos de emigração

Explanada a localização dos emigrantes ao longo do período que vai de 1560 a 1651, é altura de este trabalho se focar nos fluxos de emigração. Neste campo procuraremos analisar a presença reinol nos vários destinos de acordo com a sua evolução cronológica com o intuito de detetar os comportamentos das linhas de emigração e, de seguida, lançar hipóteses explicativas que nos permitam compreender a razão de determinada linha seguir determinado comportamento. Importa, então, neste estudo, fazer um levantamento temporal das presenças dos emigrantes em cada um dos territórios dos arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América para, de seguida, se analisar e interpretar cada um deles por períodos cronológicos.

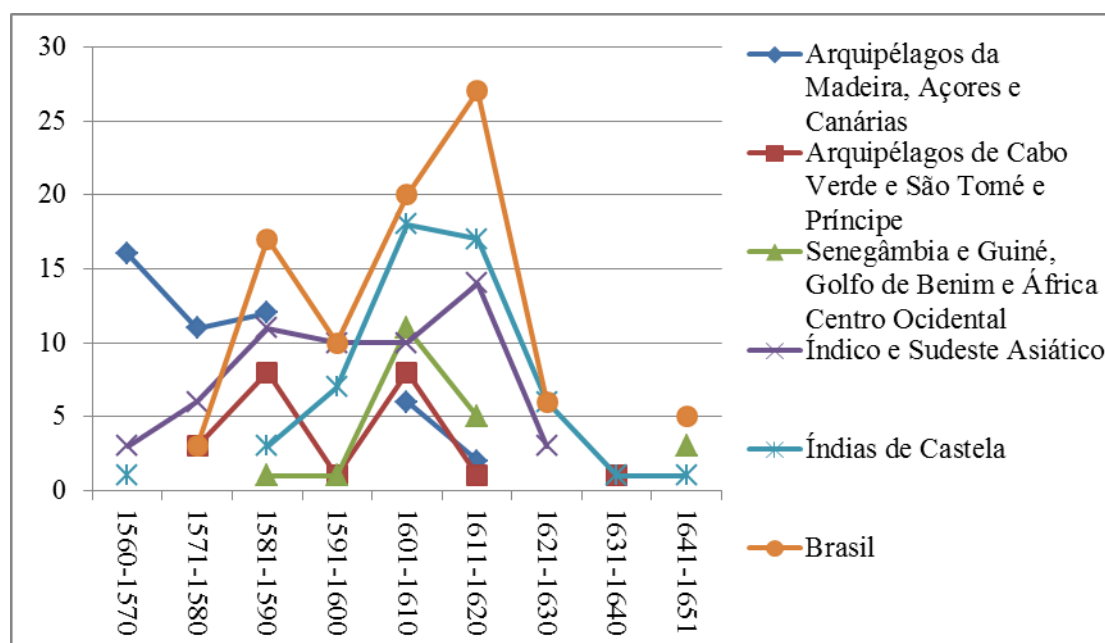
Neste caso específico, da interpretação dos fluxos de emigração, o facto de termos tido a possibilidade de compulsar a documentação paroquial até ao ano de 1700, revelou-se um precioso auxílio na leitura dos dados, principalmente para o caso do Brasil, uma vez que possibilita a contextualização das linhas que vemos desenhadas para as décadas de 1630 e 1640, cobrindo toda a fase áurea do açúcar, como veremos, de particular relevo para a emigração.

No entanto, antes de avançarmos para o exame dos dados que a documentação nos permitiu recolher, é necessário compreender, uma vez mais, em que medida cada uma das fontes seleccionadas contribuiu para este estudo em concreto, até porque, como vimos na secção dedicada à crítica de fontes, as características de cada uma e as falhas de produção a que ambas estiveram sujeitas, fazem, por um lado, com que se complementem, mas, por outro, com que a natureza da informação que delas retiramos não seja exatamente igual, correndo o risco de obtermos resultados pouco fidedignos ao colocarmos as duas no mesmo patamar sem antes ser clarificado o que nos foi possível captar em cada uma delas.

Se, por um lado, o facto de estendermos o período cronológico em análise, recorrendo somente ao fundo paroquial, nos permite uma maior contextualização dos fluxos de emigração, por outro, a utilização de ambas as tipologias documentais para o

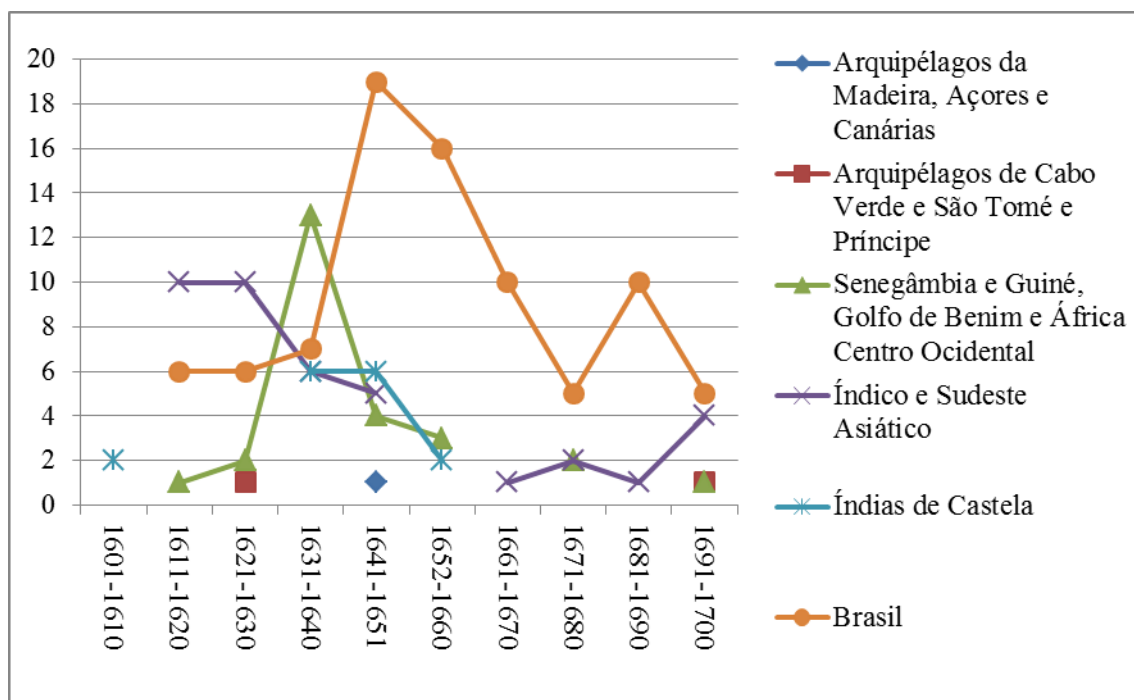
restante período força a sua separação, ainda que o estudo, posteriormente, beneficie da inclusão dos dois tipos de dados num só esquema. Assim, produzimos, primeiramente, dois gráficos, um para cada uma das fontes, aos quais agrupamos um terceiro que articula a informação apresentada nos dois primeiros para facilitar a análise dos comportamentos deste fenómeno demográfico de uma forma diacrónica. Em cada um deles vemos somente a primeira referência, nalguns casos única, aos emigrantes, para podermos ter uma maior aproximação à sua data de chegada a esse destino, o que significa que nos gráficos que refletem apenas um tipo de documentação (os dois primeiros gráficos) não serão incluídas datas referentes ao mesmo emigrante, assentando-se esse indivíduo naquele gráfico cuja documentação o referir numa data mais recuada, de forma a obtermos um total de 394 emigrantes entre 1560 e 1651, todos aqueles para os quais foi encontrado um destino e 455 no total dos dois gráficos. Por uma questão de concordância entre os dois tipos de fontes mantivemos o intervalo temporal 1640-1651, começando o seguinte em 1652 e finalizando em 1660.

Gráfico 2. Fluxos de emigração para os territórios ultramarinos detetados na documentação notarial (1560-1651)



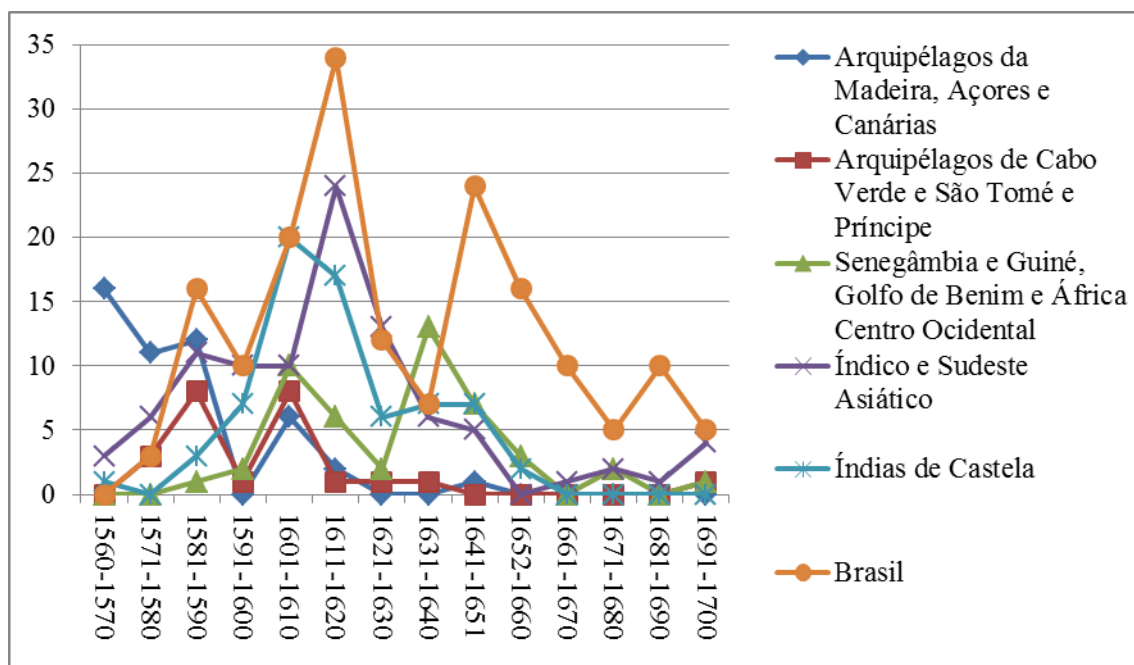
Fonte: Quadro 2 do Anexo.

Gráfico 3. Fluxos de emigração para os territórios ultramarinos detetados na documentação paroquial (1601-1700)



Fonte: Quadro 3 do Anexo.

Gráfico 4. Fluxos de emigração para os territórios ultramarinos detetados na documentação notarial e paroquial (1560-1700)



Fonte: Quadro 4 do Anexo.

Como se pode ver, as documentações notarial e paroquial complementam-se, trazendo informações adicionais para o mesmo período de tempo, permitindo leituras mais próximas da realidade em cada um dos destinos ao longo da primeira metade do século XVII, mas, sobretudo, possibilitando uma análise dos dados mais extensa no

tempo, determinando comportamentos das linhas de evolução da emigração. Olhemos, então, para os fluxos de emigração com algum detalhe, de forma a trazermos compreensão ao que os números nos dizem.

Num primeiro momento, entre os anos de 1560 e 1580, o que verificámos é um domínio, como território de acolhimento dos emigrantes, dos arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias que contavam com 16 indivíduos entre 1560 e 1570, e com 11 na segunda década estudada. O que este resultado revela é que, mesmo passados os anos áureos da economia destas ilhas, particularmente da Madeira, que inclusivamente viu o Funchal ser saqueado e ocupado por 16 dias por corsários franceses em 1566³⁰⁴, a sua atração ainda se fazia sentir, inclusivamente ao ritmo mais elevado de sempre desde finais de Quatrocentos com uma taxa de crescimento anual médio de 0,9%³⁰⁵, o que é indicativo da necessidade destes arquipélagos em absorver homens que mobilizem a sua economia. Esta realidade não desvanece na década seguinte, a de 1571 a 1580, apesar de uma pequena queda das presenças nestas ilhas, ainda as preferidas dos emigrantes.

Revelando um aumento da procura por parte dos reinóis que se deslocavam para fora da península, estavam os territórios para leste do Cabo da Boa Esperança, que ocupavam o segundo lugar nas suas preferências, um resultado significativo, mas que não corresponde à atração que o Estado da Índia, classificado como o principal destino de emigração ao longo do século XVI³⁰⁶, exerceu sobre a população do reino. Este foi um sinal, cremos, tendo em conta o que já foi provado para o caso de Vila do Conde³⁰⁷, de uma menor ligação do Entre-Douro-e-Minho a estes territórios com os quais o comércio esteve concentrado em Lisboa³⁰⁸, local de onde partiam também, por aí convergirem, “através da concentração de infra-estruturas políticas e financeiras”³⁰⁹, os homens de estatuto mais elevado que assumiam o papel preponderante na administração e defesa do Estado da Índia e que, por este espaço gozar de cada vez menos

³⁰⁴ NEPOMUCENO, Rui – *História da Madeira. Uma visão actual*. 1ª edição. Porto: Campo das Letras, 2006. ISBN 978-989-625-129-1. P. 105.

³⁰⁵ RODRIGUES, Teresa Ferreira – As vicissitudes do povoamento... pp. 159-246 (239); PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, Teresa Ferreira – O povoamento das ilhas... pp. 15-53 (26).

³⁰⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – Ritmos e Destinos... pp. 114-125 (118).

³⁰⁷ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina*... II, p. 330; O'FLANAGAN, Patrick – *Port Cities of Atlantic*... p. 132-134.

³⁰⁸ BOYAJIAN, James C. – *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore/Londres: The John Hopkins University Press, 2008. ISBN 978-0-8018-8754-3. P. 29; POLÓNIA, Amélia – Indivíduos e Redes Auto-Organizadas... pp. 349-371 (363-364).

³⁰⁹ POLÓNIA, Amélia – Indivíduos e Redes Auto-Organizadas... pp. 349-371 (363).

oportunidades de negócio, partiam em maior número do que, por exemplo, os comerciantes³¹⁰.

Nos anos de 1580, o Brasil assumiu o papel principal no acolhimento dos emigrantes, registando-se, contudo, um pico de emigração em vários territórios como nos arquipélagos atlânticos e no Estado da Índia, além de uma pequena subida da procura pelas Índias de Castela e pela Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Ocidental. Um tão grande crescimento dos valores de emigração, que passa de um total de 23 indivíduos deslocados nos territórios ultramarinos na década anterior, para 51 nesta, faz-nos pensar que as causas que possam justificar estes números tenham ocorrido, na sua maioria, no reino. Porventura terá confluído uma influência da esfera política, com a subida ao trono de D. Filipe, com um crescimento populacional que se verificava em Vila do Conde por estes anos³¹¹ (consultar Quadro 1) e uma constante ameaça do corso junto à costa da vila que era agora dominado pelos ingleses³¹², que, encorajados pela derrota da Armada Invencível, coadjuvavam o já existente “clima geral de perturbação marítima”³¹³, contribuindo para a quebra das atividades ligadas ao mar que empregavam grande parte dos homens da vila e também daqueles que emigravam, como veremos. Aos fatores endógenos juntar-se-ia, no caso do Brasil, o florescimento da indústria açucareira a partir dos anos de 1570³¹⁴, uma fonte de oportunidades para quem procurava sair do reino, uma vez que D. Sebastião decretara a exclusividade portuguesa no comércio com este território³¹⁵, e que poderá justificar a primazia deste destino, preferência que, tendo em conta a proximidade de Entre-Douro-e-Minho e o Brasil, não era exclusiva de Vila do Conde, mas afetava também, e de forma ainda mais forte, outros portos do Noroeste português, como foi o caso de Viana³¹⁶. De facto, o crescimento desta indústria trouxe consigo uma maior necessidade de importação de

³¹⁰ SMITH, Stefan Halikowski – *Creolization and Diaspora in the Portuguese Indies. The Social World of Ayutthaya, 1640-1720*. Leiden/Boston: Brill, 2011. ISBN 978-90-04-19048-1. P. 15.

³¹¹ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, p. 212.

³¹² POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, pp. 174-175.

³¹³ BARROS, Amândio Jorge Morais – *Porto. A construção...* p. 115.

³¹⁴ SCHWARTZ, Stuart B. – A «Babilónia» Colonial: A Economia Açucareira in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1734-5. Vol. II: Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Pp. 213-231 (214).

³¹⁵ FAUSTO, Boris – *História do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: edusp e FDE, 1995. P. 57.

³¹⁶ MOREIRA, Manuel António Fernandes – *O Porto de Viana do Castelo na Época dos Descobrimentos*. 1ª edição. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1984. Pp. 112-120; MOREIRA, Manuel António Fernandes – *Os Mareantes de Viana e a Construção da Atlantidade*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1995. ISBN 972-588-065-X. Pp. 304-308.

mão-de-obra africana, até aí praticamente inexistente³¹⁷, que justificará também o incremento da presença portuguesa nas ilhas ao largo da costa africana, onde os escravizados eram concentrados para serem depois transportados.

No período de tempo compreendido entre 1581 e 1590 a procura das ilhas da Madeira, Açores e Canárias como local de habitação voltou a subir, mas já a um ritmo bem inferior ao demonstrado por outros territórios, nomeadamente o Brasil, sinal de um abrandamento económico das ilhas³¹⁸ ou, pelo menos, da incapacidade de competir com o atlântico ocidental, dada a degradação dos seus solos, que vinha a reduzir a quantidade de açúcar produzido na Madeira ao longo do século XVI³¹⁹, e a inaptidão em fazer face à concorrência do açúcar brasileiro, de menor qualidade, mas vendido a menos de metade do preço³²⁰. Em situação idêntica estavam as Canárias que, tal como a Madeira, haviam beneficiado de um aumento dos preços do açúcar em meados do século XVI, mas nos anos 80 já viam o seu comércio em queda³²¹, dado o crescimento do Brasil neste setor³²². De facto, esta distância para o reino pode ter sido um fator importante, tendo em conta a alteração da situação política ibérica, com o início do reinado de Filipe I que, como se sabe, teve forte oposição nos Açores, principalmente na ilha Terceira que, por tanto resistir à aclamação do novo monarca, ganhando até um novo folgo na resistência com a presença de D. António em 1582, viu a sua população ficar sujeita “a um regime de presídio bastante apertado”³²³. Torna-se, desta feita, notória a influência de mais do que uma possível motivação ou explicação na escolha de um local de emigração, algo que, como veremos, foi comum a todos os territórios ao longo de todo o período analisado.

³¹⁷ SCHWARTZ, Stuart B. – *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. Pp. 65-66.

³¹⁸ O'FLANAGAN, Patrick – *Port Cities of Atlantic...* p. 118.

³¹⁹ VIEIRA, Alberto – *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira séculos XV a XX*. 1ª edição. Funchal: CEHA, 2004. ISBN 972-8263-V3-0. P. 91.

³²⁰ SILVA, José Manuel Azevedo – *A Madeira e a Construção...* I, pp. 191-193.

³²¹ ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis - Vínculos en el Atlántico: Juan de Vega, señor del ingenio de Güímar in *Jornadas de Historia del Sur de Tenerife*. Arona: Llanoazur ediciones, 2010. ISBN 978-84-930898-1-8. Pp. 53-67 (55).

³²² MORENO FLORIDO, María Berenice – *Marineros Extranjeros...* pp. 65-87 (73).

³²³ MAGALHÃES, Joaquim Romero – D. António in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. [Lisboa]: Editorial Estampa, 1993. ISBN 972-33-1084-8. Vol. III: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Pp. 472-475 (474-475); Para um estudo das consequências no Atlântico português das disputas entre D. António, prior do Crato, e D. Filipe I cf. MARQUES, Guida – *L'invention du Brésil entre deux Monarchies*. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2009. Tese de Doutoramento. Pp. 33-64.

A quebra que se fez sentir na década que se iniciou em 1591, efeito provável dos inúmeros ataques holandeses e ingleses às embarcações portuguesas que afastava o interesse de muitos homens³²⁴, foi acompanhada, ainda que de forma residual no Índico e Oriente, por uma subida do número de emigrantes encontrados nas Índias de Castela, efeito provável da elevada produção de prata no Potosí³²⁵, que disseminou no reino a ideia de riqueza do território peruano, e, principalmente, do domínio dos *asientos* de escravos pelo português Pedro Gomes Reinel³²⁶, que atraiu toda uma massa de gente que deveria garantir a logística do tráfico bem como dos comerciantes que tencionavam lucrar com esta nova realidade instituída pelo monarca³²⁷. Assim, notamos, como principal fator de atração para este destino, as oportunidades que a sua economia permite ao invés de uma influência da passagem dos territórios portugueses para a administração daquele que era até aí o monarca de Castela, até porque os portugueses nunca se tornaram bem-vindos, pelo menos do ponto de vista jurídico. O crescimento da emigração para este mesmo destino na década seguinte, ao ponto de se tornar no território ultramarino mais procurado, juntamente com o Brasil, parece confirmar esta hipótese, apesar de, entre 1601 e 1610, os dados que recolhemos serem já das duas tipologias documentais, implicando, naturalmente, um crescimento dos valores apresentados, o que apenas não acontece para o Estado da Índia, indicador de um abrandamento na absorção de reinóis na entrada do novo século, numa altura em que a vila atingia o pico da sua massa populacional, cerca de 6000 almas³²⁸, justificando-se uma nova subida da emigração.

Ainda para o caso das índias castelhanas, importa referir que, precisamente nestas duas décadas, 1581-1590 e 1591-1600, se intensificou a perseguição inquisitorial, nomeadamente pelos tribunais de Lima e México³²⁹, algo que não parece ter afetado a procura deste destino, sinal de que a emigração para as Américas, no seu conjunto, estava longe de ser feita por motivos religiosos. O facto de os arquipélagos atlânticos

³²⁴ POLÓNIA, Amélia – *Jumping Frontiers, Crossing Barriers...* pp. 111-132 (117-118).

³²⁵ VENTURA, Maria da Graça – *Portugueses no Peru...* I, t. I, p. 106; BENNASSAR, Bartolomé – *La América española y la América portuguesa. Siglos XVI-XVIII*. 4ª edição. Madrid: Ediciones Akal, 2001. P. 134.

³²⁶ VENTURA, Maria da Graça – *Portugueses no Peru...* I, t. I, p. 106; VILA VILAR, Enriqueta – *Hispano-América y el...* pp. 33 e seguintes.

³²⁷ Só escravistas portugueses, passaram para as Índias de Castela mais de 100, entre 1595 e 1640. Cf. STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* p. 60; SERRANO MANGAS, Fernando – *Encrucijada Portuguesa...* p. 19.

³²⁸ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, p. 212.

³²⁹ ESCOBAR QUEVEDO, Ricardo – *Inquisición y Judaizantes en América Española (siglos XVI-XVII)*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2008. P. 363.

verificarem também um aumento do número de indivíduos que recebem pode refletir, como já demonstramos, um acompanhamento, por parte das economias locais, do monopólio português do abastecimento de mão-de-obra escrava das índias castelhanas, funcionando estes espaços como subsidiários do tráfico, até porque, quando se observa uma redução da emigração para as Índias de Castela na década seguinte, altura em que o sistema de importação de escravos é novamente alterado, tal era o desagrado pela influência portuguesa neste comércio³³⁰, estes espaços deixam de acolher novos emigrantes.

Quanto ao Brasil, o decréscimo na emigração que se fez notar na derradeira década do século XVI, não parece ter sido causado pelas visitas inquisitoriais que nesses anos atingiram o nordeste brasileiro³³¹. Esta suposição parece evidente tendo em conta que a queda da emigração foi global, não atingindo este território em específico, e que o novo período de visitas seria na década de 1611 a 1620³³², altura em que a emigração atinge o seu ponto mais elevado, particularmente no caso do Brasil.

O intervalo de tempo entre 1611 e 1620 marca o maior pico de emigração registado ao longo de todo este estudo com um total de 84 emigrantes detetados em 457, o correspondente a 18,4%, isto numa altura em que a população da vila estava a decrescer cerca de 2% ao ano e a do reino crescia³³³. A emigração parecia ser o escape aproveitado pela população local nos momentos de crise interna³³⁴, como aqueles causados pela concorrência ao *mare clausum* português tanto pelo comércio como, principalmente, a pirataria e o corso que afetou o vigor económico de uma vila de homens do mar³³⁵, tal como causava o abrandamento das atividades das comunidades marítimas do reino desde os anos de 1520³³⁶. Este valor tão elevado tornou-se viável com o contributo essencial do Brasil, que atingia agora a maturação da sua economia açucareira, contando com 346 engenhos em 1629³³⁷, o que trazia uma imagem de

³³⁰ ESCOBAR QUEVEDO, Ricardo – *Inquisición y Judaizantes...* p. 217. VILA VILAR, Enriqueta – *Hispano-America y el...* pp. 42-50.

³³¹ FEITLER, Bruno Guilherme – Usos políticos del Santo Oficio Portugués en el Atlántico (Brasil y África Occidental). *El Período Filipino. Hispania Sacra*. [Em linha]. [s.l.]: [s.n.], Nº 119 (2007). Pp. 269-291 (272). [Consult. em 20 de outubro de 2016]. Disponível em: www.hispaniasacra.revistas.csic.es. ISSN 0018-215-X.

³³² FEITLER, Bruno Guilherme - Usos políticos del Santo Oficio... pp. 269-291 (272).

³³³ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, pp. 212-216.

³³⁴ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* II, p. 326.

³³⁵ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* II, pp. 84-87.

³³⁶ ROCHA, Gabriel de Avilez – *Empire from the Commons...* p. 112.

³³⁷ SCHWARTZ, Stuart B. – *A «Babilónia» Colonial...* II, pp. 213-231 (215).

riqueza ao reino e a todos os concorrentes europeus³³⁸, das Índias de Castela, como vimos, já em decréscimo, e dos territórios entre o Cabo da Boa Esperança e o Japão, onde se dava o canto do cisne da presença portuguesa. De facto, as receitas alfandegárias caíam, percentualmente, para menos de metade na década seguinte³³⁹, assim como o número de partidas de embarcações em direção ao reino se reduziria de 30 para 22 ou ainda para 12 nos anos de 1630³⁴⁰, o que implicava um decréscimo da quantidade de mercadorias desembarcada em Lisboa que, só em pimenta, rondaria os 9 000 quintais, menos 10 000 do que se embarcava nos anos 90 do século anterior³⁴¹, valor consideravelmente baixo, mesmo levando em conta as perdas ocorridas durante a viagem.

O período que se seguiria, entre 1621 (também data de criação da WIC) e 1640, seria de redução da emigração para os territórios ultramarinos. No Estado da Índia, Portugal perdia o seu papel de predominância em relação às outras potências europeias, sobretudo depois de 1630³⁴², apesar de a concorrência se fazer sentir logo em 1621 com o final da Trégua dos Doze Anos com os holandeses³⁴³ e mesmo antes desse período, já que as tréguas não significaram a imobilização da ação holandesa na Ásia³⁴⁴. Todavia, já em 1622, a perda de Ormuz afetara fortemente as receitas do vice-reino, pois esta praça representara, nas décadas anteriores, a terceira maior fonte de rendimento no Oriente³⁴⁵. Em 1629 fora a vez de Malaca ser cercada pelos holandeses, o que não permitiu a este entreposto comercial com o Extremo Oriente contribuir para as finanças do Estado da Índia³⁴⁶. A criação da periclitante Companhia Portuguesa das Índias nos finais da década de 1620 também não ajudou ao panorama que se vinha a traçar na região numa época de fome no subcontinente indiano que reduziu a quantidade de mercadorias disponíveis para exportação³⁴⁷. No fundo, os sucessivos conflitos na região

³³⁸ MARQUES, Guida – *L'invention du Brésil...* Pp. 64-65.

³³⁹ MATOS, Artur Teodoro de – A Situação Financeira do Estado da Índia no Período Filipino (1581-1635) in MATOS, Artur Teodoro de (coord.) – *Na Rota da Índia: estudos de história da expansão portuguesa*. [s.l.]: Instituto Cultural de Macau, 1994. ISBN 972-35-0108-2. Pp. 61-81 (69).

³⁴⁰ GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1982. Vol. III, p. 49.

³⁴¹ GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e...* III, p. 76.

³⁴² DISNEY, A. R. – *A Decadência do Império da Pimenta*. Lisboa: Edições 70, 1981. P. 67.

³⁴³ DISNEY, A. R. – *A Decadência do Império...* p. 94.

³⁴⁴ BOYAJIAN, James C. – *Portuguese Trade...* pp. 185-186.

³⁴⁵ MATOS, Artur Teodoro de – A Situação Financeira... Pp. 61-81 (70).

³⁴⁶ DISNEY, A. R. – *A Decadência do Império...* p. 70.

³⁴⁷ DISNEY, A. R. – *A Decadência do Império...* pp. 134-135.

e a quebra económica ditavam um afastamento de todos aqueles que procuravam melhores condições de vida fora do reino.

No caso do atlântico ocidental, o motivo da quebra seria, muito provavelmente, a guerra contra os holandeses encetada no nordeste brasileiro, o que, com a conquista de Salvador em 1624 e subsequente reconquista no ano seguinte, e de Olinda e Recife em 1630, conduziu ao afastamento daqueles que procuravam um novo espaço para se estabelecerem, provando um contacto constante entre as populações de ambos os lados do oceano que, apercebendo-se das condições disponíveis num determinado espaço, abstinham-se de para aí se deslocarem³⁴⁸, prevendo a falta de oportunidades económicas, ou procuravam alternativas, como parece ter ocorrido entre 1631 e 1640, quando a Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Ocidental ultrapassa todos os outros destinos ao acolher 13 emigrantes. Com a conquista, por parte dos holandeses, de S. Jorge da Mina em 1637 e de São Tomé e Luanda em 1641, o Brasil retoma, até 1651, a sua posição de liderança nas preferências daqueles que se deslocam do reino para fora da Europa³⁴⁹, estatuto que não mais perderia, até porque nos anos de 1640 o Maranhão e o Ceará vão sendo reconquistados, voltando, em 1654, Olinda e Recife a mãos portuguesas.

Porém, nem mesmo a Guerra da Divina Libertação³⁵⁰ pôde impedir a quebra da produção de açúcar³⁵¹, contribuindo aliás para a decadência deste comércio com os inúmeros incêndios de engenhos e permissões de libertação de escravos concedidas pelos holandeses para dificultar o estabelecimento português³⁵², aliados aos novos detentores dos engenhos diretamente interessados na manutenção da posição holandesa por os poderem ter adquirido em condições vantajosas resultantes dos confiscos³⁵³. Assim, acompanhando este cenário de quebra da economia açucareira ia decrescendo a emigração para o território brasileiro na segunda metade do século XVII, ou, como

³⁴⁸ POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio – Commercial flows... pp. 111-144 (124). Um processo semelhante foi observado nas décadas de 70 e 80 do século XVI para a emigração francesa desde La Rochelle para América, que sofreu um decréscimo das partidas provocado provavelmente pela guerra entre estes e os holandeses. Cf. MAURO, Frédéric – French indentured servants... pp. 83-104 (98-99).

³⁴⁹ Até 1637, também já foi apurado um afastamento dos pilotos da rota do Brasil devido aos ataques holandeses. Cf. POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio – Commercial flows... pp. 111-144 (123).

³⁵⁰ Confronto que opôs portugueses e holandeses, entre 1645 e 1654, pelo domínio dos territórios do nordeste do Brasil controlados pela Companhia das Índias Ocidentais Holandesa (WIC), que culminou com a expulsão dos segundos.

³⁵¹ FAUSTO, Boris – *História do Brasil*... p. 82.

³⁵² SCHWARTZ, Stuart B. – A «Babilónia» Colonial... II, pp. 213-231 (216).

³⁵³ MELLO, Evaldo Cabral de – *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Forense-Universitária e Editora da Universidade de São Paulo, 1975. P. 254.

esclareceu Godinho, “Depois da Restauração o fluxo parece ter-se calmado um tanto, no ocaso do século XVII e antes do grande *rush* mineiro...”³⁵⁴, ainda que fosse este o destino que reunia as preferências dos emigrantes, que voltaram para a região depois da expulsão holandesa³⁵⁵. Quanto às Índias de Castela, uma vez mais, as perseguições encetadas, sobretudo, pelos tribunais inquisitoriais de Lima e México, que atingiram valores inéditos de judaizantes acusados nos anos de 1630 e 1640³⁵⁶, desta feita já com um caráter político devido à rutura dinástica³⁵⁷, não parecem ter afetado a fixação neste território que se manteve estável por estas décadas.

No fundo, podemos resumir o sentido da emigração portuguesa para os arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América na seguinte frase: “O seu enfoque espacial ou núcleo alterou-se à medida que diferentes produtos se tornaram predominantes no seu comércio e produção, parecendo criar ciclos de actividade económica: as especiarias, o açúcar, o ouro”³⁵⁸.

Explicada, em linhas gerais, a evolução da emigração para os espaços extraeuropeus vale a pena testar algumas das hipóteses lançadas, procurando medir até que ponto as conjunturas mencionadas forçavam a fuga daqueles que já se encontravam estabelecidos em determinado local ou se apenas provocavam uma busca por alternativas àqueles que pensavam ainda em deslocar-se. Para este efeito, construímos o Gráfico 5 que tem assentes todas as referências encontradas a indivíduos estabelecidos fora da Europa.

³⁵⁴ GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Estrutura da Antiga...* p. 43.

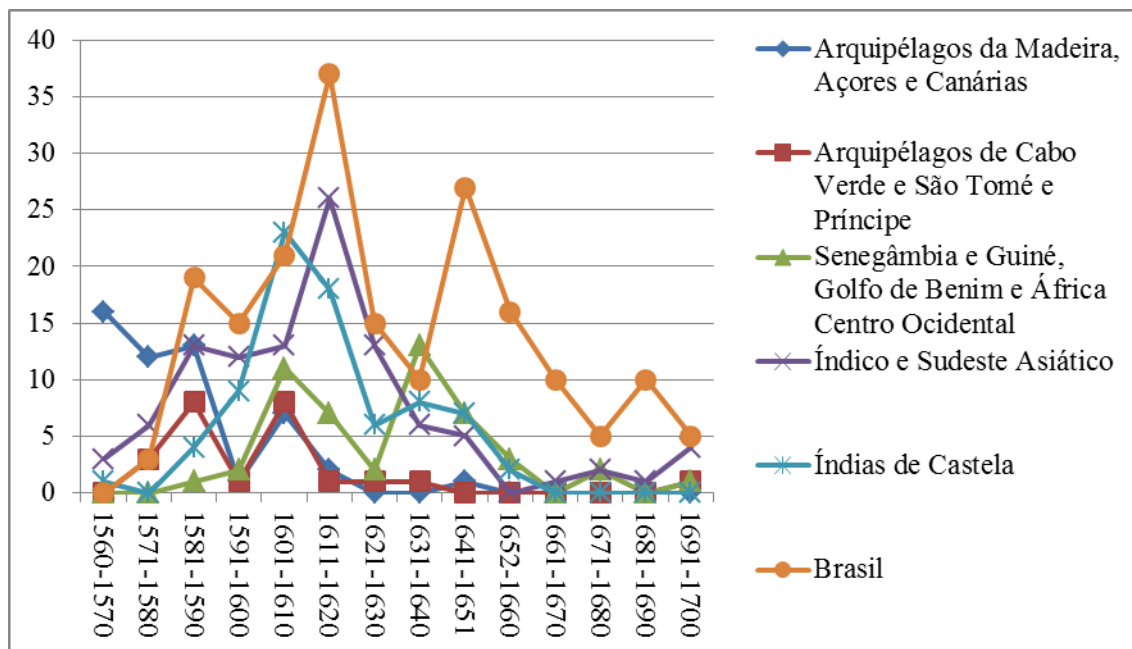
³⁵⁵ BACCI, Massimo Livi – 500 anos de demografia brasileira: uma resenha. *Rev. bras. estud. popul.*. [Em linha]. [s.l.]: [s.n.]. Vol. 19, nº 1 (2002). Pp. 141-159 (145). [Consult. em 30 outubro de 2015]. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br>.

³⁵⁶ ESCOBAR QUEVEDO, Ricardo – *Inquisición y Judaizantes...* p. 363.

³⁵⁷ ALBERRO, Solange – *Inquisición y Sociedad en México 1571-1700*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1988. Pp. 153-154. Esta obra faz também um estudo comparativo das perseguições inquisitoriais e dos níveis de produção de prata (pp. 161-163); em VENTURA, Maria da Graça – Cristãos-novos portugueses nas Índias de Castela. *Oceanos*. [s.l.]: CNCDP. Nº 29 (1997). Pp. 93-105 (95-97) é feita uma análise das perseguições tendo em conta um complot luso-holandês que compreende a secessão portuguesa e a ameaça holandesa à prata peruana.

³⁵⁸ SCHWARTZ, Stuart B. – A Economia do Império in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CURTO, Diogo Ramada (dir.) – *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010. ISBN 978-972-44-1423-2. Pp. 21-51 (22).

Gráfico 5. Peso relativo da emigração para os territórios ultramarinos (1560-1700)



Fonte: Quadro 5 do Anexo.

O gráfico anterior, que substitui as 457 presenças por 501, torna claro que os emigrantes, de um modo geral, quando se estabeleciam num determinado local, não o tornavam definitivamente seu, deslocando-se novamente numa tentativa de procurar um espaço que lhes garantisse melhores condições de vida caso a situação inicial se alterasse, como indicam as semelhanças entre as linhas dos gráficos 4 e 5. Assim, sabemos que, mesmo integrados num determinado espaço, a mudança em busca de melhores condições e oportunidades de continuar a exercer as suas profissões, não impedia os emigrantes de se voltarem a deslocar, contribuindo, claro está, para uma transferência geográfica dos conhecimentos que consigo carregam, fazendo o novo espaço beneficiar da sua habilidade e concorrer com aquele de onde partiram³⁵⁹. Devemos, no entanto, ter cautela quanto aos números daqueles que se deslocavam entre os vários pontos de emigração portuguesa, pois as mortes precoces que, como veremos, eram correntes fora da Europa (tal como no continente europeu), podem também ser vistas como parte da explicação para a proximidade entre as linhas de ambos os

³⁵⁹ Fernand Braudel destaca o crescimento da produção de açúcar na zona do Caribe, na segunda metade do século XVII, depois da expulsão dos religiosamente tolerantes holandeses do Recife e das perseguições inquisitoriais à comunidade marrana local que, ao fugir, transferiu os seus conhecimentos. Cf. BRAUDEL, Fernand – *Civilização material...* I, p. 192; Martín Socas, por seu turno, reflete sobre a chamada de portugueses feita pelo governador das Canárias Pedro de Vera para aí se fixarem e introduzirem a cana-de-açúcar, cultura de sucesso na ilha da Madeira. Cf. MARTÍN SOCAS, Margarita – *Sobre los oficios desempeñados por los portugueses establecidos en Canarias en el primer cuarto del siglo XVI in VII Coloquio de historia canário-americana* [Em linha]. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1986. Vol. I, pp. 60-75 (61-62). [Consult. em 10 de outubro de 2016]. Disponível em: <http://mdc.ulpgc.es>.

gráficos. Desta forma, podemos dizer, ainda que não para um universo tão grande como as representações parecem inicialmente sugerir, que as alterações conjunturais influenciavam de facto o destino escolhido para emigrar, tanto quando ainda se estava no reino, como quando já se tinha efetuado uma ou mais deslocações, provando o contacto constante mantido aquém e além-mar.

Mesmo assim, alguns indivíduos escolhiam ficar, pois, como é visível, tanto os picos de emigração como as quebras, apesar de apresentarem linhas semelhantes nos dois gráficos, encontram-se no segundo, para quase todas as décadas e boa parte dos destinos, em níveis superiores, indicando que alguns elementos, ao invés de partirem, tentavam aproveitar a condição de que beneficiavam onde estavam para manter em funcionamento a sua atividade profissional, o que, em época de recessão, podia ser mais um fator dissuasor a contribuir para a escolha de um outro destino por parte dos novos emigrantes.

Convém lembrar que o período final da nossa análise aos fluxos da emigração para fora da Europa termina numa altura em que o perfil dos emigrantes estava em mudança. Se para o caso das Índias de Castela, os meados do século XVII foram mesmo de quebra³⁶⁰, encetada pela perseguição política e religiosa feita pela Inquisição resultante da aclamação de D. João IV, os restantes territórios continuaram a absorver as massas populacionais que saíam de Portugal em busca de uma vida melhor alimentados pela imagem idílica, sobretudo do Brasil, onde as possibilidades faziam cair para segundo plano os inconvenientes³⁶¹. É assim que a torrente maioritariamente masculina da emigração para o Estado da Índia, tal como para África, começa a claudicar, ficando “reduzida a um fio” no século XVIII³⁶². Com a perda do domínio asiático, a América portuguesa torna-se no refúgio para muitos homens de *bona fide* que para lá se dirigiam com as suas esposas, incluindo-se neste fenómeno demográfico também nobres que partiam com as suas filhas³⁶³. Outro fator a contribuir para o cada vez maior afluir de portugueses ao Brasil era a produção aurífera que conduziu entre meio milhão e 600 000 emigrantes para o território, entre 1700 e 1760, com o intuito de trabalhar direta ou

³⁶⁰ SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros...* p. 65; STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* p. 44.

³⁶¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Ritmos e Destinos...* pp. 114-125 (118).

³⁶² RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *A Emigração: Fluxos e Destinos* in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1797-3. Vol. III: *O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*. Pp. 158-168 (160).

³⁶³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Ritmos e Destinos...* pp. 114-125 (119-121).

indiretamente na exploração e comércio do metal e das pedras preciosas até “se réduire avec l’acalmie de l’exploitation de l’or et des diamants”³⁶⁴.

Analizados os fluxos de emigração para os arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América e apresentadas as hipóteses que, cremos, sustentam as linhas de evolução de todo este processo demográfico devemos avançar para uma nova fase deste estudo: conhecer aqueles que partiram, dar um rosto à emigração.

2) Os emigrantes

Tal como nos propusemos, com o intuito de compreendermos quem eram estes homens e mulheres que partiam, procuramos, neste capítulo, traçar o perfil dos emigrantes encontrados na documentação paroquial e notarial de Vila do Conde. Esta tarefa assume uma maior relevância tendo em conta a necessidade existente de preencher um espaço que tem sido deixado em branco pela historiografia, pelo menos do ponto de vista reinol, sendo este estudo, portanto, um contributo que vai além do levantamento do número de portugueses encontrados num dado território ou da análise da presença portuguesa em determinado espaço, campo este que tem sido alvo de estudos esclarecedores que já tivemos oportunidade de mencionar nesta dissertação. No fundo, tentaremos averiguar, com o maior detalhe que a documentação permitir, quem eram aqueles que saíam do reino para exercer uma profissão num espaço onde o que conheciam eram os contactos que levavam da sua vida anterior que lhes haviam comunicado as hipóteses de vida no local. Neste processo, carregavam em si a capacidade de contribuir para mudar a dinâmica social e económica do local que os acolheria através de um processo de integração que tem sido já estudado para partes do mundo onde os portugueses se estabeleceram, como o caso das Índias de Castela³⁶⁵, formando verdadeiras redes de emigração informais que “Operating in a zone of informality outside the purview of the state, these networks were similarly informal in their structure and functioning”³⁶⁶.

Estudar o papel dos emigrantes numa determinada sociedade, mesmo naquelas que estavam ainda em construção, só pode ser feito depois de se assimilar as aptidões

³⁶⁴ “se reduzir com a acalmia da exploração do ouro e dos diamantes...”. GODINHO, Vitorino Magalhães – *L’Émigration Portugaise...* pp. 5-32 (9).

³⁶⁵ Cf. alguns dos estudos que temos vindo a seguir como: VENTURA, Maria da Graça – *Portugueses no Peru...*; SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros...*; STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...*

³⁶⁶ “Operando numa zona de informalidade fora do alcance do estado, estas redes eram similarmente informais na sua estrutura e funcionamento”. STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* p. 93.

que cada um deles podia trazer, e é precisamente esse o contributo que este trabalho pretende dar: saber como cada indivíduo pode colaborar na sociedade onde se estabelece através do conhecimento do próprio indivíduo, ou seja, da forma como ele foi moldado pelo espaço que antes era a sua casa.

Desta forma, sem esquecer alguns percursos individuais que possam, pela sua representatividade, demonstrar o tipo de vida levado pelos homens que escolhem emigrar, procuraremos, uma vez mais, trazer a força dos números, como elemento probatório, ao estudo, mostrando como a especialização adquirida no reino era fulcral para a adaptação, o mais harmoniosa possível, ao novo espaço. Começaremos então este trajeto, que nos levará a conhecer os reinóis deslocados, pela análise do seu estado civil, elemento base neste tipo de estudos, que, juntamente com a idade, tão grandemente pode definir a vida que alguém escolhe levar. Avançaremos, de seguida, para o exame de outros elementos vitais à integração de um indivíduo na sociedade a que passa a pertencer, como o estatuto socioprofissional, que depende fortemente do tipo de economia existente no local de onde se partiu, e que merecerá, naturalmente, a nossa atenção. Assuntos que também têm sido alvo de alguma discórdia e que irão ser abordados são o tempo de estadia dos emigrantes num determinado espaço e a localização da sua família. Partiam ou não com família formada?

2.1) Estados civis

Centremo-nos então na compreensão dos emigrantes como pessoas com vontade de encontrar uma vida melhor. Só assim perceberemos o seu verdadeiro contributo para a expansão portuguesa nos vários continentes e para a disseminação de portugueses pelo mundo não português.

Quadro 4. Distribuição dos emigrantes por género (1560-1651)

Género	Emigrantes	%
Homens	402	97,34
Mulheres	11	2,66
Total	413	100

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

Um primeiro ponto que deve ser focado, por ser o mais elementar na distinção entre os emigrantes, é o peso de cada um dos géneros na deslocação de gentes para o além-mar, pois este vai interferir, em grande escala, com aqueles que são os objetivos da deslocação.

Neste campo existiu, sem dúvida, um predomínio masculino que conta com 402 dos 413 emigrantes detetados para o período em análise. Quer isto dizer que, como já tem sido visto³⁶⁷, o reino perdia uma grande quantidade de homens, aqueles ligados, de uma forma geral, às atividades profissionais, deixando, desta feita, o Portugal peninsular e, em particular, os espaços de onde estes homens partiam, com uma escassez de mão-de-obra que poderia resultar no atrofamento das economias domésticas³⁶⁸. O resultado era a miséria dos que ficavam, algo bem visível, como explanamos, nos casos das mulheres da vila que constantemente tentavam localizar o paradeiro dos maridos³⁶⁹ e adquirir os bens por eles deixados depois de morrerem ou que pediam autorização para vender bens de forma a poderem sustentar-se, sentindo-se abandonadas³⁷⁰. Por vezes, para suprirem as suas necessidades económicas casavam uma segunda vez correndo o risco de serem acusadas de bigamia em caso de súbito aparecimento do primeiro marido³⁷¹. Esta face da emigração com que se deparavam os que não partiam foi apelidada, para o caso castelhano, mas neste contexto em tudo similar ao português, de “la cara oculta del sueño indiano”³⁷².

A Maria Folgueira, viúva a que já fizemos menção, cujo marido morrera no Brasil em finais do século XVI deixando-a sem forma de sustento e a tentar reaver os bens por ele deixados na América portuguesa, juntavam-se outras mulheres em situação de desespero, muitas vezes com a responsabilidade de educar filhos menores, que tentavam recuperar os bens dos maridos. Foi este o caso de Branca Luís, viúva de Domingos Gonçalves que, em 1609, pedia a António Pires Lancelote, que se preparava

³⁶⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Um Mundo em Movimento...* p. 100; SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros...* p. 64. O mesmo acontecia no caso castelhano como é visível em IGLESIAS AUNIÓN, Pablo – Las licencias para viajar a Indias. Estatutos de limpieza de sangre y requerimientos en el Trujillo del siglo XVI in *Coloquios Historicos de Extremadura*. [Em linha]. [s.l.]: Asociación Cultural Coloquios Historicos de Extremadura. P. 4. [Consult. em 4 de setembro de 2016]. Disponível em: <http://www.chdetrujillo.com>.

³⁶⁸ Situação semelhante foi encontrada no caso da Sevilha dos séculos XVI e XVII, onde as esposas procuravam, ativamente, recorrendo aos juízes eclesiásticos e aos oficiais da Coroa, trazer os seus maridos de volta. Cf. GÁLVEZ RUIZ, María Ángeles – Emigración a Índias y Fracaso Conyugal. *Chronica Nova*. [Em linha]. Granada: EUG. Nº 24 (1997). Pp. 79-102. *Passim*. [Consult. em 10 de outubro de 2016]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es>; ALTMAN, Ida – *Transatlantic Ties in the Spanish Empire...* pp. 152-153.

³⁶⁹ MEA, Elvira Azevedo – Mulheres nas Teias da Expansão in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*. Actas. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995. ISBN 972-597-114-0. Pp. 65-75 (67).

³⁷⁰ GÁLVEZ RUIZ, María Ángeles – Emigración a Índias... pp. 79-102 (87;94).

³⁷¹ MEA, Elvira Azevedo – Mulheres nas Teias... pp. 65-75 (67).

³⁷² “a cara oculta do sonho indiano”. Cit. por GÁLVEZ RUIZ, María Ángeles – Emigración a Índias... pp. 79-102 (87).

para partir para o Brasil, para lá cobrar os bens que ficaram por morte de seu marido³⁷³ ou de Marta Gonçalves que, em 1612, pedia a um casal de moradores em Pernambuco que cobrasse também os bens que pertenceram a seu marido Francisco Marques³⁷⁴.

Em situação diferente encontramos outras mulheres, casadas com emigrantes de maior sucesso, que puderam beneficiar, apesar da ausência dos seus maridos, de condições económicas mais favoráveis. Temos, nesta outra realidade consequente da grande torrente de emigração masculina, o caso de Francisca Fernandes, viúva do piloto Francisco Gonçalves do Cabo, que aguardava pelo regresso do dinheiro, fazenda, mercadorias, vantagens, fretes, soldadas, letras, escravos e tudo o mais que tivesse ficado por morte de seu marido³⁷⁵. Já Maria Carneira e Catarina Lopes, as duas com os maridos no Brasil, eram sustentadas pelo que eles lhes enviavam. No caso da primeira deparamo-nos com a receita da venda de 400 arrobas de açúcar chegadas a Lisboa³⁷⁶ e, para o caso de Catarina, com uma letra de 50 000 reais e eventualmente outras que ele possa ter enviado³⁷⁷.

Esta desproporcionalidade de géneros no local onde os emigrantes se fixavam, provocada em boa parte pela proibição da presença de mulheres a bordo das embarcações, tendo em vista a dificuldade que acarretaria a proteção da pureza da sua alma e dos que as rodeiam, bem como o evitar de distúrbios, num meio maioritariamente masculino³⁷⁸, juntamente com a partida precoce dos homens que se iriam estabelecer e arranjar uma forma de sustento antes da sua família partir, poderia ter várias consequências. No caso da Índia o resultado foi o estabelecimento de uma política de casamentos mistos³⁷⁹ e o envio de órfãs pela Coroa³⁸⁰. Noutros territórios (e também na Índia), originava, simplesmente, o casamento, ou relacionamento sexual, com autóctones, sem que para isso tivesse que existir uma política concertada nesse

³⁷³ ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 12º Ofício*. I/36/4-6.1026, lv. 26, fl. 25-26v.

³⁷⁴ ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 6º Ofício*. I/36/3-28.3007, lv. 1, fl. 22v-23v.

³⁷⁵ ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 6º Ofício*. I/36/3-27.3003, lv. 3, fl. 104-106.

³⁷⁶ ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 6º Ofício*. I/36/3-27.3002, lv. 12, fl. 52-53.

³⁷⁷ ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 6º Ofício*. I/36/3-27.3002, lv. 12, fl. 79-80v.

³⁷⁸ COATES, Timothy J. – *Degradados e Órfãs...* p. 193; POLÓNIA, Amélia – *Self-organised Networks...* pp. 133-158 (138-139).

³⁷⁹ THOMAZ, Luís Filipe F. R. – *De Ceuta a Timor*. 2ª edição. Algés: DIFEL, 1998. ISBN 972-29-0308-X. P. 250; POLÓNIA, Amélia; CAPELÃO, Rosa – *Connecting worlds...* pp. 1-31 (4-7); POLÓNIA, Amélia – *Self-organised Networks...* pp. 133-158 (140).

³⁸⁰ COATES, Timothy J. – *Degradados e Órfãs...* pp. 194 e seguintes; POLÓNIA, Amélia; CAPELÃO, Rosa – *Connecting worlds...* pp. 1-31 (4-5); XAVIER, Ângela Barreto – *Dissolver a diferença: Mestiçagem e conversão no império português in VILLAVEVERDE, Manuel [et. al.] – Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*. [Em linha]. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008. Pp. 709-727 (718-719). [Consult. em 12 de maio de 2017]. Disponível em: <http://www.academia.edu>.

sentido como ocorreu em África e nas Américas, além de, claro está, também no mundo asiático. Como bem resumiu Charles Boxer “Inter-racial marriages always continued, whether actually encouraged, tolerated, deprecated, or strictly forbidden, as varied with time, place, and the social category of the individuals concerned”³⁸¹. Ao longo do século XVI, o reino vizinho enfrentou o mesmo problema, apesar de nos anos 60 e 70 o número de mulheres registar um aumento nas Índias de Castela³⁸². Em situação oposta, apesar do perene desequilíbrio do rácio³⁸³, estavam os ingleses, com uma menor necessidade de realizar casamentos mistos³⁸⁴, até porque a presença feminina nas suas colónias era maior (cerca de 23,3%, 40% na Nova Inglaterra)³⁸⁵, fator a que não deve ter sido alheia a proximidade em relação aos principais locais de fixação, na América do Norte, onde o clima não era, apesar de tudo, tropical³⁸⁶.

Relativamente aos casamentos ou simplesmente relacionamentos sexuais de componente racial mista, fruto da grande dificuldade em encontrar mulheres europeias nos territórios ultramarinos, podemos tecer algumas considerações sobre a forma como os portugueses olhavam para os que eram diferentes de si e sobre a forma como estas relações afetaram as sociedades coloniais. No caso do Brasil, seria a própria escravatura, o pilar económico do território, que contribuiria para a diversidade racial que já os contemporâneos notavam. Porém, o estatuto entre aqueles nascidos em Portugal e todos os outros era diferente, incluindo os mulatos, mesmo quando a sua utilidade era indiscutível³⁸⁷, como no caso dos escravos africanos. Estes eram sempre vistos como uma ameaça, tanto nas ilhas atlânticas como no Brasil, onde se receavam rebeliões³⁸⁸. No caso da Índia as proporções raciais podiam ser ainda mais díspares para os portugueses. Como Michael Pearson apresentou de forma sucinta, só em Goa, no ano de 1600, existia uma população de 75 000 pessoas, das quais 1500 eram portuguesas ou

³⁸¹ “Os casamentos inter-raciais existiram sempre, quer fossem encorajados, tolerados, condenados ou estritamente proibidos, mesmo com as variações cronológicas, os lugares e as categoriais sociais dos indivíduos em questão”. BOXER, Charles. R. – *Women in Iberian Expansion Overseas, 1415-1815. Some facts, fancies and personalities*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1975. ISBN 0-19-519817-4. P. 38.

³⁸² ELLIOTT, John H. – *Empires of the Atlantic World...* p. 52.

³⁸³ WALSH, Lorena S. – *The Differential Cultural...* pp. 117-151 (117-118).

³⁸⁴ PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier – *Maritime powers, colonial powers...* pp. 45-71 (69).

³⁸⁵ CANNY, Nicholas – *English Migration...* pp. 39-75 (44); ELLIOTT, John H. – *Empires of the Atlantic World...* p. 55.

³⁸⁶ ELLIOTT, John H. – *Empires of the Atlantic World...* p. 29.

³⁸⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de – *Mulattos in Brazil and Angola: A Comparative Approach, from the Seventeenth to the Twenty-First Century* in BETHENCOURT, Francisco (ed.); PEARCE, Adrien J. – *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012. ISBN 978-01-9726-5-246. Pp. 71-96 (74-75).

³⁸⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de – *Mulattos in Brazil and Angola...* pp. 71-96 (73).

mestiças³⁸⁹, sendo que os locais eram tidos como inferiores³⁹⁰ e a sua língua, que incluía distorções de línguas europeias, classificada como vil³⁹¹. De notar que a opinião dos indianos relativamente aos portugueses não divergia muito³⁹², sendo até estes europeus reconhecidos como bárbaros um pouco por todo o Oriente³⁹³. No topo desta sociedade, segundo os portugueses, e normalmente fisicamente isolados em termos urbanísticos dos outros grupos sociais³⁹⁴, encontravam-se aqueles nascidos no reino e sobre os quais não existiam suspeitas de serem cristãos-novos. Seguindo o mesmo autor, os filhos destes, ou seja, de pai e mãe nascidos em Portugal mas eles próprios nascidos na Índia estavam já abaixo na escala social, pois as suas amas de leite eram indianas e, portanto, eles tinham sido já contaminados durante a infância. Só a seguir vinham os mestiços e mesmo entre estes era preferível ser filho de um português e de uma indiana, do que de um português e uma africana e, mesmo dentro daquelas as mais brancas eram preferidas³⁹⁵. Dado o rácio existente entre homens e mulheres europeias nos territórios ultramarinos, estes nascimentos mistos eram quase sempre entre um homem europeu com uma mulher local. Abaixo dos mestiços estavam então os locais, existindo ainda uma hierarquia entre indianos e africanos, estando os segundos num grau inferior, e distinguindo-se também os cristãos de todos os outros. A ocupar o último lugar da hierarquia social estavam os escravos, existindo ainda preferências entre estes de acordo com o mercado onde se inseriam e os trabalhos que eram capazes de realizar³⁹⁶. A todo este cenário podemos ainda acrescentar a própria estrutura social indiana reconhecida pelos portugueses desde bastante cedo³⁹⁷.

³⁸⁹ PEARSON, Michael – *The Indian Ocean...* p. 155.

³⁹⁰ XAVIER, Ângela Barreto – Dissolver a diferença... pp. 709-727 (717-718).

³⁹¹ PEARSON, Michael – *The Indian Ocean...* p. 156.

³⁹² XAVIER, Ângela Barreto – “O lustre do seu sangue”. Bramanismo e tópicos de distinção no contexto português. *Tempo*. [Em linha]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Nº 30 (2011). Pp. 71-99 (73). [Consult. em 12 de maio de 2017]. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt>.

³⁹³ COSTA, João Paulo Oliveira e; LACERDA, Teresa – *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*. 1ª edição. Lisboa: ACIME, 2007. ISBN 978-989-8000-6. Pp. 69-71.

³⁹⁴ PEARSON, Michael – *The Indian Ocean...* p. 157.

³⁹⁵ XAVIER, Ângela Barreto – Dissolver a diferença... pp. 709-727 (713).

³⁹⁶ PEARSON, Michael – *The Indian Ocean...* p. 156.

³⁹⁷ XAVIER, Ângela Barreto – “O lustre do seu sangue”... pp. 71-99 (78).

Quadro 5. Estado civil dos emigrantes (1560-1651)

Estado civil	Emigrantes identificados	% de emigrantes identificados
Casados	102	80,31
Casadas	5	3,94
Clérigos	8	6,30
Viúvos	2	1,57
Viúvas	1	0,79
Solteiros	7	5,51
Noivos	2	1,57
Total	127	100

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

Dos 413 emigrantes detetados só foi possível identificar o estado civil de 127 deles, o que corresponde a uma amostra de 30,8% do total. Destes, cerca de 86,6% contraíram matrimónio, o que corresponde a 110 indivíduos, aos quais se juntavam outros dois que estavam noivos. Quer isto dizer que a maioria dos emigrantes era ou tinha sido casada e no caso das mulheres, esta situação refletia mesmo a sua totalidade, indicador de um acompanhamento dos maridos no deslocamento para um novo território³⁹⁸. De facto, se descontarmos a este número o dos clérigos, homens que, pelo estilo de vida que escolheram levar, não podiam casar, ainda que pelo menos para um caso tenha sido achada descendência³⁹⁹, chegamos a um número de casados superior a 90% do total de emigrantes, valor elevado e que ultrapassa até todos os levantamentos que têm sido feitos para os vários destinos escolhidos pelos portugueses, que normalmente indicam já valores bastante altos⁴⁰⁰. Tal reflete que a escolha de documentação reinol, ao procurar pelas relações existentes entre os que ficaram e os que partiram, permite uma avaliação mais realista dos relacionamentos mantidos por aqueles

³⁹⁸ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Ritmos e Destinos...* pp. 114-125 (120).

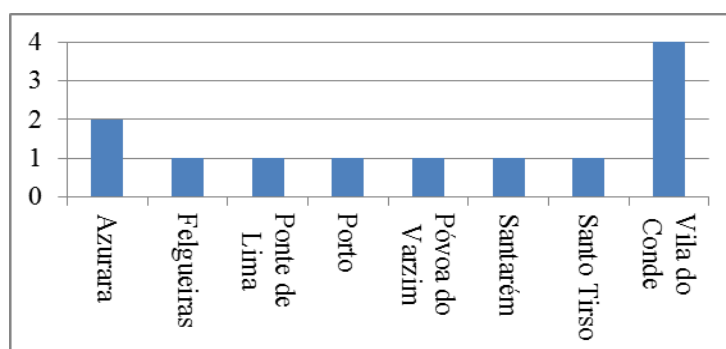
³⁹⁹ É conhecido o caso de D. João Ribeiro Gaio, bispo de Malaca, natural de Vila do Conde, que reconheceu como descendente um neto tido por mestiço (balo).

⁴⁰⁰ Tarcizio do Rêgo Quirino apurou uma percentagem média de casados de 54,1% (74,6% para o caso feminino) e de 8,3% de viúvos para o caso do Brasil, cf. QUIRINO, Tarcizio do Rêgo – *Os Habitantes do Brasil...* pp. 66-67; Gleydi Sullón Barreto apurou uma percentagem de indivíduos casados e viúvos de quase 49%, ou seja, menos de metade, mas serve-lhe este número para afirmar que “el matrimonio fue un estado muy bien apreciado por este colectivo”, porém a maioria casava fora do reino, cf. SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros...*p. 70; para o caso da Índia, o número de casados, normalmente com mulheres locais, era elevado em relação aos outros grupos e eles tinham inclusivamente o papel dominante nas sociedades portuguesas na Ásia, cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay – *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700. A Political and Economic History*. 2ª edição. [s.l.]: Wiley-Blackwell, 2012. P. 236.

que deixavam o reino, podendo até, nesse novo espaço, ocultar dados para, por exemplo, poderem casar novamente⁴⁰¹ ou se apartarem de uma família cristã-nova, o que condicionará uma investigação que só busque essa documentação.

Visto que a maioria dos emigrantes eram casados, devemos agora olhar para o local de onde eram provenientes e para onde se dirigiam. Com isto esperamos, num primeiro momento, medir a atração exercida pela vila sobre os jovens solteiros que lá se casavam e passavam a residir, e a capacidade de Vila do Conde em colocar mulheres no mercado matrimonial tendo em conta a falta de homens e a disponibilidade de constituir dotes de casamento com os bens deixados por aqueles que partiram e, no final da sua vida, beneficiaram as esposas e as filhas, deixando-lhes as riquezas construídas fora da Europa em herança. Concluída esta análise, avançaremos para o estudo do local de fixação dos emigrantes casados com o intuito de demonstrar quais os espaços que estes homens e mulheres preferiam e, a partir daí, perceber o porquê dessas escolhas.

Gráfico 6. Naturalidade dos emigrantes casados em Vila do Conde (1560-1651)



Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

Como está patente no Gráfico 6, apenas foi possível detetar o local de origem no reino de 12 dos 102 homens casados, uma amostra de apenas 11,8% do total, o que pode indicar que parte deles não casou na vila ou que os seus registos não sobreviveram até aos dias de hoje. Porém, comparados estes valores com os daqueles casamentos que ocorreram na vila, entre 1566 e 1640, com nubentes exógenos, reunidos num estudo mais amplo⁴⁰², a segurança que reconhecemos a esta amostra cresce. Destes, como é visível, um terço é natural de Vila do Conde, sendo todos os outros, com a exceção de um de Santarém, do Entre-Douro-e-Minho. Dentro deste espaço, 6 são das proximidades da vila, com 2 logo na margem sul do rio Ave, em Azurara, um espaço

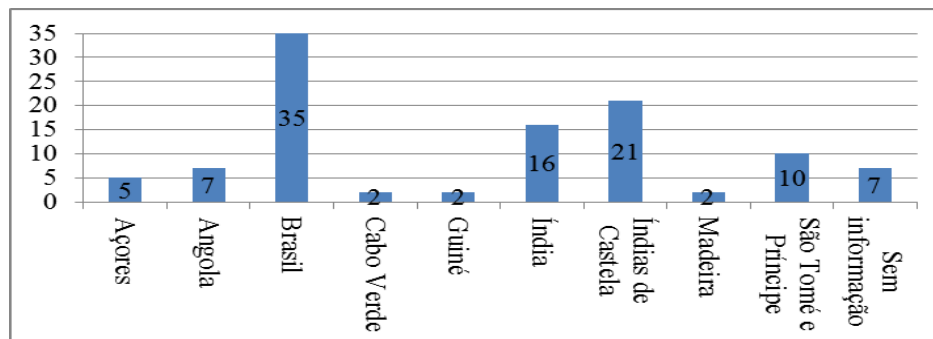
⁴⁰¹ COATES, Timothy J. – *Degradados e Órfãos...* pp. 128-129.

⁴⁰² POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, pp. 238-241.

que foi perdendo importância económica para Vila do Conde⁴⁰³, e cada um dos outros de Felgueiras, Porto e Santo Tirso.

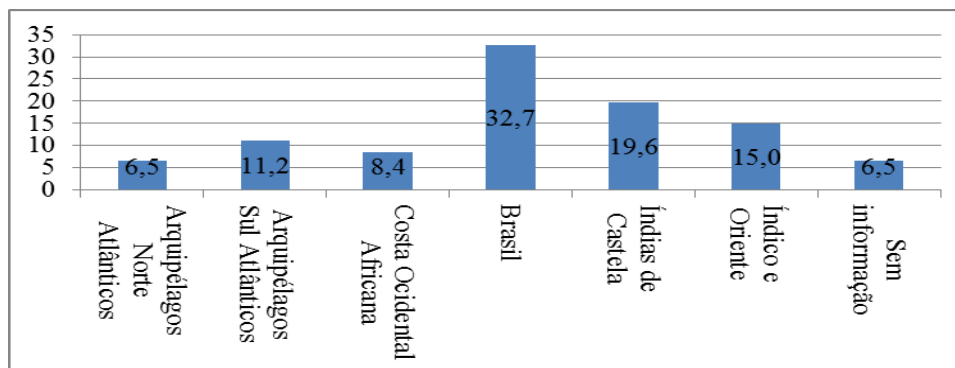
Olhemos agora para a distribuição dos emigrantes casados pelo mundo extraeuropeu apresentada nos gráficos seguintes.

Gráfico 7. Destinos dos emigrantes casados, valores absolutos (1560-1651)



Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Gráfico 8. Destinos dos emigrantes casados, por regiões geográficas, em percentagem



Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Os valores que obtivemos demonstram uma preferência clara dos emigrantes casados pelo Brasil, o que não é uma novidade para este estudo, uma vez que este espaço acolheu 30,5% do total de emigrantes encontrados na documentação. Porém, se confrontarmos a percentagem de emigrantes casados que se deslocou para este território, 32,7%, com a percentagem total de emigrantes na América portuguesa, notamos que este número subiu, tendo acontecido o mesmo com os Arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, que passaram de 5,6% para 11,2%, e as Índias de Castela, cuja percentagem total de indivíduos é de 16,5% e a de casados é de 19,6%. Para justificar estes valores podemos dizer que estes se tratam de locais que, porventura, dada a sua “maior proximidade e segurança e uma colonização com carácter menos

⁴⁰³ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, p. 50.

militar⁴⁰⁴, diminuem a sensação de afastamento da família e alimentam a esperança de uma eventual união, ou de uma partida em família⁴⁰⁵, tendo até em conta que estes espaços são vistos como mais salubres para os europeus⁴⁰⁶, apesar de, como veremos, não ser esta a realidade que neste estudo apuramos, tendo em conta as elevadas taxas de mortalidade fora do reino já calculadas para Vila do Conde, onde a taxa de masculinidade à morte, entre 1591 e 1640, era em média de 64,1⁴⁰⁷. A sustentar esta hipótese encontramos um homem com a noiva no reino, para onde voltaria com o intuito de se casar⁴⁰⁸ e uma outra noiva que se deslocaria até ao Brasil para aí se juntar ao futuro marido⁴⁰⁹.

No lado oposto encontram-se os arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias, a Costa Atlântica de África e o Índico e Sudeste Asiático. Se, no primeiro exemplo, a proximidade ao reino e as condições climáticas são idênticas às daqueles destinos que os emigrantes casados mais escolhem, o decréscimo de 11,6% do total de emigrantes para 6,5% é díspar o suficiente para nos permitir afirmar que tão grande igualdade de condições conduz àqueles espaços, autênticas réplicas da fisionomia humana do continente⁴¹⁰, os que, estando solteiros, ainda podem desejar voltar ao reino para casar, não se aventurando em lugares mais longínquos. As outras regiões geográficas, tidas como aquelas que dificultam mais a fixação de europeus, podem ver neste critério a principal justificação de os emigrantes casados não se deslocarem em tão grande número para lá⁴¹¹. Assim, compreenderemos melhor o decréscimo da percentagem de 9,9 para 8,4 no caso da Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Ocidental, e de 21,3 para 15 no caso do Índico e Sudeste Asiático, sendo ainda conveniente acrescentar que este era um espaço, por excelência, de enobrecimento e

⁴⁰⁴ PEDREIRA, Jorge M. – Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (séculos XVII e XVIII). *Anais da Universidade de Évora*. Évora: Universidade de Évora. N^{os} 8 e 9 (2001). Separata. Pp. 47-72 (53).

⁴⁰⁵ PEDREIRA, Jorge M. – Brasil, Fronteira de Portugal... pp. 47-72 (53-54).

⁴⁰⁶ MAURO, Frédéric – *Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570-1670*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. ISBN 972-33-1258-1. Vol. I, p. 149.

⁴⁰⁷ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* II, p. 337.

⁴⁰⁸ ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 6º Ofício*. I/36/3-29.3014, lv. 31, fl. 1-3v.

⁴⁰⁹ ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 6º Ofício*. I/36/3-29.3015, lv. 15, fl. 124-125v.

⁴¹⁰ RIBEIRO, Orlando – *Aspectos e Problemas...* p. 45.

⁴¹¹ No caso asiático, a presença portuguesa procurava locais onde, além do posicionamento estratégico, as condições de salubridade fossem mais suportáveis aos europeus e era nesses espaços que o povoamento melhor se desenvolvia, como é o caso de Macau “que de pequena povoação piscatória ascendeu, no espaço de algumas décadas, a importante entreposto mercantil” por “A uma situação geográfica propícia e a um clima salubre” se aliar uma política comercial favorável da dinastia Ming. Cf. MIRANDA, Susana Münch; SERAFIM, Cristina Seuanes – O Potencial Demográfico in MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 1998. ISBN 972-9440-82-4. Vol. I, t. I: Em torno de Macau. Pp. 181-215 (194).

aventura⁴¹², levando aqueles que se queriam distinguir nos feitos das armas e, portanto, com maior probabilidade de não regressar, a arriscar a ida para o Estado da Índia, assentando e casando só depois do seu serviço militar ter terminado⁴¹³.

2.2) Idades

Apesar de um estudo que procure traçar o perfil de um determinado grupo da população ter que passar, forçosamente, pelo reconhecimento das idades desse mesmo grupo, de forma a achar uma idade média dos emigrantes, a dos emigrantes cujo nome ficou assente na documentação de Vila do Conde não se revelou um exercício fácil. O facto de a documentação paroquial não ser sistematicamente produzida até ao Concílio de Trento e de, mesmo depois dessa época, no caso de Vila do Conde, esta continuar a não ser serial até aos inícios do século XVII, obrigou-nos a um cruzamento de fontes para determinar as idades dos emigrantes, que, mesmo assim, revelou um resultado bastante escasso em termos de tamanho da amostra.

Com este método, em que cruzamos a data de nascimento de um emigrante com a primeira referência à sua estadia num território ultramarino, achamos somente a idade de 4 indivíduos. O mais novo, Gonçalo, nascido em 1566, tinha, 25 anos mais tarde, a mãe a reclamar a sua herança por ter morrido na Índia⁴¹⁴, o que, portanto, revela uma morte precoce. Manuel della Penha ou Manuel de la Penna, conforme a documentação, com um nome castelhanizado pela sua presença nas Índias de Castela, mais concretamente em São Francisco de Quito, surge exatamente na mesma situação de Gonçalo, com a mãe a reclamar os seus bens em 1608, 28 anos depois do seu nascimento, por morte neste território⁴¹⁵. João Luís Barbosa, padre, de 30 anos, segundo o seu registo de batismo, surge em 1604 envolvido no processo de partilha do inventário deixado pela sua mãe, através do seu curador de bens na vila, uma vez que se encontrava na Índia⁴¹⁶. O quarto e último indivíduo para o qual pudemos aferir a idade desta forma é Francisco Henriques, que, nascido em 1585, tinha, aos 32 anos, em 1618,

⁴¹² RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Ritmos e Destinos...* pp. 114-125 (119-120).

⁴¹³ DISNEY, A. R. – *A Decadência do Império...* p. 32.

⁴¹⁴ ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Baptismos. E/27/10/2-5.1, fl. 199; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 12º Ofício*. I/36/4-4.1016, lv. 16, fl. 181v-183.

⁴¹⁵ ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Baptismos. E/27/10/2-5.1, fl. 257v; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 12º Ofício*. I/36/4-6.1025, lv. 25, fl. 143v-146.

⁴¹⁶ ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Baptismos. E/27/10/2-5.1, fl. 237; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 6º Ofício*. I/36/3-27.3004, lv. 4, fl. 144-145v.

passado uma letra à sua irmã na Baía, Brasil⁴¹⁷. Deste escasso grupo de emigrantes podemos apenas dizer que as idades com que os achamos não são elevadas, encontrando-se entre os 25 e 32 anos, sendo que os dois mais novos, na única referência que lhes é feita, já tinham falecido. Relativamente ao facto de os emigrantes com que nos deparamos serem ainda jovens adultos podemos acrescentar que, já no século XVIII, a preferência da Coroa para o povoamento dos vários territórios ainda ia para este grupo etário por uma simples razão: estavam em idade de ter descendência⁴¹⁸.

Com a idade de tão poucos emigrantes apurada, voltamo-nos para um outro método que permitisse alargar o grupo de estudo, ainda que, mesmo assim, este não tenha crescido como desejaríamos, uma vez que só nos foi permitido acrescentar 45 indivíduos ao nosso trabalho. Assim, socorremo-nos de dois métodos diferentes para achar a idade dos emigrantes. O primeiro a que recorremos resume-se da seguinte forma: a partir da idade média do casamento (algo, como ficou visto, comum à maioria dos emigrantes), procurámos a primeira referência aos vários indivíduos como emigrantes, determinando, desta forma, o intervalo de tempo passado entre as duas ocorrências. O outro processo levou-nos a indagar por um outro intervalo de tempo, aquele passado entre o batismo do primeiro ou único filho e a primeira referência de cada indivíduo como emigrante.

Para averiguar a idade média dos casamentos, visto que não existe um estudo para o caso de Vila do Conde, recorremos ao local geograficamente mais próximo de Vila do Conde para o qual este estudo já foi feito: a freguesia de São Nicolau, no Porto. A idade média do casamento nessa freguesia, para o caso masculino, a maior parte da amostra do nosso estudo, foi, para o período entre 1615 e 1650, de 23,56 anos⁴¹⁹. Apurado este valor, construímos um quadro que mede, em quinquênios, os anos passados desde a produção do primeiro ou único documento em que os emigrantes são referidos como fixados fora da Europa e a sua data de casamento.

⁴¹⁷ ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Baptismos. E/27/10/2-5.1, fl. 271; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 6º Ofício*. I/36/3-29.3014, lv. 30, fl. 118v-120v.

⁴¹⁸ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Um Mundo em Movimento...* p. 99.

⁴¹⁹ OSSWALD, Helena – *Nascer, Viver e Morrer...* p. 356.

Quadro 6. Número de anos passados desde o casamento dos emigrantes medido em quinquênios

Anos desde o casamento	Nº de emigrantes
0 aos 5	7
6 aos 10	8
11 aos 15	7
16 aos 20	5
21 aos 25	2
26 aos 30	2
31 aos 35	2
36 aos 40	3
41 aos 45	1
Total	37

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

Para alargarmos ainda mais o universo sobre o qual a nossa investigação pode incidir utilizamos o mesmo processo para apurar os anos passados desde o nascimento dos primeiros ou únicos filhos dos emigrantes, uma vez que “os nascimentos concentram-se nos primeiros anos do casamento”⁴²⁰. Os resultados estão expostos no quadro seguinte.

Quadro 7. Número de anos passados desde o nascimento do primeiro ou único filho dos emigrantes (1560-1651)

Anos desde o 1º filho	Nº de emigrantes
0 aos 5	1
6 aos 10	1
11 aos 15	1
16 aos 20	0
21 aos 25	1
26 aos 30	1
31 aos 35	2
36 aos 40	0
41 aos 45	1
Total	8

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de baptismos⁴²¹ – E/27/10/2-5.1, E/27/10/1-3.3, E/27/10/1-1.3; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

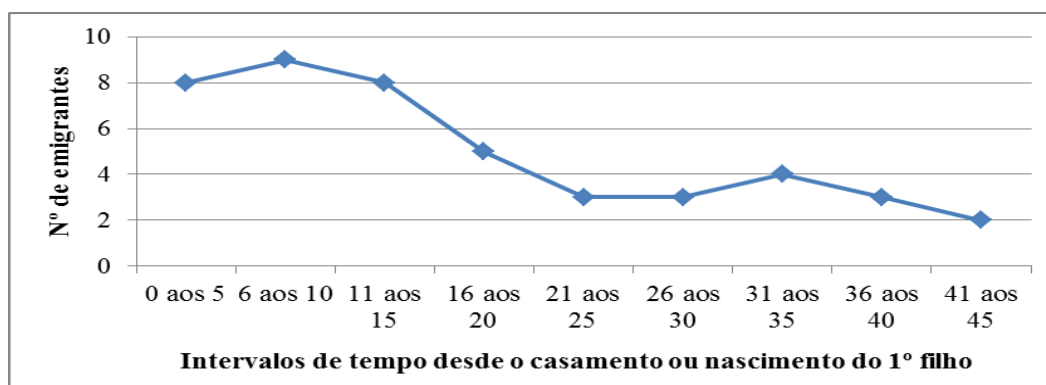
Do total dos dois quadros foi possível apurar, como mencionado, um intervalo aproximado da idade possível de 45 emigrantes que se somam aos 4 para os quais é

⁴²⁰ RODRIGUES, Teresa Ferreira – *As vicissitudes do povoamento...* pp. 159-246 (198).

⁴²¹ Mantemos aqui a grafia original com que nos podemos deparar no arquivo para facilitar o acesso a esta documentação.

possível dizer, com certeza, a sua idade. Ainda assim, a amostra resulta apenas em cerca de 11,9% do total dos homens e mulheres emigrados fora da Europa. Os resultados obtidos para os 45 indivíduos podem ser consultados no Gráfico 9, podendo a linha formada ser lida, da esquerda para a direita, como um indicativo, respetivamente, da juventude ou velhice dos emigrantes.

Gráfico 9. Número de anos passados desde o casamento ou nascimento do primeiro ou único filho dos emigrantes (1560-1651)



Fontes: Quadros 6 e 7.

Tal como os resultados apurados relativamente à idade concreta dos emigrantes, os dados retirados do Gráfico 9 confirmam que estes homens que partiam para os territórios ultramarinos eram sobretudo jovens adultos na casa dos 20 anos, indicando também que esta partida ocorria nos anos imediatamente a seguir ao matrimónio e, inclusivamente, já com descendência, ainda que esta análise peque pela escassez de resultados, o que parece confirmar a hipótese apresentada de que aqueles que casam mantêm a esperança de se reunir com a família, ou no reino ou em qualquer outro ponto do globo, normalmente, no mundo atlântico.

Em termos palpáveis, o que podemos aferir é um número elevado de emigrantes encontrados nos 15 anos a seguir ao seu casamento, cerca de 55,6% da amostra, com 8 indivíduos achados tanto nos 5 anos posteriores ao seu casamento ou nascimento do primeiro filho, como no intervalo de 10 a 15 anos depois deste sacramento, sendo o intervalo que compreende maior número de emigrantes, 9, aquele que se encontra entre estes dois, dos 5 aos 10 anos depois da idade média do casamento. Quer isto dizer que mais de metade dos emigrantes, 25 em 45, teria uma idade inferior 38,56 anos, podendo, portanto, ser membros profissionalmente ativos nas sociedades em que se inseriam. Este resultado é também um indicador duma esperança média de vida, para mais de metade dos emigrantes, que não ultrapassaria os 40 anos.

Resultados idênticos a estes foram achados para o caso do Brasil por Tarcizio Quirino, onde 55,8% dos 337 emigrantes do sexo masculino provenientes de Portugal ou dos seus territórios ultramarinos não ultrapassavam os 39 anos de idade⁴²², o que dá uma maior segurança aos números com que nos deparámos neste estudo, mesmo tendo em conta o tamanho da amostra. Já para o caso das Índias de Castela, em particular no Potosí, a idade média dos portugueses era ainda menor, pois, neste caso, a percentagem daqueles com uma idade inferior a 40 anos era de 69,9%⁴²³. Para o caso do Estado da Índia, apesar de não existirem estudos sobre a idade dos portugueses que lá se fixaram, além dos degredados com uma idade a rondar os 21 anos⁴²⁴, o facto de a maioria deles partir como solteiro⁴²⁵ indica que seriam também jovens adultos aqueles que para este destino se dirigiam. Mesmo no caso das formações políticas europeias concorrentes, como a Inglaterra, para onde já foi apurada uma idade média de emigração entre os 16 e 25 anos⁴²⁶, e a Holanda, com a maioria das idades compreendidas entre os 16 e os 20 anos⁴²⁷, estes dados parecem ser semelhantes, denotando a necessidade de os jovens se deslocarem para o Novo Mundo em busca de melhores oportunidades de trabalho e riqueza que não encontravam na Europa.

Os restantes 44,4% da amostra abrangem 8 indivíduos que teriam idades aproximadamente entre os 40 e 50 anos, 7 na casa dos 50 anos e 5 com 60 ou mais anos, compreendendo-se, naturalmente, a sucessiva redução do número de emigrantes encontrados como resultado das mortes cada vez mais comuns com o avançar da idade. Significa isto que a emigração, mesmo que dominada por jovens, compreendia também gente mais velha, apesar de os resultados poderem ser enganadores no sentido em que, não raras vezes, a menção, no reino, a estes indivíduos só é feita quando o pároco toma conhecimento da sua morte, assentando-a nos registos de óbito, escondendo toda uma vida fora do reino à qual não podemos aceder. Apesar de o tamanho da amostra não poder dar certezas, o que se nos afigura é que esta emigração era jovem, mas que apesar da ansia em regressar⁴²⁸ ou, pelo menos, voltar a reunir a família, era traída por uma estadia de longa duração nos territórios extraeuropeus que conduzia à morte fora do

⁴²² QUIRINO, Tarcizio do Rêgo – *Os Habitantes do Brasil...* pp. 49-52.

⁴²³ VENTURA, Maria da Graça – *Portugueses no Peru...* I, t. I, p. 98.

⁴²⁴ COATES, Timothy J. – *Degradados e Órfãos...* p. 119.

⁴²⁵ COATES, Timothy J. – *Degradados e Órfãos...* p. 127.

⁴²⁶ GEMERY, Henry A. – *Markets for migrants...* pp. 33-54 (41).

⁴²⁷ MAURO, Frédéric – *French indentured servants...* pp. 83-104 (97).

⁴²⁸ No caso castelhano esta vontade de regressar ao reino está bem reconhecida pela análise da documentação notarial e da correspondência. Cf. MACÍAS HERNÁNDEZ, Antonio M. – *La emigración española...* pp. 33-60 (36).

reino, como atesta a grande quantidade de documentos notariais que vemos ser produzida com o intuito de fazer voltar ao Portugal continental os bens deixados pelos familiares e os registos de óbito que explicitam os locais de morte dos emigrantes, quando o pároco deles toma conhecimento. Analisaremos então os tempos de estadia nos vários destinos para, através deles, corroborarmos esta nossa hipótese.

2.3) Tempos de estadia

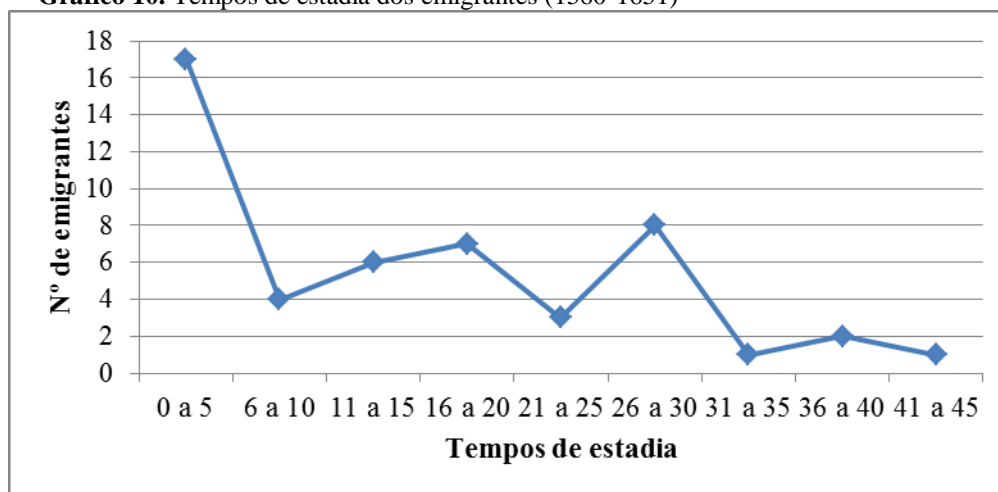
Os tempos de permanência dos emigrantes num determinado território são um indicador, por excelência, da intenção dos indivíduos em permanecer no local para onde partem, de se deslocarem para outros pontos fora de Portugal ou em regressar ao reino. O facto de a documentação analisada ter sido produzida no reino causa algumas dificuldades a este estudo que nos poderiam conduzir ao erro na interpretação dos resultados, pelo que as enunciamos de seguida:

- a) A amostra é, uma vez mais, reduzida, correspondendo a cerca de 11,9% do total dos emigrantes, pois aqueles que ficavam no reino nem sempre acompanhavam o percurso daqueles que partiam, perdendo-lhes o rasto ou, simplesmente, comunicando com eles pela via oral, sem que nada ficasse registado sobre as suas relações, o que implica a ausência de menções nas fontes coevas;
- b) A documentação notarial tem um carácter de produção aleatório, sendo este realizado quando as circunstâncias assim o exigem, de forma a garantir um regulador público para as relações estabelecidas entre dois ou mais indivíduos, o que pode resultar em vazios documentais mesmo quando os indivíduos permanecem em contacto;
- c) Os indivíduos podem produzir, num determinado ano, perante determinado acontecimento, mais do que um documento notarial referente ao mesmo emigrante, nunca mais voltando este a ser referido na documentação. Estes casos foram retirados da amostra, pois refletiriam um resultado que poderia ser bastante desviante da realidade;
- d) Os relacionamentos aquém e além oceano podem quebrar, desaparecendo as menções aos emigrantes na documentação, apesar de eles continuarem fora do reino;

- e) O único registo obrigatório para aqueles que estão fora do reino é o de óbito, efetuado pelo pároco quando, e se, toma conhecimento do sucedido, fazendo com que, muitas vezes, o único registo que temos dos emigrantes como tal seja o da sua morte, o que nos indica somente o período final da sua vida fora do reino estando, desta feita, os emigrantes que se encaixam neste perfil excluídos deste estudo em particular;
- f) Por vezes, o pároco não toma conhecimento da morte de um emigrante, o que faz com as menções que encontramos sejam apenas feitas em sua vida, não acompanhando o seu total percurso fora do reino, resultando isto numa última referência ao emigrante como tal que não corresponde a todo o período em que esteve fora do reino.

Feitas as ressalvas, olhemos para o gráfico que reflete os tempos de permanência dos emigrantes nos seus destinos, levantado através dos intervalos de tempo, medidos em quinquênios, entre a primeira e última referência feita aos emigrantes como tal.

Gráfico 10. Tempos de estadia dos emigrantes (1560-1651)



Fonte: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

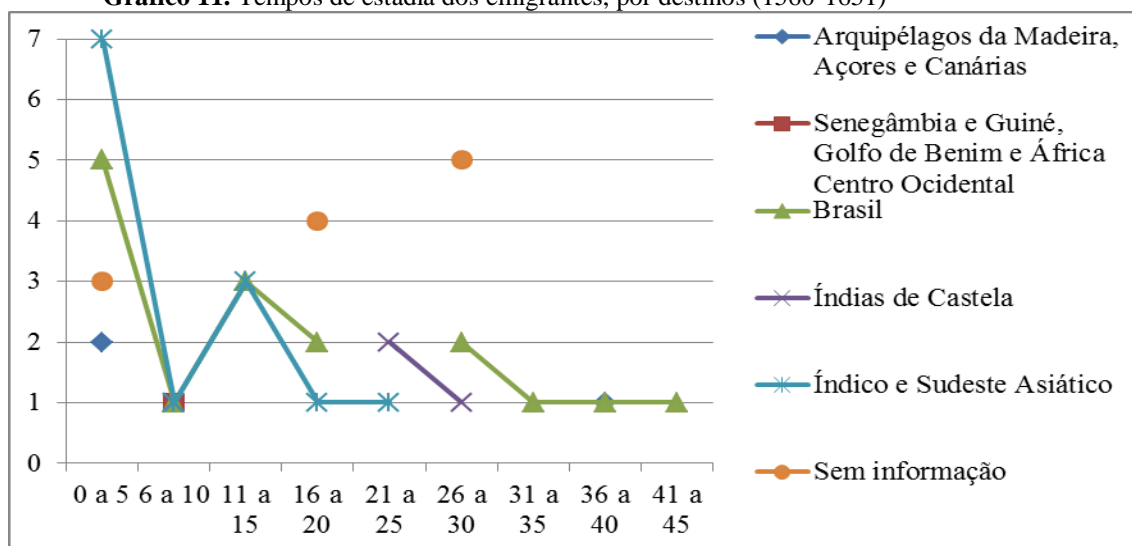
Os tempos de estadia dos emigrantes, em termos gerais, não andam longe dos resultados obtidos para as idades dos mesmos, uma vez que o intervalo dominante é o dos 0 aos 5 anos, o que quer dizer que a maioria dos indivíduos permanece por pouco tempo no seu destino⁴²⁹. Ora, tendo em conta a explicação dada para o número de registo de óbitos encontrado e para o facto de as visitas ao notário serem muitas vezes

⁴²⁹ Para o caso do Brasil chegou-se a esta mesma conclusão em CUNHA, Mafalda Soares da – *A Europa que atravessa o Atlântico (1500-1625)* in FRAGOSO, João (org.); GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) – *O Brasil Colonial*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Vol. 1: 1443-1580, pp. 271-314 (284). [Consult. em 13 de março de 2016]. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt>.

feitas após a morte dos emigrantes para reclamar os bens por eles deixados, a ilação que desta análise podemos retirar é que uma parte considerável dos emigrantes dos cerca de 34,7% da amostra que se encontra no primeiro intervalo cronológico apurado (0 a 5 anos), morre fora do reino e 69,3% não se encontra no destino mais de 20 anos. Tendo em conta estes resultados, o quadro que se nos apresenta é o de uma elevada percentagem de mortes precoces, uma vez que, como vimos, os emigrantes encontravam-se fora do reino pouco depois do seu casamento, que ocorria, em média, aos 23,56 anos.

Porém, para podermos provar a nossa tese de que a emigração para os locais vistos como mais salubres, era conhecida, pelos reinóis por permitir acalantar uma esperança maior de unir a família, devemos olhar para a distribuição destes emigrantes por destinos, medindo igualmente os períodos de fixação em quinquênios.

Gráfico 11. Tempos de estadia dos emigrantes, por destinos (1560-1651)



Fonte: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Uma rápida consulta do gráfico anterior é explícita na indicação do Estado da Índia como o território onde os emigrantes permanecem durante menos tempo, já que mais de metade dos que escolheram esse destino não esteve lá mais de 5 anos. Estes dados indicam, portanto, uma provável taxa de mortalidade precoce elevada⁴³⁰ associada a uma grande mobilidade dos europeus nesta região do globo⁴³¹, que seria certamente conhecida pelos reinóis que, reconhecendo as oportunidades do espaço,

⁴³⁰ Mais de metade das mortes ocorridas fora do reino por indivíduos de Vila do Conde ocorreram nestes climas mais insalubres para os europeus de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, África e Ásia. Cf. POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* II, p. 334.

⁴³¹ DISNEY, A. R. – *A Decadência do Império...* p. 86.

procuravam-no, maioritariamente, quando não tinham alguém que dependesse economicamente deles. O caso do Brasil, como ficou visto, o destino mais procurado pelos emigrantes, justifica um elevado número de indivíduos apurados, tendo em conta a pequena dimensão da amostra, que não permanece mais de 5 anos no local. Este destino, com condições climatéricas bastante diferentes daquelas encontradas na Europa, não era, ainda assim, visto como causador de uma tão elevada mortalidade precoce como acontecia com o clima africano, até porque aqui existia de facto povoamento e a presença portuguesa não estava reduzida a umas quantas fortalezas e feitorias como em África e na Ásia⁴³², ainda que a vastidão do território não permitisse que a colonização fosse além da formação de alguns arquipélagos em plena terra firme⁴³³, usualmente portos, “the only urban centers in the colony”⁴³⁴. A oportunidade de vingar oferecida por este espaço, poderia também compensar o risco do deslocamento, mas a permanência de 5 indivíduos neste território por mais de 25 anos, o que, se fosse colocado à escala da presença portuguesa na região não traduziria um número tão pequeno assim, revela uma maior capacidade de adaptação. O mesmo pode ser dito em relação à permanência portuguesa nas Índias de Castela, cujos casos encontrados não permaneceram no local menos de 20 anos⁴³⁵. Este valor é significativo se o transportarmos para a escala da presença portuguesa nas índias castelhanas, território onde estes milhares de homens não eram oficialmente bem-vindos⁴³⁶ tendo em conta a política seguida pelas autoridades espanholas, que não permitiam a presença portuguesa nos seus territórios ultramarinos, mesmo durante a União Dinástica, sem a devida autorização⁴³⁷, pois, como esclarece Tamar Herzog, o que estava em jogo não

⁴³² SUBRAHMANYAM, Sanjay; THOMAZ, Luís Filipe F. R. – Evolution of empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century in TRACY, James D. (ed.) – *The Political Economy of Merchant Empires*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. Pp. 298-331 (300).

⁴³³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – Políticas de Fixação e Integração in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1734-5. Vol. II: Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Pp. 126-150 (136).

⁴³⁴ “os únicos centros urbanos na colónia”. RUSSELL-WOOD, A. J. R. – Ports of Colonial Brazil in KARRAS, Alan L. (ed.); MCNEIL, J. R. (ed.) – *Atlantic American Societies. From Columbus through abolition 1492-1888*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1992. ISBN 0-415-08072-X. Pp. 174-211 (177).

⁴³⁵ Para o caso da vila do Potosí, os resultados apontados por Gleydi Sullón Barreto indicam também um elevado período de estadia que, em 60,49% dos casos, ultrapassava os 10 anos, cf SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros...* pp. 65-66. Mesmo em Cartagena, ponto de entrada nas Índias, cerca de 17,28% dos estrangeiros vivia lá permanentemente, sendo que 41,07% estava no local há menos de 10 anos. Cf. VILA VILAR, Enriqueta – *Extranjeros en Cartagena...* pp. 147-184 (157-158).

⁴³⁶ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* p. 44; SERRANO MANGAS, Fernando – *Encrucijada Portuguesa...* pp. 17-19.

⁴³⁷ VENTURA, Maria da Graça – *Portugueses no Peru...* I, t. I, pp. 64 e seguintes e I, t. II, p. 123; SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros...* pp. 38 e seguintes; HANKE, Lewis – *The Portuguese in Spanish America, with special reference to the villa imperial de Potosi. Revista de Historia de America*. [Em linha]. México: Instituto Panamericano de Geografia e Historia. Nº 51 (1961). Pp. 1-48.

era a presença de uma outra nação, mas “the question of who could enjoy a specific right or be obliged to perform a certain duty”⁴³⁸. Esta presença era, no entanto, muitas vezes desejada pelas autoridades locais⁴³⁹ que reconheciam “el notable beneficio que reportaba a sus cajás la actividad de esta minoría, creadora de riqueza”⁴⁴⁰, criando-se o que Sullón Barreto chamou de uma tolerância funcional apesar da proibição legal⁴⁴¹.

Esclarecidas as questões relativas à permanência portuguesa nos territórios extraeuropeus, avancemos para uma análise que vai permitir colocar Vila do Conde no mapa das relações estabelecidas entre as gentes do reino, procurando aferir a sua atratividade nas diversas regiões do Portugal continental.

2.4) Naturalidades e moradas

Nem todos os emigrantes encontrados na documentação de Vila do Conde eram naturais da vila. Daí a necessidade de uma sondagem sobre as origens dos emigrantes dentro do reino. Ela vai colocar Vila do Conde, uma vez que é o seu espólio documental em análise, como elemento pertencente a uma rede mais vasta, atendendo às relações que as suas gentes estabelecem e mantêm com os habitantes de outras localidades do reino que depois se projetam para fora dele, alargando o seu espaço de relacionamento a uma geografia global. É precisamente este posicionamento da vila da foz do Ave que queremos aferir num primeiro momento. O segundo ponto em foco neste campo da nossa investigação é a determinação das preferências dos indivíduos relativamente ao seu destino nos arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América, com base na sua origem no reino, fator fulcral para quem quer conhecer os emigrantes, pois a sua origem no reino pode interferir, como já tem sido dito, com a sua organização geográfica além-mar e com as redes profissionais e económicas em que se integram.

Para lançar este estudo elaborámos dois gráficos, um primeiro que inclui as naturalidades dos emigrantes e outro que faz o levantamento das moradas, no reino, dos

Passim. [Consult. em 13 de março de 2016]. Disponível em: <http://www.jstor.org>; CARDIM, Pedro – “Todos los que no son de Castilla son yguales”. El estatuto de Portugal en la Monarquía española en el tiempo de Olivares. *Pedralbes: Revista d'història moderna*. [Em linha]. [s.l.]: [s.d.], Nº 28 (2008). Pp. 521-552 (522-528). [Consult. em 22 janeiro 2017]. Disponível em: www.raco.cat. ISSN 0214-4018.

⁴³⁸ “a questão de quem podia gozar de um direito específico ou ser obrigado a cumprir um certo dever”. HERZOG, Tamar – *Defining Nations: Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America*. New Haven/Londres: Yale University Press, 2003. ISBN 0-300-09253-9. P. 4.

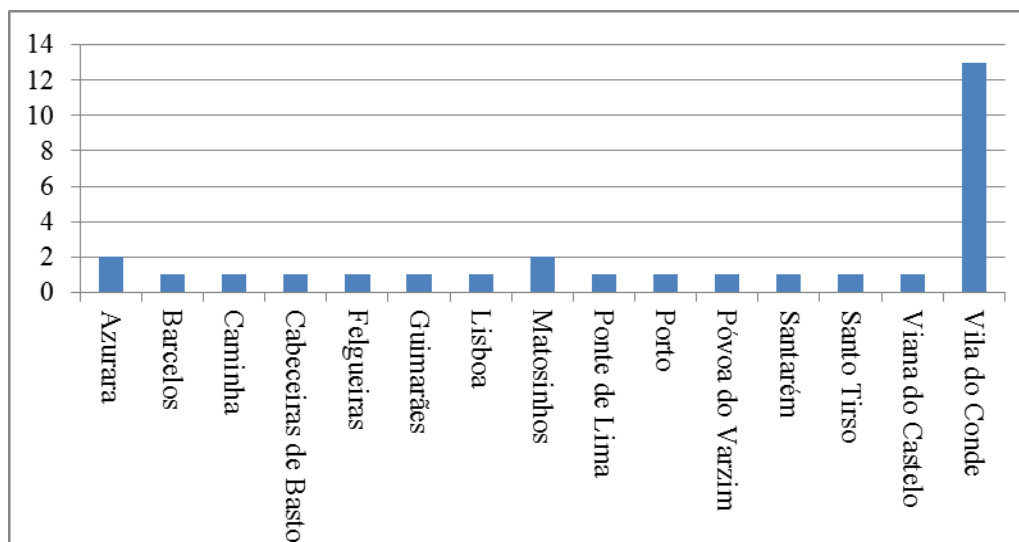
⁴³⁹ SERRANO MANGAS, Fernando – *Encrucijada Portuguesa...* p. 18.

⁴⁴⁰ “o notável benefício reportado pelas suas caixas da atividade desta minoria, criadora de riqueza”. SERRANO MANGAS, Fernando – *La Presencia Portuguesa en la América Española en la Época de los Habsburgos (siglos XVI-XVII) in VENTURA, Maria da Graça – A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. ISBN 972-8288-63-8. Pp. 73-79 (74).

⁴⁴¹ SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Portugueses en el Perú...* pp. 116-129 (119).

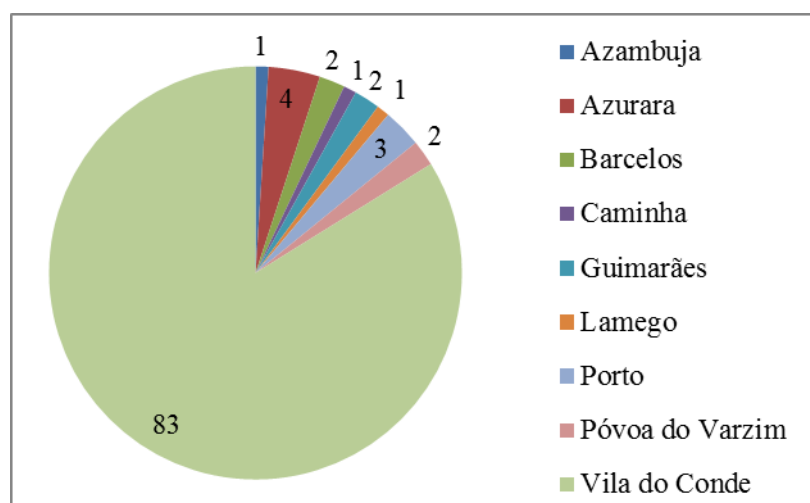
indivíduos que partiram. Tratando-se, em ambos os casos, de um produto obtido pela análise da documentação da vila, a predominância de gente ligada a ela não deve ser vista como uma novidade, antes devemos focar o nosso olhar nas restantes terras, cujo contributo indica uma ligação a Vila do Conde por parte dos seus habitantes.

Gráfico 12. Naturalidades dos emigrantes (1560-1651)



Fonte: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Gráfico 13. Moradas dos emigrantes no reino antes de partirem (1560-1651)



Fonte: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de baptismos – E/27/10/2-5.1, E/27/10/1-3.3, E/27/10/1-1.3; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

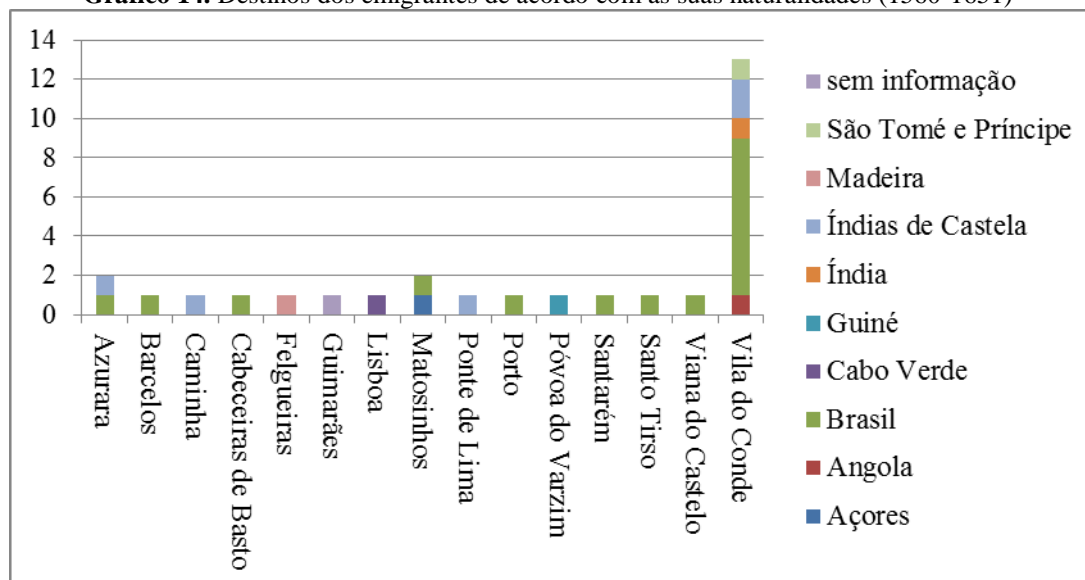
Com uma amostra que corresponde a 7% do total para o caso das naturalidades e a 24% para o caso das moradas, o que podemos constatar, além do notório predomínio das gentes da vila nos territórios ultramarinos, é uma especial relação com o Entre-Douro-e-Minho, cenário idêntico ao apurado para os indivíduos casados. Naturais de

fora desta província temos 3 homens em 29, o correspondente a 10,3%, um de Cabeceiras de Basto, em Trás-os-Montes, do norte do reino portanto, um da Santarém e um outro de Lisboa, completando um grupo cuja fronteira da sua origem não atravessa o rio Tejo. Por sua vez, o número de habitantes do norte do reino é de 97 em 99, ou seja 98%, indicador do deslocamento interno de população em direção à vila. Ainda assim, neste caso, foi apurada uma morada a sul do Tejo, na Azambuja, refletindo uma influência maior da vila nas redes que ligam todas estas pessoas, ainda que aqui esta presença seja vestigial. Confirmando o que os dados relativamente às naturalidades permitiam supor, o Entre-Douro-e-Minho surge novamente como o principal espaço de atração da vila, completando-se o panorama com uma menção a Lamego, na província da Beira. O que também se confirma é a importância da vila junto dos territórios que lhe são mais próximos, quer pelo surgimento de Azurara, a sul da vila, separada pelo Ave, quer pelas menções à Póvoa de Varzim, a Matosinhos, a Santo Tirso, a Felgueiras e ao Porto.

Mas qual a relação entre o local de origem e o destino de emigração? Contribuiriam aqueles que não eram da vila com a abertura de novos espaços de oportunidade para os homens e mulheres de Vila do Conde? Esta sondagem, pelo tamanho da amostra obtida, particularmente em relação àqueles que não eram da vila, certamente em maior número do que o que a documentação aparenta, obriga a uma cautela na análise dos dados. O facto de muitos serem mencionados, apenas, na documentação notarial, como alguém que é escolhido pelas gentes da vila para um papel intermediário nos negócios, faz com que a sua origem no reino se torne nebulosa. O mesmo acontece conforme a distância de origem dos emigrantes em relação a Vila do Conde aumenta, tornando-se estes conhecidos de um número gradualmente mais pequeno de vila-condenses, o que provoca um sub-registo a seu respeito nas fontes coevas da vila. Por sua vez, tratando-se esta documentação da vila, a referência mais pormenorizada aos seus habitantes, naturais ou não, torna as informações que lhes concernem mais próximas da realidade, o que quer dizer que o número apurado para as moradas na vila da foz do Ave não andarão longe daquele que era o seu número efetivo.

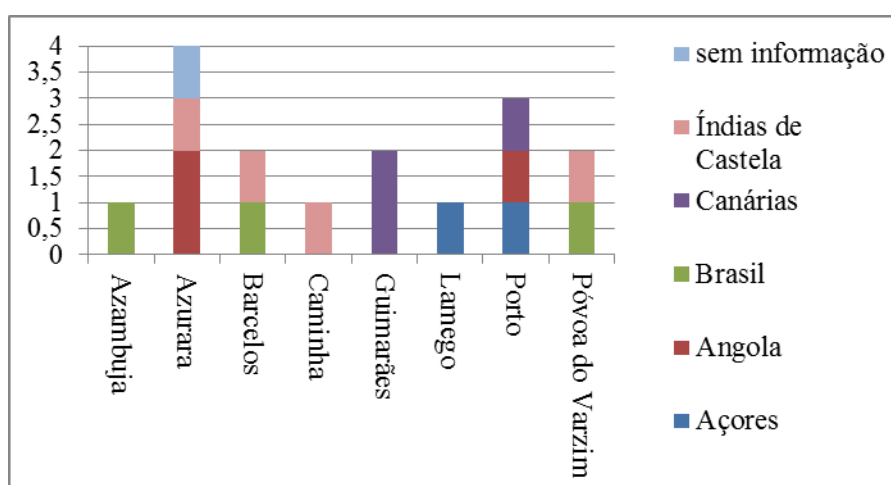
Olhemos então para os resultados apurados, organizados em dois gráficos, um correspondente aos destinos de fixação de acordo com as naturalidades, e outro, dividido em duas partes para uma leitura mais simples, que relaciona os destinos de emigração com as moradas no reino.

Gráfico 14. Destinos dos emigrantes de acordo com as suas naturalidades (1560-1651)



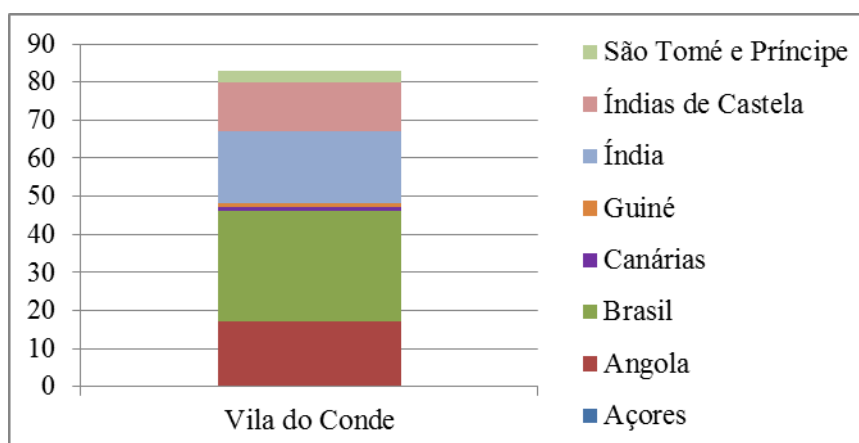
Fonte: Quadro 6 em Anexo.

Gráfico 15.1. Destinos dos emigrantes de acordo com as suas moradas (1560-1651)



Fonte: Quadro 7 em Anexo.

Gráfico 15.2. Destinos dos emigrantes de acordo com as suas moradas (1560-1651)



Fonte: Quadro 7 em Anexo.

Em qualquer um dos gráficos apresentados, há um destino que se destaca: o Brasil. Como vimos, este destino foi o preferencial durante a maior parte do período em análise, porém, as referências que lhe são feitas na documentação, que inclui também menções aos locais de origem e de habitação no reino dos emigrantes, são desproporcionais. Se o Brasil reúne 30,5% dos emigrantes detetados para o período compreendido entre os anos de 1560 e 1651 (o correspondente, em números absolutos, a 126 indivíduos em 413), as menções feitas a este destino neste estudo em concreto (48, o equivalente a 31,1% dos 128 para os quais foi apurada naturalidade e morada), abrangem 38% dos emigrantes encontrados na América portuguesa. Tendo em conta que a maioria, cerca de 95,3%, dos indivíduos apurados tinha morada ou era natural do Entre-Douro-e-Minho, parece confirmar-se a tantas vezes mencionada predominância do povoamento deste território com gentes do noroeste português⁴⁴², o que pode ter uma série de explicações como já tem sido avançado por alguns autores: a pressão demográfica existente na região e “os regimes sucessórios não igualitários, que privavam da posse da terra a maioria dos descendentes, obrigando-os a encontrar meios próprios de subsistência e a abandonar a exploração agrícola familiar”⁴⁴³. Uma motivação semelhante já foi apontada para a emigração castelhana em direção à América antes do século XVII⁴⁴⁴, quando os “Younger sons of farmers looked for other possibilities to gain a living”⁴⁴⁵, antes da crise agrária que conduziu os indivíduos para fora dos campos e os levou para as Índias⁴⁴⁶. Na Holanda, a causa da emigração prendia-se também com questões económicas. A paz com a Monarquia Hispânica resultou numa grande falta de trabalho, na década de 50 do século XVII, para aqueles

⁴⁴² PEDREIRA, Jorge M. – Brasil, Fronteira de Portugal... pp. 47-72 (56-57); QUIRINO, Tarcizio do Rêgo – *Os Habitantes do Brasil...* pp. 21-29; SMITH, David Grant – *The Mercantile Class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: A socioeconomic study of the merchants of Lisbon and Bahia*. Ann Arbor: University Microfilms International, 1985. Pp. 291-292.

⁴⁴³ PEDREIRA, Jorge M. – Brasil, Fronteira de Portugal... pp. 47-72 (58); EIRAS ROEL, Antonio – Introducción. Consideraciones sobre la emigración española a América y su contexto demográfico in EIRAS ROEL, Antonio (coord.) – *Emigración Española y Portuguesa a America (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica. Alicante, abril de 1990. Volumen I)*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991. Pp. 9-32(10); Para o caso castelhano cf. MACÍAS HERNÁNDEZ, Antonio M. – La emigración española... pp. 33-60 (37).

⁴⁴⁴ ELLIOTT, John H. – *Empires of the Atlantic World...* p. 49.

⁴⁴⁵ “os filhos novos dos agricultores procuravam outras possibilidades para ganhar a vida”. BATH, B. H. Slicher van – The absence of white... pp. 19-31 (26).

⁴⁴⁶ BATH, B. H. Slicher van – The absence of white... pp. 19-31 (26); SIXIREI PAREDES, Carlos – Andalucía y Galicia... pp. 184-194 (185-186).

que antes estavam mobilizados pela guerra, o que levava a população em busca de oportunidades de trabalho na América holandesa⁴⁴⁷.

Além do Brasil, outros destinos há que, pela sua predominância, merecem ser objeto de estudo. A Índia, Angola e as Índias de Castela revelam um elevado número de menções, contabilizando respetivamente, 20, 21 e 22 referências, o que perfaz 49,2% da amostra. Se tivermos em conta as proporções dos emigrantes que se encontram em cada um destes destinos no total dos 413 emigrantes, o que resulta é uma preferência por estes territórios também desproporcional no caso das Índias de Castela e, sobretudo, de Angola. O primeiro destino que, como vimos (confrontar Quadro 2), acolhia 16,5% dos emigrantes, regista aqui um valor de 17,2%⁴⁴⁸, enquanto o segundo, onde se fixaram 9% dos emigrantes, acolhe, neste campo em particular, 16,4% das preferências, indicadores de uma estreita relação entre o noroeste do reino e estes destinos, porventura alimentada pelo tráfico de escravos, assunto que abordaremos quando analisarmos as profissões daqueles que se deslocaram para fora da Europa.

Já a Índia, território onde se fixaram 19,6% dos emigrantes, não parece partilhar uma especial relação com o Entre-Douro-e-Minho, região ligada às rotas atlânticas altamente lucrativas do açúcar e fora do controlo do poder central⁴⁴⁹, mas mais afastada da mais prestigiante de todas elas, a do Cabo, concentrada em Lisboa por iniciativa régia⁴⁵⁰.

2.5) Estatutos e profissões

Analizados em detalhe alguns dos parâmetros a que nos comprometemos para melhor entendermos aqueles que emigraram para os territórios ultramarinos nos séculos XVI e XVII, voltar-nos-emos agora para uma leitura socioprofissional da situação destes emigrantes, de forma a trazer alguma luz para as motivações sociais e

⁴⁴⁷ JACOBS, Jaap – *New Netherland: A Dutch Colony...* p. 47.

⁴⁴⁸ De destacar aqui o papel significativo daqueles emigrantes do Entre-Douro-e-Minho atraídos pelo comércio negreiro, já que às Índias de Castela se dirigiam, sobretudo, homens de Lisboa, do Alentejo e do Algarve. Cf. SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros...* pp. 66-67; STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* p. 48.

⁴⁴⁹ BARROS, Amândio Jorge Morais – *Porto. A construção...* pp. 421-431; POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* II, pp. 32-39; POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio – *Articulações Portugal/Brasil...* pp. 19-48 (31; 38-41).

⁴⁵⁰ POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio – *Articulações Portugal/Brasil...* pp. 19-48 (31).

económicas que os fazia optar por partir, aquelas que agem como fatores dominantes, pois “a pátria é onde há pão”⁴⁵¹.

Assim sendo, é fundamental saber qual o estatuto social dos emigrantes e a sua distribuição geográfica tendo em conta este fator, um pouco à semelhança do que fizemos com as naturalidades e moradas, de forma a esclarecer o processo de fixação tendo em conta o papel dos indivíduos na sociedade. Com o mesmo enfoque procuraremos analisar as profissões dos emigrantes, numa tentativa de compreender o contributo que eles traziam à comunidade onde se estabeleciam e as conjunturas económicas que os conduziam à fixação num determinado território numa determinada época⁴⁵², abordando, portanto, esta parte da dissertação, as nuances económicas que cada um dos espaços atravessava e as suas necessidades por mão-de-obra especializada em atividades marítimas ou comerciais, como veremos, aquelas que dominavam.

Concentremo-nos, todavia, num primeiro momento, nos estatutos socioprofissionais com que nos deparamos na documentação notarial e paroquial da vila. Apesar de as menções serem somente 21, cremos estar perante um número bastante próximo do total de estatutos que poderíamos apurar para os 413 emigrantes com que nos deparamos. De facto, a importância de alguém dentro da comunidade reflete-se na forma como é mencionado na documentação, tanto quando é um interveniente, desejando ver patente a sua superioridade em relação à maioria, como quando é referido por outrem, uma vez que a própria sociedade reconhece este estatuto de superioridade e faz questão de o distinguir, mesmo quando a diferença de estilo de vida é mínima ou mesmo nenhuma. Significa isto que este valor andarà próximo da realidade. Enunciemos então os estatutos com que nos deparamos e os cargos que conferem um determinado estatuto social.

⁴⁵¹ SANTOS, Maria Licínia Fernandes dos – *Os Madeirenses na Colonização do Brasil*. [Em linha]. 1ª edição. Funchal: CEHA, 1999. P. 12. [Consult. em 10 de outubro de 2016]. Disponível em: <http://www.madeira-edu.pt>.

⁴⁵² Também na emigração não portuguesa já foi vista a relação entre a emigração e as oportunidades económicas de um determinado espaço, como, por exemplo, o caso de Chesapeake na década de 1660 que passou a atrair menos emigrantes com a quebra do preço do tabaco. WALSH, Lorena S. – *The Differential Cultural...* pp. 117-151 (122).

Quadro 8. Estatutos socioprofissionais dos emigrantes

Estatuto	Emigrantes
Capitão	1
Cavaleiro da Casa Real	1
Cavaleiro fidalgo da Casa Real	3
Clérigo	8
Doutor	1
Doutor/Fidalgo da Casa Real	2
Fidalgo da Casa Real	4
Governador	1
Total	21

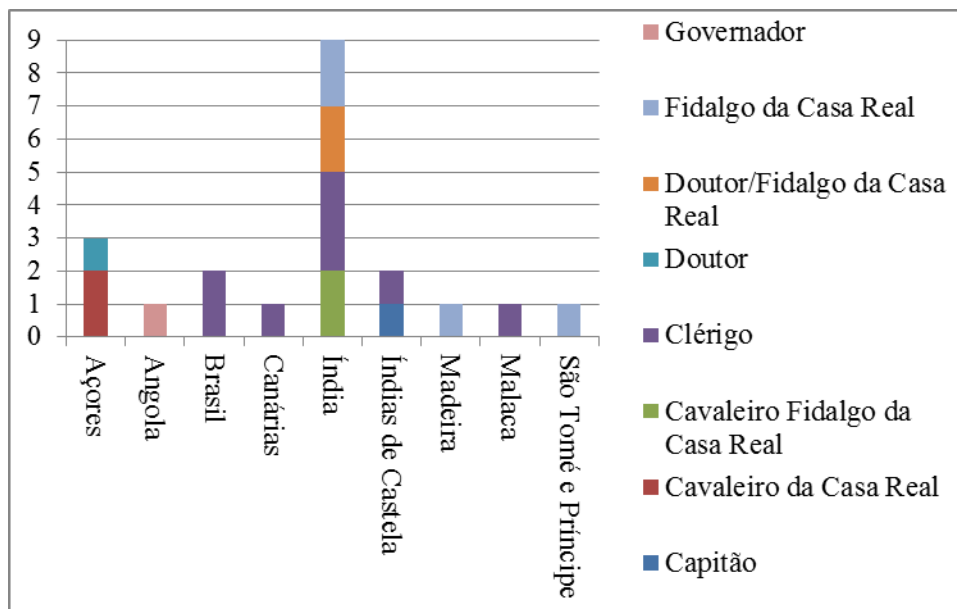
Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de baptismos – E/27/10/2-5.1, E/27/10/1-3.3, E/27/10/1-1.3; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

Em primeiro lugar, surgem-nos 8 clérigos, indivíduos que, pela sua função particular dentro de uma comunidade, são identificados como tal. Seguem-se 4 fidalgos da casa real aos quais se juntam outros 2 que são também apelidados de doutores⁴⁵³, possivelmente homens de leis, 3 cavaleiros fidalgos e, por fim, um cavaleiro da Casa Real, um doutor, um governador e um capitão. Vemos, assim, logo a seguir aos clérigos, um predomínio daqueles que ascendem socialmente através da relação que mantêm com a Casa Real, estando fora deste grupo apenas um doutor e um capitão, que adquiriram o seu estatuto através da frequência universitária e da sua atividade profissional, respetivamente.

Importa agora saber onde se fixaram estes emigrantes, de forma a estabelecer relações entre o seu estatuto e o seu destino de preferência, avaliando as necessidades de cada território em determinado tipo de indivíduos.

⁴⁵³ Usamos aqui a terminologia com que nos deparamos na documentação.

Gráfico 16. Distribuição dos emigrantes por destinos, segundo o seu estatuto socioprofissional



Fonte: Quadro 8 em Anexo.

O espaço que acolhe mais indivíduos com estatuto discriminado na documentação é a Índia, o que revela o seu carácter de enobrecimento para os que partem ao serviço do monarca, ainda que aqui a nobreza não seja de elevada estirpe, porquanto “Fidalguia grada, herdeira e não necessitada não era, de facto, suposto dar-se a tais aventureirismos”⁴⁵⁴. Dos 21 emigrantes detetados, 9 encontravam-se neste território, o correspondente a 42,9%, incluindo 3 clérigos, indicador de este ser um espaço de evangelização⁴⁵⁵. Além dos homens ligados à Igreja, estavam presentes neste espaço 4 fidalgos da Casa Real, 2 deles também doutores, revelando que, apesar de este ser um espaço de guerra, precisava de homens academicamente capazes para a sua administração, e 2 cavaleiros fidalgos da Casa Real. O clérigo encontrado em Malaca, o bispo D. João Ribeiro Gaio, confirma o Estado da Índia como um espaço onde a fé se encontrava em expansão, neste caso específico para assegurar a existência de um bispado a leste da Índia. Os dois clérigos no Brasil fazem-nos supor o mesmo para este território americano, sendo as presenças dos homens da fé nas Canárias e Índias de Castela vistas com alguma surpresa, uma vez que os portugueses estavam afastados da possibilidade de exercer cargos religiosos nestes territórios pela Coroa castelhana, facto que pode ter sido contrariado pela necessidade de evangelização desses espaços. A

⁴⁵⁴ CUNHA, Mafalda Soares da – A Casa de Bragança e a Expansão, séculos XV-XVI in COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.); RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (coord.) – *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2004. ISBN 972-98672-8-3. Pp. 303-319 (309).

⁴⁵⁵ SUBRAHMANYAM, Sanjay – *The Portuguese Empire...* pp. 274 e seguintes.

presença de um fidalgo tanto na Madeira como em São Tomé e Príncipe encaixa perfeitamente no modelo administrativo destes arquipélagos, entregues a capitães⁴⁵⁶ que, por sua vez, recorriam a uma série de oficiais para governar efetivamente estes territórios⁴⁵⁷, acontecendo o mesmo com os Açores que reúnem um doutor e 2 cavaleiros da Casa Real⁴⁵⁸. O governador existente em Angola e sucessivamente mencionado na documentação confirma a ideia de que este território tinha uma forte relação com as gentes da vila, muito provavelmente pelo tráfico de escravos, o que a presença de um capitão de uma embarcação nas Índias de Castela, território que absorvia parte desta mão-de-obra⁴⁵⁹, corrobora.

Deparamo-nos, portanto, com uma vila perfeitamente inserida nos circuitos globais e a corresponder às exigências de um vasto território ultramarino, mantendo relações constantes com os indivíduos que administram os vários espaços e contribuindo, com a sua quota-parte, para a permanência da presença portuguesa em redor do globo, assumindo como suas as expectativas do reino, garantindo o envio de homens da fé para a evangelização americana e asiática.

Quanto ao perfil profissional dos emigrantes, este é, como veremos, em tudo semelhante ao perfil da vila⁴⁶⁰, com um enorme contributo dos homens do mar e dos comerciantes, condicionantes que permitiram à vila tão bem interagir com os territórios ultramarinos, permitindo-lhe responder às suas necessidades com homens especializados nas profissões necessárias para garantir a manutenção do comércio e, assim, viabilizar a continuidade da torrente migratória que se projetava desde o reino. A realidade com que nos deparamos neste estudo em concreto consagra, portanto, a ideia geral de que “These migrants threw themselves into the unknown (...) unless they had

⁴⁵⁶ COSTA, João Paulo Oliveira e – A Nobreza e a Expansão: Particularidades de um fenómeno social complexo in COSTA, João Paulo Oliveira e – A Nobreza e a Expansão: Estudos biográficos. Cascais: Patrimonia, 2000. ISBN 972-744-040-1. Pp. 11-51 (23).

⁴⁵⁷ RODRIGUES, Miguel Jasmins – *Organização dos Poderes e Estrutura Social: A Ilha da Madeira: 1460-1521*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995. Tese de Doutoramento. Pp. 177-181.

⁴⁵⁸ THOMAZ, Luís Filipe F. R. – *De Ceuta a Timor...* p. 118; SOUSA, João José Abreu de – Uma nova sociedade in SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005. ISBN 972-33-2192-0. Vol. III, tomo I: A Colonização Atlântica. Pp. 139-157 (140).

⁴⁵⁹ CALDEIRA, Arlindo Manuel – *Escravos e Traficantes...* p. 27.

⁴⁶⁰ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* I, pp. 246-257; Macías Hernández, para o caso da emigração para as Índias de Castela, determinou também que aquelas profissões que dominam são as urbanas. Cf. MACÍAS HERNÁNDEZ, Antonio M. – *La emigración española...* pp. 33-60 (36).

very valuable skills”⁴⁶¹. Será, porventura, a tese que defende uma falta de apetências profissionais generalizada entre os emigrantes que deverá ser posta em causa e que, para ser melhor esclarecida, necessitaria de estudos sobre outras comunidades com grande incidência emigratória em direção aos espaços ultramarinos.

Quadro 9. Profissões dos emigrantes

Categorias de profissões	Profissões	Nº de indivíduos	%
Ofícios ligados ao mar	Pilotos	23	19,83
	Pilotos e Patrões da Ribeira	1	0,86
	Pilotos e Mercadores	1	0,86
	Pilotos e Cordoeiros	1	0,86
	Mareantes	24	20,69
	Mareante e Sapateiro	1	0,86
	Calafates	1	0,86
	Calafates e Mareantes	1	0,86
	Carpinteiros da Ribeira	6	5,17
	Mestres de Carpintaria da Ribeira	1	0,86
	Patrões da Ribeira	1	0,86
	Capitães	2	1,72
Cargos comerciais	Vendeiros	1	0,86
	Mercadores	18	15,52
	Senhor de engenho	1	0,86
Ofícios mecânicos	Carpinteiros	1	0,86
	Carpinteiros e Mareantes	1	0,86
	Tanoeiros/Toneleiro	7	6,03
	Alfaiates	2	1,72
	Sombreireiros	1	0,86
	Canastreiros	1	0,86
	Sirgueiros	1	0,86
	Castinheiros	1	0,86
	Ferreiros	1	0,86
	Pedreiros	1	0,86
Cargos eclesiásticos	Bispos	1	0,86
	Padres/Frades	6	5,17
	Cura	1	0,86
Oficiais régios	Escrivães	2	1,72
	Tesoureiros dos Defuntos	1	0,86
	Corregedores	1	0,86
	Feitores Régios	1	0,86
	Governadores	1	0,86
Agricultura	Lavradores	1	0,86

⁴⁶¹ “Estes emigrantes atiravam-se a si próprios em direção ao desconhecido (...) a não ser que tivessem habilitações muito valorizadas”. KUPPERMAN, Karen Ordahl – *The Atlantic in World History...* p. 59.

	Azeiteiros	1	0,86
Total	-	116	100

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de baptismos – E/27/10/2-5.1, E/27/10/1-3.3, E/27/10/1-1.3; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

Quadro 10. Distribuição dos emigrantes por categorias profissionais

Categorias de profissões	Nº de indivíduos	% de indivíduos
Ofícios ligados ao mar	64	53,33
Ofícios mecânicos	19	15,83
Agricultura	2	1,67
Oficiais régios	6	5,00
Cargos comerciais	21	17,50
Cargos eclesiásticos	8	6,67
Total	120	100

Fonte: Quadro 9.

Dos 413 emigrantes foi-nos possível identificar as profissões de 116, sendo que 5 deles exercem mais do que uma profissão e, destes, 4 trabalham mesmo em duas das categorias por nós criadas de forma a facilitar a análise dos dados, o que implica que o número total de indivíduos obtido no Quadro 10 seja de 120. A dimensão da amostra, quando comparada com as que obtivemos para analisar outros aspetos do perfil deste fenómeno demográfico, prende-se, cremos, com a necessidade de explicitar, nas fontes coevas, a profissão de um indivíduo para que este seja mais facilmente identificado pelos seus conterrâneos. Quanto às categorias criadas vale a pena fazer algumas considerações que as justifiquem, uma vez que algumas das profissões podem não ser imediatamente associadas ao ramo em que as inserimos:

- a) Contabilizámos como profissionais ligados às atividades marítimas todos aqueles que trabalham diretamente com o mar, como é o caso dos pilotos e mareantes, mas também daqueles que trabalham na construção naval, uma vez que esta estava intimamente associada ao fornecimento e conserto de embarcações e ao calendário das diferentes rotas marítimas. Todavia está bem patente, apesar de as fontes não o tornarem quantificável, que estes indivíduos eram plurifuncionais, tanto nas suas funções dentro de uma embarcação, como nas tarefas que realizavam e que iam além das aptidões marítimas, podendo ser também “shipowners, trade agents, commercial

intermediaries and individual connectors in important networks and circuits of goods, money and information flows”⁴⁶²;

- b) Nos ofícios mecânicos foram incluídos todas as profissões artesanais que não se encontram diretamente associadas à construção naval;
- c) O senhor do engenho, por não lidar diretamente com a produção do açúcar, mas ter como função administrar todo o negócio, desde a compra de escravos e restantes materiais para assegurar a produção do açúcar até à venda do produto final, foi incluído nos cargos comerciais;
- d) Por uma questão de organização, no Quadro 9, nos casos em que existe mais do que uma profissão a registar, estas foram dispostas da mesma forma que surgem na documentação estando, portanto, o mareante e sapateiro na categoria dos ofícios ligados ao mar e o carpinteiro e mareante inserido nos ofícios mecânicos.

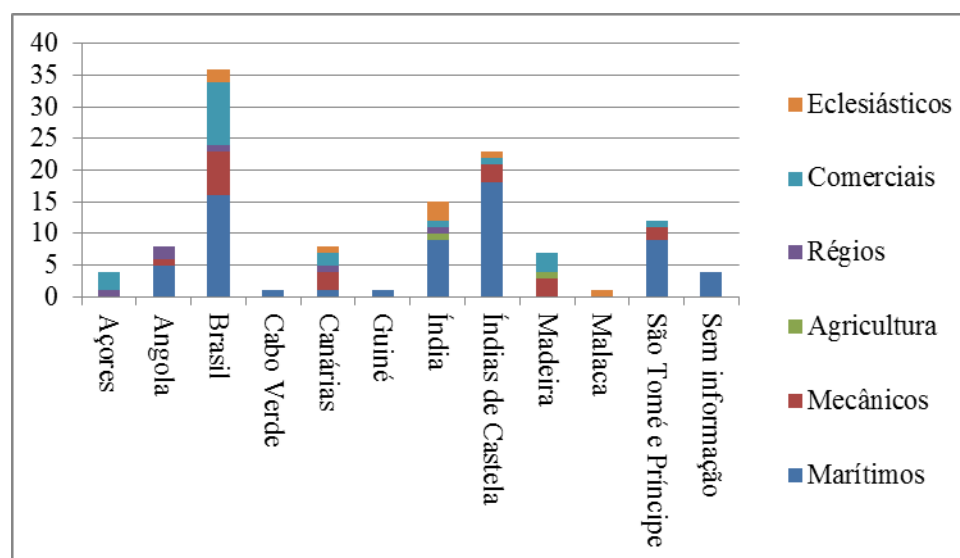
Entre as profissões encontradas, aquelas que se destacam pela quantidade de homens que as praticam são as que estão associadas ao mar, agrupando 53,33% dos emigrantes, o equivalente a 64 indivíduos, sendo a quase totalidade deles pilotos (26) e mareantes (27), que representam 44,17% da amostra. Próximo deste número só mesmo o de mercadores, que conta com 18 indivíduos, tendo as restantes profissões menos de 10 elementos. Esta diferença enrobustece a nossa tese de que as motivações para emigrar eram maioritariamente económicas e que os emigrantes com que nos deparamos estavam inseridos no mundo do comércio, quer como mercadores, quer como homens do mar que garantiam o tráfico das mercadorias, existindo também um contingente razoável de indivíduos que tratavam de assegurar a logística das embarcações, estando habilitados para a sua construção e reparação. Os restantes 29,17% das profissões com que nos deparamos asseveram a existência, apesar do domínio da participação direta no tráfico, de outras parcelas da população que contribuía para as comunidades onde se fixavam de uma outra forma, garantindo a existência de artesãos nestas sociedades em construção. Ainda assim, o comércio revelava-se como fundamental a todos os níveis como nos demonstram os 7 tanoeiros existentes, a quarta profissão mais vezes referenciada na documentação, que indica a

⁴⁶² “proprietários de embarcações, agentes de trocas, intermediários comerciais e conectores individuais em redes e circuitos de bens, dinheiro e fluxos de informação importantes”. POLÓNIA, Amélia – *Global Interactions...* pp. 263-301 (271).

grande necessidade de armazenamento de mercadorias, provavelmente para transporte e comércio. Os clérigos, como avançamos na análise dos estatutos socioprofissionais, garantiam a evangelização dos novos espaços que portugueses e castelhanos ocupavam fora da Europa e os oficiais régios garantiam a administração dos territórios ultramarinos numa altura em que esta tarefa se tornava cada vez mais complexa.

De forma a podermos, mais eficazmente, fazer uma leitura das motivações que conduziam os emigrantes à fixação num determinado espaço temos de olhar para os fenómenos e conjunturas que afetavam cada um dos locais onde eles se estabeleciam e, assim, achar as condições com que os indivíduos se deparavam. Temos, para tal, de saber que categorias profissionais predominavam em cada um dos locais, objetivo para o qual elaboramos o Gráfico 17.

Gráfico 17. Distribuição profissional dos emigrantes pelos territórios ultramarinos (1560-1651)



Fonte: Quadro 9 em Anexo.

Revisitando aquilo que foi dito enquanto analisamos os fluxos e os perfis da emigração para os arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América, a principal ilação que até agora nos foi possível formular defende que os emigrantes se dirigiam, tendo em conta as suas aptidões profissionais, ou seja, aquilo com que podiam contribuir no espaço que os recebia, para locais onde sabiam que as necessidades económicas os podiam integrar. Quer isto dizer que estes homens, estando no reino ou noutro qualquer espaço do globo, tomavam conhecimento dos acontecimentos e das conjunturas económicas que os espaços a centenas ou milhares de quilómetros estavam a atravessar e, a partir daí, faziam uma escolha com base nas oportunidades que poderiam advir de

tal situação⁴⁶³. Olhando para a disseminação dos emigrantes com determinada profissão, o que pretendemos é reconstituir o que os levou a esse espaço, pelo que uma análise dos números de indivíduos ligados a atividades profissionais concretas nos vai permitir a leitura das capacidades de absorção económica e social dos vários espaços.

Em primeiro lugar, focamo-nos nos pontos onde as atividades marítimas são mais requeridas, as Índias de Castela e o Brasil⁴⁶⁴, com mais de 15 indivíduos ligados ao mar em cada um deles, a Índia e São Tomé e Príncipe com 9 homens e Angola com 5, aos quais se somam os 4 para os quais não foi possível identificar o espaço de fixação e os representantes únicos destas atividades em Cabo Verde, nas Canárias e na Guiné. Significa isto que 51 dos 64 emigrantes com profissões ligadas ao mar se encontrava no mundo atlântico, impondo-se este espaço à talassocracia estabelecida na Ásia, o que indica que era no espaço Atlântico que as oportunidades de negócio exerciam maior atração e essas competências eram mais valorizadas, até porque na Índia, o panorama era já de queda comercial, particularmente no século XVII⁴⁶⁵, e as funções administrativas granjeavam uma maior fama ao invés daquelas associadas ao mar e ao tráfico.

Quanto ao domínio do mundo atlântico, os números da distribuição dos homens ligados ao mar dão-nos ainda mais confiança para afirmar que o tráfico escravagista era o principal sustento desta supremacia verificada, pois eram, como vimos na análise dos fluxos emigratórios, nos principais portos de abastecimento e nos locais de venda da mão-de-obra negra que estes profissionais se encontravam. Destaca-se ainda o facto de as Índias de Castela, com pouco mais de metade do número de emigrantes encontrados no Brasil, concentrarem 18 homens ligados ao mar, mais 2 do que a América Portuguesa, manifestando-se “the Portuguese ‘conquest’ of the Spanish empire in the seventeenth-century”⁴⁶⁶, algo que tem vindo a ser inúmeras vezes escrito, ainda que o

⁴⁶³ Ida Altman destacou a confiança com que os indivíduos partiam para as Índias de Castela, fruto dos conhecimentos que levavam do local que seria o seu destino. ALTMAN, Ida – *Transatlantic Ties in the Spanish Empire*... pp. 12-13.

⁴⁶⁴ O domínio das profissões ligadas ao mar nos emigrantes que partiram de Vila do Conde é notório em POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina*... I, p. 248.

⁴⁶⁵ DISNEY, A. R. – *A Decadência do Império*... p. 52.

⁴⁶⁶ “a ‘conquista’ portuguesa do império Espanhol no século XVII”. STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *Capital's Commonwealth: The World of Portugal's Atlantic Merchants and the Struggle over the Nature of Commerce in the Spanish Empire, 1492-1640*. [New Haven]: Yale University, 2001. Tese de Doutoramento. P. 100.

papel judaico pareça ser sobrevalorizado, associando-se os portugueses aos conversos⁴⁶⁷ numa espécie de intolerância generalizadora. Para o caso brasileiro confirma-se a tese da Angola bráslica de Luiz Felipe de Alencastro⁴⁶⁸, pois sem África a economia brasileira não existiria⁴⁶⁹.

A distribuição dos mercadores, profissionais em estreita cumplicidade com todos aqueles que garantem a continuidade das travessias oceânicas pelos produtos comerciados, quando não mesmo praticadas alternadamente pelos mesmos homens⁴⁷⁰, anuncia um cenário semelhante ao das atividades marítimas, com o “complexo atlântico” a concentrar 20 dos 21 representantes destas profissões. Neste caso, porém, a distribuição destes homens não está tão concentrada no Atlântico Sul, ainda que só no Brasil, território com reconhecida atração de mercadores⁴⁷¹, se encontrassem 10, e outro em São Tomé e Príncipe. Nos arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias encontramos 8 indivíduos ligados às atividades comerciais, indicador da prosperidade de que estes territórios ainda beneficiavam nas décadas de 1560 e 1570, aquelas para onde apuramos o maior número de emigrantes nestes territórios, principalmente como elementos de ligação aos restantes territórios⁴⁷². Esta presença forte de mercadores, nomeadamente na ilha da Madeira, já havia sido verificada para a Ribeira Brava no século XVI⁴⁷³.

O facto de se saber que na Índia a maior parte da população portuguesa tinha algum tipo de ligação às atividades comerciais⁴⁷⁴, mas estas não aparecerem na documentação reinol, indica que esta era uma profissão secundária e natural à presença portuguesa: a simples integração nas redes comerciais locais para obter alguns dividendos. A vitalidade que esta profissão conferia aos territórios ultramarinos e a importância que ela assumiu num mundo onde o comércio era cada vez mais o motor de

⁴⁶⁷ VENTURA, Maria da Graça – Cristãos-novos portugueses... Pp. 93-105 (94); ISRAEL, Jonathan I. – *Empires and Entrepreneurs. The Dutch, the Spanish Monarchy and the Jews, 1585-1713*. Londres/Roncevert: The Hambledon Press, 1990. P. 311.

⁴⁶⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de – *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. ISBN 85-359-0008-X.

⁴⁶⁹ SCHWARTZ, Stuart B. – A Economia do Império... pp. 21-51 (28).

⁴⁷⁰ SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros*... p. 182.

⁴⁷¹ A capacidade de atração de mercadores pelo território brasileiro já nos séculos XVI e XVII foi estudada por vários autores. Cf., entre outros, SMITH, David Grant – *The Mercantile Class of Portugal*... *Passim*.

⁴⁷² Moreno Florido chega a esta mesma conclusão para a última década do século XVI. Cf. MORENO FLORIDO, María Berenice – *Marineros Extranjeros*... pp. 65-87 (70).

⁴⁷³ PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, Teresa Ferreira – O povoamento das ilhas... pp. 15-53 (45).

⁴⁷⁴ THOMAZ, Luís Filipe F. R. – *De Ceuta a Timor*... p. 296; POLÓNIA, Amélia – *Indivíduos e Redes Auto-Organizadas*... pp. 349-371 (362; 365); POLÓNIA, Amélia – *Self-organised Networks*... pp. 133-158 (142).

toda a economia acabou por granjear a esta profissão, ainda que só fora do reino, um relevo social associado a quem a praticava⁴⁷⁵.

Descontados os 2 trabalhadores do campo, um estabelecido na Índia e outro na Madeira, o que poderá indicar, pela reduzida amostra, que esta era uma atividade feita como um complemento a uma outra profissão e, portanto, natural, os oficiais régios e clérigos que já tivemos oportunidade de analisar quando nos focamos nos estatutos identificados na documentação, restam-nos os oficiais mecânicos que representam uma ótima forma de sondar aquilo que chamaríamos a constituição de povoamentos nos vários continentes, uma vez que estes exercem profissões fulcrais ao desenvolvimento das comunidades e não existem somente onde as oportunidades comerciais são mais propícias ao tráfico de mercadorias em grande escala: os portos. Neste campo em particular, encontramos um domínio do Brasil, que, uma vez mais, prova o crescimento deste território quando em comparação com todos os outros. Mesmo que a Coroa reconhecesse ainda o Estado da Índia como a região mais premente em população e recursos, as redes informais reconheciam-lhe já uma importância que os poderes formais demorariam décadas a aceitar⁴⁷⁶. Por seu turno, a Madeira, as Canárias e as Índias de Castela todos com 3 representantes destas profissões e São Tomé e Príncipe com 2, refletem uma distribuição equitativa destes profissionais, essenciais a qualquer comunidade, principalmente naquelas que são alvo de um povoamento sistemático, o que não ocorria com a Costa Atlântica de África, que só tem um destes trabalhadores, com Cabo Verde ou mesmo o Estado da Índia, locais onde, com algumas exceções, a presença portuguesa raramente passava da criação de algumas fortalezas e feitorias⁴⁷⁷.

Tal como avançáramos anteriormente, a região do Entre-Douro-e-Minho aparenta, de facto, ter tido um maior relacionamento com a região em redor do Atlântico do que com o Estado da Índia, porventura, fruto da especialização profissional dos emigrantes que esta província podia fornecer, particularmente Vila do Conde, e da proximidade que tinha às rotas que a ligavam ao Brasil, aos arquipélagos e à Costa Atlântica africana, além da maior facilidade de atingir as índias castelhanas, mais

⁴⁷⁵ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* p. 43.

⁴⁷⁶ SCHWARTZ, Stuart B. – *A Economia do Império...* pp. 21-51 (27).

⁴⁷⁷ THOMAZ, Luís Filipe F. R. – *De Ceuta a Timor...* pp. 207-210; RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Um Mundo em Movimento...* p. 94.

próximas do reino e acessíveis através de qualquer rota negreira atlântica⁴⁷⁸ e do Brasil⁴⁷⁹, quer pela navegação de cabotagem quer pela travessia da fronteira⁴⁸⁰, fronteira esta que Braudel apelida de teórica e apagada durante a União Dinástica⁴⁸¹, acabando mesmo, uma autora, por apelidar o Brasil de “partie orientale du Pérou”⁴⁸².

Para compreendermos como as economias locais integravam estes homens construímos 3 gráficos que auxiliam a leitura da fixação dos homens do mar, dos ofícios mecânicos e dos comerciantes, as profissões dominantes, ao longo do período em análise.

⁴⁷⁸ WHEAT, David – *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640*. 1ª edição. Williamsburg: University of North Carolina Press, 2016. ISBN 9781469623412. P. 106; BARROS, Amândio Jorge Morais – *Porto. A construção...* p. 431.

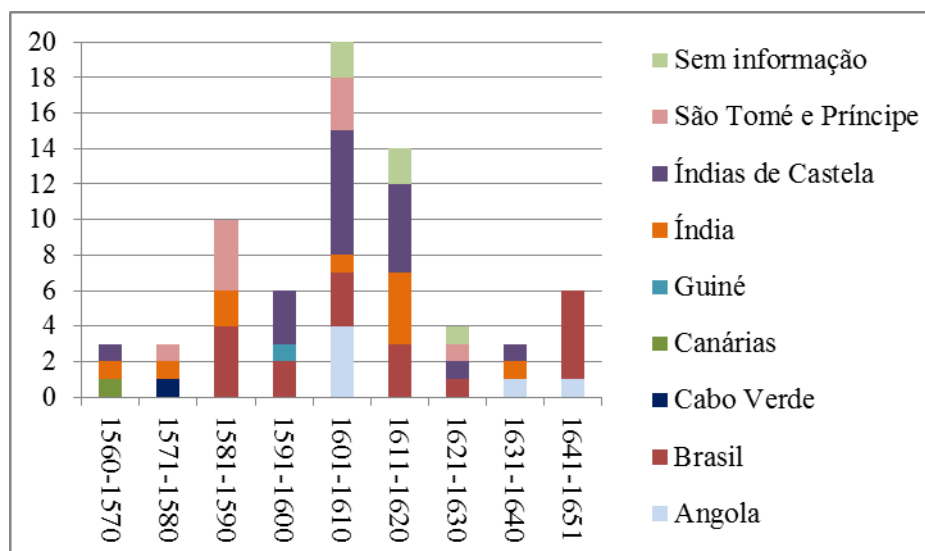
⁴⁷⁹ Para o estudo mais completo sobre a fluidez da fronteira entre o Brasil e as Índias de Castela cf. VENTURA, Maria da Graça – A fluidez de fronteiras entre o Brasil e a América Espanhola no período colonial in *Portugal e Brasil no Advento do Mundo Moderno*. Lisboa: Edições Colibri, 2001. Pp. 257-268.

⁴⁸⁰ CEBALLOS, Rodrigo – *Arribadas Portuguesas: A participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c. 1580-c. 1650)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2008. Tese de Doutorado. Pp. 39 ;43; STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* p. 49; VENTURA, Maria da Graça – *Cristãos-novos portugueses...* Pp. 93-105 (94); OSORIO OSORIO, Alberto – *Judaísmo e Inquisición en Panama Colonial*. Panamá: Instituto Cultural Panamá-Israel, 1980. P. 62; SERRANO MANGAS, Fernando – *Encrucijada Portuguesa...* p. 24.

⁴⁸¹ BRAUDEL, Fernand – *Civilização material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*. Lisboa: Teorema, 1992. ISBN 972-695-178-X. Vol. II: Os Jogos das Trocas. Pp. 135-137.

⁴⁸² “parte oriental do Perú”. MARQUES, Guida – *L'invention du Brésil...*p. 74. Este movimento de trocas, tanto de pessoas como de produtos, entre fronteiras não foi exclusivo entre o Brasil e as Índias de Castela. Este era um processo comum que acompanhava as tendências económicas e que sempre foi transfronteiriço, apesar das tentativas de combate ao contrabando, afetando as colónias inglesas, francesas, holandesas e todas as outras. Cf. KLOOSTER, Wim – *Inter-Imperial Smuggling in the Americas, 1600-1800* in BAILYN, Bernard (ed.); DENAULT, Patricia L. (ed.) – *Soundings in Atlantic History: Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2009. ISBN 978-0-674-03276-7. Pp. 141-180 e POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio – *Commercial flows...* pp. 111-144 (117-119).

Gráfico 18. Distribuição pelos territórios ultramarinos, por décadas, dos emigrantes com profissões ligadas ao mar (1560-1651)



Fonte: Quadro 10 em Anexo.

O deslocamento da população com aptidões relacionadas com o mar ocorreu, sobretudo, entre 1581 e 1620, sensivelmente durante os primeiros dois reinados dos Áustrias, portanto. Contudo, este argumento de natureza política, inúmeras vezes usado para explicar o predomínio português entre todos os povos estrangeiros nas Índias de Castela⁴⁸³, não se fez sentir imediatamente na receção de homens ligados às atividades marítimas, o que parece indicar, como, de resto, já foi mencionado, que este não foi o principal fator a contribuir para a fixação de portugueses nesse território. O aumento da torrente de emigração de homens do mar abriu na década seguinte, aquela em que os portugueses garantem o domínio do regime de *asientos* de escravos para si, o que conduziu a um maior deslocamento de gentes do reino para essas partes⁴⁸⁴, ocorrendo o mesmo com o aumento da produção de prata nas minas do Potosí⁴⁸⁵. Na década de 1620 já este número se reduzira, permanecendo assim até 1640, altura em que desaparecem as menções aos reinóis. O facto de também a população reinol da Costa Atlântica de África, detetada na documentação de Vila do Conde, aumentar nos inícios do século XVII confirma o deslocamento motivado pela procura escravagista, já que Angola estava incluída na região que era, de longe, o principal espaço de abastecimento da mão-

⁴⁸³ VENTURA, Maria da Graça – Cristãos-novos portugueses... pp. 93-105 (94); STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* p. 43; OSORIO OSORIO, Alberto – *Judaísmo e Inquisición...* p. 62; SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros...* p. 61.

⁴⁸⁴ VENTURA, Maria da Graça – *Portugueses no Peru...* I, t. I, p. 106.

⁴⁸⁵ VENTURA, Maria da Graça – *Portugueses no Peru...* I, t. I, p. 106; SERRANO MANGAS, Fernando – *Encrucijada Portuguesa...* p. 25-26.

de-obra negra a partir de 1550⁴⁸⁶, e, mais concretamente, desde que se estabeleceu o regime de *asientos*⁴⁸⁷.

O Brasil revela, por seu turno, uma procura sistemática mais precoce, no fundo, desde que a procura pelos arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias diminui, resultado provável da dinamização económica provocada pelo açúcar⁴⁸⁸, mercadoria que deveria ser transportada para a Europa, empregando, desta forma, homens ligados à navegação e construção naval. Esta correlação entre os homens do mar e o comércio foi ainda notória quando se deram as conquistas holandesas na África portuguesa e existiu uma necessidade de recolocar todo o comércio numa tentativa de fugir ao conflito, crescendo o número destes homens no Brasil depois de um período em que as guerras afetaram o próprio nordeste brasileiro e afastaram as redes mercantis aí formadas para África, fenómeno observado quando tratamos os fluxos de emigração. O facto de, no Brasil, a predominância de homens do mar começar na década de 1580 dá força à hipótese de um deslocamento que tem por base a economia açucareira, neste caso o seu transporte, podendo a presença destes homens também em São Tomé e Príncipe indicar um dos locais que servia como fonte da mão-de-obra das plantações e engenhos⁴⁸⁹.

Ainda em destaque temos a Índia, que, pelas características da presença portuguesa na região, necessitou sempre de acolher homens ligados ao mar, algo patente na dispersão cronológica em que os encontramos neste espaço. Entre as razões que justificam a frequência de homens do mar neste território estão a componente marítima do domínio português associado a uma vasta e rendosa rede de comércio regional ligada por inúmeras rotas, muitas vezes concessionadas a privados⁴⁹⁰, e a superioridade das madeiras indianas em relação às europeias para a construção naval⁴⁹¹, além de uma redução de custos em cerca de metade⁴⁹², o que conduzia os homens que se dedicavam a estas atividades à Índia.

⁴⁸⁶ CALDEIRA, Arlindo Manuel – *Escravos e Traficantes...* p. 27.

⁴⁸⁷ NEWSON, Linda A.; MINCHIN, Susie – *From Capture to Sale...* p. 32; VILA VILAR, Enriqueta – *Hispano-America y el...* p. 24.

⁴⁸⁸ SCHWARTZ, Stuart B. – A «Babilónia» Colonial... II, pp. 213-231 (215); SILVA, José Manuel Azevedo – *A Madeira e a Construção...* I, pp. 191-192.

⁴⁸⁹ RILEY, Carlos – *Ilhas Atlânticas e Costa Africana...* pp. 137-162 (160).

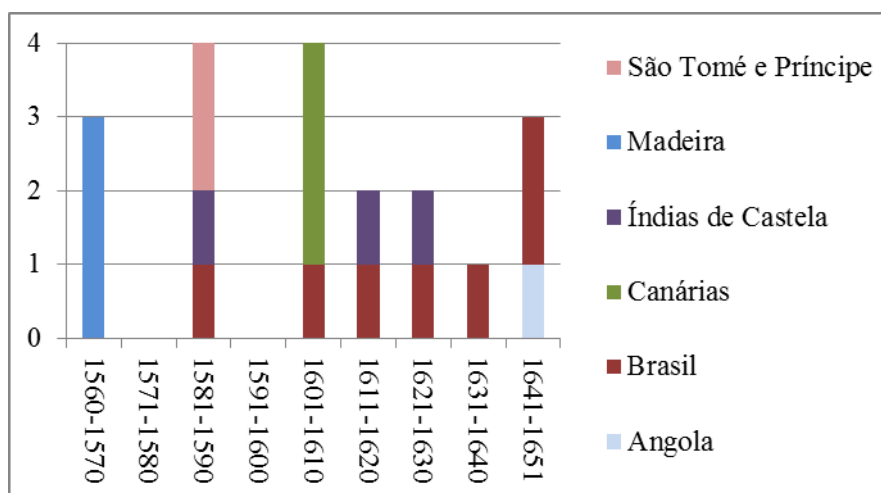
⁴⁹⁰ SUBRAHMANYAM, Sanjay; THOMAZ, Luís Filipe F. R. – *Evolution of empire...* pp. 298-331 (314-316).

⁴⁹¹ BOXER, Charles R. – *O Império Marítimo Português...* p. 209.

⁴⁹² PEARSON, Michael – *The Indian Ocean...* p. 185.

Em suma, “Sailors seem to have been ready to serve wherever there was work to be had”⁴⁹³.

Gráfico 19. Distribuição pelos territórios ultramarinos, por décadas, dos emigrantes com profissões ligadas aos ofícios mecânicos (1560-1651)



Fonte: Quadro 11 em Anexo.

A presença de indivíduos ligados a atividades artesanais está numa primeira fase apenas documentada para a Madeira. Ainda assim esta presença dista cerca de 140 anos do início do seu povoamento⁴⁹⁴, e para os restantes territórios as menções iniciam somente em 1581-1590, seguindo-se uma década sem qualquer referência a estes homens para só no século XVII se voltar a encontrá-los nos territórios ultramarinos. A disposição destes números faz-nos acreditar, como já ficou dito, que esta é uma categoria profissional que se manifesta, pelo menos em grande escala, sobretudo nos povoamentos mais maturados e de maior dimensão, ao invés dos homens ligados às atividades marítimas que se concentram em zonas portuárias que não têm necessariamente de ter grandes proporções, cenário diferente daquele que é requerido para atrair a um local sem porto os homens ligados aos ofícios mecânicos, uma vez que estes homens têm de ter algum tipo de contacto nessa localidade e uma economia grande o suficiente para ser capaz de os absorver. É neste sentido que olhamos para uma presença maior destes homens nos arquipélagos atlânticos⁴⁹⁵ e nas Américas, tanto

⁴⁹³ “Os marinheiros parecem ter estado prontos a servir em qualquer lugar onde tivessem trabalho a fazer”. PEARSON, Michael – *The Indian Ocean...* p. 186.

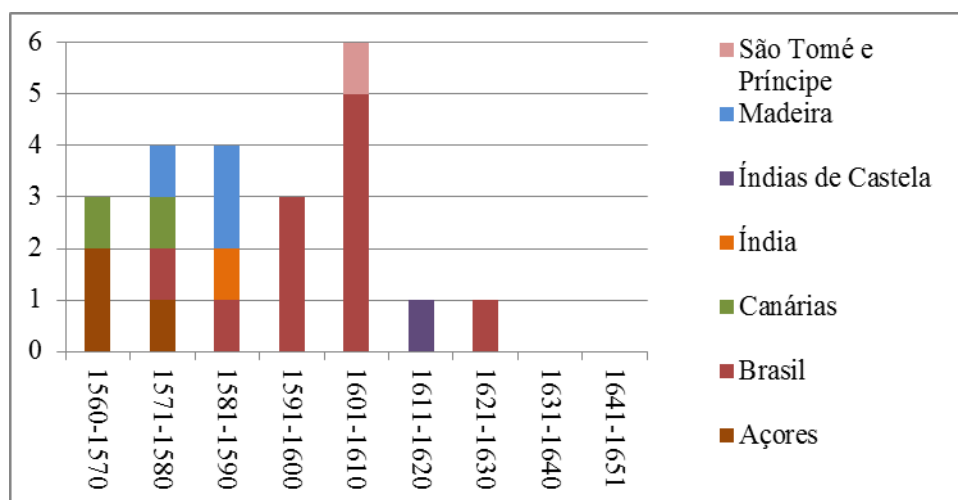
⁴⁹⁴ GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*. 3ª edição. Lisboa: Dom Quixote, 2008. ISBN 978-972-20-3510-1. P. 301.

⁴⁹⁵ Para o caso das profissões em torno dos ofícios de manufatura das Canárias, durante a União Dinástica, cf. ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis – *Los Portugueses en Tenerife...* pp. 273-275; ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis – *Tenerife y la Unión Ibérica*. 1ª edição. Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea, 2010. ISBN 978-84-9941-453-9. Pp. 72-78. Para o desenvolvimento profissional dos

castelhanas como portuguesa, os locais que mais facilmente associamos às características expostas. Resumindo:

A própria concentração da população que vinha em busca da fortuna gerava novas possibilidades. O abastecimento em alimentos, vestuário, utensílios domésticos e ferramentas, dos mineiros, das suas famílias e dos escravos, e o fornecimento dos próprios escravos, criavam uma oferta diversificada de trabalho (na agricultura, nos ofícios, nos serviços) e proporcionavam novas oportunidades de negócio⁴⁹⁶.

Gráfico 20. Distribuição pelos territórios ultramarinos, por décadas, dos emigrantes com profissões ligadas ao comércio (1560-1651)



Fonte: Quadro 12 em Anexo.

A realidade documental para as profissões de mercador e vendeiro, que incluem 22 referências, manifesta um panorama oposto ao que vimos para os ofícios mecânicos. Aqui, as menções concentram-se nas primeiras décadas do período analisado, estando 20 dos 22 elementos presentes nas fontes produzidas até 1610. Como podemos ver pelo Gráfico 20, até 1590 são os arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias que reúnem o grosso destes profissionais, indicando que este foi um espaço de comércio ao longo de todo o século e não apenas no período do açúcar na Madeira e Canárias ou dos cereais nos Açores⁴⁹⁷. Porém, é o Brasil que vai dominar a concentração de comerciantes a partir da década de 1590, uma vez mais indicando a dinamização provocada pela plantação do açúcar. O auge atingido na década seguinte, quando apuramos a presença de 5 mercadores na América portuguesa, um deles um senhor de engenho, e um em São Tomé e Príncipe parece revelador da simbiose existente entre o comércio de açúcar e de escravos. As duas restantes menções aos comerciantes no século XVII, uma nas Índias

portugueses nas Canárias em inícios do século XVI ver MARTÍN SOCAS, Margarita – Sobre los oficios desempeñados... pp. 60-75. *Passim*.

⁴⁹⁶ PEDREIRA, Jorge M. – Brasil, Fronteira de Portugal... pp. 47-72 (54-55).

⁴⁹⁷ GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Expansão Quatrocentista*... p. 307-314; ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis – *Los Portugueses en Tenerife*... pp. 225; 321-330; SILVA, José Manuel Azevedo – *A Madeira e a Construção*... I, pp. 196; 322.

de Castela entre 1611 e 1620 e outra no Brasil na década seguinte, fortalecem esta hipótese. Digno de registo neste quadro é o pico atingido na primeira década do século XVII, 10 anos antes do pico de emigração que verificamos ter existido na análise que fizemos aos fluxos emigratórios: mais dentro da realidade económica do que qualquer elemento de outra profissão, estes homens parecem ter reagido à quebra momentânea no comércio do açúcar que se verificou no Brasil entre 1619 e 1623, provocando inclusivamente a redução do preço dos escravos que, tendo em conta os valores que viria a atingir posteriormente, já não era elevado⁴⁹⁸.

Uma vez que os únicos estudos feitos relativos a profissões, além dos já indicados para o caso das Canárias, são para as Índias de Castela, quer no seu todo, quer para regiões ou cidades em particular, é nossa intenção, a fim de testar os dados com que nos deparamos, fazer um levantamento dos panoramas profissionais encontrados que confrontaremos com o nosso.

Em primeiro lugar comparamos os nossos dados com o cenário peruano do período da união dinástica. No caso de Quito, para o período compreendido entre 1595 e 1603, foram detetadas 10 profissões e 4 delas são relativas a marinheiros, estando as outras disseminadas pelas várias áreas do trabalho, incluindo 1 mercador⁴⁹⁹, o que indica uma proporção idêntica à nossa, tendo em conta a diminuta amostra. Na Tucumán do ano de 1607, entre os 89 portugueses lá encontrados com profissões discriminadas na documentação, cerca de metade eram criados (23) ou mercadores (21)⁵⁰⁰. A forte presença de mercadores dá solidez aos números a que chegamos, porém tão grande concentração de criados é estranha ao nosso estudo, se bem que pode resultar de uma adaptação à vida local que no nosso trabalho escapou, pois não conseguimos determinar se os indivíduos deixaram de exercer as suas profissões para praticar outras atividades nos territórios ultramarinos. A ausência de gente ligada às atividades marítimas prender-se-á com a distância desta cidade à costa, o que eventualmente poderá também justificar a adaptação dos indivíduos a novas profissões. O caso de Cartagena das Índias de 1630 volta a destacar os marinheiros que estão representados em número de 18 e os mercadores, que são 16, aos quais se juntam 14 negreiros⁵⁰¹, acontecendo o mesmo com o trabalho de Enriqueta Vila Vilar onde a autora detetou 15

⁴⁹⁸ SCHWARTZ, Stuart B. – A «Babilónia» Colonial... II, pp. 213-231 (215).

⁴⁹⁹ VENTURA, Maria da Graça – *Portugueses no Peru...* I, t. I, p. 156.

⁵⁰⁰ VENTURA, Maria da Graça – *Portugueses no Peru...* I, t. I, p. 157.

⁵⁰¹ VENTURA, Maria da Graça – *Portugueses no Peru...* I, t. I, p. 169.

marinheiros e 18 comerciantes, além dos 12 que se dedicam somente ao tráfico de escravos e os 5 pulperos⁵⁰², corroborando os resultados deste trabalho, ainda que não com resultados tão expressivos como os nossos para o caso das gentes ligadas ao mar. O mesmo fazem os casos de Lima e Potósi, em 1595, que reuniam 6 homens nas atividades marítimas num total de 20, estando ainda 5 ligados à atividade mercantil⁵⁰³.

O perfil profissional estabelecido para os portugueses em Lima por Gleydi Sullón Barreto está bem mais próximo daquele que é o núcleo das atividades profissionais por nós apurado, ainda que atenda às necessidades profissionais do local de chegada e não há disponibilidade de aptidões de Vila do Conde e arredores. A ocupação profissional limenha é dominada por mercadores, com o comércio a ocupar 44,65% dos indivíduos, detentores de profissões marítimas (16,98%) e também trabalhadores artesanais (12,58%)⁵⁰⁴, ainda que, uma vez mais, a autora se tenha deparado com a existência de criados e mordomos⁵⁰⁵, ou seja, uma possível adaptação à realidade local que a documentação reinol, por desconhecimento de quem a produz, não consegue acompanhar.

Por fim, olhando para o conjunto das Índias de Castela ao longo do século XVI, o perfil socioprofissional apurado por Studnicki-Gizbert não difere em grande escala daquelas cidades e vilas a que já nos referimos. O grosso dos emigrantes portugueses exerceu atividades ligadas ao comércio e às atividades marítimas, que, neste caso em concreto, são as que agrupam um maior número de indivíduos, tendo em conta os carpinteiros da ribeira, os calafates e a presença de um cirurgião nas embarcações. O terceiro grupo, representado por 18 indivíduos, é o dos criados⁵⁰⁶. Nota-se, portanto, uma grande proximidade entre aquelas que são as exigências profissionais deste espaço e as atividades exercidas pelos emigrantes com que nos deparamos neste trabalho, justificando tanto a massa migratória portuguesa que se desloca para este território sob a administração da Coroa castelhana, como a ainda maior preferência dos emigrantes, sobretudo ligados às profissões marítimas, com o Brasil, um território que representa em potência o tipo de oportunidade que estes emigrantes procuravam, já que o povoamento da região ocorria maioritariamente na zona costeira⁵⁰⁷ e, como vimos, em

⁵⁰² VILA VILAR, Enriqueta – *Extranjeros en Cartagena...* pp. 147-184 (159).

⁵⁰³ VENTURA, Maria da Graça – *Portugueses no Peru...* I, t. I, pp. 153-154.

⁵⁰⁴ SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros...* pp. 131-132.

⁵⁰⁵ SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros...* pp. 68-69.

⁵⁰⁶ STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *Capital's Commonwealth...* p. 62.

⁵⁰⁷ KUPPERMAN, Karen Ordahl – *The Atlantic in World History...* p. 45.

contacto constante com a Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Ocidental e suas ilhas adjacentes. A fortalecer esta tese encontramos ainda o restrito número de emigrantes com que nos deparamos em Trujillo, local onde os que chegavam se dedicavam sobretudo ao serviço como criados, clérigos ou militares⁵⁰⁸, afastando-se do perfil profissional que os emigrantes que encontramos neste estudo podiam oferecer, o que nos permite conjecturar um cenário em que o grande número de criados é resultado de uma falta de capacidade em oferecer uma mão-de-obra especializada em determinada área, como o caso dos homens do mar nas regiões do interior ou da grande quantidade de servos sem qualificações que os vários estudos que se debruçaram sobre as ocupações dos emigrantes nos vários territórios da América encontraram⁵⁰⁹.

Tomando em consideração estes resultados que obtivemos para o perfil profissional dos emigrantes que se dirigiram à América, podemos finalizar dizendo que, tal como no caso espanhol e mesmo inglês, partiram “all those who were not so official, not so rich, the whole scale from lower middle class to the very poor”⁵¹⁰.

2.6) Localização das famílias

Vistas quase todas as principais componentes necessárias para a elaboração de um perfil da emigração detetada na documentação paroquial e notarial de Vila do Conde para o intervalo cronológico entre os anos de 1560 e 1651, falta, a este estudo, a análise dos dados relativos às famílias dos emigrantes, pois muito se tem escrito sobre se estes partiam com famílias já formadas ou não e se se agrupavam nos seus destinos de acordo com as relações familiares e até de amizade que levavam arquitetadas do reino⁵¹¹. De forma a podermos contribuir para este estudo que, em parte, analisa a conterraneidade dos indivíduos, tendo em conta que o fator de união é proveniente do reino, onde as famílias desenvolvem e mantêm já contactos entre si, devemos contar com a leitura de vários campos de análise, entre os quais o já abordado estado civil dos emigrantes, ao qual se junta o número de filhos que estes tinham antes de partir e, naturalmente, a

⁵⁰⁸ IGLESIAS AUNIÓN, Pablo – Las licencias para viajar... pp. 6-8.

⁵⁰⁹ GEMERY, Henry A. – Markets for migrants... pp. 33-54 (41-42).

⁵¹⁰ “todos aqueles que não eram nem oficiais, nem ricos, toda a escala desde a classe média mais baixa até aos muito pobres”. BATH, B. H. Slicher van – The absence of white... pp. 19-31 (27); GEMERY, Henry A. – Markets for migrants... pp. 33-54 (42).

⁵¹¹ Para o caso das Índias de Castela consultar VENTURA, Maria da Graça – *Portuguese in Peru...* I, t. I, pp. 203 e seguintes; SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros...* p. 74; STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon...* Pp. 53-54. Para o caso do Brasil ver PEDREIRA, Jorge M. – Brasil, Fronteira de Portugal... pp. 47-72 (58).

localização dos familiares dos emigrantes, que procuraremos detalhar tanto quanto nos for possível.

Recordemos que 86,6% da amostra que resultou da análise do estado civil dos emigrantes tinha contraído matrimónio, ou seja, a larga maioria, e que, usualmente, numa sociedade de Antigo Regime, os filhos nasciam dentro do casamento⁵¹², indicador de que uma parte significativa dos emigrantes poderia ter descendência ou pelo menos reunia condições para a ter. Iniciemos, então, esta pesquisa com o levantamento do número de filhos dos emigrantes obtido pela consulta dos registos de batismo e da documentação notarial.

Quadro 11. Número de filhos dos emigrantes

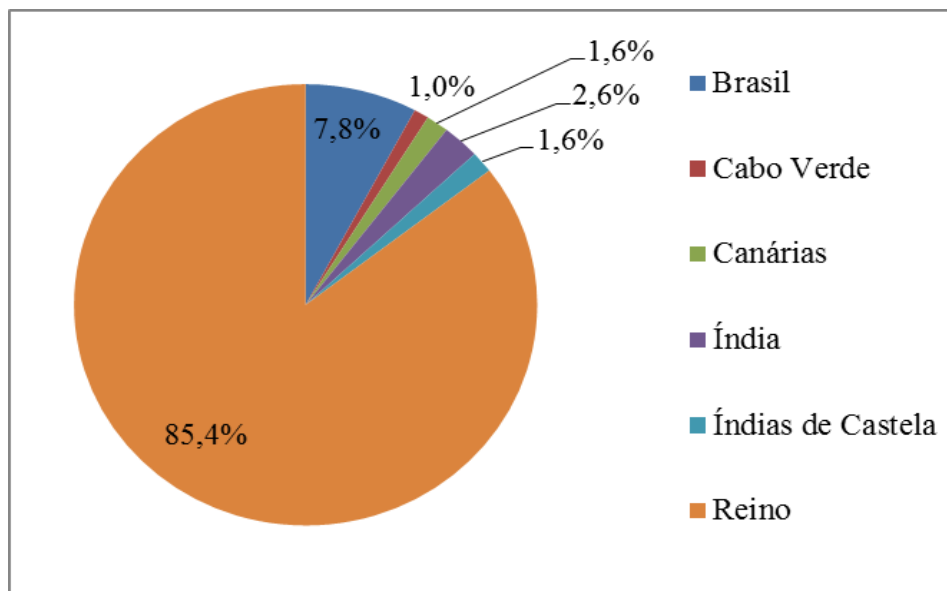
Nº de filhos	Nº de emigrantes
1 filho	36
2 filhos	9
3 filhos	4
4 filhos	6
5 filhos	0
6 filhos	2
Total	57

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de baptismos – E/27/10/2-5.1, E/27/10/1-3.3, E/27/10/1-1.3; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

Como demonstra o Quadro 11 só foi possível apurar o número de filhos de 57 emigrantes, uma pequena parte do universo de 413 indivíduos identificados e pouco mais de metade dos 110 homens e mulheres para os quais foi possível aferir um casamento. Há que ter aqui em conta que a falta de assentamentos referentes a filhos de emigrantes pode ser em si uma resposta, indicando que estes não existiam, justificação plausível tendo em conta o número de indivíduos que encontramos emigrados nos anos imediatamente subsequentes ao seu casamento. O facto de a maioria dos emigrantes desta amostra, 63,2%, ter apenas um filho é outro indicador de que a viagem em direção a um novo destino era feita pouco depois do casamento. Assim sendo, podemos afirmar que os indivíduos quando se deslocavam para os territórios ultramarinos faziam-no já com a família formada, quanto mais não fosse, casados. Mas partiam eles todos juntos ou apenas acalentavam vir a unir-se no futuro?

⁵¹² OSSWALD, Helena – *Nascer, Viver e Morrer...* p. 357.

Gráfico 21. Localização dos familiares dos emigrantes



Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

De facto, a maioria dos familiares para os quais conseguimos apurar uma localização estava no reino, o que indica que esta emigração era feita a solo, algo que outros autores já concluíram quando se depararam com motivações económicas para a partida⁵¹³, e, uma vez mais, algo que não era exclusivo da emigração portuguesa para os territórios ultramarinos, já que no caso inglês, a grande percentagem de homens e a concentração das idades, “gives a clear indication that neither internal migration nor emigration was family migration”⁵¹⁴. Quer isto dizer que os emigrantes com que nos deparamos partiam depois de formar família, o que, em princípio, poderá ser visto como um motivo que os levará a desejar voltar ao reino para com eles se reunir ou a juntá-los a si no seu destino, o que o elevado número de filhos de alguns dos emigrantes atesta, tendo em conta a capacidade económica necessária para educar um filho menor que só a esposa não conseguia sustentar, como se torna claro pela consulta da documentação notarial onde nos deparamos com sucessivos pedidos, por parte das mulheres que ficaram no reino, para que possam vender bens ou receber os que os seus maridos deixaram no além-mar depois de falecidos por forma a se puderem sustentar a si e aos seus filhos, como é o caso de Catarina Mendonça, viúva de Manuel da Maia de Vasconcelos, que, a 31 de dezembro de 1621, passou uma procuração ao seu cunhado Baltasar da Maia Madureira para que este cobrasse os bens que tinham ficado do seu

⁵¹³ KUPPERMAN, Karen Ordahl – *The Atlantic in World History*... p. 59.

⁵¹⁴ “dá uma indicação clara que nem as migrações internas nem a emigração eram migrações familiares”. GEMERY, Henry A. – *Markets for migrants*... pp. 33-54 (41).

marido falecido na Índia⁵¹⁵. A mesma procuração aproveitou Catarina de Mendonça, tutora de Francisco Martel, seu sobrinho, para que fossem cobrados os bens deixados por Paulo Martel, pai de Francisco, também na Índia⁵¹⁶. O panorama que vemos surgir é, desta feita, o de uma emigração que deixa para trás a família, muitas vezes em condições financeiras insuportáveis, em busca de uma oportunidade num destino que possa absorver as suas capacidades profissionais em função da dinamização económica que atravessa.

Ainda assim, circunstâncias houve em que nos deparamos com uma maior presença da família no local de destino, como é o caso do Brasil, onde encontramos 7,8% dos familiares, refletindo a possibilidade de ser neste destino, espaço, como dissemos, de maior salubridade quando comparado com África ou a Índia, e mais próximo do reino, além de poder representar uma maior probabilidade de sucesso, que os reencontros familiares mais ocorriam⁵¹⁷. Formavam-se então “redes que permitiam a perpetuação do controlo dos reinóis sobre o comércio nas praças brasileiras, impedindo aos naturais da terra o acesso à actividade mercantil”⁵¹⁸, no fundo, uma emigração em cadeia, tal como a relatada para a América espanhola onde os familiares faziam questão de atrair sobretudo os sobrinhos oriundos de Castela em cartas de chamada⁵¹⁹. É o caso de Filipa de Castro, freira no Convento de Santa Clara, em Vila do Conde, que vê a abadessa interceder por si, passando uma procuração a três homens, que deveriam requerer ao rei a sua liberdade para que se deslocasse para Pernambuco onde receberia como marido Manuel Mendes de Vasconcelos, aí escrivão da fazenda de Sua Majestade⁵²⁰. Para as Índias de Castela e a Índia sabemos, pelo contrário, que as uniões com quem permanecera no reino eram mais facilmente quebradas e os homens voltavam a casar ou, pura e simplesmente, casavam lá pela primeira vez com as mulheres da região, originando famílias de componente étnica mista⁵²¹.

⁵¹⁵ ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 6º Ofício*. I/36/3-29.3016, lv. 33, fl. 108v-111.

⁵¹⁶ ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 6º Ofício*. I/36/3-29.3016, lv. 33, fl. 108v-111.

⁵¹⁷ Estes eram muitas vezes feitos pelo prévio estabelecimento de um ou vários indivíduos que, depois de garantirem uma forma de subsistência faziam circular cartas de chamada para o reino, onde relatavam as condições em que viviam para atrair familiares e conhecidos. Sobre a definição e papel das cartas de chamada, ainda que para um período posterior, cf. SILVA, Brasilina Pereira da – *Cartas de Chamada*. Porto: CEPESE, 2014. ISBN 978-989-8434-29-6. P. 53.

⁵¹⁸ PEDREIRA, Jorge M. – Brasil, Fronteira de Portugal... pp. 47-72 (58-59).

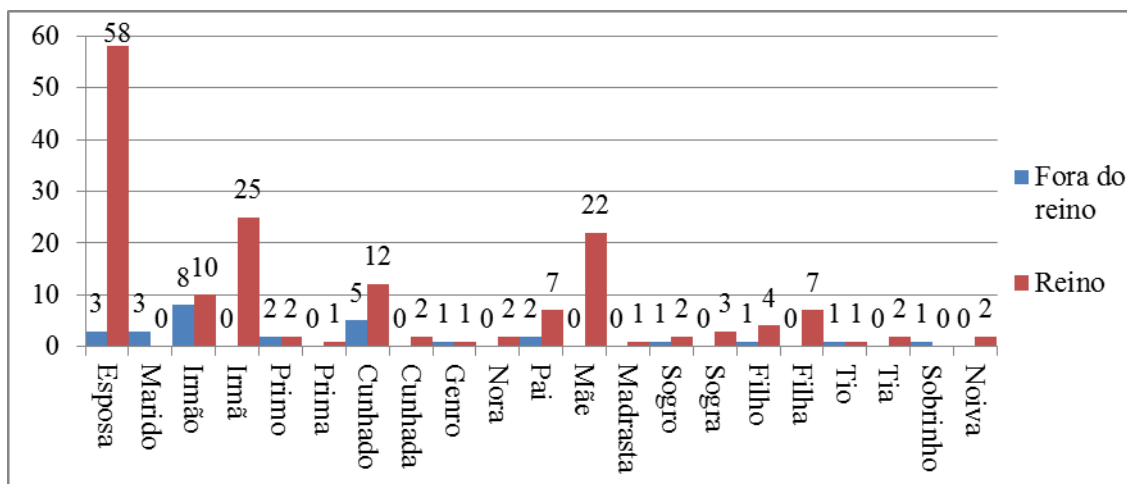
⁵¹⁹ BATH, B. H. Slicher van – The absence of white... pp. 19-31 (27).

⁵²⁰ ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 6º Ofício*. I/36/3-29.3014, lv. 31, fl. 1-3v.

⁵²¹ VENTURA, Maria da Graça – *Portugueses no Peru...* I, t. I, p. 211; SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros...* pp. 71-74; 104-105; DISNEY, A. R. – *A Decadência do Império...* p. 32;

Olhemos agora para as referências aos familiares que achamos na documentação por forma a determinarmos quais aqueles que dominam e onde se encontram, na tentativa de apurarmos quais os indivíduos que partiam e quais os que ficavam.

Gráfico 22. Familiares dos emigrantes identificados no reino e fora do reino



Fontes: Quadro 13 em Anexo.

Como já tínhamos estabelecido, a maioria dos familiares que encontramos estava no reino e aqueles que partiam eram, maioritariamente, do sexo masculino. Porém, no Gráfico 22 podemos ver quais os familiares que permaneceram no reino e quais aqueles que se deslocaram para fora dele. No reino ficaram sobretudo as esposas, as irmãs e as mães, o que significa que as mulheres, deixadas pelos seus maridos, irmãos e filhos, vão assumir um novo papel dentro da sociedade que lhes garante uma preponderância na condução da vida quotidiana (o que não significa que o seu papel fosse inexistente anteriormente). Tal realidade já foi estudada para o caso português⁵²² e, mais concretamente, de Vila do Conde⁵²³ e, para uma cidade não portuguesa mas fulcral no desenvolvimento da expansão ibérica, Sevilha, ainda que neste estudo o foco seja lançado sobre o abandono em si e as consequências económicas para as mulheres que ficam sem sustento, não se debruçando sobre as novas funções por elas assumidas⁵²⁴. Embora em modelos patriarcais, uma vez que muitas das referências masculinas que aparecem no reino, como o caso dos 12 cunhados, são daqueles que autorizam as

MIRANDA, Susana Münch; SERAFIM, Cristina Seuanes – O Potencial Demográfico... I, t. I, pp. 181-215 (184).

⁵²² Cf. *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*. Actas. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995. ISBN 972-597-109-4. 2 vols.

⁵²³ POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina...* II, pp. 385-414; POLÓNIA, Amélia – Desempenhos femininos em sociedades marítimas. Portugal. Século XVI. *Mare Liberum*. Lisboa: CNCDP. Nº 18-19 (1999-2000). Pp. 153-178. *Passim*.

⁵²⁴ GÁLVEZ RUIZ, María Ángeles – Emigración a Índias... pp. 79-102. *Passim*.

mulheres a ir ao notário e ser intervenientes em acordos de natureza pública, desenha-se um novo papel da mulher, ainda que este não se repercute sempre, como vimos, na sua situação económica. Mesmo assim, passou a existir, para as esposas daqueles emigrantes de maior sucesso, uma nova realidade, pois estas, depois da morte do seu marido estavam disponíveis para casar novamente, constituindo dote com os bens deixados nos territórios ultramarinos e que elas, ativamente, procuravam trazer ao reino, como foi o caso de Isabel Álvares, casada em primeiras núpcias com Sebastião Pires que lhe deixou 244 000 reais que ela fez chegar da Índia, 15 000 reais ao ano da renda de uma casa e restante fazenda, agora disputada pela filha de ambos, Filipa Leitoa, mas que Isabel considerava que faziam parte do seu dote e que, portanto, não deviam estar sujeitos a partilha⁵²⁵.

Podemos igualmente acrescentar que esta emigração não envolvia a família nuclear, que ficava no reino, sendo que nos casos em que isto não acontecia, os únicos que se acompanhavam mutuamente eram os irmãos, encontrando-se também referências a pais e filhos e a um tio e sobrinho⁵²⁶. Todavia, a escassez de dados não nos permite considerar este cenário como o mais usual. A emigração aparenta ter sido, na maioria dos casos, um ato isolado, em busca de uma vida melhor que permitisse uma futura reunião familiar que raras vezes acontecia, como pudemos ver quando apuramos que a idade com que os emigrantes morriam estava geralmente abaixo dos 40 anos e que esta acontecia, quase sempre, fora da Europa. Ainda assim, o Brasil foi o espaço onde os indivíduos mais se reuniram, contando-se, nesse destino, 3 casais, 4 irmãos, 3 cunhados e um pai com o filho, num total de 15 familiares. Mais próximo deste valor, mas já bastante distante está o caso da Índia, onde encontramos referência a um emigrante aí com o seu irmão, um cunhado, um tio com um sobrinho e até um indivíduo que já tinha perdido o pai nesse mesmo território⁵²⁷.

⁵²⁵ ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 6º Ofício*. I/36/4 - 1.1003, lv. 3, fl. 9-14v.

⁵²⁶ Jorge Pedreira assume este ajuntamento de tios e sobrinhos como uma união intergeracional das redes sociais e familiares causada pela preferência de herdeiros no reino, o que afastava vários elementos de cada uma das gerações para o Brasil que depois acolhiam as gerações seguintes também afastadas, os seus sobrinhos. Cf. PEDREIRA, Jorge M. – *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995. Tese de Doutoramento. P. 214-220; PEDREIRA, Jorge M. – *Brasil, Fronteira de Portugal...* pp. 47-72 (58).

⁵²⁷ Cf. Quadro 16 em Anexo.

CONCLUSÃO

A emigração com que nos deparamos, através da documentação de Vila do Conde, ao longo da segunda metade do século XVI e primeira do XVII é indicadora do tipo de redes transoceânicas que se formaram à época ligando a população do reino aos vários espaços com que os portugueses foram estabelecendo contacto e onde se fixaram. Mesmo quando não viajavam com a família ou para a ela se juntar, como parece ser o caso da maioria dos emigrantes, ainda que possam levar consigo a esperança de um dia se reunirem novamente, torna-se evidente que os indivíduos tinham algum tipo de contacto com o local para onde partem, como demonstram os sucessivos pedidos, mormente de mulheres, de coleta dos bens deixados por elementos da família a emigrantes conhecidos em determinado território. As tendências de emigração desenhadas fazem-nos supor exatamente o mesmo. Quando partiam, os homens tinham já conhecimento da realidade económica do espaço para onde se dirigiam, o que implica a permanência de alguém nesse território com quem manteriam um contacto frequente e que lhes indicasse o momento oportuno para partirem, podendo até, eventualmente, acolhe-los nos seus primeiros tempos de estadia.

No entanto, esta emigração com que nos deparámos não parece integrar-se num fenómeno de diáspora que, como vimos, alguns autores parecem associar à expansão portuguesa desta época. Os portugueses aqui retratados, além de serem repelidos do seu território de origem por inúmeras motivações e ao longo de um período duradouro, ao invés de serem forçados a sair por uma determinada ocorrência, inseriam-se nos mercados de trabalho locais e constituíam parte integrante das sociedades locais, formando um corpo fluído e contribuindo economicamente para o seu sucesso. Não eram, desta feita, comunidades isoladas ou com relações necessariamente hostis para com os habitantes locais, pelo contrário, mesmo quando essa era a política formal estabelecida pela Coroa. Até a sua intenção de regressar ao território de origem, apesar de existente, raramente era cumprida.

Estes emigrantes, sobretudo homens, eram recentemente casados, nalguns casos tinham até descendência, geralmente um só filho, e dirigiam-se para onde as suas aptidões podiam colaborar na sua integração na economia local, o que significava, na maioria dos casos, o mundo atlântico, se bem que também no Índico e Sudeste Asiático a presença essencialmente marítima de Portugal lhes oferecesse um espaço de

emigração alternativa que, ainda assim, atraiu em maior número os homens nobilitados e clérigos, estes também deslocados no Brasil, espaços, portanto, com maior necessidade de evangelização.

A permanência nos vários espaços era geralmente de curta-duração, quer por morte precoce quer por circulação entre os vários territórios, mas as adversidades esperadas parecem ter desempenhado um papel na escolha do destino de emigração, uma vez que eram principalmente os solteiros que se dirigiam para os territórios onde o clima era conhecido por ser menos salubre como no Estado da Índia e na costa africana, da Senegâmbia a Angola. No caso das ilhas da Madeira, dos Açores e das Canárias, a proximidade à península juntamente com a salubridade dos territórios permitia um modelo populacional semelhante ao do reino e um maior deslocamento de indivíduos casados que, certamente, teriam mais motivos para privilegiar o contacto com a família.

Para trás ficavam as mães, esposas, irmãs e filhas, dependentes daqueles que partiam, votadas à pobreza e constantemente a tentar obter dos seus familiares algum tipo de rendimento que as permitisse sobreviver. Assumem o papel de cabeça de família na ausência dos homens e procuram por todos os meios fazê-los regressar ou, após a sua morte, trazer para o reino os bens por eles deixados nos territórios ultramarinos. Se algumas conseguiam obter forma de se sustentar pelo que os maridos, filhos e irmãos enviavam, outras eram forçadas a endividar-se ou vender o que possuíam para sustentar-se a si e aos filhos menores.

O facto de ter existido um contributo tão grande de elementos de Vila do Conde e mesmo de outras terras em seu redor no fenómeno emigratório surge como resultado das aptidões profissionais que estes espaços podiam disponibilizar. Afigura-se-nos evidente, no final deste trabalho, a relação que se estabeleceu entre a emigração e o trato negreiro e açucareiro que ligava África, principalmente na sua dimensão atlântica, às Américas. Neste domínio, os emigrantes que apurámos, na sua maioria ligados às atividades marítimas, quer à navegação propriamente dita quer à construção naval, e comerciais, enquadravam-se na realidade económica dos vários espaços e viam assim a sua oportunidade de integração numa nova sociedade facilitada.

Do mesmo modo, a sua atividade profissional permitia-lhes responder aos contextos económicos por que cada espaço atravessava ao longo do tempo, algo visível, uma vez mais, através da leitura dos fluxos de emigração. Se num primeiro momento

foram as ilhas mais próximas do reino aquelas que exerceram um domínio na atração de emigrantes, com a quebra da sua economia açucareira, os emigrantes rapidamente dão preferência ao Brasil onde, desde os anos de 1570, o açúcar animava a dinâmica comercial, necessitando de mão-de-obra para garantir a produção da mercadoria, que os emigrantes iam buscar à costa africana, principalmente, nesta cronologia, à África Centro Ocidental; de homens do mar para transportar o açúcar em direção à Europa; e de comerciantes que garantissem a venda do produto. Os indivíduos com que nos deparamos estão perfeitamente aptos a responder a estas necessidades e, portanto, veem nelas a sua oportunidade para emigrar.

De igual forma responderam os emigrantes à criação dos *asientos*, que os portugueses monopolizaram, para colocar mão-de-obra africana nas Índias de Castela. Na primeira década do século XVII a emigração para este território aumentou e tornou-o mesmo no principal destino dos emigrados a par do Brasil. As conjunturas locais voltariam novamente a interferir na escolha de um espaço de fixação quando se deflagraram as lutas com os holandeses no nordeste brasileiro, provocando quebras no comércio do açúcar e originando uma instabilidade quotidiana que os indivíduos rapidamente reconheceram, mesmo estando no reino, dirigindo-se então para Angola de onde também tiveram que fugir na década de 1641 a 1650. O mesmo se passou com o Estado da Índia quando a presença portuguesa na região se esmoreceu ao longo do século XVII, fruto do cada vez menor papel português no tráfico de mercadorias orientais para a Europa, causado pela concorrência que as potências europeias ofereciam ao domínio marítimo português.

Existiu, portanto, um contacto constante, a maioria das vezes informal, entre o reino e todos os territórios onde os portugueses fizeram sentir a sua presença que conduzia os emigrantes para os espaços onde estes sabiam existir uma necessidade de mão-de-obra que eles podiam suprir. Estas redes, que cobriam todo o globo, tinham um carácter sobretudo voluntário, no sentido de que para a elas pertencer bastaria manter o contacto com alguém num outro ponto do globo, contacto que poderia ser utilizado conforme as circunstâncias, mas cuja ativação por qualquer uma das partes ou a realização de um qualquer pedido não correspondiam ao exercer de uma função específica pré-determinada. Significa isto que as pessoas que constantemente atravessavam os oceanos transportavam consigo informação, garantindo a sobrevivência das redes que integravam, pois através destes cruzamentos, os indivíduos podiam tomar

decisões mais informadas relativamente aos seus destinos e garantir a continuidade e o sucesso das redes. Tal como tem sido visto pela historiografia que aborda estas temáticas, eram precisamente estes factos que observamos na documentação de Vila do Conde que desencadeavam a capacidade auto-sustentável das redes informais.

Devemos, contudo, ter em conta que, ao seleccionarmos a documentação de Vila do Conde, estamos a fazer um estudo de caso, resultando daqui uma amostra que não permite fazer generalizações relativamente ao restante território do reino, pois condicionantes específicas deste espaço quando comparado com outros, como por exemplo aqueles que não têm uma forte vertente marítima, implicam uma comunidade adaptada a essa realidade, refletindo-se, no caso aqui abordado, nas profissões, entre outros. Já no que diz respeito às conclusões obtidas, relacionadas com o estado civil e as relações familiares, devemos salientar que são os que ficam que suscitam o registo e o justificam pela sua presença na comunidade. Assim, este estudo deve ser olhado como um contributo à compreensão daquilo que foi a criação de um espaço ultramarino, através do envio de contingentes humanos, visto de um ponto específico, Vila do Conde.

Fontes

Arquivo Distrital do Porto, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de Baptismos,
E/27/10/2-5.1 (1535/02-1595/07/31);
E/27/10/1-3.3 (1588/01-1637/12/10);
E/27/10/1-1.3 (1638/01/02-1673/04/20).

Arquivo Distrital do Porto, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de Casamentos,

E/27/10/6-25.4 (1536/03-06-1613);
E/27/10/2-9.4 (1566/06/23-1637/04/20);
E/27/10/3-10.1 (1637/05/14-1697/05/03).

Arquivo Distrital do Porto, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de Óbitos,
E/27/10/3-11.2 (1595/07/28-1637/12/31);
E/27/10/3-10.4 (1638/01/03-1667/12/31).

Arquivo Distrital do Porto, *Cartório Notarial de Vila do Conde - 2º Ofício (Azurara)*. Notas para escrituras diversas,

I/36/4 - 10.2001 (1581) a I/36/4 - 10.2010 (1649/07/26).

Arquivo Distrital do Porto, *Cartório Notarial de Vila do Conde - 3º Ofício (Azurara)*. Notas para escrituras diversas,

I/36/1 - 64.5001 (1649/07/30-1651/03/16).

Arquivo Distrital do Porto, *Cartório Notarial de Vila do Conde - 6º Ofício*.
Notas para escrituras diversas,

I/36/3 - 27.3001 (1584/07/10) a I/36/3 - 27.3028 (1648/04/18-1650/06/07).

Arquivo Distrital do Porto, *Cartório Notarial de Vila do Conde - 12º Ofício*.
Notas para escrituras diversas,

I/36/4 - 1.1001 (1559/01/22) a I/36/4 - 10.1047 (1653/06/21).

Arquivo Distrital do Porto, *Cartório Notarial de Vila do Conde - 13º Ofício*.
Notas para escrituras diversas,

I/36/2 - 53.4001 (1612/01) a I/36/2 - 53.4005 (1652/07/22).

Bibliografia

ABRAMITZKY, Ran; BRAGGION, Fabio – Migration and Human Capital: Self-Selection of Indentured Servants to the Americas. *The Journal of Economic History*. [Em linha]. [s.l.]: Cambridge University Press. Vol. 66, nº 4 (2006). Pp. 882-905. [Consult. em 14 fevereiro 2017]. Disponível em: <http://jstor.org>. ISSN 1471-6372.

ALBERRO, Solange – *Inquisición y Sociedad en México 1571-1700*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

ALDRICH, Robert – *Greater France: A History of French Overseas Expansion*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1996. ISBN 978-0-312-16000-5.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de – *Mulattos in Brazil and Angola: A Comparative Approach, from the Seventeenth to the Twenty-First Century in* BETHENCOURT, Francisco (ed.); PEARCE, Adrien J. – *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012. ISBN 978-01-9726-5-246. Pp. 71-96

ALENCASTRO, Luiz Felipe de – *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. ISBN 85-359-0008-X.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de (org.), [et. al.] – *Políticas e Estratégias Administrativas no Mundo Atlântico*. [Em linha]. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2012. [Consult. em 22 janeiro 2017]. Disponível em: <https://www.academia.edu>.

ALTMAN, Ida – *Transatlantic Ties in the Spanish Empire: Brihuega, Spain, & Puebla, Mexico, 1560-1620*. Stanford: Stanford University Press, 2000. ISBN 0-8047-3663-4.

ÁLVAREZ SANTALÓ, León Carlos (coord.) – *Estudios de Historia Moderna en Homenaje al Profesor Antonio García-Baquero*. Sevilha: Universidad de Sevilla, 2009.

ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis – *Los Portugueses en Tenerife en Tiempos de la Unión Ibérica*. Tenerife: Universidad de La Laguna, 2015. Tese de Doutorado.

ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis – *Tenerife y la Unión Ibérica*. 1ª edição. Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea, 2010. ISBN 978-84-9941-453-9.

ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis - Vínculos en el Atlántico: Juan de Vega, señor del ingenio de Güímar in *Jornadas de Historia del Sur de Tenerife*. Arona: Llanoazur ediciones, 2010. ISBN 978-84-930898-1-8. Pp. 53-67.

ANTUNES, Cátia – A história da análise de redes e a análise de redes em história. *História. Revista da FLUP*. [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. IV série, vol. 2 (2012). Pp. 11-22. [Consult. em 14 janeiro 2017]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt>.

ANTUNES, Cátia (ed.); POLÓNIA, Amélia (ed.) – *Beyond Empires: Global, Self-Organizing, Cross-Imperial Networks, 1500-1800*. Leiden/Boston: Brill, 2016. ISBN 978-90-04-30414-7.

ANTUNES, Cátia – Free Agents and Formal Institutions in the Portuguese Empire: Towards a Framework of Analyses. *Portuguese Studies*. [Em linha]. [s.l.]: Modern Humanities Research Association. Vol. 28, nº 2 (2012). Pp. 173-185. [Consult. em 24 fevereiro 2016]. Disponível em: <http://www.jstor.org>. ISSN 02675315.

ANTUNES, Cátia; POLÓNIA, Amélia – Introduction in ANTUNES, Cátia (ed.); POLÓNIA, Amélia (ed.) – *Beyond Empires: Global, Self-Organizing, Cross-Imperial Networks, 1500-1800*. Leiden/Boston: Brill, 2016. ISBN 978-90-04-30414-7. Pp. 1-11.

ARASARATNAM, S. – India and the Indian Ocean in the Seventeenth Century in GUPTA, Ashin Das (ed.); PEARSON, Michael – *India and the Indian Ocean 1500-1800*. Calcutá: Oxford University Press, 1987. Pp. 94-130.

ARMITAGE, David – Three Concepts of Atlantic History in ARMITAGE, David (ed.); BRADDICK, Michael J. (ed.) – *The British Atlantic World, 1500 1800*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2002. Pp. 11-35.

ARMITAGE, David (ed.); BRADDICK, Michael J. (ed.) – *The British Atlantic World, 1500 1800*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2002.

ARROTEIA, Jorge Carvalho – *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*. 1ª edição. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

BACCI, Massimo Livi – 500 anos de demografia brasileira: uma resenha. *Rev. bras. estud. popul.*.. [Em linha]. [s.l.]: [s.n.]. Vol. 19, nº 1 (2002). Pp. 141-159. [Consult. em 30 outubro de 2015]. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br>.

BAILYN, Bernard – *Atlantic History Concept and Contours*. [Em linha]. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2005. [Consult. em 10 de outubro de 2016] Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br>.

BAILYN, Bernard (ed.); DENAULT, Patricia L. (ed.) – *Soundings in Atlantic History: Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2009. ISBN 978-0-674-03276-7.

BARROS, Amândio Jorge Morais – *Porto. A construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*. Lisboa: Academia de Marinha, 2016. ISBN 978-972-781-120-5.

BATH, B. H. Slicher van – The absence of white contract labour in Spanish America during the colonial period in EMMER, Peter C. (ed.) – *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986. ISBN 978-94-010-8436-9. Pp. 19-31.

BEILER, Rosalind J. – Dissenting Religious Communication Networks and European Migration, 1660-1710 in BAILYN, Bernard (ed.); DENAULT, Patricia L. (ed.) – *Soundings in Atlantic History: Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2009. ISBN 978-0-674-03276-7. Pp. 210-236.

BENJAMIN, Thomas – *The Atlantic World: Europeans, Africans, Indians and Their Shared History, 1400-1900*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009. ISBN 978-0-521-85099-5.

BENNASSAR, Bartolomé – *La América española y la América portuguesa. Siglos XVI-XVIII*. 4ª edição. Madrid: Ediciones Akal, 2001.

BESHAROV, Douglas J. (ed.); LOPEZ, Mark H. (ed.) – *Adjusting to a World in Motion: Trends in Global Migration and Migration Policy*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016. ISBN 978-0-19-021139-4.

BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1797-7. 5 vols.

BETHENCOURT, Francisco (dir.); CURTO, Diogo Ramada (dir.) – *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010. ISBN 978-972-44-1423-2.

BETHENCOURT, Francisco (ed.); PEARCE, Adrien J. – *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012. ISBN 978-01-9726-5-246.

BLACK, Richard (ed.) [et al.] – *A Continent Moving West? EU Enlargement and Labour Migration from Central and Eastern Europe*. Amesterdão: Amsterdam University Press, 2010. ISBN 978-90-8964-156-4.

BOOGAART, E. van den; EMMER, Peter C. – Colonialism and migration: an overview in EMMER, Peter C. (ed.) – *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986. ISBN 978-94-010-8436-9. Pp. 3-15.

BOOGAART, E. van den – The servant migration to New Netherland, 1624-1664 in EMMER, Peter C. (ed.) – *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986. ISBN 978-94-010-8436-9. Pp. 55-81.

BOUCHON, Genevieve; LOMBARD, Denys – The Indian Ocean in the Fifteenth Century in GUPTA, Ashin Das (ed.); PEARSON, Michael – *India and the Indian Ocean 1500-1800*. Calcutá: Oxford University Press, 1987. Pp. 46-70.

BOXER, Charles R. – *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2011. ISBN 978-972-44-1602-1.

BOXER, Charles. R. – *Women in Iberian Expansion Overseas, 1415-1815. Some facts, fancies and personalities*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1975. ISBN 0-19-519817-4.

BOYAJIAN, James C. – *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore/Londres: The John Hopkins University Press, 2008. ISBN 978-0-8018-8754-3.

BRAGA, Paulo Drumond – As Estruturas in SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. ISBN 972-33-1287-5. Vol. II: A Expansão Quatrocentista. Pp. 297-337.

BRAUDEL, Fernand – *Civilização material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*. Lisboa: Teorema, 1992. ISBN 972-695-178-X. 3 vols.

CABRAL, Iva – *A Primeira Elite Colonial Atlântica – Dos «homens honrados brancos» de Santiago à «nobreza da terra»*. 1ª edição. [s.l.]: Pedro Cardoso Livraria, 2015. ISBN 978-989-99340-2-3.

CALDEIRA, Arlindo Manuel – *Escravos e Traficantes no Império Português*. 1ª edição. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013. ISBN 978-989-626-478-9.

CALDER, Gideon (ed.); COLE, Phillip (ed.); SEGLOW, Jonathan (ed.) – *Citizenship Acquisition and National Belonging: Migration, Membership and the Liberal Democratic State*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010. ISBN 978-1-349-30106-5.

CAMPOS, Viriato – *Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores*. Lisboa: Europress, 1983.

CANNY, Nicholas – English Migration into and across the Atlantic during the Seventeenth and Eighteenth Centuries in CANNY, Nicholas (ed.) – *Europeans on the Move: Studies on European Migration, 1500-1800*. Oxford: Clarendon Press, 1994. Pp. 39-75.

CANNY, Nicholas (ed.) – *Europeans on the Move: Studies on European Migration, 1500-1800*. Oxford: Clarendon Press, 1994.

CARDIM, Pedro – “Todos los que no son de Castilla son yguales”. El estatuto de Portugal en la Monarquía española en el tiempo de Olivares. *Pedralbes: Revista d'història moderna*. [Em linha]. [s.l.]: [s.d.]. Nº 28 (2008). Pp. 521-552 (522-524). [Consult. em 22 janeiro 2017]. Disponível em: www.raco.cat. ISSN 0214-4018.

CEBALLOS, Rodrigo – *Arribadas Portuguesas: A participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c. 1580-c. 1650)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2008. Tese de Doutorado.

CHRISTOPHER, Emma (ed.); PYBUS, Cassandra (ed.); REDIKER, Marcus (ed.) – *Manny Middle Passages: Forced Migration and the Making of the Modern World*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 2007. ISBN 978-0-520-25207-3.

COATES, Timothy J. – *Degradados e Órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1755*. 1ª edição. Lisboa: CNCDP, 1998. ISBN 972-8325-57-6.

COFFMAN, D'Maris (ed.); LEONARD, Adrien (ed.); O'REILLY, William (ed.) – *The Atlantic World*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2015. ISBN 978-0-415-46704-9.

COHEN, Robin – *Global Diasporas: An introduction*. 2ª edição. Nova Iorque: Routledge, 2008. ISBN 0-415-43551-X.

Coloquios Historicos de Extremadura. [Em linha]. [s.l.]: Asociación Cultural Coloquios Historicos de Extremadura. [Consult. em 4 de setembro de 2016]. Disponível em: <http://www.chdetrujillo.com/>.

COSME, João – A Emigração para o Brasil através das Habilitações do Santo Ofício (1640-1706) in VENTURA, Maria da Graça – *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. ISBN 972-8288-63-8. Pp. 195-216.

COSTA, João Paulo Oliveira e – O Deslumbramento Manuelino (1495-1521) in COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.) – *História da Expansão e do Império Português*. 1ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014. ISBN 978-989-626-627-1. Pp. 105-128.

COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.) – *História da Expansão e do Império Português*. 1ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014. ISBN 978-989-626-627-1.

COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.); RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (coord.) – *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2004. ISBN 972-98672-8-3.

COSTA, João Paulo Oliveira e; LACERDA, Teresa – *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*. 1ª edição. Lisboa: ACIME, 2007. ISBN 978-989-8000-6.

COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch – *História Económica de Portugal 1143-2010*. 1ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011. ISBN 978-989-626-346-1.

COUTO, Jorge – *A Construção do Brasil*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995. ISBN 972-8081-85-5.

CRESPO SOLANA, Ana – The formation of a social Hispanic Atlantic space and the integration of merchant communities following the Treaties of Utrecht. *Culture & History Digital Journal*. [Em linha]. [s.l.]: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. (2014). [Consult. em 4 de setembro de 2016]. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. ISSN 2253-797X.

CRESPO SOLANA, Ana (org.); ALONSO GARCÍA, David (org.) – *Self-organizing Networks and GIS Tools Cases of Use for the Study of Trading Cooperation (1400-1800)*. *Journal of Knowledge Management, Economics and Information Technology*. [Em linha]. [s.l.]: Scientific Papers. Nº especial (2012). [Consult. em 23 janeiro 2017]. Disponível em: <http://www.scientificpapers.org>. ISSN 2285-4096.

CROGUENNEC, Soizic – O tempo das mestiçagens: circulações, contactos, trocas e hibridizações das sociedades in HANOTIN, Guillaume (dir.) – *A Península Ibérica e o Mundo dos anos 1470 aos anos 1640*. Lisboa: Texto & Grafia, 2015. ISBN 978-989-8811-05-9. Pp. 141-168.

CUNHA, Mafalda Soares da – A Casa de Bragança e a Expansão, séculos XV-XVI in COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.); RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (coord.) – *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2004. ISBN 972-98672-8-3. Pp. 303-319.

CUNHA, Mafalda Soares da – A Europa que atravessa o Atlântico (1500-1625) in FRAGOSO, João (org.); GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) – *O Brasil Colonial*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Vol. 1: 1443-1580, pp. 271-314. [Consult. em 13 de março de 2016]. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt>.

CURTO, Diogo Ramada (ed.); MOLHO, Anthony (ed.) – *Commercial Networks in the Early Modern World*. [Em linha]. San Domenico: European University Institute, 2002. [Consult. em 24 janeiro 2017]. Disponível em: <http://cadmus.eui.eu>.

DAVIES, K. G. – *The North Atlantic World in the Seventeenth Century*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1974. ISBN 0-8166-0713-3.

DESSENS, Nathalie – *From Saint-Domingue to New Orleans: Migration and Influences*. Gainesville/etc.: University Press of Florida, 2007. ISBN 978-0-8130-3567-3.

DIAS, João José Alves – A População in SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1998. Vol. V: Do Renascimento à Crise Dinástica. Pp. 11-52.

DIAS, João José Alves – *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996. ISBN 972-31-0710-4.

DISNEY, A. R. – *A Decadência do Império da Pimenta*. Lisboa: Edições 70, 1981.

EIRAS ROEL, Antonio (coord.) – *El Reino de Galicia en la Época del Emperador Carlos V*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2000. ISBN 978-844-5329-26-9.

EIRAS ROEL, Antonio (coord.) – *Emigración Española y Portuguesa a America (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica. Alicante, abril de 1990. Volumen I)*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991.

EIRAS ROEL, Antonio – Introducción. Consideraciones sobre la emigración española a América y su contexto demográfico in EIRAS ROEL, Antonio (coord.) – *Emigración Española y Portuguesa a America (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica. Alicante, abril de 1990. Volumen I)*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991. Pp. 9-32.

ELLIOTT, John H. – *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America 1492-1830*. [s.l.]: Yale University Press, 2006. ISBN 0-300-11431-1.

ELLIOTT, John H. – *España, Europa y el Mundo de Ultramar (1500-1800)*. [s.l.]: Santillana, 2010. ISBN 978-84-306-0780-8.

ELLIOTT, John H. – *España y su Imperio en los siglos XVI y XVII*. [Em linha]. [s.l.]: [s.n.]. [Consult. em 16 de outubro de 2016]. Disponível em: <http://www.ignaciодarnaude.com>.

ELTIS, David (ed.) – *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*. Stanford: Stanford University Press, 2002. ISBN 0-8047-4454-8.

ELTIS, David – Free and Coerced Migrations from the Old World to the New in ELTIS, David (ed.) – *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*. Stanford: Stanford University Press, 2002. ISBN 0-8047-4454-8. Pp. 34-74.

ELTIS, David – Introduction: Migration and Agency in Global History in ELTIS, David (ed.) – *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*. Stanford: Stanford University Press, 2002. ISBN 0-8047-4454-8. Pp. 1-31.

EMMER, Peter C. (ed.) – *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986. ISBN 978-94-010-8436-9.

EMMER, Peter C. – The Dutch Atlantic, 1600-1800: Expansion Without Empire. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*. [Em linha]. Pp. 31-48 (32). Colónia/Weimar/Viena: Böhlau Verlag. Nº 38 (2001). [Consult. em 22 dezembro 2016]. Disponível em: <https://www.degruyter.com>. ISSN 1438-4752.

EMMER, Peter C. – The First Global War: The Dutch versus Iberia in Asia, Africa and the New World, 1590-1609. *e-journal of Portuguese History*. [Em linha]. [s.l.]: [s.n.]. Vol. 1, nº 1 (2003). Pp. 1-14. [Consult. em 10 outubro 2016]. Disponível em: <https://www.brown.edu>.

ENGERMAN, Stanley – War, Colonization, and Migration over Five Centuries in KLOOSTER, Wim (ed.) – *Migration, Trade and Slavery in an Expanding World. Essays in Honor of Pieter Emmer*. Leiden/Boston: Brill, 2009. ISBN 978-90-04-17620-1. Pp. 9-43.

ESCOBAR QUEVEDO, Ricardo – *Inquisición y Judaizantes en América Española (siglos XVI-XVII)*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2008.

FAUSTO, Boris – *História do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: edusp e FDE, 1995.

FEITLER, Bruno Guilherme - Usos políticos del Santo Ofício Português en el Atlántico (Brasil y África Occidental). El Período Filipino. *Hispania Sacra*. [Em linha]. [s.l.]: [s.n.]. Nº 119 (2007). Pp. 269-291. [Consult. em 20 de outubro de 2016]. Disponível em: www.hispaniasacra.revistas.csic.es. ISSN 0018-215-X.

FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Redondo: Patrimonia, 1995.

FISHER, Michael H. – *Migration: A World History*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2014. ISBN 978-0-19-976433-4.

FRAGOSO, João (org.); GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) – *O Brasil Colonial*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Vol. 1: 1443-1580, pp. 271-314. [Consult. em 13 de março de 2016]. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt>.

GÁLVEZ RUIZ, María Ángeles – Emigración a Índias y Fracaso Conyugal. *Chronica Nova*. [Em linha]. Granada: EUG. Nº 24 (1997). Pp. 79-102. [Consult. em 10 de outubro de 2016]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es>.

GAMES, Alison – Anglo-Dutch Connections and Overseas Enterprises. A Global Perspective on Lion Gardiner's World. *Early American Studies*. [s.l.]: Penn Press. Vol. 9, nº 2 (2011). Pp. 435-461.

GARRIDO, Álvaro (org.); COSTA, Leonor Freire (org.); DUARTE, Luís Miguel (org.) – *Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães: Economia, Instituições e Império*. Coimbra, Edições Almedina, 2012. ISBN 978-972-40-4803-1.

GEMERY, Henry A. – Markets for migrants: English indentured servitude and emigration in the seventeenth and eighteenth centuries in EMMER, Peter C. (ed.) – *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986. ISBN 978-94-010-8436-9. Pp. 33-54.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Editora Arcádia, 1971.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*. 3ª edição. Lisboa: Dom Quixote, 2008. ISBN 978-972-20-3510-1.

GODINHO, Vitorino Magalhães – L'Émigration Portugaise (XVe-XXe siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Editora Sá da Costa. Nº1 (1978). P. 5-32.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar séculos XIII-XVIII*. Lisboa: DIFEL, 1990. ISBN 972-29-0043-9.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1982. 4 vols.

GUPTA, Ashin Das (ed.); PEARSON, Michael – *India and the Indian Ocean 1500-1800*. Calcutá: Oxford University Press, 1987.

HAMPSHIRE, James – Becoming Citizens: Naturalization in the Liberal State in CALDER, Gideon (ed.); COLE, Phillip (ed.); SEGLOW, Jonathan (ed.) – *Citizenship Acquisition and National Belonging: Migration, Membership and the Liberal Democratic State*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010. ISBN 978-1-349-30106-5. Pp. 74-90.

HANCOCK, David – The Emergence of an Atlantic Network Economy in the Seventeenth Centuries: The Case of Madeira in CURTO, Diogo Ramada (ed.); MOLHO, Anthony (ed.) – *Commercial Networks in the Early Modern World*. [Em linha]. San Domenico: European University Institute, 2002. Pp. 18-58. [Consult. em 24 janeiro 2017]. Disponível em: <http://cadmus.eui.eu>.

HANCOCK, David – The Triumphs of Mercury: Connection and Control in the Emerging Atlantic Economy in BAILYN, Bernard (ed.); DENAULT, Patricia L. (ed.) – *Soundings in Atlantic History: Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2009. ISBN 978-0-674-03276-7. Pp. 112-140.

HANKE, Lewis – The Portuguese in Spanish America, with special reference to the villa imperial de Potosi. *Revista de Historia de America*. [Em linha]. México: Instituto Panamericano de Geografia e Historia. Nº 51 (1961). Pp. 1-48. [Consult. em 13 de março de 2016]. Disponível em: <http://www.jstor.org>.

HANOTIN, Guillaume (dir.) – *A Península Ibérica e o Mundo dos anos 1470 aos anos 1640*. Lisboa: Texto & Grafia, 2015. ISBN 978-989-8811-05-9.

HART, Jonathan – *Comparing Empires. European Colonialism from Portuguese Expansion to the Spanish-American War*. 1ª edição. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2003. ISBN 978-1-349-52664-2.

HERCOG, Metka; WIESBROCK, Anja – Highly skilled migration to the European Union and the United States in BESHAROV, Douglas J. (ed.); LOPEZ, Mark H. (ed.) – *Adjusting to a World in Motion: Trends in Global Migration and Migration Policy*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016. ISBN 978-0-19-021139-4. Pp. 232-263.

HERZOG, Tamar – *Defining Nations: Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America*. New Haven/Londres: Yale University Press, 2003. ISBN 0-300-09253-9.

HESPANHA, António Manuel – *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político, Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. ISBN 972-40-0782-0.

IGLESIAS AUNIÓN, Pablo – Las licencias para viajar a Indias. Estatutos de limpieza de sangre y requerimientos en el Trujillo del siglo XVI in *Coloquios Historicos de Extremadura*. [Em linha]. [s.l.]: Asociación Cultural Coloquios Historicos de Extremadura. [Consult. em 4 de setembro de 2016]. Disponível em: <http://www.chdetrujillo.com>.

ISRAEL, Jonathan I. – *Conflicts of Empires. Spain, the Low Countries and the Struggle for World Supremacy 1585-1713*. Londres/Rio Grande: The Hambledon Press, 1997. ISBN 1-85285-161-9.

ISRAEL, Jonathan I. – *Empires and Entrepots. The Dutch, the Spanish Monarchy and the Jews, 1585-1713*. Londres/Roncevert: The Hambledon Press, 1990.

JACOBS, Jaap – *New Netherland: A Dutch Colony in Seventeenth-Century America*. Leiden/Boston: Brill, 2005. ISBN 90-04-12906-5.

JORDAN, Don; WALSH, Michael – *White Cargo: The Forgotten History of Britain's White Slaves in America*. 1ª edição. Nova Iorque: New York University Press, 2007. ISBN 978-0-8147-4296-9.

Jornadas de Historia del Sur de Tenerife. Arona: Llanoazur ediciones, 2010. ISBN 978-84-930898-1-8.

KARRAS, Alan L. (ed.); MCNEIL, J. R. (ed.) – *Atlantic American Societies. From Columbus through abolition 1492-1888*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1992. ISBN 0-415-08072-X.

KLOOSTER, Wim (ed.) – *Migration, Trade and Slavery in an Expanding World. Essays in Honor of Pieter Emmer*. Leiden/Boston: Brill, 2009. ISBN 978-90-04-17620-1.

KLOOSTER, Wim – Inter-Imperial Smuggling in the Americas, 1600-1800 in BAILYN, Bernard (ed.); DENAULT, Patricia L. (ed.) – *Soundings in Atlantic History*:

Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2009. ISBN 978-0-674-03276-7. Pp. 141-180.

KNIJFF, Peter de – Population Genetics and the Migration of Modern Humans (Homo Sapiens) in LUCASSEN, Jan (ed.); LUCASSEN, Leo (ed.); MANNING, Patrick (ed.) – *Migration History in World History: Multidisciplinary Approaches*. Leiden/Boston: Brill, 2010. ISBN 978-90-04-18031-4. Pp. 39-57.

KUPPERMAN, Karen Ordahl – *The Atlantic in World History*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012. ISBN 978-0-19-533809-6.

LUCASSEN, Jan (ed.); LUCASSEN, Leo (ed.); MANNING, Patrick (ed.) – *Migration History in World History: Multidisciplinary Approaches*. Leiden/Boston: Brill, 2010. ISBN 978-90-04-18031-4.

LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo; MANNING, Patrick – Migration History: Multidisciplinary Approaches in LUCASSEN, Jan (ed.); LUCASSEN, Leo (ed.); MANNING, Patrick (ed.) – *Migration History in World History: Multidisciplinary Approaches*. Leiden/Boston: Brill, 2010. ISBN 978-90-04-18031-4. Pp. 3-35.

LUCASSEN, Jan – The Netherlands, the Dutch, and Long-Distance Migration in the Late Sixteenth to Early Nineteenth Centuries in CANNY, Nicholas (ed.) – *Europeans on the Move: Studies on European Migration, 1500-1800*. Oxford: Clarendon Press, 1994. Pp. 153-191.

MACÍAS HERNÁNDEZ, Antonio M. – La emigración española a America (1500-1914) in EIRAS ROEL, Antonio (coord.) – *Emigracion Española y Portuguesa a America (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica. Alicante, abril de 1990. Volumen I)*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991. Pp. 33-60.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – A Construção do Espaço Brasileiro in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1734-5. Vol. II: Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Pp. 28-64.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – D. António in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. [Lisboa]: Editorial Estampa, 1993. ISBN 972-33-1084-8. Vol. III: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Pp. 472-475.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – O Reconhecimento do Brasil in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1600-4. Vol. I: A Formação do Império (1415-1570). Pp. 192-222.

MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 1998. ISBN 972-9440-82-4. Vol. I, tomos I e II.

MARQUES, Guida – *L'invention du Brésil entre deux Monarchies*. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2009. Tese de Doutoramento.

MARTÍN SOCAS, Margarita – Sobre los ofícios desempeñados por los portugueses establecidos en Canarias en el primer cuarto del siglo XVI in *VII Coloquio de historia canário-americana* [Em linha]. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1986. Vol. I, pp. 60-75. [Consult. em 10 de outubro de 2016]. Disponível em: <http://mdc.ulpgc.es>.

MATOS, Artur Teodoro de – A Situação Financeira do Estado da Índia no Período Filipino (1581-1635) in MATOS, Artur Teodoro de (coord.) – *Na Rota da Índia: estudos de história da expansão portuguesa*. [s.l.]: Instituto Cultural de Macau, 1994. ISBN 972-35-0108-2. Pp. 61-81.

MATOS, Artur Teodoro de (coord.) – *Na Rota da Índia: estudos de história da expansão portuguesa*. [s.l.]: Instituto Cultural de Macau, 1994. ISBN 972-35-0108-2.

MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. [Lisboa]: Editorial Estampa, 1993. ISBN 972-33-1084-8. Vol. III: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620).

MAURO, Frédéric – *A Expansão Europeia*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. ISBN 972-33-0925-4.

MAURO, Frédéric – French indentured servants for America, 1500-1800 in EMMER, Peter C. (ed.) – *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1986. ISBN 978-94-010-8436-9. Pp. 83-104.

MAURO, Frédéric – *Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570-1670*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. ISBN 972-33-1258-1. 2 vols.

MCEVEDY, Colin; JONES, Richard – *Atlas of World Population History*. [s.l.]: Penguin Books, 1978.

MEA, Elvira Azevedo – Mulheres nas Teias da Expansão in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Actas*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995. ISBN 972-597-114-0. Pp. 65-75.

MELLO, Evaldo Cabral de – *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Forense-Universitária e Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

MELLO, Evaldo Cabral de – *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*. Lisboa: CNCDP, 2001.

METCALF, Alida C. – *Go-betweens and the Colonization of Brazil, 1500-1600*. 1ª edição. Austin: University of Texas Press, 2005. ISBN 0-292-71276-6.

MILLER, Joseph C. – Historical Dynamics of Change in MILLER, Joseph C. (ed.) – *The Princeton Companion to Atlantic History*. Princeton: Princeton University Press, 2015. ISBN 978-0-691-14853-3. Pp. 3-12.

MILLER, Joseph C. (ed.) – *The Princeton Companion to Atlantic History*. Princeton: Princeton University Press, 2015. ISBN 978-0-691-14853-3.

MIRANDA, Susana Münch; SERAFIM, Cristina Seuanes – O Potencial Demográfico in MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 1998. ISBN 972-9440-82-4. Vol. I, t. I: Em torno de Macau. Pp. 181-215.

MOCH, Leslie Page – *Moving Europeans: Migration in Western Europe since 1650*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 1992. ISBN 0-253-33859-X.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – O Reino Quinhentista in RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal*. 7ª edição. Lisboa: A Espera dos Livros, 2012. ISBN 978-989-626-366-9. Pp. 227-249.

MOREIRA, Manuel António Fernandes – *O Porto de Viana do Castelo na Época dos Descobrimentos*. 1ª edição. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1984.

MOREIRA, Manuel António Fernandes – *Os Mareantes de Viana e a Construção da Atlantidade*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1995. ISBN 972-588-065-X.

MORENO FLORIDO, María Berenice – *Marineros Extranjeros en los Protocolos Notariales de Gran Canaria (1590-1599). Vegueta*. [Em linha]. Las Palmas: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. Nº 7 (2003). Pp. 65-87 (69). [Consult. em 12 de maio de 2017]. Disponível em: <http://revistavegueta.ulpgc.es>. ISSN 1133-598X.

MORIER-GENOUD, Eric; CAHEN, Michel - Introduction: Portugal, Empire, and Migrations – Was There Ever an Autonomous Social Imperial Space? in MORIER-GENOUD, Eric (ed.); CAHEN, Michel (ed.) – *Imperial Migrations: Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*. 1ª edição. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013. ISBN 978-1-349-34604-2. Pp. 1-28.

MORIER-GENOUD, Eric (ed.); CAHEN, Michel (ed.) – *Imperial Migrations: Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*. 1ª edição. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013. ISBN 978-1-349-34604-2.

MUKHERJEE, Rila (ed.) – *Networks in the First Global Age 1400-1800*. Deli: Primus Books, 2011. ISBN 978-9380607092.

MUKHERJEE, Rila – Competing Spatial Networks: Kasimbazar and Chandernagore in Overland and Indian Ocean Worlds in PEARSON, Michael (ed.) – *Trade, Circulation, and Flow in the Indian Ocean World*. 1ª edição. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2015. ISBN 978-1-349-57934-1. Pp. 129-151.

MUKHERJEE, Rila (ed.) – *Oceans Connect: reflections on water worlds across time and space*. Deli: Primus Books, 2012. ISBN 978-93-80607-40-5.

MURTEIRA, André Alexandre Martins – *A Carreira da Índia e o Corso Neerlandês 1595-1625*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2006. Dissertação de Mestrado. [Consult. em 2 de janeiro de 2017]. Disponível em: <http://www.cham.fcsh.unl.pt>.

NAERSSSEN, Ton van (ed.); SPAAN, Ernst (ed.); ZOOMERS, Annelies (ed.) – *Global Migration and Development*. 1ª edição. Nova Iorque: Routledge, 2008. ISBN 978-0-415-96247-6.

NAERSSSEN, Ton van; SPAAN, Ernst; ZOOMERS, Annelies – Globalization, Migration and Development in NAERSSSEN, Ton van (ed.); SPAAN, Ernst (ed.) ; ZOOMERS, Annelies (ed.) – *Global Migration and Development*. 1ª edição. Nova Iorque: Routledge, 2008. ISBN 978-0-415-96247-6. Pp. 1-18.

NEPOMUCENO, Rui – *História da Madeira. Uma visão actual*. 1ª edição. Porto: Campo das Letras, 2006. ISBN 978-989-625-129-1.

NEWITT, Malyn – *A History of Portuguese Overseas Expansion, 1400-1668*. Nova Iorque: Taylor and Francis Group, 2005. ISBN 0-203-32404-8.

NEWSON, Linda A.; MINCHIN, Susie – *From Capture to Sale: The Portuguese Slave Trade to Spanish South America in the Early Seventeenth Century*. Leiden/Boston: Brill, 2007. ISBN 978-90-04-15679-1.

OCHEL, Wolfgang – The EU Directive on Free Movement: A challenge for the European welfare state? in BLACK, Richard (ed.) [et al.] – *A Continent Moving West? EU Enlargement and Labour Migration from Central and Eastern Europe*. Amesterdão: Amsterdam University Press, 2010. ISBN 978-90-8964-156-4. Pp. 313-331.

O'FLANAGAN, Patrick – *Port Cities of Atlantic Iberia, c. 1500-1900*. Aldershot: Ashgate, 2008. ISBN 978-0-7546-6109-2.

OLIVEIRA, César (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1996. ISBN 972-42-1300-5.

OSORIO OSORIO, Alberto – *Judaísmo e Inquisicion en Panama Colonial*. Panamá: Instituto Cultural Panamá-Israel, 1980.

OSSWALD, Helena – *Nascer, Viver e Morrer no Porto de Seiscentos*. Porto: Universidade do Porto, 2008. Tese de Doutoramento.

OSSWALD, Helena; POLÓNIA, Amélia – No Reverso do Tratado de Tordesilhas: Portugueses nas Índias de Castela durante o período de união dinástica. *Vértice*. [s.l.]: [s.n.]. II série. N° 63. (1994). P. 45-54.

OWENS, J. B. – Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Commercial Networks in the First Global Age (DynCoopNet): What's in a name? in CRESPO SOLANA, Ana (org.); ALONSO GARCÍA, David (org.) – *Self-organizing Networks and GIS Tools Cases of Use for the Study of Trading Cooperation (1400-1800)*. *Journal of Knowledge Management, Economics and Information Technology*. [Em linha]. [s.l.]: Scientific Papers. N° especial (2012). Pp. 25-52. [Consult. em 23 janeiro 2017]. Disponível em: <http://www.scientificpapers.org>. ISSN 2285-4096.

PADILLA, Elaine (ed.); PHAN, Peter C. (ed.) – *Contemporary Issues of Migration and Theology*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013. ISBN 978-1-349-44130-3.

PEARSON, Michael (ed.) – *Trade, Circulation, and Flow in the Indian Ocean World*. 1ª edição. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2015. ISBN 978-1-349-57934-1.

PEARSON, Michael – *The Indian Ocean*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2003. ISBN 0-415-21489-0.

PEDREIRA, Jorge M. – Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (séculos XVII e XVIII). *Anais da Universidade de Évora*. Évora: Universidade de Évora. N^{os} 8 e 9 (2001). Separata. Pp. 47-72.

PEDREIRA, Jorge M. – *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995. Tese de Doutoramento.

PENN, Nigel – The Voyage Out: Peter Kolb and VOC Voyages to the Cape in CHRISTOPHER, Emma (ed.); PYBUS, Cassandra (ed.); REDIKER, Marcus (ed.) – *Manny Middle Passages: Forced Migration and the Making of the Modern World*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 2007. ISBN 978-0-520-25207-3. Pp. 72-91.

PEREIRA, João Cordeiro – *Resgate do Ouro na Costa da Mina nos reinados de D. João III e D. Sebastião*. STVDIA. Lisboa. N^o 50 (1991). Pp. 5-48.

PÉREZ GARCÍA, Rafael M.; FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F. – Sevilla y la Trata Negrera Atlántica: envíos de esclavos desde Cabo Verde a la América Española, 1569-1579 in ÁLVAREZ SANTALÓ, León Carlos (coord.) – *Estudios de Historia Moderna en Homenaje al Profesor Antonio García-Baquero*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2009. Pp. 597-622.

PESTANA, Carla Gardina – *Protestant Empire: Religion and the Making of the British Atlantic World*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2009. ISBN 978-0-8122-4150-1.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier – Maritime powers, colonial powers: the role of migration (c. 1492-1792) in KLOOSTER, Wim (ed.) – *Migration, Trade and*

Slavery in an Expanding World. Essays in Honor of Pieter Emmer. Leiden/Boston: Brill, 2009. ISBN 978-90-04-17620-1. Pp. 45-71.

PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, Teresa Ferreira – O povoamento das ilhas da Madeira e Porto Santo nos séculos XV e XVI in SANTOS, Carlota (coord.); MATOS, Paulo Teodoro de (oord.) – *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI.* Braga: CITCEM, 2013. ISBN 978-989-8612-06-9. Pp. 15-53.

POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina numa Perspectiva Local: O Porto de Vila do Conde no século XVI.* Lisboa: INCM, 2007. ISBN 978-972-27-1145-6. 2 vols.

POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio – Articulações Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico (séculos XVI-XVIII) in ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de (org.), [et. al.] – *Políticas e Estratégias Administrativas no Mundo Atlântico.* [Em linha]. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2012. Pp. 19-48. [Consult. em 22 janeiro 2017]. Disponível em: <https://www.academia.edu>.

POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio – Commercial flows and transference patterns between Iberian empires (16th-17th centuries) in CRESPO SOLANA, Ana (org.); ALONSO GARCÍA, David (org.) – *Self-organizing Networks and GIS Tools Cases of Use for the Study of Trading Cooperation (1400-1800).* *Journal of Knowledge Management, Economics and Information Technology.* [Em linha]. [s.l.]: Scientific Papers. N° especial (2012). Pp. 111-144. [Consult. em 23 janeiro 2017]. Disponível em: <http://www.scientificpapers.org>. ISSN 2285-4096.

POLÓNIA, Amélia; CAPELÃO, Rosa – Connecting worlds. Women as intermediaries in the Portuguese Overseas Empire. The State of India, 1500-1600. Pp. 1-31. (Não publicado).

POLÓNIA, Amélia – Desempenhos femininos em sociedades marítimas. Portugal. Século XVI. *Mare Liberum.* Lisboa: CNCDP. N° 18-19 (1999-2000). Pp. 153-178.

POLÓNIA, Amélia – Global Interactions: Representations of the East and the Far East in Portugal in the Sixteenth Century in MUKHERJEE, Rila (ed.) – *Networks in the First Global Age 1400-1800.* Deli: Primus Books, 2011. Pp. 263-301.

POLÓNIA, Amélia – Indivíduos e Redes Auto-Organizadas na Construção do Império Ultramarino Português in GARRIDO, Álvaro (org.); COSTA, Leonor Freire (org.); DUARTE, Luís Miguel (org.) – *Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães: Economia, Instituições e Império*. Coimbra, Edições Almedina, 2012. ISBN 978-972-40-4803-1. Pp. 349-371.

POLÓNIA, Amélia – Interactions Between the Local and the Global: Brokers and go-betweens within the Portuguese State of India (1500-1700). *Asian Review of World Histories*. [Em linha]. [s.l.]: The Asian Association of World Historians. Vol. 5: nº 1 (2017). Pp. 113-139. [Consult. em 14 janeiro 2017]. Disponível em: <http://www.thearwh.org/>.

POLÓNIA, Amélia – Jumping Frontiers, Crossing Barriers. Transfers Between Oceans: A Case Study of the Portuguese Overseas Expansion, 1400-1800 in MUKHERJEE, Rila (ed.) – *Oceans Connect: reflections on water worlds across time and space*. Deli: Primus Books, 2012. ISBN 978-93-80607-40-5. Pp. 111-132.

POLÓNIA, Amélia; OWENS, J. B. – Cooperation-Based Self-Organizing Networks in Portuguese Overseas Expansion in the First Global Age, 1400-1800. [Em linha]. Pp. 1-16. [Consult. em 23 janeiro 2017]. Disponível em: <http://www.dyncoopnet-pt.org>.

POLÓNIA, Amélia – Self-organised Networks in the First Global Age: The Jesuits in Japan. *The bulletin of the Institute for World Affairs and Cultures*. [Em linha]. Kyoto: Kyoto Sangyo University. Nº 28 (2013). Pp. 133-158. [Consult. em 28 dezembro 2016]. Disponível em: <https://sigarra.up.pt>. ISSN 0388-5410.

Portugal e Brasil no Advento do Mundo Moderno. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

PUNTONI, Pedro – “Como coração no meio do corpo” in SOUZA, Laura de Mello e (org.); FURTADO, Junia Ferreira (org.); BICALHO, Maria Fernanda (org.) – *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009. Pp. 371-387.

QUIRINO, Tarcizio do Rêgo – *Os Habitantes do Brasil no fim do Século XVI*. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1966.

RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal*. 7ª edição. Lisboa: A Espera dos Livros, 2012. ISBN 978-989-626-366-9.

REY CASTELAO, Ofelia – Los gallegos y América en tiempos de Carlos V in EIRAS ROEL, Antonio (coord.) – *El Reino de Galicia en la Época del Emperador Carlos V*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2000. ISBN 978-844-5329-26-9. Pp. 301-325.

RIBEIRO, Orlando – *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962.

RILEY, Carlos – Ilhas Atlânticas e Costa Africana in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1600-4. Vol. I: A Formação do Império (1415-1570). Pp. 137-162.

RIVERA-PAGÁN, Luis N. – Xenophilia or Xenophobia: Toward a Theology of Migration in PADILLA, Elaine (ed.); PHAN, Peter C. (ed.) – *Contemporary Issues of Migration and Theology*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013. ISBN 978-1-349-44130-3. Pp. 31-51.

ROCHA, Gabriel de Avilez – *Empire from the Commons: Making Colonial Archipelagos in the Early Iberian Atlantic*. Nova Iorque: New York University, 2016. Tese de Doutoramento.

RODRIGUES, Miguel Jasmins – *Organização dos Poderes e Estrutura Social: A Ilha da Madeira: 1460-1521*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995. Tese de Doutoramento.

RODRIGUES, Teresa Ferreira – As Estruturas Populacionais in MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*. [Lisboa]: Editorial Estampa, 1993. ISBN 972-33-1084-8. Vol. 3: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Pp. 179-217.

RODRIGUES, Teresa Ferreira – As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII in RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.) – *História da População Portuguesa*. Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, 2008. ISBN 978-972-36-1005-5. Pp. 159-246.

RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.) – *História da População Portuguesa*. Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, 2008. ISBN 978-972-36-1005-5.

RODRÍGUEZ LORENZO, Sergio M. – El Algarve y la carrera de Indias: marginalidade provechosa de un enclave geoestratégico en el corazón del comercio con

las Indias de Castilla (siglos XVI-XVII). *Revista de Historia Naval*. [Em linha]. [s.l.]: [s.n.]. Ano 17, nº 66 (1999). Pp. 23-38. [Consult. em 16 de outubro de 2016]. Disponível em: <https://www.academia.edu>. ISSN 0212-467X.

O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Actas. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995. ISBN 972-597-114-0.

ROWLAND, Robert – Emigración, estructura y región en Portugal (siglos XVI-XIX) in EIRAS ROEL, Antonio (coord.) – *Emigracion Española y Portuguesa a America (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica. Alicante, abril de 1990. Volumen I)*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991. Pp. 137-146.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. – A Emigração: Fluxos e Destinos in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1797-3. Vol. III: O Brasil na Balança do Império (1697-1808). Pp. 158-168.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. – Políticas de Fixação e Integração in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1734-5. Vol. II: Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Pp. 126-150.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. – Ports of Colonial Brazil in KARRAS, Alan L. (ed.); MCNEIL, J. R. (ed.) – *Atlantic American Societies. From Columbus through abolition 1492-1888*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1992. ISBN 0-415-08072-X. Pp. 174-211 (177).

RUSSELL-WOOD, A. J. R. – Ritmos e Destinos de Emigração in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1734-5. Vol. II: Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Pp. 114-125.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. – *Um Mundo em Movimento. Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Alges: Difel, 1998. ISBN 972-29-0425-6.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás – The First Transatlantic Transfer: Spanish Migration to the New World, 1493-1810 in CANNY, Nicholas (ed.) – *Europeans on the*

Move: Studies on European Migration, 1500-1800. Oxford: Clarendon Press, 1994. Pp. 26-36.

SANTOS, Carlota (coord.); MATOS, Paulo Teodoro de (oord.) – *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*. Braga: CITCEM, 2013. ISBN 978-989-8612-06-9.

SANTOS, Catarina Madeira – Entre Velha Goa e Pangim: a capital do Estado da Índia e as reformulações da política ultramarina. *Revista Militar*. [Em linha]. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. Série Separatas 243 (2001). Pp. 3-39. [Consult. em 16 de outubro de 2016]. Disponível em: <https://www.academia.edu>. ISSN 0870-6735.

SANTOS, J. Marinho dos – Ponta Delgada - Nascimento e Primeira Infância de Uma Cidade. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Editora Sá da Costa. Nº1 (1978). P. 33-53.

SANTOS, Maria Licínia Fernandes dos – *Os Madeirenses na Colonização do Brasil*. [Em linha]. 1ª edição. Funchal: CEHA, 1999. [Consult. em 10 de outubro de 2016]. Disponível em: <http://www.madeira-edu.pt>.

SCHORSCH, Jonathan – *Swimming the Christian Atlantic*. Leiden/Boston: Brill, 2009. ISBN 978-90-04-17040-7.

SCHWARTZ, Stuart B. – A «Babilónia» Colonial: A Economia Açucareira in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [s.l.]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1734-5. Vol. II: Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Pp. 213-231.

SCHWARTZ, Stuart B. – A Economia do Império in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CURTO, Diogo Ramada (dir.) – *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010. ISBN 978-972-44-1423-2. Pp. 21-51.

SCHWARTZ, Stuart B. – *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SERRANO MANGAS, Fernando – *Encrucijada Portuguesa: Esplendor y quiebra de la unión ibérica en las Indias de Castilla (1600-1668)*. Badajoz: Excelentísima Diputación Provincial de Badajoz, 1994. ISBN 84-7796-869-1.

SERRANO MANGAS, Fernando – La Presencia Portuguesa en la América Española en la Época de los Habsburgos (siglos XVI-XVII) in VENTURA, Maria da Graça – *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. ISBN 972-8288-63-8. Pp. 73-79.

SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa: Sondagem Histórica*. 3ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005. ISBN 972-33-2193-9. Vol. III, tomos I e II: A Colonização Atlântica.

SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1998. Vol. V: Do Renascimento à Crise Dinástica.

SERRÃO, José Vicente – População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII in OLIVEIRA, César (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1996. ISBN 972-42-1300-5. Pp. 63-77.

SESHAN, Radhika – Intersections: Peoples, ports and trade in seventeenth-century Surat and Madras. *The International Journal of Maritime History*. [Em linha]. [s.l.]: International Maritime Economic History Association. Vol. 29, nº 1 (2017). Pp. 111-122. [Consult. em 11 fevereiro 2017]. Disponível em: <http://journals.sagepub.com>. ISSN 20527756.

SILVA, Brasilina Pereira da – *Cartas de Chamada*. Porto: CEPSE, 2014. ISBN 978-989-8434-29-6.

SILVA, Filipa Ribeiro da – *Dutch and Portuguese in Western Africa. Empires, Merchants and the Atlantic System, 1580-1674*. Leiden/Boston: Brill, 2011. ISBN 978-90-04-20151-4.

SILVA, Filipa Ribeiro da – Trans-Imperial and Cross-Cultural Networks for the Slave Trade, 1580s-1800s in ANTUNES, Cátia (ed.); POLÓNIA, Amélia (ed.) – *Beyond Empires: Global, Self-Organizing, Cross-Imperial Networks, 1500-1800*. Leiden/Boston: Brill, 2016. ISBN 978-90-04-30414-7. Pp. 41-68.

SILVA, Filipa Ribeiro da – Dutch Labor Migration to West Africa (c. 1590-1674) in KLOOSTER, Wim (ed.) – *Migration, Trade and Slavery in an Expanding World. Essays in Honor of Pieter Emmer*. Leiden/Boston: Brill, 2009. ISBN 978-90-04-17620-1. Pp. 73-97.

SILVA, José Manuel Azevedo – *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993. Tese de Doutoramento. 2 vols.

SIXIREI PAREDES, Carlos – Andalucía y Galicia. Dos modelos de emigración regional a América in *Encuentro de Latinoamericanistas Españoles: Viejas y nuevas alianzas entre América Latina y España*. [Em linha]. [s.l.]: CEEIB, 2006. [Consult. em 14 janeiro 2017]. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr>. Pp. 184-194.

SMITH, David Grant – *The Mercantile Class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: A socioeconomic study of the merchants of Lisbon and Bahia*. Ann Arbor: University Microfilms International, 1985.

SMITH, Edmond – The Economic World of the Early Dutch and English Atlantic in COFFMAN, D'Maris (ed.); LEONARD, Adrien (ed.); O'REILLY, William (ed.) – *The Atlantic World*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2015. ISBN 978-0-415-46704-9. Pp. 531-545.

SMITH, Stefan Halikowski – *Creolization and Diaspora in the Portuguese Indies. The Social World of Ayutthaya, 1640-1720*. Leiden/Boston: Brill, 2011. ISBN 978-90-04-19048-1.

SOUSA, João José Abreu de – Uma nova sociedade in SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005. ISBN 972-33-2192-0. Vol. III, tomo I: A Colonização Atlântica. Pp. 139-157.

SOUSA, José António Conceição de – “Gente” na *Expansão Portuguesa: Gestão de Recursos Humanos nos Séculos XV e XVI*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010. Dissertação de Mestrado.

SOUZA, Laura de Mello e (org.); FURTADO, Junia Ferreira (org.); BICALHO, Maria Fernanda (org.) – *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the Crises of the Spanish Empire, 1492-1640*. Oxford: Oxford University Press, 2007. ISBN 978-0-19-517569-1.

STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – *Capital's Commonwealth: The World of Portugal's Atlantic Merchants and the Struggle over the Nature of Commerce in the Spanish Empire, 1492-1640*. [New Haven]: Yale University, 2001. Tese de Doutoramento.

STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – From Agents to Consulado: Commercial Networks in Colonial Mexico, 1520-1590 and Beyond. *Anuario de Estudios Americanos*. [Em linha]. Sevilha: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla. Vol. 57, nº 1 (2000). Pp. 41-68. [Consult. em 22 dezembro 2016]. Disponível em: <http://estudiosamericanos.revistas.csic.es>.

STUDNICKI-GIZBERT, Daviken – Interdependence and the Collective Pursuit of Profits: Portuguese Commercial Networks in the Early Modern Atlantic in CURTO, Diogo Ramada (ed.); MOLHO, Anthony (ed.) – *Commercial Networks in the Early Modern World*. [Em linha]. San Domenico: European University Institute, 2002. Pp. 90-120. [Consult. em 24 janeiro 2017]. Disponível em: <http://cadmus.eui.eu>.

SUBRAHMANYAM, Sanjay – *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala 1500-1700: comércio e conflito*. Lisboa: Edições 70, 1994. ISBN 972-44-0897-3.

SUBRAHMANYAM, Sanjay – *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700. A Political and Economic History*. 2ª edição. [s.l.]: Wiley-Blackwell, 2012.

SUBRAHMANYAM, Sanjay; THOMAZ, Luís Filipe F. R. – Evolution of empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century in TRACY, James D. (ed.) – *The Political Economy of Merchant Empires*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. Pp. 298-331.

SULLÓN BARRETO, Gleydi – Portugueses en el Perú virreinal (1570-1680): Una aproximación al estado de la cuestión. *Mercurio Peruano*. [Em linha]. Piura: Universidad de Piura. Nº 523 (2010). Pp. 116-129. [Consult. em 12 fevereiro 2017]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es>. ISSN 0254-8135.

SULLÓN BARRETO, Gleydi – *Vasallos y extranjeros. Portugueses en la Lima virreinal, 1570-1680*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2014. Tese de Doutoramento.

TEIXEIRA, André – A Sociedade in SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005. ISBN 972-33-2193-9. Vol. III, tomo II: A Colonização Atlântica. Pp. 173-203.

TEIXEIRA, André – Povoamento: um processo que se prolonga no tempo in SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005. ISBN 972-33-2193-9. Vol. III, tomo II: A Colonização Atlântica. Pp. 14-28.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. – *De Ceuta a Timor*. 2ª edição. Algés: DIFEL, 1998. ISBN 972-29-0308-X.

TRACY, James D. (ed.) – *The Political Economy of Merchant Empires*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

TRIVELLATO, Francesca – Discourse and practice of trust in business correspondence during the early modern period. [Em linha]. Pp. 1-23. [Consult. em 31 janeiro 2017]. Disponível em: <http://economics.yale.edu>.

TRIVELLATO, Francesca – Jews of Leghorn, Italians of Lisbon, and Hindus of Goa: Merchant Networks and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period in CURTO, Diogo Ramada (ed.); MOLHO, Anthony (ed.) – *Commercial Networks in the Early Modern World*. [Em linha]. San Domenico: European University Institute, 2002. Pp. 59-89. [Consult. em 24 janeiro 2017]. Disponível em: <http://cadmus.eui.eu>.

VENTURA, Maria da Graça – A fluidez de fronteiras entre o Brasil e a América Espanhola no período colonial in *Portugal e Brasil no Advento do Mundo Moderno*. Lisboa: Edições Colibri, 2001. Pp. 257-268.

VENTURA, Maria da Graça – *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. ISBN 972-8288-63-8.

VENTURA, Maria da Graça – Cristãos-novos portugueses nas Índias de Castela. *Oceanos*. [s.l.]: CNCDP. N° 29 (1997). Pp. 93-105.

VENTURA, Maria da Graça – *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: Mobilidade, Cumplicidades e Vivências*. Lisboa: INCM, 2005. ISBN 972-27-1387-6. 2 vols.

VIEIRA, Alberto – *As Ilhas, as Rotas Oceânicas, os Descobrimentos e o Brasil*. [Em linha]. [s.l.]: [s.n.]. [Consult. em 4 de setembro de 2016]. Disponível em: <http://www.madeira-edu.pt>.

VIEIRA, Alberto – *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira séculos XV a XX*. 1ª edição. Funchal: CEHA, 2004. ISBN 972-8263-V3-0.

VIEIRA, Alberto [et al.] – *Imigração e emigração nas ilhas*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico e Secretaria Geral do Turismo e Cultura, 2001. ISBN 972-8263-26-0.

VII Coloquio de historia canário-americana. [Em linha]. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1986. Vol. I, pp. 60-75. [Consult. em 10 de outubro de 2016]. Disponível em: <http://mdc.ulpgc.es>.

VILA VILAR, Enriqueta – *Extranjeros en Cartagena (1593-1630)*. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*. [Em linha]. Colónia/Weimar/Viena: Böhlau Verlag. Nº 16 (1979). Pp. 147-184. [Consult. em 10 de outubro de 2016]. Disponível em: <http://digital.csic.es>. ISSN 1438-4752.

VILA VILAR, Enriqueta – *Hispano-America y el Comercio de Esclavos. Los Asientos Portugueses*. Sevilha: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1977.

VILA VILAR, Enriqueta – *Los Asientos Portugueses y el Contrabando de Negros*. *Anuario de Estudios Americanos*. [s.l.]: CSIC. Nº 30 (1973). Pp. 557-599.

VILLAYERDE, Manuel [et. al.] – *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*. [Em linha]. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008. [Consult. em 12 de maio de 2017]. Disponível em: <http://www.academia.edu>.

WALSH, Lorena S. – *The Differential Cultural Impact of Free and Coerced Migration to Colonial America* in ELTIS, David (ed.) – *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*. Stanford: Stanford University Press, 2002. ISBN 0-8047-4454-8. Pp. 117-151.

WARD, Kerry – *Networks of Empire: Forced Migration in the Dutch East India Company*. Cambridge: Crambridge University Press, 2008. ISBN 978-0-521-88586-7.

WETHERELL, Charles – Historical Social Networks Analysis. *International Review of Social History*. [Em linha]. Nº 43 (1998). Suplemento. Pp. 125-144. [s.l.]: [s.d.]. [Consult. em 22 janeiro 2016]. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core>. ISSN 1469-512X.

WHEAT, David – *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640*. 1ª edição. Williamsburg: University of North Carolina Press, 2016. ISBN 978-14-69-62341-2.

XAVIER, Ângela Barreto – Dissolver a diferença: Mestiçagem e conversão no império português in VILLAVERDE, Manuel [et. al.] – *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*. [Em linha]. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008. Pp. 709-727. [Consult. em 12 de maio de 2017]. Disponível em: <http://www.academia.edu>.

XAVIER, Ângela Barreto – “O lustre do seu sangue”. Bramanismo e tópicos de distinção no contexto português. *Tempo*. [Em linha]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Nº 30 (2011). Pp. 71-99. [Consult. em 12 de maio de 2017]. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt>.

ZACEK, Natalie A. – *Settler Society in the English Leeward Islands, 1670-1776*. 1ª edição. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010. ISBN 978-0-521-19044-2.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de referências a destinos de emigrantes na documentação notarial e paroquial	38
Gráfico 2. Fluxos de emigração para os territórios ultramarinos detetados na documentação notarial (1560-1651)	58
Gráfico 3. Fluxos de emigração para os territórios ultramarinos detetados na documentação paroquial (1601-1700)	59
Gráfico 4. Fluxos de emigração para os territórios ultramarinos detetados na documentação notarial e paroquial (1560-1700)	59
Gráfico 5. Peso relativo da emigração para os territórios ultramarinos (1560-1700)	68
Gráfico 6. Naturalidade dos emigrantes casados em Vila do Conde (1560-1651)	77
Gráfico 7. Destinos dos emigrantes casados, valores absolutos (1560-1651)	78
Gráfico 8. Destinos dos emigrantes casados, por regiões geográficas, em percentagem ..	78
Gráfico 9. Número de anos passados desde o casamento ou nascimento do primeiro ou único filho dos emigrantes (1560-1651)	83
Gráfico 10. Tempos de estadia dos emigrantes (1560-1651)	86
Gráfico 11. Tempos de estadia dos emigrantes, por destinos (1560-1651)	87
Gráfico 12. Naturalidades dos emigrantes (1560-1651)	90
Gráfico 13. Moradas dos emigrantes no reino antes de partirem (1560-1651)	90
Gráfico 14. Destinos dos emigrantes de acordo com as suas naturalidades (1560-1651).	92
Gráfico 15.1. Destinos dos emigrantes de acordo com as suas moradas (1560-1651)	92
Gráfico 15.2. Destinos dos emigrantes de acordo com as suas moradas (1560-1651)	92
Gráfico 16. Distribuição dos emigrantes por destinos, segundo o seu estatuto socioprofissional	97
Gráfico 17. Distribuição profissional dos emigrantes pelos territórios ultramarinos (1560-1651)	102
Gráfico 18. Distribuição pelos territórios ultramarinos, por décadas, dos emigrantes com profissões ligadas ao mar (1560-1651)	107

Gráfico 19. Distribuição pelos territórios ultramarinos, por décadas, dos emigrantes com profissões ligadas aos ofícios mecânicos (1560-1651)	109
Gráfico 20. Distribuição pelos territórios ultramarinos, por décadas, dos emigrantes com profissões ligadas ao comércio (1560-1651)	110
Gráfico 21. Localização dos familiares dos emigrantes.....	115
Gráfico 22. Familiares dos emigrantes identificados no reino e fora do reino.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Evolução da população de Vila do Conde	28
Quadro 2. Espaços de fixação de emigrantes (1560-1651)	48
Quadro 3. Localização dos emigrantes (1560-1651)	49
Quadro 4. Distribuição dos emigrantes por género (1560-1651).....	71
Quadro 5. Estado civil dos emigrantes (1560-1651).....	76
Quadro 6. Número de anos passados desde o casamento dos emigrantes medido em quinquénios.....	82
Quadro 7. Número de anos passados desde o nascimento do primeiro ou único filho dos emigrantes (1560-1651).....	82
Quadro 8. Estatutos socioprofissionais dos emigrantes	96
Quadro 9. Profissões dos emigrantes	99
Quadro 10. Distribuição dos emigrantes por categorias profissionais.....	100
Quadro 11. Número de filhos dos emigrantes	114

ANEXOS

Quadro 1. Distribuição dos portugueses pelos territórios ultramarinos nos séculos XV a XVII

Território/Datas	Local específico	Nº de pessoas⁵²⁸	ID
Marrocos			
1415	Ceuta	2 700 soldados	1
1470	Álcacer Ceguer	400 homens de soldo + 100 mulheres e moços	11
1470 - 1540	Marrocos	25 000 habitantes + 5 000 soldados	4
	Safim	4 000 a 5 000 habitantes	4
1472	Tânger	500 peões + 40 homens com cavalo	11
1498	Arzila	414 homens a soldo	11
c. 1500	Álcacer Ceguer	800 habitantes	11
c. 1501	Marrocos	>20 000 homens	7
1515	Mamora	8 000 soldados + oficiais + marinheiros + moradores	1
Arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias			
1419	Madeira	100 habitantes	1
c. 1450	Madeira	3 000 habitantes	4
1453	Madeira	150 fogos	19
1455	Madeira	4560 habitantes	19
1455-1500	Porto Santo - Madeira	160 a 200 habitantes	6
	Madeira	3 000 almas	6
c. 1495	Faial e Pico - Açores	1 500 habitantes	4
final séc. XV	Madeira	15 000 a 18 000 habitantes, 2 000 deles escravos	19
1500	Madeira	18 000 habitantes, com 2 000 deles escravos	19
c. 1501	Porto Santo - Madeira	160 a 200 habitantes	4
c. 1550	Madeira	17 000 habitantes	4
1552	Madeira	20 000 habitantes	19
1567	Madeira	18 000 a 20 000 habitantes	19
1568	Ponta Delgada - S. Miguel - Açores	>200 fogos	10
	Vila Franca do	>200 fogos	10

⁵²⁸ Os elementos identificadores adotados são os mesmos da bibliografia consultada.

	Campo - S. Miguel - Açores		
	Nordeste - S. Miguel - Açores	100 a 200 fogos	10
	Água do Pau - S. Miguel - Açores	>200 fogos	10
	Lagoa - S. Miguel - Açores	>200 fogos	10
	Ribeira Grande - S. Miguel - Açores	>200 fogos	10
1572	Madeira	22 172 fogos	19
1579	Madeira	c. 25 000 habitantes	19
1580	Madeira	21 800 habitantes	19
	Funchal - Madeira	8 000 a 12 000 habitantes	5
	Ponta Delgada - S. Miguel - Açores	6 000 habitantes	5
	Vila Franca do Campo - S. Miguel - Açores	> 2 000 habitantes	5
	Ribeira Grande - S. Miguel - Açores	3 500 habitantes	5
1585	Madeira	6 045 fogos	19
talvez 1587 (1580 - 1591)	Ponta Delgada - S. Miguel - Açores	5 475 almas de confissão	10
	Vila Franca do Campo - S. Miguel - Açores	1 931 almas de confissão	10
	Nordeste - S. Miguel - Açores	584 almas de confissão	10
	Água do Pau - S. Miguel - Açores	870 almas de confissão	10
	Lagoa - S. Miguel - Açores	1 605 almas de confissão	10
	Ribeira Grande - S. Miguel - Açores	3 266 almas de confissão	10
	Santa Maria - Açores	1 900 almas de confissão	3
	S. Miguel - Açores	19 400 almas de confissão	3

	Terceira - Açores	5 000 almas de confissão	3
	Graciosa - Açores	3 400 almas de confissão	3
	S. Jorge - Açores	2 000 almas de confissão	3
	Pico - Açores	2 800 almas de confissão	3
	Faial - Açores	3 200 almas de confissão	3
	Flores - Açores	1 300 almas de confissão	3
	Corvo - Açores	20 almas de confissão	3
	Açores	39 020 almas de confissão	3
1590	Madeira	29 548 habitantes	19
1594	Madeira	28 820 habitantes	19
1598	Madeira	29 028 habitantes	19
c. 1600	Madeira	27 000 população livre	6
	Porto Santo - Madeira	900 habitantes	6
1614	Madeira	28 345 habitantes	19
c. 1676	Madeira	50 000 habitantes	9
1693-1695	Santa Maria - Açores	3 600 almas de confissão	3
	S. Miguel - Açores	30 300 almas de confissão	3
	Terceira - Açores	20 000 almas de confissão	3
	Graciosa - Açores	5 700 almas de confissão	3
	S. Jorge - Açores	6 700 almas de confissão	3
	Pico - Açores	8 700 almas de confissão	3
	Faial - Açores	11 300 almas de confissão	3
	Flores - Açores	2 800 almas de confissão	3
	Corvo - Açores	400 almas de confissão	3
c. 1700	Madeira	50 000 habitantes	4
	Açores	90 000 habitantes	4
	Santa Maria - Açores	3 000 habitantes	4
	Terceira - Açores	19 000 habitantes	4
	Angra do Heroísmo - Terceira -	14 000 habitantes	4

	Açores		
	Ponta Delgada - S. Miguel - Açores	9 500 habitantes	4
Arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe			
1506	Povoação - S. Tomé	1 000 residentes	4
	S. Tomé	2 000 portugueses	4
1513	Ribeira Grande - Santiago - Cabo Verde	78 brancos	12
1554	S. Tomé	10 000 almas a maior parte portuguesas	6
1572	Cabo Verde	12 600 indivíduos contando escravos	8
1582	Fogo - Cabo Verde	46 moradores em 2 300 indivíduos	12
	Santiago e Fogo - Cabo Verde	100 brancos	9
1590	S. Tomé	8 000 a 9 000 habitantes	6
1594	Santo Antão - Cabo Verde	222 pessoas maioria negras e mestiças	12
1595	S. Nicolau - Cabo Verde	>70 pessoas de sacramento	12
1607	Cabo Verde e Guiné	97 militares, 13 civis e 50 eclesiásticos	17
	São Tomé e Príncipe	26 militares, 17 civis e 42 eclesiásticos	17
c. 1700	Cabo Verde, S. Tomé e Guiné	25 000 a 30 000 portugueses	4
Senegâmbia e Guiné, Costa do Ouro, Golfo de Benim e África Centro Ocidental			
1482	S. Jorge da Mina	500 soldados + 100 artesãos	9
século XVI	colónias do Golfo da Guiné, exceto a Mina	200 almas	9
	Congo	100 portugueses	9
1571	S. Paulo de Luanda	700 homens	6
1582	Benguela	>900 portugueses	8
1607	Mina e Costa do Ouro	50 militares, 13 civis e 6 eclesiásticos	17
	Angola e Congo	27 militares, 17 civis e 23 eclesiásticos	17

1660	Angola	326 famílias brancas	9
Índia e Sudeste Asiático			
1512	Estado da Índia	1 200 portugueses	5
1513	Estado da Índia	2 500 homens de armas	4
1516	Estado da Índia	4 000 homens de armas	4
1524	Goa	2 500 portugueses	9
1525	Cochim	2 220 homens	5
1528 - 1558	Ilha de Moçambique	30 000 homens morreram em	1
1540	Estado da Índia	6 000 a 7 000 homens de armas	4
1545	São Tomé de Meliapor	100 habitantes	4
1546	Mascate	30 portugueses	5
	Cochim	560 homens, dos quais 343 casados	5
	Chaul	350 homens	5
c. 1550	Abissínia	200 habitantes	4
	Malaca	260 portugueses capazes de pegar em armas	5
	Malaca	600 soldados e casados	9
	São Tomé de Meliapor	1 000 soldados e casados	9
	Goa	10 000 pessoas de ascendência europeia	9
c. 1550-c. 1620	Goa	2 000 casados + 1 500 a 2 000 soldados	14
1553	Etiópia	200 portugueses	5
	Ormuz	150 casados portugueses + 60 soldados	5
1568	Onor	30 casados portugueses	14
	Mangalore	35 casados portugueses	14
1570	Estado da Índia	16 000 almas	8
1572	Sena	< 10 portugueses moradores	5
1575-1600	Estado da Índia	14 000 a 16 000 portugueses	18
c. 1580	Malaca	< 100 famílias portuguesas	5
1582	Bengala	923 marinheiros portugueses	5
1583	Ilha de Moçambique	40 a 50 casados portugueses e mestiços	5
1590/c. 1600	Estado da Índia	10 000 a 14 000 portugueses	9
c. 1594	Mombaça	100 soldados	5
c. 1600	Malaca	1 000 habitantes	4
	Malaca	600 portugueses casados	5

	Goa	2 000 casados + 1 000 soldados	9
2ª metade século XVI	Estado da Índia	16 000 homens de armas	4
	Ormuz	150 a 200 habitantes casados	4
	Diu	350 soldados + 60 famílias	4
	Ilha de Moçambique	40 a 50 famílias	4
	Sena	10 famílias	4
	Goa	5 000 a 6 000 habitantes	4
	Cochim	1 000 habitantes	4
1601-1640	Macau	600 portugueses do sexo masculino com idade de pegar em armas	9
c. 1601	Cochim	1 000 homens	5
	Ormuz	200 casados portugueses	5
	Goa	> 3 000 portugueses	5
	São Tomé de Meliapor	> 1 000 portugueses	5
	Macau	1 000 habitantes	4
1621-1633	Diu	60 casais portugueses	5
	Goa	100 fogos portugueses	5
1627	Índia	5 000 renegados portugueses	14
anos 1630	Cananor	40 famílias portuguesas	14
	Cochim	300 casados portugueses e euro-asiáticos	14
	Cranganor	100 homens na guarnição + 40 casados brancos	14
	Quíloa	60 famílias portuguesas e euro-asiáticas, incluindo solteiros	14
	Goa	800 casados + 1 000 soldados	14
1631-1643	Barcelore	65 casados portugueses + funcionários civis e eclesiásticos	14
c. 1633	Ilha de Moçambique	70 casados portugueses e mestiços e 200 homens na guarnição	5
1634	Estado da Índia	3 000 soldados portugueses	14
1635	Estado da Índia	4 947 casados	15
	Sofala	3 portugueses casados e 2 por casar	5
	Chuambo	4 portugueses + o capitão	5
	Sena	30 casados	5
	Chipangura	25 casados	5
	Tete	20 casados brancos + guarnições dos fortes	5
	Macau	850 casados brancos	15

	Goa	800 casados brancos	15
	Damão	400 casados brancos	15
	Bassaim	400 casados brancos	15
	Colombo	350 casados brancos	15
	Cochim	350 casados brancos	15
	Malaca	250 casados brancos	15
	Chaul	200 casados brancos	15
	Negapatão	140 casados brancos	15
	Jafanapatão	140 casados brancos	15
	São Tomé de Meliapor	120 casados brancos	15
	Tene	80 casados brancos	15
	Galle	70 casados brancos	15
	Manar	70 casados brancos	15
	Moçambique	70 casados brancos	15
	Colão	60 casados brancos	15
	Diu	59 casados brancos	15
	Maim	50 casados brancos	15
	Tarapur	50 casados brancos	15
	Cranganor	40 casados brancos	15
	Cananor	40 casados brancos	15
	Mangalor	35 casados brancos	15
	Basrur	35 casados brancos	15
	Honavar	30 casados brancos	15
	Karanja	30 casados brancos	15
	Agashi	30 casados brancos	15
	Kalutara	30 casados brancos	15
	Saivan	29 casados brancos	15
	Manora	20 casados brancos	15
	Rachol	20 casados brancos	15
	Triquinimale	20 casados brancos	15
	Mombaça	15-20 casados brancos	15
	Bombaim	11 casados brancos	15
	Negombo	6 casados brancos	15
	Dahanu	4 casados brancos	15

	Sanjan	4 casados brancos	15
c. 1669	Macau	300-320 casados portugueses	9
c. 1700	Macau	1 000 famílias portuguesas	4
	Estado da Índia	< 2 000 portugueses brancos	9
Brasil			13
c. 1546	Pernambuco	3 025 portugueses	13
	Baía	1 100 portugueses	13
	Ilhéus	330 portugueses	13
	Espírito Santo	1 650 portugueses	13
1548	São Vicente/Santo Amaro	3 300 portugueses	13
c. 1550	Brasil	2 000 habitantes brancos	4
1570	Brasil	21 000 brancos	16
c. 1570	Itamaracá	550 portugueses	13
	Pernambuco	5 500 portugueses	13
	Baía	6 050 portugueses	13
	Ilhéus	1 100 portugueses	13
	Porto Seguro	1 210 portugueses	13
	Espírito Santo	1 100 portugueses	13
	Rio de Janeiro	770 portugueses	13
	São Vicente/Santo Amaro	2 750 portugueses	13
1583 - 1584	Brasil	20 000 habitantes	4
1584	Brasil	25 000 brancos	9
1585	Brasil	29 000 brancos	16
	Rio de Janeiro	150 chefes de família	2
	Olinda	2 000 famílias	2
	Itamaracá	275 portugueses	13
	Pernambuco	8 000 portugueses	13
	Baía	11 000 portugueses	13
	Ilhéus	825 portugueses	13
	Porto Seguro	550 portugueses	13
	Espírito Santo	825 portugueses	13
	Rio de Janeiro	825 portugueses	13

	São Vicente/Santo Amaro	1 650 portugueses	13
1590	Paraíba	825 portugueses	13
	Itamaracá	495 portugueses	13
	Pernambuco	11 000 portugueses	13
	Baía	8 250 portugueses	13
	Ilhéus	1 650 portugueses	13
	Porto Seguro	1 595 portugueses	13
	Espírito Santo	2 200 portugueses	13
	Rio de Janeiro	1 540 portugueses	13
	São Vicente/Santo Amaro	3 300 portugueses	13
1600	Brasil	30 000 habitantes	4
1612	Brasil	50 000 habitantes	4
1650	Brasil	50 000 brancos	9

Fontes:

- 1) RUSSELL-WOOD, A. J. R – Fluxos de emigração in BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 1ª edição. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 972-42-1600-4. Vol. I: A Formação do Império (1415-1570). Pp. 224-237.
- 2) BOXER, Charles Ralph – *O Império Marítimo Português 1415-1825*. 2ª edição . Lisboa, 2011. ISBN 978-972-44-1602-1.
- 3) CAMPOS, Viriato - Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores. Lisboa: Europress, 1983.
- 4) GODINHO, Vitorino Magalhães – L'Émigration Portugaise (XVe-XXe siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Editora Sá da Costa. Nº1 (1978). P. 5-32.
- 5) GODINHO, Vitorino Magalhães – *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar séculos XIII-XVIII*. Lisboa: DIFEL, 1990. ISBN 972-29-0043-9.
- 6) RODRIGUES, Teresa Ferreira – As Estruturas Populacionais in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. [Lisboa]: Editorial Estampa, 1993. ISBN 972-33-1084-8. Vol. 3: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Pp. 179-217.
- 7) MONTEIRO, Nuno Gonçalo – O Reino Quinhentista in RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal*. 7ª edição. Lisboa: A Espera dos Livros, 2012. ISBN 978-989-626-366-9. Pp. 227-249.
- 8) RODRIGUES, Teresa Ferreira – As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII in RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.) – *História da População Portuguesa*. Porto: CEPES e Edições Afrontamento, 2008. ISBN 978-972-36-1005-5. Pp. 159-246.
- 9) RUSSEL-WOOD, A. J. R. – *Um Mundo em Movimento: Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel, 1998. ISBN 972-29-0425-6.
- 10) SANTOS, J. Marinho dos – Ponta Delgada – Nascimento e Primeira Infância de Uma Cidade. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Editora Sá da Costa. Nº1 (1978). P. 33-53.
- 11) BRAGA, Paulo Drumond – As Estruturas in SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. ISBN 972-33-1287-5. Vol. II: A Expansão Quatrocentista. Pp. 297-337 (300).
- 12) TEIXEIRA, André – A Sociedade in SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005. ISBN 972-33-2193-9. Vol. III, tomo II: A Colonização Atlântica. Pp. 173-203 (174).
- 13) COUTO, Jorge – *A Construção do Brasil*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995. ISBN 972-8081-85-5.
- 14) DISNEY, A. R. – *A Decadência do Império da Pimenta*. Lisboa: Edições 70, 1981.

- 15) SUBRAHMANYAM, Sanjay – *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700. A Political and Economic History*. 2ª edição. [s.l.]: Wiley-Blackwell, 2012.
- 16) BACCI, Massimo Livi – 500 anos de demografia brasileira: uma resenha. *Rev. bras. estud. popul.*. [s.l.]: [s.n.]. Vol. 19, nº 1 (2002). Pp. 141-159. [Consult. em 30 outubro de 2015]. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br>.
- 17) SILVA, Filipa Ribeiro da – *Dutch and Portuguese in Western Africa. Empires, Merchants and the Atlantic System, 1580-1674*. Leiden/Boston: Brill, 2011. ISBN 978-90-04-20151-4.
- 18) PEARSON, Michael – *The Indian Ocean*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2003. ISBN 0-415-21489-0.
- 19) PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, Teresa Ferreira – O povoamento das ilhas da Madeira e Porto Santo nos séculos XV e XVI in SANTOS, Carlota (coord.); MATOS, Paulo Teodoro de (oord.) – *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*. Braga: CITCEM, 2013. ISBN 978-989-8612-06-9. Pp. 15-53.

Quadro 2. Fluxos de emigração para os territórios ultramarinos detetados na documentação notarial (1560-1651)

Destinos	1560-1570	1571-1580	1580-1590	1591-1600	1601-1610	1611-1620	1621-1630	1631-1640	1641-1651	Total
Arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias	16	11	12	-	6	2	-	-	-	47
Arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	-	3	8	1	8	1	-	1	-	22
Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Ocidental	-	-	1	1	11	5	-	-	3	21
Índico e Sudeste Asiático	3	6	11	10	10	14	3	-	-	57
Índias de Castela	1	-	3	7	18	17	6	1	1	54
Brasil	-	3	17	10	20	27	6	-	5	88
Total	20	23	52	29	73	66	15	2	9	289

Fontes: ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

Quadro 3. Fluxos de emigração para os territórios ultramarinos detetados na documentação paroquial (1601-1700)

Destinos	1601- 1610	1611- 1620	1621- 1630	1631- 1640	1641- 1651	1652- 1660	1661- 1670	1671- 1680	1681- 1690	1691- 1700	Total
Arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	2
Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Occidental	-	1	2	13	4	3	-	2	-	1	26
Índico e Sudeste Asiático	-	10	10	6	5	-	1	2	1	4	39
Índias de Castela	2	-	-	6	6	2	-	-	-	-	16
Brasil	-	6	6	7	19	16	10	5	10	5	84
Total	2	17	19	32	35	21	11	9	11	11	168

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4.

Quadro 4. Fluxos de emigração para os territórios ultramarinos detetados na documentação notarial e paroquial (1560-1700)

Destinos	1560-1570	1571-1580	1581-1590	1591-1600	1601-1610	1611-1620	1621-1630	1631-1640	1641-1651	1652-1660	1661-1670	1671-1680	1681-1690	1691-1700	Total
Arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias	16	11	12	-	6	2	-	-	1	-	-	-	-	-	48
Arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	-	3	8	1	8	1	1	1	-	-	-	-	-	1	24
Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Ocidental	-	-	1	2	10	6	2	13	7	3	-	2	-	1	47
Índico e Sudeste Asiático	3	6	11	10	10	24	13	6	5	-	1	2	1	4	96
Índias de Castela	1	-	3	7	20	17	6	7	7	2	-	-	-	-	70
Brasil	-	3	16	10	20	34	12	7	24	16	10	5	10	5	172
Total	20	23	51	30	74	84	34	34	44	21	11	9	11	11	457

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

Quadro 5. Peso relativo da emigração para os territórios ultramarinos (1560-1700)

Anos/Destinos	1560-1570	1571-1580	1581-1590	1591-1600	1601-1610	1611-1620	1621-1630	1631-1640	1641-1651	1652-1660	1661-1670	1671-1680	1681-1690	1691-1700	Total
Arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias	16	12	13	1	7	2	0	0	1	0	0	0	0	0	52
Arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	0	3	8	1	8	1	1	1	0	0	0	0	0	1	24
Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Ocidental	0	0	1	2	11	7	2	13	7	3	0	2	0	1	49
Índico e Sudeste Asiático	3	6	13	12	13	26	13	6	5	0	1	2	1	4	105
Índias de Castela	1	0	4	9	23	18	6	8	7	2	0	0	0	0	78
Brasil	0	3	19	15	21	37	15	10	27	16	10	5	10	5	193
Total	20	24	58	40	83	91	37	38	47	21	11	9	11	11	501

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

Quadro 6. Destinos dos emigrantes de acordo com as suas naturalidades (1560-1651)

Naturalidades	Açores	Angola	Brasil	Cabo Verde	Guiné	Índia	Índias de Castela	Madeira	São Tomé e Príncipe	sem informação	Total
Azurara	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	2
Barcelos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Caminha	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Cabeceiras de Basto	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Felgueiras	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Guimarães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Lisboa	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Matosinhos	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Ponte de Lima	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Porto	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Póvoa do Varzim	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Santarém	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Santo Tirso	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Viana do Castelo	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Vila do Conde	-	1	8	-	-	1	2	-	1	-	13
Total	1	1	16	1	1	1	5	1	1	1	29

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de baptismos – E/27/10/2-5.1, E/27/10/1-3.3, E/27/10/1-1.3; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Quadro 7. Destinos dos emigrantes de acordo com as suas moradas (1560-1651)

Moradas	Açores	Angola	Brasil	Canárias	Guiné	Índia	Índias de Castela	São Tomé e Príncipe	sem informação	Total
Azambuja	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Azurara	-	2	-	-	-	-	1	-	1	3
Barcelos	-	-	1	-	-	-	1	-	-	2
Caminha	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Guimarães	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Lamego	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Porto	1	1	-	1	-	-	-	-	-	3
Póvoa do Varzim	-	-	1	-	-	-	1	-	-	2
Vila do Conde	-	17	29	1	1	19	13	3	-	83
Total	2	20	32	4	1	19	17	3	1	99

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Quadro 8. Distribuição dos emigrantes por destinos, segundo o seu estatuto socioprofissional

Estatutos	Açores	Angola	Brasil	Canárias	Índia	Índias de Castela	Madeira	Malaca	São Tomé e Príncipe	Total
Capitão	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Cavaleiro da Casa Real	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Cavaleiro Fidalgo da Casa Real	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Clérigo	-	-	2	1	3	1	-	1	-	8
Doutor	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Doutor/Fidalgo da Casa Real	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Fidalgo da Casa Real	-	-	-	-	2	-	1	-	1	4
Governador	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	3	1	2	1	9	2	1	1	1	21

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Quadro 9. Distribuição profissional dos emigrantes pelos territórios ultramarinos (1560-1651)

Destinos	Marítimos	Mecânicos	Agricultura	Régios	Comerciais	Eclesiásticos	Total
Açores	-	-	-	1	3	-	4
Angola	5	1	-	2	-	-	8
Brasil	16	7	-	1	10	2	36
Cabo Verde	1	-	-	-	-	-	1
Canárias	1	3	-	1	2	1	8
Guiné	1	-	-	-	-	-	1
Índia	9	-	1	1	1	3	15
Índias de Castela	18	3	-	-	1	1	23
Madeira	-	3	1	-	3	-	7
Malaca	-	-	-	-	-	1	1
São Tomé e Príncipe	9	2	-	-	1	-	12
Sem informação	4	-	-	-	-	-	4
Total	64	19	2	6	21	8	120

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

Quadro 10. Distribuição pelos territórios ultramarinos, por décadas, dos emigrantes com profissões ligadas ao mar (1560-1651)

Destinos	1560- 1570	1571- 1580	1581- 1590	1591- 1600	1601- 1610	1611- 1620	1621- 1630	1631- 1640	1641- 1651	Total
Angola	-	-	-	-	4	-	-	1	1	6
Brasil	-	-	4	2	3	3	1	-	5	18
Cabo Verde	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Canárias	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Guiné	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Índia	1	1	2	-	1	4	-	1	-	10
Índias de Castela	1	-	-	3	7	5	1	1	-	18
São Tomé e Príncipe	-	1	4	-	3	-	1	-	-	9
Sem informação	-	-	-	-	2	2	1	-	-	5
Total	3	3	10	6	20	14	4	3	6	69

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

Quadro 11. Distribuição pelos territórios ultramarinos, por décadas, dos emigrantes com profissões ligadas aos ofícios mecânicos (1560-1651)

Destinos	1560-1570	1571-1580	1581-1590	1591-1600	1601-1610	1611-1620	1621-1630	1631-1640	1641-1651	Total
Angola	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Brasil	-	-	1	-	1	1	1	1	2	7
Canárias	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3
Índias de Castela	-	-	1	-	-	1	1	-	-	3
Madeira	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
São Tomé e Príncipe	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Total	3	0	4	0	4	2	2	1	3	19

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Quadro 12. Distribuição pelos territórios ultramarinos, por décadas, dos emigrantes com profissões ligadas ao comércio (1560-1651)

Destinos	1560-1570	1571-1580	1581-1590	1591-1600	1601-1610	1611-1620	1621-1630	1631-1640	1641-1651	Total
Açores	2	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Brasil	-	1	1	3	5	-	1	-	-	11
Canárias	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Índia	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Índias de Castela	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Madeira	-	1	2	-	-	-	-	-	-	3
São Tomé e Príncipe	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Total	3	4	4	3	6	1	1	0	0	22

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde* – 2º, 3º, 6º, 12º e 13º *Ofícios*.

Quadro 13. Familiares dos emigrantes identificados no reino e fora do reino

Familiares	Brasil	Cabo Verde	Canárias	Índia	Índias de Castela	Fora do reino (subtotal)	Reino	Total
Esposa	3	-	-	-	-	3	58	61
Marido	3	-	-	-	-	3	-	3
Irmão	4	-	-	1	3	8	10	18
Irmã	-	-	-	-	-	-	25	25
Primo	-	-	2	-	-	2	2	4
Prima	-	-	-	-	-	-	1	1
Cunhado	3	-	1	1	-	5	12	17
Cunhada	-	-	-	-	-	-	2	2
Genro	-	1	-	-	-	1	1	2
Nora	-	-	-	-	-	-	2	2
Pai	1	-	-	1	-	2	7	9
Mãe	-	-	-	-	-	-	22	22
Madrasta	-	-	-	-	-	-	1	1
Sogro	-	1	-	-	-	1	2	3
Sogra	-	-	-	-	-	-	3	3
Filho	1	-	-	-	-	1	4	5
Filha	-	-	-	-	-	-	7	7
Tio	-	-	-	1	-	1	1	2

Tia	-	-	-	-	-	-	2	2
Sobrinho	-	-	-	1	-	1	-	1
Noiva	-	-	-	-	-	-	2	2
Total	15	2	3	5	3	28	164	192

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de baptismos – E/27/10/2-5.1, E/27/10/1-3.3, E/27/10/1-1.3; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos – E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos – E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4.